

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

PAMELA TAVARES MONTEIRO

**O CORPO AFRO-BRASILEIRO E SUAS RE-EXISTÊNCIAS
POLÍTICAS: AS ESTÉTICAS AFRODIASPÓRICAS DAS
JUVENTUDES NO NÚCLEO AFRO ODOMODÊ**

**VITÓRIA
2022**

PAMELA TAVARES MONTEIRO

**O CORPO AFRO-BRASILEIRO E SUAS RE-EXISTÊNCIAS
POLÍTICAS: AS ESTÉTICAS AFRODIASPÓRICAS DAS
JUVENTUDES NO NÚCLEO AFRO ODOMODÊ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Educação Física, na linha de pesquisa “Educação Física, Corpo e Movimento Humano”.

Orientador: Prof. Dr. Ivan Marcelo Gomes.

VITÓRIA
2022

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

M772c Monteiro, Pamela Tavares, 1996-
O CORPO AFRO-BRASILEIRO E SUAS RE
EXISTÊNCIAS POLÍTICAS: : AS ESTÉTICAS
AFRODIASPÓRICAS DAS JUVENTUDES NO NÚCLEO AFRO
ODOMODÊ / Pamela Tavares Monteiro. - 2022.
204 f. : il.

Orientador: Ivan Marcelo Gomes.
Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade
Federal do Espírito Santo, Centro de Educação Física e Desportos.

1. Jovens negros. 2. Educação Física. 3. Movimentos da
Juventude. 4. Política Pública. 5. Estética. 6. Educação e Estado.
I. Gomes, Ivan Marcelo. II. Universidade Federal do Espírito
Santo. Centro de Educação Física e Desportos. III. Título.

CDU: 796

PAMELA TAVARES MONTEIRO

**O CORPO AFRO-BRASILEIRO E SUAS RE-EXISTÊNCIAS POLÍTICAS: AS
ESTÉTICAS AFRODIASPÓRICAS DAS JUVENTUDES NO NÚCLEO AFRO
ODOMODÊ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física do Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Educação Física, na linha de pesquisa “Educação Física, Corpo e Movimento Humano”.

Aprovada em 29 de setembro de 2022

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Ivan Marcelo Gomes
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
(Orientador)



Prof. Dr. Felipe de Almeida Quintão
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
(Examinador)



Profa. Dra. Ivanilde (Ivy) Guedes de Mattos
Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)
(Examinadora)

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, gostaria de agradecer a todas e todos que vieram antes de mim e me permitiram ser a mulher negra mais livre da família, Laroyê! Todas as portas abertas em minha vida me proporcionaram oportunidades das quais faço uso.

No meu percurso acadêmico, agradeço a Rosely Silva Pires por ser a primeira professora negra de Educação Física e infelizmente ter sido a única com quem tive contato no Centro de Educação Física e Desportos. Agradeço por sua coragem e sua missão, que tanto me inspiram, no combate às violências.

Agradeço a Kiusam de Oliveira por ter me acolhido no grupo de estudos ERE-ECOIA e por ter me auxiliado como mulher negra professora. Agradeço também por me incentivar a procurar meu orientador da graduação e grande amigo José Luiz dos Anjos, com quem caminho até os dias atuais na vida e no grupo de estudos KUKULA.

Agradeço imensamente a meu orientador Ivan Marcelo Gomes, que me auxiliou a realizar o sonho de fazer o mestrado mesmo em meio a uma pandemia global. Agradeço as elaboradoras do Núcleo Afro Odomodê por terem escrito esta política que tanto auxilia no desenvolvimento das identidades étnico-raciais das/dos jovens de nosso estado. Agradeço também a toda a equipe, coordenação e, em especial, às juventudes afro-brasileiras que constituem e constroem o Odomodê. Sem vocês, esta pesquisa não teria acontecido.

Ademais, agradeço à árvore da minha ancestralidade: minha mãe, minha irmã, minha sobrinha e também a minhas amigas por caminharem comigo e me darem apoio e acolhimento quando preciso ser resiliente e corajosa.

RESUMO

O presente estudo direciona o foco de atenção para a análise do Núcleo Afro Odomodê, equipamento da Prefeitura Municipal de Vitória/ES e a única política pública voltada, especificamente, para a juventude negra no Espírito Santo. Centrado na valorização da cultura negra e no empoderamento juvenil, o Odomodê oferece, mensalmente, uma série de ações e atividades afrorreferenciadas para o ensino das relações étnico-raciais, como grupo de estudos, oficinas de danças, oficinas e cursos profissionalizantes, passeios, rodas de conversa, eventos culturais e assistência social; tendo como princípios e diretrizes do Plano Municipal de Juventudes, do Estatuto da Juventude, Lei nº 12.852/2013 e do Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288/2010. O objetivo deste trabalho é compreender como os corpos afro-brasileiros destes e destas jovens se relacionam com as culturas afro, relacionadas com a cultura corporal de movimento no Odomodê. A metodologia se deu através de um estudo interpretativo com ferramentas de observação participante, valorizando o trabalho de campo. Para tal, foram percorridos dois caminhos: o primeiro realizado através do estudo dos documentos de planejamento para ações do Odomodê e o segundo caracterizado pelos momentos de observação participante com uso do diário de campo e de entrevista semiestruturada com os jovens, educadores sociais e coordenadores do equipamento. A partir disso, a pesquisa demonstrou que as juventudes afro-brasileiras do Odomodê, ao entrarem em contato com o processo de empoderamento negro, podem se utilizar dos elementos de suas dimensões e da cultura corporal de movimento para a luta em função das equidades raciais.

Palavra-chave: Corpo Negro. Práticas Corporais. Estética Afro-diaspórica. Empoderamento Negro. Políticas Públicas.

ABSTRACT

The present study focuses its attention on the analysis of the Núcleo Afro Odomodê, a facility of the Municipal Government of Vitória/ES and the only public policy aimed specifically at black youth in Espírito Santo. Focused on the valorization of black culture and youth empowerment, Odomodê offers, on a monthly basis, a series of actions and activities afroreferenced to the teaching of ethnic-racial relations, such as study groups, dance workshops, workshops and vocational courses, outings, conversation circles, cultural events and social assistance; having as principles and guidelines the Municipal Youth Plan, the Youth Statute, Law No. 12.852/2013 and the Racial Equality Statute, Law No. 12.288/2010. The objective of this work is to understand how the Afro-Brazilian bodies of these young men and women relate to Afro cultures, related to the body culture of movement in Odomodê. The methodology was through an interpretative study with tools of participant observation, valuing field work. To this end, two paths were taken: the first was through the study of the planning documents for Odomodê's actions and the second was characterized by moments of participant observation using a field diary and semi-structured interviews with young people, social educators and coordinators of the equipment. From this, the research showed that the Afro-Brazilian youth of Odomodê, when in contact with the process of black empowerment, can use the elements of its dimensions and the body culture of movement to fight for racial equality.

Key-words: Black Body. Body Practices. Afro-diasporic Aesthetics. Black Empowerment. Public Policies.

LISTA DE SIGLAS E ACRÔNIMOS

CONJUVE – Conselho Nacional da juventude

FNB – Frente Negra Brasileira

IG – Instituto Gênese

MUCANE – Museu Capixaba do Negro

MNU – Movimento Negro Unificado

MNUCDR – Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial

NUAJU – Núcleo de Assistência da Juventude

OSC – Organização da Sociedade Civil

PMV – Prefeitura Municipal de Vitória

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

SEMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social

SEMCID – Secretaria Municipal de Direitos Humanos e do Trabalho

SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TEN – Teatro Experimental do Negro

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Frontispício demonstrando a divisão do Globo de acordo com as hierarquias raciais	54
FIGURA 2– Matéria jornalística demonstrando criança vencedora do concurso de beleza eugênica do estado de São Paulo	65
FIGURA 3 – Documento de Origem do Nome “Odomodê”	89
FIGURA 4 – Sede do Núcleo Afro Odomodê no Morro do Quadro	104
FIGURA 5 – Oficinas de Danças no Odomodê	129
FIGURA 6 – Oficina de Capoeira do Núcleo Afro Odomodê no Morro do Quadro	130
FIGURA 7 – Evento “AfroMix”	134
FIGURA 8 – Evento “Sarau Empretesendo”	135
FIGURA 9 – Oficinas de Danças no Odomodê	147
FIGURA 10 – Durante as oficinas, os e as jovens questionam as estéticas afro com o grupo	155
FIGURA 11 – Jovens experimentam pinturas artísticas inspiradas nas estéticas advindas do continente africano	166
FIGURA 12 – Exposição fotográfica “Afroestima”, organizada pelos jovens do Odomodê com um dos orientadores sociais	168
FIGURA 13 – Marcha do Empoderamento Crespo em Salvador/BA.....	173
FIGURA 14 – Jovens com pinturas artísticas realizam performances	179
FIGURA 15 – Logo utilizada para representação do Núcleo Afro Odomodê	180

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Número de entrevistados em relação ao vínculo institucional	44
QUADRO 2 – Identificação das falas dos participantes	46

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Primeiras ações do Programa de Inclusão Social da Juventude Negra – ODOMODÊ	108
TABELA 2 – Objetivo Geral	113
TABELA 3 – Atividades relacionadas ao Primeiro Objetivo Específico	115
TABELA 4 – Ações relacionadas ao Segundo Objetivo Específico.....	126

LISTA DE SITES

Instagram Oficial do Núcleo Afro Odomodê: <https://www.Instagram.com/odomodevitoria/>

Site do Núcleo Afro Odomodê na Prefeitura de Vitória:
<https://www.vitoria.es.gov.br/cidadao/nucleo-afro-odomode-mobiliza-jovens-contra-desigualdade-racial>

Site do gravador de tela *on-line* utilizado nas entrevistas:
<https://www.apowersoft.com.br/gravador-de-tela-gratis>

Site do gravador de áudio *on-line* utilizado nas entrevistas:
<https://www.apowersoft.com.br/gravador-de-audio-online-gratis>

Links do Projeto Feira Crioula: https://1drv.ms/p/s!AnEkPNIPJV_UpBLxJcyOOlvkxx_t
https://1drv.ms/b/s!AnEkPNIPJV_UpBQhJdSz_q5pcOfE

Link do *site* utilizado para a realização das transcrições: <https://webcaptioner.com/>

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 APRESENTANDO CONCEITOS	24
2 ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS DA PESQUISA	37
3 A TRAJETÓRIA DOS MOVIMENTOS NEGROS NA CRIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS JUVENTUDES AFRO-BRASILEIRAS	52
3.1 A RE-EXISTÊNCIA DOS CORPOS AFRO-BRASILEIROS.....	60
3.1.1 Primeira Fase	62
3.1.2 Segunda Fase	68
3.1.3 Terceira Fase	73
3.1.4 Quarta Fase	79
3.2 A ORIGEM ODOMODÊ: RESPEITO, RESSIGNIFICAÇÃO E RESISTÊNCIA	84
3.2.1 O movimento do Hip Hop e do Funk na política pública para as juventudes afro-brasileiras	98
3.2.2 A metodologia artístico-pedagógica do Odomodê	106
3.2.2.1 A promoção da igualdade racial, valorização da cultura negra e fortalecimento de uma identidade étnico-racial	113
3.2.2.2 Espaços de participação para as juventudes afro-brasileiras	125
3.2.2.3 Eventos que protagonizam as juventudes afro-brasileiras atendidas pelo Odomodê	134
4 DECOLONIZANDO OS CONHECIMENTOS E “VESTINDO” A LUTA ANTIRRACISTA	138
4.1 Dimensão Cognitiva: o contato com os elementos afro-diaspóricos	142
4.2 Dimensão Psicológica: a ressignificação e afroestima dos corpos afro-brasileiros juvenis	159
4.3 Dimensão Política: protagonizar e re-existir para as equidades raciais	170
CONSIDERAÇÕES FINAIS	189
REFERÊNCIAS	196
ANEXO 1 – ORIGEM DO NOME	204
ANEXO 2 – NOTA DE REPÚDIO	205

INTRODUÇÃO

A aproximação, durante a graduação, com os movimentos negros organizados foram fundamentais para experienciar o que Nilma Lino Gomes denomina de “Movimento Negro Pedagogizador”, ou seja, a luta pela equidade racial através de uma pedagogia cercada de conhecimentos, saberes, memórias e tradições advindas do continente africano e transmitidas, principalmente através da oralidade, para as populações negras. Tal movimentação política foi responsável por uma série de ganhos e avanços políticos e institucionais para a, ainda utópica, equidade racial brasileira.

Essas experiências formativas, que aliaram as práticas pedagógicas decoloniais com a produção de conhecimentos antirracistas e que, em grande parte, articularam corpo negro com as Teorias Decoloniais, propostas pelo grupo Modernidade e Decolonialidade¹, motivaram-me a aprofundar estudos em um curso de mestrado acadêmico.

De 2015 a 2019, cursei o bacharelado em Educação Física, realizado pelo Centro de Educação Física e Desporto (CEFD) na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Nesse período, aproximei-me do grupo Formação de Dançarinos (FORDAN/CEFD/UFES), intervindo com o ensino de danças urbanas e danças afros nas periferias de Vitória. Nesse grupo, iniciei estudos sobre as violências transpassadas pelos corpos afro-brasileiros juvenis. Posteriormente, ingressei no grupo de estudos Ensino das Relações Étnico-raciais: Enfatizando a Corporeidade, Oralidade e Ancestralidade (ERÊ-ECO/DTEPE/UFES), aprofundando estudos sobre a corporeidade e a ancestralidade na diáspora afro-brasileira.

Sou uma professora afro-brasileira de Educação Física que, desde a graduação, vem estudando as relações étnico-raciais nesse campo de pesquisa, porém somente no Grupo de estudos KUKULA² (CEFD/UFES) realizei minha primeira pesquisa sobre as políticas

¹ O Grupo Modernidade e Colonialidade é um coletivo acadêmico composto por diversos estudiosos da América Latina que se debruçam sobre a perspectiva decolonial, propondo uma discussão crítica sobre as relações de poder que se instalaram, desde 1492, na América, com o início da colonização europeia do território americano, genocídio e etnocídio seus povos nativos, além da escravização de povos africanos. Isso implica em um processo de racialização, que está na base da instalação de um sistema econômico capitalista e de modernidade europeia. Tal grupo, por mais que seja composto por uma rede transdisciplinar e multigeracional, com linhas de pensamentos distintos, converge em torno de uma perspectiva analítica decolonial. Neste trabalho, destacaremos as contribuições do sociólogo Anibal Quijano, da pedagoga Catherine Walsh e do antropólogo Adolfo Albán Achinte.

² Grupo de estudos KUKULA, palavra que, na língua Suaili, originária de povos bantus da África oriental, significa “crescimento”, foi criado, em 2018, pelo Professor José Luiz dos Anjos ao observar o crescente interesse pelos estudos das relações étnico-raciais por parte das/dos discentes negras e negros do curso de Educação Física do CEFD/UFES. Naquele momento, o professor, juntamente com o grupo, compreendeu que seria um desafio político apostar na temática. Entretanto, também haveria um crescimento intelectual coletivo em prol dos estudos concentrados nas equidades raciais.

públicas educacionais voltadas para a população negra capixaba³, o que fiz a partir da iniciação científica intitulada “Programas e Ações Educacionais no âmbito Étnico-racial: o estado da arte na Educação Física Brasileira”⁴, que tinha como base a Lei nº 10.639/2003 e a Lei nº 11.645/08 e visava pesquisar as ações entre a cultura corporal de movimento e a Comissão Permanente de Estudos Afro-brasileiros da Prefeitura Municipal de Vitória/ES (CEAFRO/PMV)⁵.

No fim da investigação citada, realizamos, dois dias após meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), em 27 de junho de 2019, o seminário: “CORPO E CULTURA; possibilidades da Lei nº 11.645/08 na Educação Física”, convidando as CEAFFRO’s das Secretarias Municipais de Educação (SEMES), a CEAFFRO da Secretaria de Estado da Educação (SEDU), professores, estudantes e demais interessados em discutir as Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08 no Espírito Santo. A professora Ivy Guedes de Mattos esteve presente e, a partir do exposto por ela, aprofundi-me em sua dissertação de mestrado: “A negação do corpo negro: representações sobre o corpo no ensino da Educação Física” e em sua tese de doutorado, denominada: “É pra descer quebrando: o pagode e suas performances para a Educação das relações étnico-raciais no currículo escolar”.

Nestes estudos, com as discussões voltadas para os processos de luta antirracista e sua relação com as transformações estéticas, sobretudo as originadas no processo afro-diaspórico brasileiro, no corpo das juventudes afro-brasileiras⁶, inquietei-me a pensar sobre esses no contexto capixaba, principalmente após o evento Corpo e Cultura, em que as políticas públicas voltadas para as questões étnico-raciais da educação formal foram discutidas.

Tal evento incentivou todo o grupo KUKULA a aspirar ao Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), visando a uma discussão mais aprofundada sobre a temática, em especial no XXI CONBRACE, que ocorreu em setembro de 2019, com a temática “O que pode o corpo no contexto atual? Controle, regulação e perda de direitos como desafios para

³ O termo “capixaba” se refere aos nascidos no Estado do Espírito Santo, Brasil, precisamente em sua capital Vitória.

⁴ Esta Iniciação Científica possuiu Financiamento da FAPES (Fundação de Amparo à Pesquisa no Espírito Santo).

⁵ Tal pesquisa resultou nos artigos: “A Educação Física e a identidade étnico-racial: o estado da arte nas revistas brasileiras de Educação Física”, pesquisando as principais publicações sobre as questões étnico-raciais e a Educação Física; e “Por uma Educação Física Antirracista: o Protagonismo das CEAFFRO’s de Vitória e Cariacica no Espírito Santo”, abordando especificamente a Educação Física no interior dessa política educacional.

⁶ Nos documentos nacionais brasileiros utilizados nesta pesquisa, em especial nos que se referem à população afro-brasileira, os conceitos/termos negros, pretos, afro-diaspóricos e afro-brasileiros, na maioria das vezes, são compreendidos como sinônimos. Tal fato se deve à diversidade de pensamentos e perspectivas sócio-políticas em função da busca pelas equidades raciais em território brasileiro.

Educação Física e Ciências do Esporte”. Nesse, participamos do movimento para a criação do “GT Educação Física e relações étnico-raciais”⁷, que ocorreu através de um processo de reivindicação coletiva iniciado por mim, pelo professor Ramon Matheus dos Santos e Silva (LESEF/UFES), pela professora Gabriela Nobre Bins (UFRGS) e pelo professor Bruno Henrique de Paula (UFMG).

A inquietação era generalizada por todas e todos os professores pesquisadores das temáticas étnico-raciais, que não se sentiam representados por discussões ainda muito eurocentradas, as quais compreendiam pessoas e povos não-brancos como “objetos de pesquisa” e não como “sujeitos de pesquisa” ou, ainda, como pesquisadores.

Cito tal cenário, pois foi nele que conheci o professor José Geraldo Soares Damico (EGBÉ/UFRGS) e sua tese “Juventudes Governadas: Dispositivos de Segurança e Participação no Guajuviras (Canoas, RS) e em Grigny Centre (França)”, trabalho que me provocou refletir sobre a importância de políticas públicas voltadas para as juventudes afro-brasileiras periféricas.

Em paralelo a isso, nos últimos anos da graduação, realizei inúmeros cursos e formações oferecidas pelo Museu Capixaba do Negro (MUCANE), como dança afro, valorização e empoderamento do corpo negro capixaba, entre outros. Na realização de tais estudos, sempre escutava sobre as ações do Núcleo Afro Odomodê e sua importância para a juventude negra capixaba. Tal local era descrito como um forte aliado para/com as ações afirmativas.

Assim, em um evento ocorrido, em 2018, na UFES, o Odomodê foi convidado a realizar uma série de apresentações de poemas e poesias, além de retratar a vida na periferia e os projetos e as produções culturais presentes nela. A partir desse contato, desejei conhecer mais os participantes do Núcleo, que, ao apresentarem tal política, confirmaram que essa se tratava de um serviço público municipal da Prefeitura de Vitória/ES para/com as juventudes afro-brasileiras.

Conversando com o Coordenador do Núcleo Afro Odomodê, em 2019, ano em que submetera o projeto de mestrado, esse me explicou sobre a institucionalidade do Odomodê. Com a informação que tivera no momento, pesquisei informações sobre o núcleo e as encontrei no *site* oficial da Prefeitura Municipal de Vitória (PMV), porém concluí que, apesar de a política já ter ultrapassado 10 (dez) anos de história, havia uma ausência na

⁷ O GT Relações Étnico-raciais foi aprovado, no dia 17 de setembro de 2021, na Assembleia do XXII CONBRACE e IX CONICE: Defender Vidas, Afirmar as Ciências, com 99% de aprovação.

visibilidade/divulgação sobre sua elaboração, sua implementação, seus objetivos e seu funcionamento tanto nos *sites* oficiais, quanto na produção acadêmica.

A importância do Núcleo Afro Odomodê se deve, sobretudo, ao fato de essa ser a única política pública municipal que se compromete a cumprir, simultaneamente, o disposto na Lei nº 12.288/10, correspondente ao Estatuto da Igualdade Racial, e na Lei nº 12.852/13, correspondente ao Estatuto da Juventude, além do Plano Municipal de Juventudes.

Todas as ações do Núcleo são voltadas especificamente para as juventudes afro-brasileiras, objetivando proporcionar uma política para/com as juventudes através de um equipamento de cunho itinerante e que também é sediado, atualmente, no Morro do Quadro, promovendo o ensino da cultura africana e afro-brasileira em seus aspectos históricos, culturais, artísticos, simbólicos e corporais. O horário de funcionamento da sede ocorre entre 08h e 17h, de segunda a sexta-feira, permitindo a participação das juventudes no contraturno escolar.

Mesmo que tal equipamento não possua relação institucional direta para/com o sistema educacional do município, ele visa proporcionar às juventudes afro-brasileiras assistidas formações sobre as concepções de empoderamento negro e protagonismo juvenil, que evidenciam a importância dos sujeitos serem capazes de pensar e agir sobre si mesmos, além de corroborarem, ativamente, na elaboração das/nas políticas juvenis de forma institucional.

Neste contexto, pensando em unir as discussões sobre a corporeidade negra, juventudes afro-brasileiras, aderências por estéticas afro-diaspóricas e dispositivo de re-existência, propus o projeto de mestrado: “O corpo negro e suas re-existências: as estéticas afro-diaspóricas da juventude negra no Núcleo Afro Odomodê” e, no ano de 2020, ingressei como aluna regular no Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGEF/UFES). Foi nesse movimento de inserção no Mestrado e de aprofundamento nos estudos voltados às juventudes afro-brasileiras e políticas públicas que o objeto deste estudo foi se delimitando.

Tal temática une aspectos constituintes da minha identidade pessoal, profissional e acadêmico-científica, principalmente no que tange às estéticas advindas do continente africano, as quais, no processo afro-diaspórico, corroboram para as produções artísticas, culturais e políticas no Brasil.

Por compreender que as políticas públicas para/com as juventudes afro-brasileiras precisam de um olhar focado no ensino das relações étnico-raciais, esta pesquisa é desenvolvida com o auxílio do dispositivo de re-existência presente nas pedagogias

decoloniais, proposta pela pedagoga Catherine Walsh (2013) sob a ótica das Teorias Decoloniais e vinculada à proposta política da Interculturalidade Crítica, apresentando uma concepção teórica que busca repensar as estruturas verticalizadas do racismo estrutural, advindas das relações coloniais impostas às Américas. Tal enraizamento racial contribui para a negligência das contribuições afro-indígenas, sobretudo no campo da cultura corporal de movimento, que, muitas vezes, é desconsiderado como *locus* para as políticas públicas voltadas especificamente para as juventudes afro-brasileiras.

Vale destacar que o campo da Educação Física se apresentou, ao longo da história, como palco para inúmeros eventos de conflitos, tensões, recriações e encantamentos étnico-raciais, ora como instrumento escolar de racialização da nação brasileira (MATTOS, 2007), ora como campo de conteúdos privilegiados para pensar ações antirracistas e formações humanas (SALES, ALMEIDA, 2015).

Ademais, ressaltamos o contexto do campo da Educação Física que, na tentativa da superação das abordagens desenvolvimentista, psicomotora e/ou recreacionista, trouxe-nos a perspectiva da cultura corporal ou cultura de movimento, fundamentando a intervenção pedagógica (BRACHT, 1992), pensada a partir da preocupação com os objetivos e conteúdos a serem ensinados em Educação Física e em contextualizar as manifestações expressivas corporais nas aulas, considerando os significados a elas atribuídos. Como propõe Bracht, não se trata de qualquer movimento, mas daquele que traz consigo determinado significado/sentido, conferido pelo contexto histórico-cultural. Como explicitam Mattos e Neira (2003), é a valorização do gesto carregado de sentido, significado e intenção.

Parece-nos que, no interior da Educação Física brasileira, esse debate é necessário. No entanto, carece de persistentes esforços para constituir e ser reconhecido pela comunidade científica, além de apresentar a necessidade do desenvolvimento de pesquisas sobre essa temática.

Desta forma, a incorporação da temática que trata da valorização da cultura e corporeidade negra, destacando os direitos juvenis nas políticas públicas educacionais, é uma das questões estruturais que merece investigação na Educação e na Educação Física brasileira.

Neste sentido, pode-se ver os esforços na tentativa de estabelecer produções de pesquisa sobre o corpo negro e a Educação Física. A possibilidade de um trabalho investigativo sobre o tema em questão pode torná-lo significativo e abrangente, principalmente no âmbito da Educação Física, em que se pode estimular o trabalho com o corpo, valorizar sua beleza, desfazer os privilégios e desigualdades étnico-raciais, além de refletir sobre as políticas públicas para/com os corpos afro-brasileiros.

Assim, ao nos transpormos para as diversidades encontradas nas culturas africanas, afro-brasileiras e afro-diaspóricas, temos uma série de intencionalidades e significações a serem trabalhadas em conjunto com as juventudes afro-brasileiras.

Com isto, este trabalho dialoga diretamente com a linha de pesquisa “Educação Física, Corpo e Movimento Humano”, pois se caracteriza como uma investigação com fundamentos sócio-filosóficos, no caso as Teorias Decoloniais, para a análise dos processos sociais contemporâneos relacionados com a cultura corporal de movimento, bem como, para formulações teórico-conceituais relativas à Educação Física, ao corpo e ao movimento humano, o que, neste trabalho, consiste em analisar qual a contribuição da cultura corporal de movimento para as juventudes afro-brasileiras assistidas pelo Núcleo Afro Odomodê, atualmente localizado no território periférico do Morro do Quadro, Vitória, Espírito Santo, bem como seus processos de re-existências.

O bairro do Quadro, constituído por uma comunidade majoritariamente negra, faz parte do conglomerado localizado na região sudoeste de Vitória – ES, estando em destaque no Índice de Violência Criminalizada (IVC) devido aos: crimes letais e não letais contra a pessoa; homicídios; latrocínios; lesões corporais; estupro e atentado violento ao pudor; crimes de roubo; crimes de furto; entre outros (LIRA, 2007).

O Núcleo Afro Odomodê, ou somente Odomodê, implementado pela Prefeitura Municipal de Vitória (PMV) em novembro de 2006, é, atualmente, um dos três equipamentos⁸ pertencentes à Coordenação de Políticas Públicas para as Juventudes⁹ da Secretaria Municipal de Cidadania, Direitos Humanos e do Trabalho (SEMCID/PMV) no Estado do Espírito Santo, no Brasil. O Odomodê é executado em parceria com a Organização da Sociedade Civil (OSC) Instituto Bem Brasil.

O Odomodê – que, na língua africana Iorubá, significa “jovem”, “juvenil” – visa atender mensalmente 120 (cento e vinte) adolescentes e jovens afrodescendentes, com idade entre 15 e 29 anos, por meio de atividades socioeducativas, tendo como princípios e diretrizes o Plano Municipal de Juventudes, o Estatuto da Igualdade Racial, a Lei nº. 12.288 de 2010 e o

⁸ Juntamente com o Odomodê, há mais dois equipamentos de Juventudes, o Centro de Referência da Juventude (CRJ) e a Casa da Juventude (CDJ).

⁹ A Coordenação de Políticas das Juventudes da SEMCID é respaldada pela Lei nº 11.129/2005, estando em acordo e diálogo com a Secretaria Nacional de Juventudes (SNJ) e o Conselho Nacional de Juventudes (CONJUVE). Devido a essas organizações, criadas em 2005, em 2013, o Estatuto da Juventude é criado, visando à compreensão da juventude como segmento social, bem como com crianças e idosos.

Estatuto da Juventude, Lei nº 12.852, de 2013, sendo, assim, a única política pública municipal voltada especificamente para as juventudes afro-brasileiras.

As ações realizadas, constituídas de planejamentos mensais e semanais, sob norteamento do calendário da SEMCID/PMV, ocorrem em formato de vivências, diálogos, oficinas, grupos de estudos ou atividades para o mercado de trabalho, todas centradas e/ou relacionadas com o ensino das relações étnico-raciais. Assim, o Odomodê busca incentivar a promoção do empoderamento negro através de uma educação antirracista, destacando a identidade afro e a elevação da autoestima negra das/dos jovens, promovendo o protagonismo juvenil nos espaços comunitários, culturais e políticos, além de contribuir com a inserção das juventudes afro-brasileiras nos espaços educacionais e profissionalizantes, bem como no mercado de trabalho.

Assim, ao se propor intervir através das culturas afro, desenvolve uma série de atividades culturais e profissionalizantes, criando transformações nas identidades, nas autoestimas e nas estéticas da vida desses indivíduos e na relação desses com a comunidade em que vivem (DALL'ORTO, 2011). Para esta pesquisa, serão analisadas somente as atividades que se relacionam diretamente com a cultura corporal de movimento e com os conceitos de estética afro-diaspórica e re-existência, sendo elas: “Espaço de Convivência Odomodê”; oficinas de Danças (Hip Hop, Danças urbanas, *Dance Hall Female*, Dança afro, Samba no pé, Forró), o “Sarau Empretesendo” e “Afromix”.

A caracterização dessas atividades será realizada posteriormente. Mesmo assim, adiantamos que tais espaços de intervenção abriram possibilidades para avaliar e compreender as ações que versam sobre a valorização das culturas afro e corporeidades negras, materializadas a partir das políticas públicas de juventude.

O objeto de estudo deste trabalho justifica-se pela sua importância científica e social, pois tem como problemática proposta investigar como os atores sociais interagem e atribuem significado a objetos que constituem pilares no universo da política. Em especial, trazendo análises sobre a valorização das estéticas para os corpos afro-brasileiros nos processos de reivindicações públicas, nos padrões de beleza impostos por uma cultura eurocentrada e na aderência das estéticas afro-diaspóricas, sob efeito do dispositivo de re-existência no Núcleo Afro Odomodê¹⁰. Dessa forma, o objetivo deste trabalho é compreender como os corpos

¹⁰ A palavra “Odomodê” significa “Jovem” na língua de origem Yoruba, idioma advindo de povos do continente africano, precisamente no país Nigéria. A escolha desse nome foi um presente do intelectual negro, pai de santo, baiano Luiz Orlando, que esteve presente no momento da elaboração desta política pública.

negros destes e destas jovens se relacionam com as culturas afro, ligadas à cultura corporal de movimento no Odomodê.

A inserção no campo como pesquisadora ocorreu inicialmente no formato *on-line*, quando eu participava junto com os jovens nas atividades anteriormente citadas, contribuindo com as discussões e colhendo algumas opiniões das juventudes atendidas pelo Núcleo. Após o retorno das atividades presenciais, eu fui inserida como funcionária, o que facilitou a minha imersão no campo, em que, além de acompanhar as atividades presencialmente, próxima aos jovens, pude acessar os relatos escritos por eles no fim de cada uma das atividades.

Tal fato foi fundamental para a realização da pesquisa, pois, mesmo tendo consciência de meu papel de pesquisadora, as e os jovens se interessavam em me contar o que eles achavam do Odomodê e das discussões ofertadas pelas atividades. Muitas vezes, alguns deles vinham em particular conversar comigo sobre ser negro, negra e por que se identificavam com as oficinas observadas por mim.

Além do que, reitero que analisar as ações que tratam do corpo, estética afro-diaspórica e re-existências no Núcleo Afro Odomodê, antes de tudo, foi afirmar que os mesmos pertencem a uma intenção política. Logo, encontram-se no âmbito de uma Política Pública implantada em um determinado período, com a finalidade de atingir objetivos reclamados por grupos sociais devidamente representados e constituídos.

Assim, o argumento deste trabalho é o de que a diáspora africana – vinda de inúmeros povos africanos para o Brasil como escravizados – contribuiu para a construção das atuais identidades e estéticas brasileiras, fazendo com que os corpos afro-brasileiros contemporâneos reexistissem transformando seus territórios e rediscutindo seus corpos em seus contextos de vida.

Visando cumprir o objetivo proposto, esta pesquisa foi dividida em quatro capítulos. No primeiro, serão apresentados os conceitos e as problematizações do objeto de estudo, introduzindo o leitor aos principais argumentos e conceituações para a elaboração e o desenvolvimento do estudo; No segundo, serão apresentados os trajetos metodológicos desta investigação, desde o primeiro contato como pesquisadora até a estruturação geral da pesquisa.

O terceiro capítulo contextualizará os principais conceitos raciais, visando a um melhor entendimento de como o fenômeno do racismo e suas várias facetas de intervenção se manifestam, bem como a perspectiva dos processos de luta realizados pelos atores e pelas organizações antirracistas.

Para melhor aprofundamento, esse capítulo foi dividido em dois subtópicos: o primeiro terá como foco a contextualização das formas de racismo, enfatizando o desenvolvimento das participações feitas pelos movimentos negros organizados, marcados por quatro fases históricas, das quais destacamos a quarta e última fase como constituinte do processo atual, em que as reivindicações das movimentações negras são influenciadas por um movimento cultural inovador, originando políticas afirmativas e políticas públicas voltadas para as populações negras, valorizando suas culturas afro. No segundo subtópico, o surgimento e a criação do Núcleo Afro Odomodê serão contextualizados, bem como suas formas de ação, seus objetivos e suas metas.

O quarto capítulo caracterizar-se-á pelo eixo analítico com suas categorias de análise, resultados de toda a coleta de dados, conseguida através dos coordenadores institucionais, coordenadores das Políticas de Juventudes, orientadores sociais, fiscais das Políticas de Juventudese, especialmente, pelas/pelos jovens que frequentaram/frequentam o Odomodê.

O eixo analítico se voltou para as ações e intervenções oferecidas pelo Núcleo, identificando o processo de empoderamento negro trabalhado nesta política, em que os corpos das juventudes afro-brasileiras aderem os elementos das culturas afro por intermédio da cultura corporal de movimento. Tal processo é constituído por quatro dimensões¹¹.

Vale destacar que as dimensões do processo de empoderamento negro são interpretadas e promovidas no Núcleo de forma institucionalizada e singular, uma vez que a equipe o faz de acordo com as demandas dos jovens e funções elencadas pela própria política. Assim, nossas categorias de análises foram constituídas pela interpretação dessas dimensões, trabalhadas de forma particular pelo Odomodê, que, juntas, explicitam o processo de empoderamento negro como um todo.

Desta forma, o escopo da pesquisa se atentou para três destas dimensões, sendo elas: a) a dimensão cognitiva, construída no Odomodê sob o formato de uma formação antirracista, sendo apresentados os elementos necessários para as identidades negras e práticas antirracistas; b) a dimensão psicológica, compreendida como o processo de subjetividade e reflexão do que é ser negro/negra no Brasil, o qual se atrela ao processo de ressignificação e desenvolvimento da afroestima; c) a dimensão política, constituída pelas aderências estéticas

¹¹ O processo de empoderamento negro é constituído por quatro dimensões. São elas: cognitiva (visão crítica da realidade); psicológica (sentimento de autoestima); política (consciência das desigualdades de poder e a capacidade de se organizar e se mobilizar); e a econômica (capacidade de gerar renda independente). Neste trabalho, compreendemos que as atividades relacionadas à geração de renda do Odomodê não possuíam relação com a cultura corporal de movimento, fazendo com que nós não a adicionássemos nas análises desta investigação.

por parte das juventudes atendidas pelo Núcleo e pelo protagonismo juvenil, em que o/a jovem já possui elementos escolhidos e, com uma gama de conteúdos, atua e expressa suas opiniões, ministra oficinas, colabora politicamente e/ou desenvolve desenhos, grafites, rimas, cantos, poesias, danças ou produtos de forma atrelada aos elementos afros.

Nesta dimensão política, acrescentamos a reflexão de como os processos de re-existência se relacionam com o processo de empoderamento negro. Assim, abordaremos como as juventudes afro-brasileiras são incentivadas a optar por lutas educacionais, culturais e artísticas, com a intenção de levar para sua vida os elementos estéticos da diáspora africana no Brasil, conhecimentos advindos do continente africano e do continente americano, sob colaboração dos saberes indígenas.

Por fim, serão realizadas as considerações finais.

1 APRESENTANDO CONCEITOS

Quem escreve a história do Brasil também a constrói? Com esse questionamento inicial, trazemos para reflexão quais histórias sobre o país são escritas e quais são transmitidas pela oralidade. É interessante retornar a Muniz Sodré (2017) quando esse afirma que a ginga é a palavra do corpo. O autor nada mais afirma que o corpo é tudo o que somos, contabilizando nossas escolhas, oportunidades, limites e avanços. Ou seja, o corpo diz muito sobre as construções sócio-históricas dos sujeitos.

A história do Brasil, ao ser contada, lida e sentida pelo corpo, deixa explícitos seus dois grandes polos: a história contada por quem a escreveu, geralmente a versão do colonizador, e a versão dos que o construíram, geralmente a versão dos colonizados. Essa dualidade da história brasileira gera uma série de conflitos, tensões, sobreposições e recriações quanto a suas estruturas políticas e sociais, transpassando pelo corpo de todas as cidadãs e cidadãos brasileiros, principalmente nos espaços de organizações sociais (CARNEIRO,2018, p.30) e escolares (MATTOS,2015, p.66).

Como nos afirma Gustavo Forde (2019) e Silvio Almeida (2018), desde o início da ocupação portuguesa no território brasileiro, o fenômeno do racismo se estabeleceu de forma estrutural¹², fazendo com que esse fosse elemento inerente à colonização e, posteriormente, inculcado na criação da nação brasileira.

Neste trabalho, compreendemos que para as políticas brasileiras e suas demais estruturas, há a influência da chamada “colonialidade”, que, para o grupo Modernidade/Colonialidade, é compreendida como “constitutiva da modernidade, e não derivativa” (MIGNOLO, 2005, p. 75 apud OLIVEIRA, CANDAU, 2013, p. 247). Ou seja, o colonialismo se difere de colonialidade, pois, enquanto a primeira ocorre de forma política institucional, a segunda decorre da primeira, abrangendo as relações, as produções e as formas de conhecimentos (OLIVEIRA, CANDAU, 2013, p. 248).

Neste sentido, o autor Nelson Maldonado Torres estabeleceu mais claramente uma diferença entre esses dois conceitos. Para ele,

O colonialismo denota uma relação política e econômica na qual a soberania de um povo é mantida por outro povo ou nação, constituindo assim essa nação em um império. A colonialidade difere desta idéia, pois se refere a um padrão de poder que

¹² O Racismo Estrutural, para Silvio Almeida (2018), é compreendido como resultado de um processo histórico e político, conseguido através de uma discriminação sistemática, ou seja, com a sistematização e a institucionalização do racismo pela ordem social. Com as dimensões institucional (jurídica e legislativa) e ideológica (coerção social), cada local possui sua especificidade, da dinâmica estrutural do racismo, ligada às peculiaridades de cada formação social.

emerge como resultado do colonialismo moderno, mas ao invés de se limitar a uma relação formal de poder entre dois povos ou nações, ela se relaciona com a forma pela qual trabalho, conhecimento, autoridade e relações intersubjetivas são articulados através do mercado capitalista global e a idéia de raça. Assim, embora a colonialidade preceda o colonialismo, a colonialidade sobrevive ao colonialismo. Ela vive no ensino de textos, nos critérios de bom trabalho acadêmico, na cultura, no senso comum, na auto-imagem dos povos, nas aspirações dos sujeitos e em muitos outros aspectos de nossa experiência moderna. Neste sentido, respiramos diariamente a colonialidade na modernidade (TORRES, 2007b, p. 131 apud OLIVEIRA, CANDAU, 2013, p.248).

Desta forma, a colonialidade se expandiu a ponto de ter se mantido viva mesmo após o fim contratual do colonialismo tradicional. Assim, por mais que o pós-colonial fosse compreendido após a independência de países africanos, as subjetividades, perspectivas e relações coloniais se mantiveram (OLIVEIRA, CANDAU, 2013, p. 249). A colonialidade gerou uma nova percepção do tempo no Ocidente: “ou contemporânea, leva-me inexoravelmente de volta à construção temporal teleológica que o Ocidente europeu estabeleceu no Ocidente geográfico conquistado e subjugado” (ACHINTE, 2013, p. 407).

O tempo na colonialidade age como se existisse um antes e depois das culturas afro e indígenas, como se essas estivessem sido paradas no tempo, prejudicando suas reivindicações.

Desta forma, foi construída uma temporalidade que implicava um antes e um depois. No passado foram localizados todos aqueles que foram determinados como “outros” e presos desde então até hoje, ou seja, presos em um tempo imóvel que os deixou fora da história; neste sentido, o prefixo foi construído, um prefixo definidor impressionante do que antecedeu a modernidade. Depois foram aqueles que organizaram a estrutura de nossas sociedades, desconstruindo suas cosmogonias, formas produtivas, sistemas alimentares, formas de representação e organização, a fim de impor uma lógica de existência baseada na hierarquia que a cor da pele se estruturou de forma piramidal. Talvez pudéssemos falar de uma cromática de poder que sofreu ao longo do tempo, transformando-se, tornando-se mais sofisticada e sutil o sistema de exclusão que ela gerou (ACHINTE, 2013, p. 408).

Como resultado disso, as subjetividades dos povos colonizados não se atrelam aos “parados no tempo” e sim aos colonizadores, sinônimos de progresso e desenvolvimento. Tal efeito foi chamado por Franz Fanon (1974) de “impossibilidade ontológica”, na medida em que o outro se apropriou da sua representação, assumindo-a como sua própria reapresentação (ACHINTE, 2013, p.408).

Um exemplo prático desse efeito é o de que a colonialidade permite que a Europa produza seu modelo único para o mundo, fazendo com que todos produzam a partir de sua perspectiva epistemológica (OLIVEIRA, CANDAU, 2013, p. 247), sendo desenvolvida uma colonialidade religiosa, econômica e também no mundo do saber (OLIVEIRA, CANDAU, 2013, p.252). Assim, a colonialidade auxilia na manutenção do racismo e suas facetas.

Concordando com Michel Foucault (2005, p. 309), partimos da premissa de que o racismo é uma importante tecnologia de controle e poder que se molda e transforma de acordo com os interesses do Estado, modificando as estruturas políticas, econômicas e educacionais, o que corrobora para a normalização de um ideal europeu de corpo para os brasileiros, ocasionando, em negros e em não-negros, narrativas raciais diversas.

Tais narrativas, mantidas sob óptica da colonialidade e advindas do racismo brasileiro, o qual possui formato estrutural, institucional e individual, fazem transpassar aos corpos negros constantes dialéticas entre o mito da democracia racial e os discursos antirracistas sobre equidade de direitos dos movimentos negros organizados. Concordamos com Silvio Almeida, em seu livro “O que é Racismo Estrutural?”, quando nos alerta sobre os perigos de se silenciar os racismos presentes nas estruturas brasileiras, o que pode ocasionar um aumento incalculável dos atos racistas existentes no interior das instituições, legislações e contratos sociais (ALMEIDA, 2018, p. 154).

Desta forma, denunciar os racismos presentes nas estruturas brasileiras é também compreender como esses se institucionalizam e se fazem presentes nos corpos afro-brasileiros. O racismo hierarquiza a população afro-brasileira, construindo estereótipos negativos sob suas crenças, religiões e cultura e desvalorizando seus símbolos culturais, em uma perspectiva inferiorizante, marcando significativamente a vida dessa população, de modo que o racismo atue sobre a concepção que o sujeito afro-brasileiro possui de si e do seu grupo.

No caso dos corpos afro-brasileiros, a influência da colonialidade desumanizou a população afro-brasileira com estigmas e estereótipos de corpos preguiçosos, violentos, criminosos, sem inteligência, biologicamente funcionais e suscetíveis aos trabalhos braçais.

A manutenção desses estereótipos negativos ocorre cotidianamente de forma velada. A exemplo disso, temos, no mundo das artes, o cenário de que enquanto o povo não branco é exotificado, simplificado e resumido a suas contribuições capitais, sendo entendido como artesão e artesã com produtos, danças e crenças tradicionais, as artes eurocêntricas se mantêm supervalorizadas, classificadas como geniais e/ou clássicas (ACHINTE, 2013, p. 410).

Neste contexto, em que os corpos não-brancos são inferiorizados, emerge a concepção de corporeidade, compreendida dentro da dialética ser/estar, uma vez que enfatiza o corpo em movimento, atenta para a materialidade do corpo, a qual permite que os sujeitos vivenciem suas experiências. A corporeidade salienta o agir no mundo, fazendo-se valer de uma relação construída juntamente com outros corpos e com o mundo que os cerca (SILVA, 2015).

Gomes (2011) menciona que a corporeidade se vincula à expressão cultural, sobretudo quanto às diversas práticas corporais que contêm uma rede de significações. Nesse caso, a

corporeidade está ligada a uma construção de linguagens próprias, com signos e símbolos que permitem a comunicação de sua existência e de suas urgências no mundo (SAMPAIO, 2015).

Souza (2009) compreende a corporeidade na relação com o espaço, sendo que a define como a experiência íntima do indivíduo, constituída ao passo em que os corpos ocupam espaços e percorrem trajetórias espaciais ao longo de suas histórias. Segundo o autor, é a partir da corporeidade que o sujeito reconhece o seu corpo junto aos outros. As representações sociais sobre os corpos afro-brasileiros, intermediadas pela lógica dominante, sob o olhar branco que os colocam na condição de inferiores, retiram toda a potência desses sujeitos como ativos (GOMES, 2011).

Sendo assim, a corporeidade negra é significada em meio ao processo dialético da presença do racismo e as formas de resistência a ele, por isso se torna de demasiada importância que esses sujeitos circulem por espaços que apresentam lógicas capazes de romper com os estereótipos da identidade negra (LEOPOLDO; CAMPOS, 2019).

No caso do Brasil, os dados presentes no Atlas da Violência (2021) concluem que os racismos atingem, de forma mais explícita, as juventudes negras, tanto no que tange ao acesso no ensino básico e superior, quanto ao extermínio constante. “Entre 2009 e 2019, [...] a diminuição das taxas homicídio de não negros é 50% superior a correspondente à população negra” (CERQUEIRA et al., 2021, p. 47).

Além disso, a partir desse mesmo Atlas é possível concluir que o Espírito Santo é o quinto estado com a maior taxa de homicídios de pessoas negras do Brasil (p. 50). Esses dados transpassam boa parte da população capixaba e são interpretados como a numerificação das complexas narrativas e políticas de intervenção para com os corpos das juventudes afro-brasileiras.

Assim, para que existam espaços específicos voltados à valorização das corporeidades afro-brasileiras, são fundamentais adesões de políticas afirmativas nas instituições públicas e privadas, onde haja a valorização e a visibilidade das contribuições afros e indígenas na construção dos saberes brasileiros e capixabas, sobretudo para as políticas públicas voltadas para as juventudes afro-brasileiras (BRASIL, 2020, p. 39), além da perspectiva dos jovens em relação e esse direito em formato de serviço.

Neste contexto, apontamos para o surgimento do Núcleo Afro Odomodê, popularmente chamado apenas de Odomodê, como uma das estratégias públicas capixabas para auxiliar na diminuição dos crimes letais contra as juventudes afro-brasileiras, sendo constituído por pedagogias educacionais e culturais no âmbito antirracista.

Antes de nos aprofundarmos em relação a essa política pública, é importante enfatizarmos que, ao tratarmos sobre as corporeidades das juventudes afro-brasileiras, precisamos discutir os entendimentos de “juventudes” que perpassam as políticas públicas educacionais. Ou seja, ao falarmos sobre as definições de juventudes, é importante compreender que esse segmento social possui suas definições em consonância com a sociedade que habita, em contextos históricos e sociais específicos, os quais lhe atribuem significados (BRASIL, 2011). Como nos afirma Valenzuela (2014, p. 18), “juventude é um conceito vazio fora de seu contexto histórico e sociocultural”.

No caso brasileiro, o termo “juventude” geralmente é compreendido sob uma ótica universalista, considerando como jovem um sujeito masculino, branco, burguês, racional e ocidental (BOCK, 2007). Desse modo, torna-se fundamental considerar outras formas de juventudes, que devem ser compreendidas como plurais e diversas, também levando em consideração as construções sociais, condições históricas e socioculturais (BOCK, 2007).

A problemática no uso do termo “juventude” se deve também ao fato de que esse se relaciona com uma série de estigmas sobre esse grupo social, como o de comportamentos típicos, compreendidos como naturais, que se aplicam da mesma maneira a todos/as os/as jovens (GONÇALVES, 2003). Assim, as representações sociais sobre a juventude estão vinculadas à rebeldia, à ausência de intelectualidade e humanidade, a situações de vulnerabilidade, ao risco, à drogadição, à violência, ao sexo e à impulsividade. Ou seja, pessoas com um potencial de romper com as normatividades sociais. Em consonância com essas problematizações, Perondi e Vieira (2018, p. 51) propõem que o conceito “juventudes” seja entendido no plural, afirmando que:

Atualmente há uma clareza de que não é apenas a questão etária que define o que é a juventude, mas, sobretudo as suas características sociais, históricas e culturais. Em vista disso, pode-se afirmar que não há um conceito homogêneo e universal sobre as juventudes, dado que é preciso analisar quais são os contextos em que estão inseridos os jovens sobre os quais falamos [...] (PERONDI; VIEIRA, 2018, p. 51).

Assim, ao ampliarmos o termo para “juventudes”, consideramos diversidades, particularidades e diferentes fatores que precisam ser considerados nas elaborações de políticas públicas, como raça, gênero, classe social, orientação sexual, trajetórias familiares, entre outros. De acordo com Colaço et al. (2019), as juventudes são inúmeras, sendo que há, inclusive, doze principais eixos temáticos sobre o tema no meio acadêmico: relações étnico-raciais; violência e conflito; territórios de resistência no campo e na cidade; tempo livre, esporte e lazer; saúde e consumo de drogas; movimentos sociais; gênero e sexualidade; arte e cultura; espiritualidade e religiosidade; educação; trabalho; e consumo de novas mídias.

Além disso, de acordo com Perondi e Vieira (2018, p. 54-58), há quatro possíveis abordagens para as pesquisas relacionadas às juventudes: a) como etapa preparatória para a vida adulta; b) como problema, com foco na falta ou na negatividade, gerando medo e afastamento; c) como modelo, um produto vendido pelo mercado promotor do consumismo; e d) como sujeito de direito e, portanto, de participação, com instâncias democráticas pensadas e preparadas para que isso se dê.

Neste trabalho, assumimos essa última perspectiva, principalmente por, além de nos concentrarmos nas juventudes afro-brasileiras, levarmos em consideração o dispositivo de re-existência proposto pelas teorias decoloniais que vêm nas pedagogias decoloniais novas formas de desenvolver uma interculturalidade crítica.

Tais pedagogias são compreendidas por Catherine Walsh (2013)

[...] como metodologias produzidas em contextos de luta, marginalização, resistência e que Adolfo Albán tem chamado ‘re-existência’; pedagogias como práticas insurgentes que fraturam a modernidade/colonialidade e tornam possível outras maneiras de ser, estar, pensar, saber, sentir, existir e viver-com (WALSH, 2013, p. 19).

Ademais, acrescentamos aqui as contribuições de Luiz Fernandes de Oliveira e Vera Maria Ferrão Candau (2013), que acreditam que uma pedagogia decolonial se trata de

[...] uma práxis baseada em uma insurgência educacional proposicional – portanto, não apenas denunciando – onde o termo insurreição significa a criação e construção de novas condições sociais, políticas, culturais e de pensamento. Em outras palavras, a construção de uma noção e visão pedagógica que vai além dos processos de ensino e transmissão do conhecimento, e que concebe a pedagogia como política cultural (OLIVEIRA, CANDAU, 2013, p. 261).

Neste contexto, a contribuição das pedagogias decoloniais são as que visam além da libertação das ditas identidades culturais, afinal a colonialidade necessita de mais elementos dos que os contidos no campo cultural. O objetivo a ser cumprido é o de “[...] atacar as condições ontológicas-existenciais e de classificação racial e de gênero; incidir e intervir em interromper, transgredir, desencaixar e transformá-las de maneira que superem ou desfaçam as categorias identitárias [...]” (WALSH, 2013, p. 55).

Neste sentido, o dispositivo de re-existência vinculado às práticas decoloniais vêm, no campo da interculturalidade, crítica às bases de seus processos de transformações. Afinal, a interculturalidade ocorre ao valorizar as raças sem sobrepô-las (WALSH, 2013, p. 259).

Para a autora, o significado de interculturalidade está intimamente relacionado a um projeto social, cultural, educacional, político, ético e epistêmico que caminha para a decolonização e transformação. É um conceito ao qual os movimentos sociais indígenas

latino-americanos deram sentido. Além disso, não só questiona a colonialidade do poder, do conhecimento e do ser, mas também denota outras formas de pensar e de enfrentar a diferença colonial dentro de uma perspectiva de um mundo mais justo.

Assim, a interculturalidade concebida a partir dessa visão representa a construção de um novo espaço epistemológico, que inclui o conhecimento subalternizado e ocidental em uma relação tensa, crítica, porém mais igualitária (WALSH, 2013, p. 259).

Entretanto, Catherine Walsh (2013) critica o mau uso do termo por interesses políticos hegemônicos. Para ela,

Muitas políticas educacionais públicas na América Latina (incluindo o Brasil) têm usado os termos interculturalidade e multiculturalismo como uma forma de meramente incorporar as demandas e discursos que o Ocidente subalternizou, dentro do aparato estatal no qual o padrão epistemológico eurocêntrico e colonial continua a ser hegemônico (WALSH, 2013, p. 260).

Desta forma, a interculturalidade crítica atua como um projeto radicalmente transformador, propondo uma ética e uma política articuladas a equidades, reconhecimentos e diversidades culturais e não apenas como uma forma de tolerar ou incluir comunidades indígenas e negras dentro do atual modelo de vida em sociedade. Seu papel é de um “[...] projeto político, social, ético e epistêmico – de saberes e conhecimentos –, que afirma a necessidade de mudar não só as relações, mas também as estruturas, condições e dispositivos de poder que mantêm a desigualdade, inferiorização, racialização e discriminação” (WALSH, 2009, p. 3). Trata-se de uma proposta para toda a sociedade e não algo restrito a grupos étnico-raciais.

Dentro desse universo de preocupações, no contexto brasileiro, os estudos sobre as relações étnico-raciais tiveram uma projeção no espaço acadêmico e nos movimentos sociais, a tal ponto que interferiram de forma concreta nas políticas públicas e nas ações governamentais (OLIVEIRA, CANDAU, 2013, p.245).

Nestes contextos, as práticas pedagógicas se tornaram uma das inúmeras formas de organização para a luta anti-colonial transpassadas pelo dispositivo de re-existência, de modo que, além de desenvolverem conhecimentos na contracorrente de formas de opressões, essas populações criaram formas culturais e estéticas de viverem e protagonizarem seus conhecimentos, crenças, saberes, tradições e memórias, resistindo, insurgindo e subvertendo as lógicas.

De acordo com Adolfo Albán Achinte (2013, p. 455), a re-existência se trata de um mecanismo que “[...] tem como objetivo descentrar as lógicas estabelecidas para buscar nas profundezas das culturas – neste caso indígenas e afrodescendentes – as chaves das formas

organizacionais, produtivas, alimentares, rituais e estéticas [...]”, proporcionando dignidade à vida, bem como sua reinvenção de forma constante e dinâmica.

Assim, neste trabalho, consideramos o exercício político das juventudes afro-brasileiras em aderirem, recriarem e repensarem os símbolos e signos advindos das culturas afro no processo da diáspora africana no Brasil. Achinte (2013) afirma que, desde os tempos coloniais até a atualidade, as comunidades afrodescendentes são inferiorizadas, silenciadas e estigmatizadas. Entretanto, tais processos de violências não garantem a passividade de corpos que buscam estratégias de libertação e defesa.

O dispositivo da re-existência se trata de transformar as realidades violentas cotidianas no interior das periferias e áreas não assistidas pelo poder público, resultando em projetos de cultura, educação e geração de renda, preocupando-se com as expressões corporais que permitam as diversidades. O diferencial do conceito de re-existência é o de que esse se volta especialmente ao contexto das Américas, sobretudo ao contexto afro e indígena brasileiro, em que, mesmo após a colonização, a colonialidade foi mantida através da ideologia escravocrata que submete a população afro-brasileira e indígena a uma série de estereótipos, estigmas e representações do tempo e espaço colonial.

Assim, o dispositivo de re-existência propõe uma perspectiva crítica visando ao resgate e à valorização das produções, interações e construções culturais e de saberes dos povos afros e indígenas, visando enfatizar a perspectiva desses frente aos processos de colonialidade, percebendo de que forma construíram suas estratégias de resistência, bem como as estéticas utilizadas.

Desta forma, esse conceito se preocupa em combater a colonialidade, o racismo e a ideologia escravocrata ao passo que fomenta a valorização da cultura, das origens e dos saberes dos povos subalternizados historicamente. O re-existir é entendido, neste trabalho, como um dispositivo, inserido em um processo, capaz de ressignificar as interpretações e as perspectivas sobre as vivências dos corpos negros marginalizados, em destaque as juventudes afro-brasileiras, através de métodos que se preocupem em não reproduzir e/ou disseminar violências, mas que busquem evitar ao máximo as proliferações de ideais hegemônicos que invisibilizam e exterminam, disseminando e valorizando a cultura e história de povos e populações de origem afro e indígenas. O intuito maior do conceito é que haja a compreensão das formas de desigualdades para que essas possam ser transformadas em ações ou políticas afirmativas. Em outras palavras, é o “não pagar com a mesma moeda e sim oferecer uma moeda diferente”.

Os processos de re-existências se materializam, em formato de denúncias, através das artes urbanas, espetáculos, processos artísticos que visem a denúncias com reivindicações políticas ora em âmbito educacional, ora em âmbitos constitucionais pelos direitos civis. Ou seja, reflexões conseguidas através da arte, sendo que em todas essas existam a oportunidade de (re)pensar e ressignificar alternativas para as violências constantes de forma simultânea à promoção e visibilização das formas culturais de produzir felicidade.

Além disso, o re-existir se insere como dispositivo no processo de resistir, conceito que está relacionado à sistematização da luta pela sobrevivência física, material e simbólica, além da busca por aquisição de direitos, em um processo cercado de elementos que se baseiam em valorizar a produção de/na vida dos povos negros subalternizados pela perspectiva dos próprios, em que eles sejam os protagonistas de suas narrativas em todo o processo diaspórico. Esse dispositivo propõe complementar tal processo, visibilizando os conhecimentos e as pedagogias decoloniais dos povos afros e indígenas e compreendendo o processo pedagógico escolhido por esses em suas formas de resistir.

Desta forma, não permitindo que as mazelas sociais excluam suas cosmologias, visões de mundo e perspectivas, nem os definam antes das suas formas de produzir cultura, tradição, história, costumes, vestimentas, religiões, saberes, felicidades.

Ou seja,

Parece que re-existir seja um direito de existência vivo e manifesto. Trata-se do gesto, da forma como um ser existe e existe de fato. É a maneira pela qual um ser consegue encontrar a possibilidade imanente de sua existência, compondo com as circunstâncias e os agentes próximos. Uma existência manifesta funciona em uma dupla potência enquanto anáfora e instauração: ela tanto existe por ela mesma quanto reorganiza o mundo do qual faz parte. É um micro ato revolucionário que aciona conjuntos de micro movimentos que compõem com a processualidade inerente ao transcorrer temporal. Portanto, re-existir é um gesto político cuja ética busca uma mudança social tanto menos ambiciosa quanto mais sensível (ARRUDA; FONSECA, 2018, p. 217).

Quando pensada para o corpo das juventudes afro-brasileiras, o processo do dispositivo de re-existência se relaciona com a tentativa de resistir com reinvenção, recriação e ressignificação em meio ao racismo estrutural instaurado, causador de inúmeras segregações e discriminações dos corpos negros. Uma das alternativas escolhidas pelas juventudes afro-brasileiras é a aderência da estética afro-diaspórica brasileira, definida por Mattos (2015, p. 38) como sendo

[...] o movimento em que homens, mulheres, homossexuais, transexuais, gays e também as crianças negras adotam variações para os seus corpos e cabelos criando e recriando penteados de matriz africana, usando e abusando do tamanho dos fios,

formas e cores, assumindo sua corporeidade nesse contexto de mudanças sociais, lutas históricas e hibridismo estético (MATTOS, 2015, p. 38).

Esta se faz presente ao retratar o cotidiano dos corpos negros brasileiros, suas criações e re-existências tanto no plano individual quanto no plano coletivo e político. A trajetória de resistência da população negra é percebida desde o período colonial, em que os comportamentos, os valores, as vestimentas, o lidar com a estética desses sujeitos representavam uma ruptura frente à hegemonia racial branca. Como exemplos, temos as significações em torno do cabelo pelos africanos e seus descendentes, que resgatavam sua identidade, sua espiritualidade e seus valores, visto que, quando foram trazidos à força para o Novo Mundo, recriaram formas de manipulações do cabelo, que valorizavam, em alguma medida, sua ancestralidade (GOMES, 2017). No tocante à valorização da cultura negra, o Movimento Negro assume grande importância para esse grupo, uma vez que um dos seus objetivos é ressaltar a identidade negra positiva.

Assim, a estética afro-diaspórica, construída sob o processo da diáspora africana no Brasil, permite que corpo afro-diaspórico seja “capaz de produzir afirmatividades sem negatividades, é capaz de afirmar identidades sem recusar as diferenças e de afirmar as diferenças sem negar identidades” (BENATTI, 2020, p.165).

Tal estética pretende destacar as diversas identidades e identificações que os corpos afro-brasileiros criam, recriam e reformulam na diáspora africana, principalmente nos corpos afro-brasileiros. Tatuagens egípcias, nigerianas, unhas alongadas e cabelos crespos com penteados nagô caracterizam os corpos negros, em que a busca por uma identidade negra, em meio as violências, permita que o corpo negro se transforme.

As estéticas afro-diaspóricas se definem justamente por suas possibilidades e diversidades. Os corpos negros sinalizam o que querem nas vestimentas, na fala, na educação e exigem seu lugar de existência se utilizando de vestimentas, acessórios, adereços, maquiagens e recriações capilares que modificam e personalizam as diversas formas de ser um corpo negro e negro no Brasil.

De acordo com Amailton Magno Azevedo (2015), a diáspora negra no Brasil teve, no corpo afro-brasileiro, uma reelaboração da África (p. 190), uma vez que os povos africanos que aqui chegaram no período colonial mantiveram suas culturas, religiões, festas, memórias e ancestralidades. O mesmo autor cita a contribuição dos povos Bantos para a cultura afro-brasileira com seus ritmos e instrumentos de cuíca, caxixi e berimbau, bem como a corporeidade das danças africanas enfatizarem os movimentos da região da cintura, advinda

das cosmologias negras que geralmente associavam dança, pintura e evocação dos ancestrais para celebrar a vida (p.191-192).

Vale destacar que essa estética afro-diaspórica não se resume às mudanças e/ou vestimentas corporais, mas está estritamente atrelada às formas de luta e re-existência das populações negras em diáspora, em especial aos discursos pedagogizados pelos movimentos negros ao redor do mundo. O conceito de estética afro-diaspórica, principalmente em território brasileiro, é compreendido como integrante do processo da re-existência, pois é “[...] notável nos últimos anos a imersão de uma nova estética afro-brasileira que cada vez ganha mais espaço nas comunidades (MATTOS, 2015)”. A representação dessa forma coletiva de ressignificações e lutas de direitos pelas juventudes afro-brasileiras se materializa na criação da “Geração Tombamento”¹³, que, de acordo com Gustavo Carneiro (2017, p. 42), foi iniciada com o Movimento Negro pedagogizador que ensina, através de suas análises de conjunturas, ações e práticas, inúmeras formas de ressignificar os diversos corpos negros.

Assim, de alguma forma, esses adereços e/ou vestimentas, atrelados aos saberes acadêmicos ou não acadêmicos dos movimentos negros organizados, trazem certo empoderamento, ou seja, uma sensação de poder. O conceito de empoderamento utilizado neste trabalho (BERTH, 2019) ressalta a importância de que esse não caia no esvaziamento, manipulado por lógicas mercadológicas e pelos que possuem interesse na manutenção do *status quo* dos desequilíbrios sociais (BERTH, 2019, p. 24), corroborando para os racismos estruturais e outras formas de opressão que dificultam os desafios do reconhecimento e da autodescoberta sociopolítica por parte das juventudes afro-brasileiras. Nesse sentido, utilizamo-nos do conceito elaborado por Joice Berth (2019), que compreende o empoderamento não como a concessão de poder aos grupos historicamente excluídos, mas como uma articulação comunitária e processos de autoconhecimento e autovalorização que os corpos subalternizados possam vivenciar.

Assim, os corpos negros empoderados considerados aqui são os que têm em suas vestimentas uma consciência racial. Segundo Bhabha (1998, p. 107), “o corpo está sempre simultaneamente inscrito tanto na economia do discurso quanto da dominação e do poder”. Os

¹³ Em sua dissertação de mestrado, Gustavo Carneiro define a Geração Tombamento como sendo movimentos que propõem novas formas de beleza e atitude entre jovens negros, cujo foco está em construir uma estética no enfrentamento ao racismo, ou seja, com [...] uma Estéticas afro-diaspórica que se auto afirma pelo pertencimento étnico (CARNEIRO, 2018, p. 40). O autor complementa sua análise concordando com Nilma Lino Gomes ao afirmar que a estética negra é inerente ao plano político (CARNEIRO, 2018, p. 43). Ou seja, as estéticas afro-diaspóricas se fazem presentes no cotidiano, na vida e na cultura dos corpos negros.

corpos negros, mesmo estando inscritos nas lógicas dominantes, recriam seus elementos de opressão, fundamentando-se em existir modificando as estruturas impostas de forma coletiva.

Nesta perspectiva, o empoderamento se trata de um processo possível através de ações que possibilitem a conscientização histórica, política, estética e social por parte dos grupos excluídos. O pertencimento combinado à consciência racial permite um posicionamento crítico para, a partir disso, a geração de ações sistematizadas e influentes nas comunidades.

Para Berth (2019), a estética de um grupo afeta diretamente seus processos de empoderamento. A relação mais conflituosa é a do corpo e cabelo para as e os negros, sendo sinônimos de preconceito racial de marca e de origem, pois, como o poder hegemônico valoriza e universaliza o corpo branco como sinônimo de dignidade, caráter e limpeza, transforma esse corpo branco em norma. Simultaneamente, ocorre a marginalização e a inferiorização das estéticas de origem africana, fazendo com que as pessoas negras, para serem aceitas socialmente, tentem branquear-se. Nessa perspectiva, o empoderamento atua no resgate da beleza negra, incentivando o reconhecimento e enaltecimento dos traços que, ao longo dos séculos, foram desmerecidos.

Neste contexto, as Teorias Decoloniais nos auxiliam com um aporte teórico cercado de saberes, conhecimentos e manifestações advindas de África e que, untadas as pedagogias presentes nas lutas de organizações negras, frisando a valorização do corpo, da autoestima negra e das estéticas afros, o que chamaremos aqui de “Consciência crespa” (CARNEIRO, 2017, p. 47). Tal denominação se caracteriza pelo encantamento dos corpos negros para/com sua ancestralidade em uma reconciliação com a própria identidade negra, valorizando o cabelo *black power*, crespo, como representante da carga histórica do povo (CARNEIRO, 2017, p. 48).

No entanto, é importante frisar que uma consciência racial necessita de formação e conhecimento para que a população negra seja crítica e atenta às estratégias mercadológicas do sistema capitalista que pode ofertar produtos para pele e corpo negro no intuito de se manter na hegemonia econômica, sem um projeto colaborativo comprometido com as equidades raciais. Um exemplo disso acontece quando uma marca de cosméticos inicia a venda de produtos para os vários tons de pele negra, utilizando, em seu *marketing*, o nome “empoderamento”, sendo que essa marca não necessariamente possui pessoas negras em suas empresas ou equipe.

No livro “Empoderamento”, a escritora Joice Berth (2019) ressalta que para a utilização do conceito do empoderamento negro, é preciso compreender que esse está fortemente relacionado com as teorias do feminismo negro e interseccional, pois o intuito não

é reproduzir relações paternalistas, assistencialistas ou de dependência entre os indivíduos ou, ainda, propor formatos de atuação nas lutas e posicionamentos do grupo minoritário. O intuito é apreender que a nova lógica não é inverter as relações de poder, mas subvertê-las e insurgi-las.

Neste sentido, é importante que tal discussão atinja a esfera econômica e o planejamento de políticas públicas, visto que fortalece as práticas dos grupos minoritários e incentiva organizações não governamentais a fomentarem estratégias de superação da pobreza. Como afirmam Munanga e Gomes (2006), os corpos de mulheres, crianças, jovens e idosos negros nunca se submeteram às opressões de forma “totalmente” passiva, sempre existiram resistências políticas e estratégias de lutas. Ou seja, as violências não silenciam essas juventudes que também se fazem protagonistas em espaços políticos na sociedade capixaba, com suas re-existências que implicam não só em responder aos processos de violências sofridos, mas também em recriar essas respostas, gerando novas metodologias políticas e educacionais de se comunicar com o grupo.

2 ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS DA PESQUISA

Neste tópico, explanaremos o percurso e as estratégias metodológicas escolhidas nesta pesquisa. As teorias decoloniais, untadas as estratégias metodológicas do estudo interpretativo, auxiliaram-nos no embasamento teórico, bem como nas análises realizadas em campo. Aqui abordaremos toda a trajetória desta pesquisa, que sofreu inúmeras interferências das políticas de distanciamento social e limitações de atividades ocasionadas pela pandemia do novo coronavírus entre os anos 2020 e 2022.

Inicialmente, visamos realizar um estudo interpretativo com ferramentas de observação participante (LAKATOS; MARCONI, 2011) no campo de pesquisa, compreendendo que o Núcleo possui uma série de ações diversas, com horários e locais flexíveis, virtuais e presenciais, que permitem uma maior adesão do público juvenil. Ademais, a observação participante é onde o pesquisador entra em contato com os membros do grupo pesquisado e participa das atividades normais do mesmo (LAKATOS; MARCONI, 2011, p.79), permitindo que o pesquisador faça parte do grupo, podendo compartilhar as experiências, além de ser afetado pelos demais, estando presencialmente e virtualmente nas atividades desempenhadas pelo campo.

Para tal, foram necessários os elementos presentes na pesquisa de campo, pois a utilização dessa objetiva encontrar informações e/ou conhecimentos específicos sobre um problema ou uma hipótese em questão para a qual se procura uma resposta, se quer comprovar, ou, ainda, busca compreender novos fenômenos ou as relações entre eles. Assim, a pesquisa de campo também “consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presume relevantes, para analisá-los” (LAKATOS; MARCONI, 2011, p. 69).

Desta forma, um estudo interpretativo com observação participante na pesquisa de campo se deu como um percurso propício, pois esse tipo de pesquisa caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, realiza-se coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa (documental, participante) (FONSECA, 2002).

Assim, além do acompanhamento das atividades, também foram acessados os primeiros projetos, de 2006 a 2012, bem como as prestações de conta do Núcleo Afro Odomodê dos anos de 2013 a 2017, feitas pela OSC Instituto Gênesis, documentos em que estavam contidos os projetos anuais, relatórios anuais, relatos de jovens, materiais produzidos pelos jovens e fotos. Também foram acessados os relatórios anuais de 2018 a 2021,

elaborados pela OSC Bem Brasil, contendo relatos de jovens, materiais produzidos por eles, fotos, vídeos, entre outras coisas.

Ressaltamos aqui que a pesquisa de campo não pode ser interpretada como uma simples coleta de dados, pois exige contar com controles adequados e com objetivos preestabelecidos que discriminam suficientemente o que deve ser coletado (FERRARI, 1982). Assim, para atingir o objetivo proposto, focamos nossa observação na compreensão de como os atores desta política, sobretudo os jovens, compreendem seus corpos afro-brasileiros, aderem às estéticas afro – denominadas aqui de estéticas afro-diaspóricas –, além de tentar compreender como ocorrem os processos de re-existências das juventudes afro-brasileiras assistidas pelo Odomodê.

Para tanto, observamos as ações, levando em consideração o ativismo criativo, as propostas culturais e educacionais protagonizadas pelas juventudes, além de interpretar como ocorreram as interações do equipamento com a comunidade que sedia o Odomodê.

Com o intuito de seguir tal metodologia, no primeiro contato com o equipamento, durante a escrita do projeto desta pesquisa, em 2019, apresentei interesse nesta política e conversei com o Coordenador Institucional da época, explicando meus objetivos acadêmicos, tendo acesso ao documento “Planejamento para o ano de 2019”, além de analisar os conteúdos presentes nas plataformas virtuais oficiais da instituição – *Facebook*, *Instagram* e *WhatsApp*. Com isso, escrevi o projeto e mantive contato com o Coordenador Institucional do Odomodê.

Após o início oficial da pesquisa, em setembro de 2020, a imersão no grupo ocorreu de forma orgânica, já que, além de ser uma jovem afro-brasileira dentro da faixa etária de atendimento da política, durante toda a minha trajetória acadêmica, estive presente nas movimentações a favor das equidades raciais, tanto no interior da universidade quanto nos diálogos com as políticas públicas educacionais do município de Vitória. Além disso, nesses eventos, tive um breve contato com alguns orientadores sociais e jovens assistidos pelo Odomodê que se apresentavam como poetas, dançarinos, escritores, *rappers* e/ou músicos. Tal contato, somado à leitura dos documentos de 2019, ainda sem muitas informações sobre o projeto, fez-nos realizar três questionamentos norteadores para esta pesquisa, sendo eles:

- a) As ações relacionadas à cultura corporal de movimento desenvolvidas pelo Núcleo Afro Odomodê dialogam de que forma com a estética afro-diaspórica?
- b) Como as juventudes afro-brasileiras, assistidas por esta política, compreendem e/ou aderem a estética afro-diaspórica? O Odomodê oferece subsídios para ela?

- c) Como ocorrem os processos de re-existência na comunidade/território sede do Núcleo Afro Odomodê?

Desta forma, esta pesquisa, durante dois anos (Anexo I), teve como finalidade examinar as ações do Núcleo Afro Odomodê em dois níveis (GIL, 2012): a) descritivo, a fim de compreender e apresentar a implementação e o modelo de funcionamento das ações do Odomodê. Ou seja, entender como os conteúdos do Núcleo são tratados e com quais intencionalidades; b) explicativo, a fim de entender o cotidiano das juventudes afro-brasileiras do Odomodê e quais as perspectivas dessas em relação ao que é o corpo negro, se/como aderem às estéticas afro-diaspóricas e qual a relação existente com o dispositivo de re-existência. Tratamos, portanto, de focar nas atividades/ações ofertadas pelo Núcleo Afro Odomodê relacionadas às culturas afro e atreladas à cultura corporal de movimento.

Neste momento, seguimos o processo metodológico de acordo com as três fases da pesquisa:

- a) Fase exploratória: Solicitação e leitura dos Planejamentos e Relatórios Anuais do Núcleo Afro Odomodê visando compreender como funcionavam as ações, metas, objetivos e intervenções ofertadas;
- b) Fase de produção de dados: Acompanhamento virtual e presencial dos jovens, escrita do diário de campo, realização de entrevistas com integrantes da política sobre as experiências com as atividades físicas/culturais/artísticas e seus elos com a comunidade;
- c) Fase de análise de dados: Discorrer sobre a análise dos conteúdos e falas apresentadas pelas e pelos participantes da política em questão, sobretudo as juventudes afro-brasileiras, em ambiente presencial e virtual, com utilização do diário de campo.

Tal percurso metodológico se manteve após a aprovação desta pesquisa e minha inserção no mestrado do PPGEF/UFES. No entanto, paralelamente a isso, no dia 15 de março de 2020, uma semana após o início das aulas do mestrado, o Governo do Estado do Espírito Santo decretou a suspensão imediata de todas as atividades educacionais presenciais¹⁴ como

¹⁴ No mês de março de 2020, a administração da UFES aprovou, mediante as resoluções 04 e 07/2020 do Conselho Universitário, o projeto regulamentando a reorganização das atividades acadêmicas, administrativas e eventos no âmbito da universidade como medida de prevenção à COVID-19, suspendendo as atividades presenciais, o que, posteriormente, resultou na suspensão do calendário acadêmico. Dessa forma, em julho de 2020, o Colegiado aprovou a Resolução 29/2020, implementando o Ensino-Aprendizagem Remoto Temporário (EARTE) no PPGEF, o que consistiu no início do semestre em setembro de 2020.

uma das medidas de segurança e controle contra a proliferação do novo coronavírus, responsável pela COVID-19.

Além disso, houve a determinação da Secretaria Municipal de Cidadania, Direitos Humanos e Trabalho (SEMCID) para que o Núcleo Afro Odomodê encerrasse suas atividades presenciais temporariamente, em 15 de março de 2020, mantendo atendimento *on-line* junto aos jovens, por meio de grupos de *WhatsApp*, *Instagram* e plataforma *Google Meet*, em cumprimento às medidas tomadas para o enfrentamento da transmissão da doença decorrente do novo Coronavírus.

Como exposto nos documentos acessados:

Tendo em vista a necessidade de saídas positivas para a juventude negra, perante a conjuntura atual do país e no mundo, onde os jovens são afetados, sobretudo os periféricos, observou-se a necessidade de estímulos através de atividades como: Diálogos virtuais, Obinrin, debates através de Lives¹⁵ diversas referentes às questões sociais que possibilitem saídas positivas por meio da reflexão, socialização e entretenimento. Contribuindo assim para a ampliação da visão dos participantes com assuntos pertinentes à sua faixa etária, relacionando-os sempre com a Política da Juventude do município de Vitória (VITÓRIA, BEM BRASIL, 2020a.).

Mediante o exposto, todo o planejamento e cronograma da pesquisa foi alterado, fazendo com que a observação participante e a pesquisa de campo se iniciassem no formato virtual, antes do remanejamento das aulas do PPGEF¹⁶, no dia 8 de abril de 2020, devido ao pronunciamento, feito pelo *Instagram* oficial do Odomodê, em que se declarou que as atividades seriam totalmente virtuais.

É importante destacar que inicialmente havia um entendimento de que a pandemia iria ser controlada rapidamente e as atividades logo retomariam ao seu formato original. Mesmo assim, as redes sociais foram atualizadas e se tornaram o principal veículo de comunicação entre as juventudes e o Núcleo, além de ter sido o principal meio para concretização da fase exploratória e fase de produção de dados, sendo possível iniciar a pesquisa durante o ano de 2020.

As redes sociais do Odomodê foram fundamentais para manter o diálogo com as juventudes afro-brasileiras na pandemia. Com o uso do *Instagram*, da plataforma *Google*

¹⁵ “Lives” são palestras ao vivo permitidas e transmitidas pelo aplicativo *Instagram* do Núcleo Afro Odomodê (@odomodevitoria). Essas eram mediadas pelos orientadores sociais, pela assistente social ou até mesmo por algum(a) jovem do Núcleo juntamente com convidados para debater algum tema escolhido. Ocorriam geralmente nas atividades de “Diálogos Odomodê”, “Sarau Empretesendo” ou “Afromix” durante o período de isolamento da pandemia em 2020.

¹⁶ Com a paralização ocasionada pela chegada do novo coronavírus no Espírito Santo, o retorno das aulas do PPGEF/UFES ocorreu em setembro de 2020.

Meet e do grupo de *WhatsApp*, a equipe do Odomodê objetivou aumentar a proximidade para/com as juventudes, bem como suas demandas¹⁷. Durante o isolamento social, as redes sociais eram o veículo informativo para as ações: oficinas, cursos, diálogos, eventos e grupos de estudo. As *lives* tinham seus *links* e páginas disponibilizados com antecedência pelas redes sociais, visando demonstrar um cronograma das atividades do mês/semana.

Assim, um ponto importante a ser destacado é o de que a equipe, durante todo o processo da pesquisa, preocupou-se em divulgar todo o calendário de planejamento aos jovens, fazendo com que esses participassem dos espaços de decisões do que deveria ser oferecido no Núcleo¹⁸. A exemplo disso, destacamos uma postagem feita pela equipe no grupo de *WhatsApp* denominado “Juventude Odomodê”: “AH, já ia esquecendo! Estamos recebendo sugestões de diálogos que perpassem as questões étnico-raciais. Vamos movimentar o grupo, e... NÃO NOS ABANDONEM!!” (ODOMODÊ, 2020a).

Além disso, a equipe, geralmente no final das atividades, solicitava uma avaliação das ações através das percepções e opiniões das juventudes, como pode ser notado nesta mensagem de texto: “Aguardo a opinião de vocês para pensarmos nossas ações em conjunto!” (ODOMODÊ, 2020a).

Neste formato organizacional, descobrimos que as atividades relacionadas à cultura corporal de movimento eram solicitadas pelas próprias juventudes assistidas. Portanto, sua existência dependia da adesão/interesse das juventudes do Odomodê.

Neste primeiro cenário *on-line*, eu atuava na participação conjunta com os jovens, acompanhando as atividades virtuais, participando dos espaços de discussão e sugestões, além de manter o contato com os membros da equipe, como exemplifica uma postagem no grupo do *WhatsApp*:

Neste momento a equipe Odomodê já está realizando o planejamento das atividades do mês de agosto, que daqui a algumas semanas já vem chegando! Como vocês, jovens, são os protagonistas do nosso serviço, venho compartilhar aqui uma ideia de atividade com vocês para saber o que acham da proposta e darem suas contribuições no nosso planejamento (ODOMODÊ, 2020a).

¹⁷ O grupo de *WhatsApp* foi criado no quinto dia 05/09/2019. Para realização da pesquisa, minha participação nesse grupo teve início no dia 08/04/2020.

¹⁸ Vale destacar que, durante a pandemia de COVID-19, o Núcleo Afro Odomodê também se concentrou em apoiar políticas assistenciais para as juventudes assistidas, as quais não foram analisadas no escopo desta pesquisa. Porém, enfatizamos que, neste primeiro momento, no ano de 2020, houve inúmeros compartilhamentos de áudios, fotos e vídeos sobre programas sociais, vagas de estágio e emprego, cursos *on-line* e outras oportunidades, tal como avisos sobre CADÚnico, Bolsa Família, auxílios emergenciais da PMV e do Governo Federal, além de avisos em relação à entrega de cestas básicas oriundas de projetos sociais e instituições religiosas e/ou governamentais.

Outra, semelhante, apresenta-se a seguir.

Daqui a pouco teremos nosso bate-papo sobre retomada das atividades e queremos muito a presença de vocês! Precisamos te ouvir! Tragam demandas, ideias e sugestões pra podermos construir ações que possam dialogar cada vez mais com todos os nossos anseios! (ODOMODÊ, 2020a).

Em um **segundo momento**, a partir do dia 26 de novembro de 2020¹⁹, as atividades começaram a ter formato híbrido, contendo ações virtuais e presenciais e visando respeitar o distanciamento social, com o uso de álcool gel e máscara. Nesse momento, a equipe voltou a trabalhar presencialmente no Núcleo. Nesse período, em dezembro de 2020, conversei com a Coordenadora das Políticas de Juventudes sobre a pesquisa e realizei a protocolização oficial na Prefeitura Municipal de Vitória/ES.

Após a aprovação da pesquisa pela PMV e pelo Comitê de Ética da UFES, tive acesso aos planejamentos e relatórios anuais dos anos de 2019 e 2020, realizando também minha primeira visita presencial ao Núcleo. Ao conhecer o espaço e conversar com a equipe, descobri que a política era única no Brasil e que já existia há mais de dez anos. Assim, o período de análise e observação da pesquisa se concentrou entre 2005 e 2021, contando brevemente a história dos 16 anos de funcionamento. Para tal, realizamos a solicitação dos documentos de implementação desses anos iniciais para melhor compreensão das análises e também investigação da origem do Odomodê.

Desta forma, iniciei a leitura dos documentos e observações em campo de forma virtual e presencial, com o uso do diário de campo, respeitando as regras de distanciamento. Logo no início da leitura dos documentos, compreendemos o funcionamento do Odomodê, seus objetivos, metas e ações através da comunicação com a equipe, participando, por exemplo, das reuniões de planejamentos, o que nos permitiu compreender o cotidiano das juventudes no Núcleo Afro Odomodê durante o período de isolamento social. Enfatizo que, durante as reuniões internas da equipe, eu apenas participava como ouvinte, sem interferência nas decisões e encaminhamentos. Nas atividades observadas de forma *on-line*, porém, eu interagia nos momentos de debate juntamente com as juventudes afro-brasileiras atendidas pelas redes sociais.

¹⁹ No dia 16 de maio de 2021, o segundo *lockdown* foi decretado, consistindo-se na paralização das atividades trabalhistas, educacionais e de transporte em todo o Estado a fim de diminuir a proliferação do novo coronavírus. O Odomodê ofereceu, então, atividades *on-line* neste período, retomando ao modelo híbrido somente em junho de 2021.

Paralelamente a isso, em uma participação em um evento sobre as juventudes negras capixabas, ao dizer que estava pesquisando o Odomodê, encontrei uma de suas primeiras oficinas, do ano de 2007, que me informou o nome e contato das elaboradoras do Odomodê. Estas me enviaram os documentos de elaboração, o primeiro projeto, a origem do nome e as primeiras atividades ofertadas, informaram-me sobre a existência de um já não existente bloco afro do Odomodê, além de compartilharem fotos e vídeos da época de implementação da política.

Através delas, consegui traçar boa parte do percurso histórico do Odomodê de 2005 a 2012, com auxílio dos documentos e entrevistas. Elas também me indicaram nomes de integrantes da política e ex-jovens assistidos pelo Odomodê para participarem desta investigação.

Assim, após as informações e documentos cedidos pelas elaboradoras, o contato com alguns dos coordenadores, da equipe atual e dos/das jovens assistidos, reelaboramos nosso cronograma, amadurecendo nosso objeto de pesquisa e acompanhando as atividades que compreendemos serem as relacionadas diretamente com o escopo da pesquisa em questão. Foram elas: “Espaço de Convivência Odomodê”; oficinas de Danças (“Hip Hop”, “Danças Urbanas”, “*Dance Hall Female*”, “Dança afro”, “Samba no pé”, “Forró”); o “Sarau Empretesendo” e “Afromix”.

Estas últimas, de acordo com os documentos e com os entrevistados, são as atividades em que os elementos das culturas afro mais se relacionam com as corporeidades afro e com a cultura corporal de movimento, além de, no caso dessas atividades, as juventudes afro-brasileiras participarem e interagirem, dialogando sobre seus cotidianos, suas relações com a comunidade, suas perspectivas raciais, aderências estéticas e sobre o que é ser um corpo negro jovem e periférico no Brasil.

Simultaneamente à observação participante, foram realizadas as entrevistas com os atores políticos do Odomodê. De acordo com Lakatos e Marconi (1991), essa é uma técnica muito utilizada em pesquisas qualitativas. Portanto, ao selecionar os participantes, elencamos como critério: Manter ou ter mantido algum vínculo efetivo – cargos empregatícios, participações em ações, parcerias comunitárias, frequência nas atividades, etc. – com o Núcleo Afro Odomodê no período de 2 anos ou mais.

O convite para participar da pesquisa foi realizado pelo *WhatsApp* através dos grupos do Odomodê em que estão todos os envolvidos, bem como também presencialmente. Todos as/os participantes da política e os/as jovens assistidos pelo Núcleo foram convidados. Ao todo, foram entrevistados 13 (treze) atores na/da história do Núcleo (Quadro 1).

QUADRO 1 – Número de entrevistados em relação ao vínculo institucional

Número de Entrevistados	Vínculo com o Núcleo
3	Elaboradoras do Núcleo Afro Odomodê
2	Coordenadoras(es) das Políticas de Juventudes da PMV
1	Coordenadoras(es) Institucionais do Equipamento Núcleo Afro Odomodê
1	Fiscal das Políticas de Juventudes da PMV
1	Assistente Social do Núcleo Afro Odomodê
2	Educadores Sociais do Núcleo Afro Odomodê
3	Jovens negros e negras frequentadores do Núcleo Afro Odomodê

Fonte: Os autores

Para a coleta das informações, foi elaborado um roteiro flexível (Anexo II), contendo questões semiestruturadas, combinando perguntas “fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão, sem se prender à indagação formulada” (MINAYO, 2007, p. 64). As perguntas foram pensadas para permitir a livre fala dos entrevistados, compreendendo que eles são os protagonistas das ações do Núcleo, uma vez que eles é que fizeram/fazem a política acontecer.

Assim, compreendemos que a narrativa de alguém sempre é afetada pela subjetividade de ambos, de quem narra e de quem o escuta, pois, como afirma Machado (2005, p. 35): “Aquele que escuta o narrador, em contrapartida, participa da vida dele, experimenta-a, numa escuta participativa. Além disso, aquele que ouve histórias narradas experimenta um ritmo, uma feitura artesanal”.

Desta forma, visando a essa escuta sensível, todos os entrevistados foram questionados sobre o funcionamento, planejamentos, ações e cotidiano do Núcleo, suas experiências, ações realizadas em conjunto com a comunidade, suas perspectivas sobre seus corpos negros na política, sobre a aderência das estéticas afro-diaspóricas no Odomodê, sobre o cotidiano dos e das jovens presentes no Núcleo, participações em algum movimento social ou artístico, além de suas vivências na comunidade. Ou seja, perguntas que dialogaram sobre a contribuição do Odomodê na vida desses indivíduos, enfatizando a colaboração da cultura corporal de movimento ofertada no Núcleo.

As questões abordaram os seguintes aspectos: As ações ofertadas são entendidas como transformadoras na vida dos jovens? Como elas ocorrem? São oferecidas formações étnico-

raciais para os educadores? Como se dá a relação dos jovens e do Odomodê com a comunidade? Como ocorre o protagonismo juvenil? O Núcleo Afro Odomodê dialoga com os movimentos sociais? Quais são os meios e quais as resoluções para seu funcionamento? Onde a cultura corporal de movimento se localiza no planejamento? Como o Odomodê trabalha as estéticas afro?

Todas as entrevistas ocorreram, a partir da autorização dos participantes, em formato *on-line* na plataforma *Google Meet* e foram registradas através do aplicativo *Apowersoft*, gravador de voz *on-line* e digital com filmagem de som e tela. As entrevistas aconteceram na data e no horário apropriados para o participante.

Inicialmente, a autorização para a filmagem era requerida. Logo, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) era lido e, após o aceite do participante, a entrevista era realizada. Em média, as entrevistas duraram uma hora e meia. Todos os participantes eram maiores de 18 anos no momento da entrevista. Os entrevistados permaneceram no núcleo por cerca de de 2 a 7 anos, sendo que alguns ainda estão atuando na política. Tal fato corroborou para que não houvesse lacunas temporais na pesquisa, afinal, elencamos os participantes na intenção de contemplar todos os anos da política, de 2006 a 2021.

É importante destacar que, no dia 30 de julho de 2021, no intuito de manter a aproximação com a juventude do Odomodê, ministrei uma oficina de turbante. Nesse dia, com a saída de um membro da equipe, recebi a proposta de fazer parte do quadro de funcionários, ingressando no Núcleo Afro Odomodê como assistente administrativa, compondo a equipe durante entre o período de agosto a novembro de 2021²⁰.

Tal imersão no campo alavancou muito as coletas desta pesquisa, pois me aproximou dos documentos institucionais pertencentes ao Odomodê, permitindo o acesso a todos os planejamentos e relatórios anuais da Secretaria de Cidadania, Direitos Humanos e do Trabalho (SEMCID) em parceria com o Instituto Bem Brasil entre 2017 a 2021, além de registros fotográficos, materiais feitos pelos e pelas jovens, relatos de jovens, dentre outros.

Tal oportunidade também ampliou o contato com as e os jovens, bem como a observação de sua rotina no Odomodê, suas perspectivas estéticas e relações com a política. Todas essas observações advindas da rotina de trabalho colaboraram para a escrita do diário de campo.

²⁰ Retirei-me como funcionária do Odomodê em novembro de 2021, após ser contemplada com uma Bolsa da CAPES.

Tal aproximação também modificou o calendário das entrevistas, pois, além dos 3 (três) jovens entrevistados, tive a oportunidade de acompanhar presencialmente mais 15 (quinze) jovens que frequentavam o Núcleo mais de duas vezes na semana, além de estreitar vínculos com dois orientadores sociais, uma assistente técnica, um Coordenador de políticas para as Juventudes e demais servidores públicos relacionados à política.

Todos esses profissionais e jovens me auxiliaram a sanar dúvidas sobre o funcionamento das Políticas de Juventudes no município de Vitória, além de me aprofundar nos avanços e lacunas da investigação. Nesse novo contexto, julgamos não ser tão necessário aumentar o número de entrevistados.

Desta forma, os 13 (treze) entrevistados, quando somados aos 15 (quinze) jovens e 2 (dois) orientadores sociais, totalizam 30 (trinta) participantes para esta pesquisa. Para preservar o sigilo das falas dos participantes, foi elaborado um quadro explicativo (Quadro 2), contendo a identificação dos interlocutores nomeados através de países africanos. Essa escolha se deu graças ao fato de que, de acordo com o relatório anual de 2020, o encontro com os conhecimentos advindos dos países do continente africano facilita e amplia o desenvolvimento das discussões sobre as relações étnico-raciais no Brasil (VITÓRIA; BEM BRASIL, 2020).

QUADRO 2 – Identificação das falas dos participantes

Nome do Participante	Vínculo com o Núcleo
Gana	Elaboradora do Núcleo Afro Odomodê
Uganda	Elaboradora do Núcleo Afro Odomodê
Namíbia	Elaboradora do Núcleo Afro Odomodê
Angola	Coordenadora das Políticas de Juventudes da PMV
Ruanda	Coordenadora das Políticas de Juventudes da PMV
Malawi	Coordenadoras(es) Institucionais do Equipamento Núcleo Afro Odomodê
Nigéria	Fiscal das Políticas de Juventudes da PMV
Zâmbia	Assistente Social do Núcleo Afro Odomodê
Senegal	Orientador(a) Social do Núcleo Afro Odomodê
Gabão	Orientador(a) Social do Núcleo Afro Odomodê
Somália	Orientador(a) Social do Núcleo Afro Odomodê
Zimbábue	Orientador(a) Social do Núcleo Afro Odomodê
Egito	Jovem afro-brasileiro(a) do Núcleo Afro Odomodê (entrevista)

Etiópia	Jovem afro-brasileiro(a) do Núcleo Afro Odomodê (entrevista)
Benin	Jovem afro-brasileiro(a) do Núcleo Afro Odomodê (entrevista)
Sudão	Jovem afro-brasileiro(a) do Núcleo Afro Odomodê (entrevista)
Argélia	Jovem afro-brasileiro(a) do Núcleo Afro Odomodê (entrevista)
Congo	Jovem afro-brasileiro(a) do Núcleo Afro Odomodê (entrevista)
Botsuana	Jovem afro-brasileiro(a) do Núcleo Afro Odomodê (entrevista)
Tanzânia	Jovem afro-brasileiro(a) do Núcleo Afro Odomodê (entrevista)
Burundi	Jovem afro-brasileiro(a) do Núcleo Afro Odomodê (entrevista)
Moçambique	Jovem afro-brasileiro(a) do Núcleo Afro Odomodê (entrevista)
Gambia	Jovem afro-brasileiro(a) do Núcleo Afro Odomodê (entrevista)
Lesoto	Jovem afro-brasileiro(a) do Núcleo Afro Odomodê (entrevista)
Togo	Jovem afro-brasileiro(a) do Núcleo Afro Odomodê (entrevista)
Guiné	Jovem afro-brasileiro(a) do Núcleo Afro Odomodê (entrevista)
Níger	Jovem afro-brasileiro(a) do Núcleo Afro Odomodê (entrevista)
São Tomé e Príncipe	Jovem afro-brasileiro(a) do Núcleo Afro Odomodê (entrevista)
Mali	Jovem afro-brasileiro(a) do Núcleo Afro Odomodê (entrevista)
Quênia	Jovem afro-brasileiro(a) do Núcleo Afro Odomodê (entrevista)

Fonte: Os autores

Nos quase quatro meses como assistente administrativa, eu trabalhava no horário de funcionamento da Sede, de 8h às 17h, de segunda a sexta-feira, e tinha acesso a toda a juventude assistida.

O campo empírico, mesclado à minha rotina de trabalho, era constituído pelo acompanhamento da organização das oficinas a serem observadas, sendo que, em um primeiro momento, elas eram solicitadas pelos/pelas jovens e/ou propostas pelos orientadores sociais. Depois, eram concretizadas com o auxílio de oficinairos/oficineiras tendo algum objetivo exposto pelas juventudes, que escreviam um relato ao final de cada uma delas e, após a realização das oficinas, elas eram descritas em um relatório em que eram anexada a opinião dos jovens.

Tal rotina, ora elaborando listas de presenças, ora observando e/ou auxiliando na construção do “Espaço de Convivência Odomodê”; das oficinas de Danças (Hip Hop, Danças urbanas, *Dance Hall Female*, Dança afro, Samba no pé, Forró); do “Sarau Empretesendo” e do “Afromix” ampliou a observação participante. Assim, no período em que atuei como funcionária pesquisadora, foquei em me aproximar dos documentos oficiais e dos relatos das juventudes afro-brasileiras assistidas pelo Núcleo, o que acontecia de forma fluida a partir de

meu cargo empregatício, que consistia em auxiliar na construção das atividades ofertadas, além de ler os relatórios de orientadores e oficinairos.

No momento das observações *on-line*, eu somente conseguia acompanhar as *lives* e participar das discussões feitas pelas redes sociais do Núcleo. Entretanto, nas atividades presenciais, consegui acessar melhor o envolvimento e as falas das juventudes no cotidiano do Odomodê. Basicamente, minha observação participante consistia em acompanhar as intervenções em que estavam presentes as/os jovens, identificar em suas opiniões os entendimentos em relação ao corpo negro, estéticas afro, dispositivo de re-existência e também sobre os conhecimentos adquiridos por eles nesses espaços. Toda a participação consistiu em perguntar e/ou provocar questionamentos relacionados ao objeto da pesquisa em questão. Operacionalmente, eu buscava observar, auxiliar e gerar questionamentos nos momentos de debates, junto com os/as jovens, em relação aos conceitos já citados, realizando registros no diário de campo.

Desta forma, paralelamente às observações do cotidiano do Núcleo, foram realizadas as entrevistas, tendo como passo seguinte a realização das transcrições de todas as falas dos entrevistados na íntegra. As transcrições foram realizadas através do *site Web Captioner*, que realizava a escuta dos áudios feitos durante a entrevista e transformava-os em texto. Paralelo às entrevistas, o acompanhamento das ações se manteve de forma virtual e presencial, com auxílio do instrumento diário de campo.

Após a realização de todas as transcrições, demos início à análise de conteúdo (BARDIN, 2011), em que buscamos a compreensão dos significados no contexto da fala dos participantes, partindo da análise das frequências das falas e palavras como critério de objetividade e cientificidade e ultrapassando o alcance meramente descritivo da mensagem/discurso para atingir, mediante inferência, uma interpretação mais profunda (MINAYO, 2007). Assim, ao analisarmos os discursos dos entrevistados, bem como os discursos da equipe, iniciamos o trabalho compreendendo que a análise de conteúdo é

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção [...] (BARDIN, 2011, p. 42).

Sabendo disso, identificamos uma alta frequência de significação, por parte dos participantes, quanto às influências das lutas históricas dos movimentos negros auto-organizados para com a implementação, o funcionamento e o planejamento do Núcleo Afro

Odomodê, o que gerou a necessidade de realizarmos uma breve descrição²¹ da trajetória das fases dos movimentos negros brasileiros propostas por Petrônio Domingues (2007), enfatizando as duas últimas – mais atreladas ao Odomodê.

Outrossim, houve um anseio por parte dos atores políticos por uma maior transparência da história do Odomodê, bem como a visibilização das transformações políticas ocasionadas nas juventudes através das ações, metodologias de trabalho e intervenções desse equipamento. Além disso, no processo de análise, em especial na observação participante, compreendemos que, para a equipe Odomodê, as juventudes atendidas precisam ter contato com as dimensões integrantes do processo de empoderamento negro.

Como observado, a equipe trabalha levando tal processo para todas as instâncias dessa política, seja nas ações, planejamentos e objetivos, seja no trato direto com as juventudes. Visando a um melhor aprofundamento dos conceitos utilizados pelo Odomodê, destacamos os estudos de Berth (2019, p. 35), que afirmam que o empoderamento, após ser ressignificado e complementado pelos movimentos do Sul global, passou a ser compreendido como um dispositivo de transformação coletiva, não podendo ser entendido com uma simples transcendência individual.

A autora também contribui citando dois tipos de empoderamentos, o individual e o coletivo. O primeiro se refere às subjetividades e escolhas políticas individuais – o que nos pareceu ser o contato direto com o jovem –, enquanto o outro se refere à política como um todo, enfatizando que o empoderamento individual só ocorre devido aos inúmeros empoderamentos coletivos.

Segundo ela, o empoderamento individual e o coletivo são duas faces indissociáveis do mesmo processo, afinal o empoderamento individual depende do empoderamento coletivo, uma vez que uma coletividade empoderada não pode ser formada por individualidades e subjetividades que não estejam conscientemente atuantes dentro de processos de empoderamento.

Tal fato não significa que a dimensão individual esteja alijada do processo. Pelo contrário, uma vez que o empoderamento coletivo necessita dos sujeitos empoderados, pois é um processo gradual em que, por mais que o indivíduo rompa com a crença de que ele é oprimido, ele precisa romper com o sistema que mantém os sistemas de opressão (BERTH, 2019, p. 36).

²¹ Essas descrições serão realizadas em outro capítulo.

De acordo com Sandenberg, a coletividade é fundamental para transformações políticas de empoderamento negro, pois

O empoderamento consiste de quatro dimensões, cada uma igualmente importante, mas não suficiente por si própria, para levar as mulheres a atuarem em seu próprio benefício. São elas a dimensão cognitiva (visão crítica da realidade), psicológica (sentimento de autoestima), política (consciência das desigualdades de poder e a capacidade de se organizar e se mobilizar) e a econômica (capacidade de gerar renda independente) (SARDENBERG apud BERTH, 2019, p. 32).

Assim, durante a análise, compreendemos o processo de empoderamento negro como um eixo analítico. No Odomodê, esse se concretiza como um processo necessário que norteia as ações e intervenções oferecidas pelo Núcleo, onde identificamos a imersão da juventude que aprende, discute e/ou realiza uma aderência de elementos afros. Para uma melhor organização das análises, tal eixo se dividiu em três categorias de estudo, constituídas sob influências das dimensões do processo de empoderamento negro.

Vale destacar que no Odomodê são trabalhadas todas as dimensões do processo de empoderamento negro. Entretanto, compreendemos que a dimensão econômica não se relacionou com os conteúdos ofertados pelas atividades observadas, estando mais vinculada a encaminhamentos e ações da assistência social do Odomodê e demais atividades não pertencentes ao escopo desta pesquisa.

Desta forma, atentar-nos-emos às três dimensões mais relacionadas a nosso escopo: a dimensão cognitiva, a psicológica e a política. A dimensão cognitiva, objetivando a visão crítica da realidade, é trabalhada através da educação antirracista, em que iremos discorrer sobre o contato e a interpretação dos jovens com os conceitos de corpo negro e ressignificação, visto que esses se sobressaíram em quase todas as falas dos entrevistados, o que nos pareceu ser fundamental para que a juventude do Odomodê desenvolva seu protagonismo juvenil no processo de empoderamento negro, suscitando uma ressignificação do que é ser negro e/ou negra no Brasil.

A dimensão psicológica no intuito de discutir as subjetividades relacionadas ao processo de ressignificação dos corpos negros e o consequente desenvolvimento da autoestima negra, chamada de afroestima.

A dimensão política se concentra no processo de aderência às estéticas afro-diaspóricas quando as juventudes decidem “vestir a luta”, vestir seu empoderamento negro, além de conscientizar para as desigualdades de poder, subsidiando organizações e mobilizações políticas. Essa dimensão é incentivada através do protagonismo juvenil, em que discutiremos as influências do dispositivo de re-existência que propõe uma constante

recriação e ressignificação das formas de luta e resistência política em favor das equidades raciais.

Desta forma, o processo de construção do eixo de análise e categorias se deu através de uma articulação das informações encontradas no campo de pesquisa com a base teórica norteadora do Odomodê e nossa bibliografia que, como dito anteriormente, fundamenta-se nas teorias decoloniais.

Tais embasamentos teóricos se complementam, pois, além de estarem politicamente interligados quanto à valorização e visibilidade das contribuições dos povos e populações afro, esses também nos auxiliam na compreensão dos corpos das juventudes afro-brasileiras como recriadores das estéticas dos corpos negros em diáspora. Como dito anteriormente, ao ter como foco de análise a interpretação de como a cultura corporal de movimento contribui no âmbito da política pública analisada, este trabalho considerou perceber as estratégias estéticas escolhidas pelas juventudes, ou seja, seus processos de re-existências.

Ademais, compreendemos que, no processo de análise, obtivemos também uma compreensão de como vem sendo, ou não, a implementação dos conteúdos afrorreferenciados²², suas relações com a Legislação e, no que diz respeito a esta pesquisa, como ocorre a relação entre os conceitos de corpo negro, re-existências e estéticas afro-diaspóricas nessa política, voltada especialmente para as juventudes negras.

Assim, no próximo tópico, abordaremos com mais detalhes o processo histórico responsável pela elaboração das políticas públicas educacionais voltadas para as juventudes afro-brasileiras.

²² Escritos que possuem, em seus conteúdos, a valorização das cosmologias, epistemologias, filosofias, histórias e culturas africanas e afro-brasileiras, além das relacionadas ao antirracismo, nas instituições e estruturas brasileiras.

3 A TRAJETÓRIA DOS MOVIMENTOS NEGROS NA CRIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS JUVENTUDES AFRO-BRASILEIRAS

O Núcleo Afro Odomodê, atualmente constituído, é fruto de um longo percurso de estudos sobre o fenômeno do racismo e o ensino das relações étnico-raciais realizados por seus atores políticos. Para a melhor compreensão de sua atual estrutura, objetivos e ações, este capítulo se propõe a discorrer sobre conceitos fundamentais para a compreensão de como o racismo, em suas várias facetas, age e se rearticula nas estruturas brasileiras, considerando a importância das lutas antirracistas na contenção de violências raciais, sobretudo as juvenis.

Para tal, inicialmente apresentaremos os principais conceitos raciais abordados na trajetória dos movimentos negros brasileiros. Visando a uma melhor compreensão, este tópico foi dividido em dois subtópicos: o primeiro, denominado “A re-existência dos/nos corpos negros capixabas”, concentrou-se em demonstrar as evidências encontradas, que veem as movimentações negras antirracistas como primordiais no processo de criação e implementação do Núcleo Afro Odomodê, em especial nos anos 2000. Já o segundo subtópico, intitulado “A origem Odomodê: Respeito, Resistência e Ressignificação”, visou demonstrar o processo de implementação do equipamento, abordando a criação de seus objetivos, metodologias artístico-pedagógicas, atividades, oficinas e eventos.

Sendo assim, para melhor analisarmos o contexto sócio-político da elaboração do Núcleo Afro Odomodê, bem como sua implantação e suas ações, é preciso compreender alguns conceitos raciais presentes no interior do debate político-acadêmico e nas ações disseminadas pelos movimentos negros organizados, já que esses foram fundamentais para a elaboração dos objetivos desta política de juventudes na Prefeitura Municipal de Vitória/ES.

Destacamos inicialmente que os debates raciais nos âmbitos das políticas públicas são marcados constantemente por diversos diálogos culminados em acordos, tensões, conflitos, reelaborações e interesses quanto às políticas de equidade para a população negra. Tais diálogos são diversos, estando sob diferentes perspectivas a respeito do que é o ensino para as relações étnico-raciais no Brasil, contendo influências acadêmicas, não acadêmicas, comunitárias e até mesmo religiosas, além de serem protagonizadas por diversos atores advindos de diversos grupos organizados, principalmente dos movimentos negros.

Neste trabalho, temos como base três obras de temática racial que se propõem a discorrer sobre como o fenômeno racial ocorre no mundo e no Brasil, levando em consideração o papel dos movimentos negros organizados na elaboração de políticas públicas que minimizem as desigualdades herdadas pelas heranças coloniais. São elas: “Racismo, uma

introdução”, do antropólogo judeu Michel Wierwiorka (2007), “Racismos: das Cruzadas ao século XX”, do historiador português Francisco Bethencourt (2018) e “O que é Racismo Estrutural?”, do advogado negro Silvio Almeida (2018).

Estas três obras possuem as seguintes premissas: o racismo é, sobretudo, um fenômeno social estruturante; os pesquisadores que se debruçam sobre os temas raciais necessitam explicitar seus posicionamentos político-ideológicos; os racismos são ocasionados sempre por atores sociais; e para compreender o racismo, é necessário conhecer suas adversidades, localidades, contextos, territorialidades, culturas, particularidades e tempos histórico-políticos.

Para tal, destacamos a compreensão do conceito de racismo utilizado pelo antropólogo Michel Wierwiorka (2007), que o compreende como sendo um fenômeno ideológico acompanhado de modalidades concretas. Ou seja, além do preconceito em relação à raça, também há políticas públicas, normalizações sociais e ações individuais que fomentam tal entendimento. De forma similar, o historiador Francisco Bethencourt (2018) define racismo como sendo “preconceito de ascendência étnica combinado com ação discriminatória” (BETHENCOURT, 2018, p. 21). A partir dos estudos de Silvio Almeida (2018), por sua vez, é possível concluir que

O racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam [...] (ALMEIDA, 2018, p. 25).

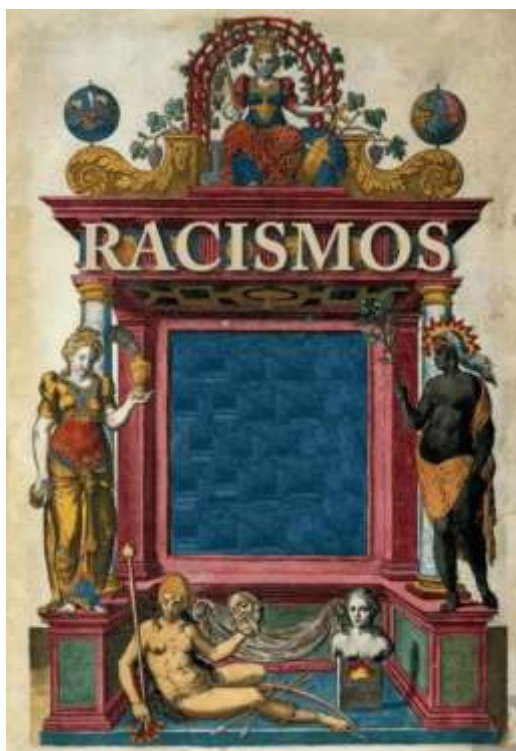
Tais definições do que é o racismo nos auxiliam a realizar uma introdução para a grande complexidade de como esse fenômeno se dissemina e se transforma ao longo da história. As estruturas e instituições políticas existentes em países americanos que foram colonizados mantiveram suas ideologias de colonialidade mesmo com o advento da modernidade, fazendo com que, mesmo após o fim do colonialismo, os corpos carreguem estigmas desse tempo, como é o caso do que ocorre no Brasil, uma vez que o processo de colonização brasileira fora baseado nas teorias raciais do século XVII advindas do movimento iluminista, iniciado na França.

As definições de “humano” no movimento iluminista foram propostas em um contexto político em que “[...] a expansão comercial burguesa e a cultura renascentista trariam ao moderno um ideário filosófico onde o branco seja o homem universal” (ALMEIDA, 2018, p. 20). Como o conceito de humanidade epistemologicamente só considerou o homem branco europeu, universalizou-se também seu corpo, tornando-os referências primárias para toda a

estrutura político-social e fazendo com que os não-brancos fossem entendidos como outros e classificados por “raças”, definindo-se também o que é selvagem, primitivo e civilizado (ALMEIDA, 2018, p. 21).

Todavia, de acordo com o historiador Francisco Bethencourt (2018), o surgimento do racismo antecede²³ à teoria das raças. Uma de suas evidências demonstra que era comum, já no século XV, a utilização de mapas e frontispícios (Figura 1) para representar as regiões da Europa, Ásia e África que mantinham relações comerciais com as nações europeias. Tais documentos se utilizavam de desenhos de mulheres com características físicas estereotipadas, “advindas” de seus respectivos países/continentes, destacando as relações comerciais.

FIGURA 1 – Frontispício demonstrando a divisão do Globo de acordo com as hierarquias raciais



Fonte: Capa digital do livro “Racismos” do autor Francisco Bethencourt

²³ Um dos argumentos que comprovam essa hipótese é o de que na Antiguidade encontravam-se mais classificações étnicas com objetivos religiosos para a conversão cristã e que nesse tempo já havia as descrições por aparências, cores e tons de pele (BETHENCOURT, 2018, p. 83). A classificação de povos pela cor da pele também se intensificou devido à dificuldade de catalogar diversas etnias para a conversão cristã (BETHENCOURT, 2018, p. 280).

Assim, a mulher europeia era representada no centro do Globo com a cabeça erguida, pele bem branca, cabelos loiros, cercada pelo globo terrestre com uma cruz cristã, roupas de luxo e uma coroa, na cabeça, visando representar superioridade, poder e domínio. A asiática era representada de forma semelhante à europeia quanto à cor da pele e aos cabelos, porém com pés descalços, roupas étnicas, segurando incensos e de cabeça baixa, representando as subordinações econômicas das relações comerciais têxteis e de especiarias. A mulher americana era representada nua e se alimentando de uma cabeça humana, vido localizada abaixo de todas as outras, o que faz alusão ao canibalismo e ao mundo americano como selvagem. A mulher negra, por sua vez, era representada com o sol na cabeça, seios de fora, um pano cobrindo a região pélvica, pés descalços e pele bem escura, representado a não utilidade para o até então sistema colonial vigente. Assim, é representada “debochando” da mulher europeia enquanto segura um galho com ervas.

Tais representações, untadas com as descrições etnográficas do período colonial e as experiências das relações comerciais além-mar, foram base para as nações europeias iniciarem o projeto público europeu de colonização global. Os frontispícios também se apresentavam como principal forma de expressar as desigualdades e os estereótipos que a Europa espalhou pelo mundo (BETHENCOURT, 2018, p. 501). Os povos negros foram os mais inferiorizados nessas categorizações, sendo compreendidos, dos anos 1500 a 1700, como inferiores, debochados, indiferentes, melancólicos e selvagens (BETHENCOURT, 2018, p. 141).

Com o avanço das descrições e promoções globais de estereótipos e estigmas, as nações europeias incutiram nos povos ao redor do Globo o imaginário social de tais classificações, originando, no século XVII, a teoria das raças, a qual, sendo legitimada pela ciência, fundamentou e justificou as ações discriminatórias, ocasionando o racismo científico (BETHENCOURT, 2018, p. 502).

O racismo científico se manifestava principalmente pelo uso da ciência para estudar outros grupos, sendo a Europa o centro da perspectiva e fazendo com que a colonização fosse justificada pela “não civilidade” dos outros grupos dominados. A Europa somente considerava como civilizados os povos de línguas escritas, considerando como primitivos os povos não letrados (OLIVEIRA, CANDAU, 2013, p. 251). Além disso, outros costumes e crenças sociais que diferiam das europeias eram compreendidas como não-cívicas. Assim, tais perspectivas geraram a compreensão de que os povos não-europeus poderiam ser “dominados”, o que acarretou a naturalização das inferioridades dos povos afros e indígenas e o extermínio desses (BETHENCOURT, 2018, p. 416, 417).

O racismo científico, criado para legitimar os inúmeros processos coloniais violentos, serviu também para promover uma série de relações sociopolíticas e étnico-raciais, transformando-se em um fenômeno presente em toda a estrutura social. Assim, influenciados por essa ideologia de modelo político colonial, os portugueses, ao colonizarem o Brasil, entre os séculos XVI e XIX, disseminaram uma série de políticas de ordem estrutural, fomentando imaginários sociais e instituições políticas pautadas nas diferenças raciais.

Ademais, houve, nesse período histórico, a normalização da exploração de corpos negros em todas as instâncias, pois esses eram os que mais se distanciavam do modelo de humano proposto pelos iluministas, tanto nos aspectos ideológicos, étnicos, culturais e religiosos quanto nos aspectos corporais.

Assim, mesmo após a independência do Brasil, as raízes do colonialismo português se fizeram presentes nas políticas públicas ao longo da história, fazendo com que ele seja mantido com a colonialidade nos dias atuais. Os elementos mais observáveis do modelo colonial que instaura o racismo estrutural no Brasil são: as invisibilizações das contribuições afros e indígenas no território brasileiro; o privilégio para com as raízes europeias tanto nas ideologias políticas quanto no modelo do que é ser humano; e a utilização da teoria das raças para a universalização dos corpos a partir dos fenótipos brancos europeus, desrespeitando as diversidades e pluriversidades dos corpos existentes.

O racismo estrutural presente em toda a esfera social prova a continuidade desse projeto político que, por sua vez, origina novas formas de dominações e violências. Mesmo assim, tais violências não foram e nem são encaradas de forma passiva pelos grupos raciais violentados, que se auto-organizam, reinventam-se e reivindicam mudanças nas lógicas opressoras, originando e/ou reorganizando inúmeros saberes populares e acadêmicos, valores civilizatórios, estéticas específicas, produções culturais, produções religiosas, políticas públicas educacionais, de saúde, de transporte e moradia, dentre outras ações afirmativas para a população negra.

Um desses processos foi a reelaboração do conceito de “raça” atribuído pelos portugueses, somando-se à reivindicação pela equidade com a valorização da cultura originada no continente africano. O conceito de raça para a população negra se vincula tanto a questões de ordem opressora quanto aquelas vinculadas a grupos de re-existência. Ou seja, há o entendimento de raça negra como subordinável e inferiorizada, ainda sob influência da teoria das raças ou até mesmo a crença da existência de uma democracia racial brasileira, como também há a consciência racial, que compreende o processo de diáspora africana a

partir da qual a população negra foi historicamente marginalizada, invisibilizada e explorada nos projetos coloniais.

O conceito de raça, então, faz-se plural e coletivo nos corpos negros brasileiros. Mesmo assim, essa concepção ainda está sob influência das estruturas e instituições que ora suscitam a democracia racial, ora tornam pública a provocação sobre o racismo brasileiro. Destacamos aqui a importância de reconhecer que o “[...] racismo é sempre estrutural pois integra a organização econômica e política da sociedade com sentidos, lógicas e tecnologias para desigualdades e violências que moldam a vida social contemporânea” (ALMEIDA, 2018, p. 15). O racismo, estando em todas as relações estruturais, gera um imaginário social, atingindo o campo das subjetividades. Com o domínio das mídias, meios de comunicação, publicidades e propagandas ainda realizados pela lógica eurocêntrica, incitando uma branquitude em todos os espaços de poder, inicia-se um processo de controle e ordenamento social de onde e de como os corpos brancos e negros devem desempenhar seus papéis sociais.

Desta forma, duas tecnologias constituídas para que haja eficácia nos processos de opressões idealizadas no fenômeno racial são o preconceito e a discriminação. Esta, por sua vez, pode ser direta e/ou indireta.

Enquanto o preconceito racial está atrelado aos estereótipos a que o grupo racial irá ser submetido, as discriminações se voltam ao tratamento direto para com esses indivíduos. A discriminação direta está relacionada com uma ação individual, em um formato “face a face”, enquanto a discriminação indireta ocorre quando se negligencia o modo de vida e a particularidade do grupo criminalizado, invisibilizando-o (ALMEIDA, 2018, p. 26).

Sendo assim, a discriminação é entendida como a destinação prejudicial que diminui acessos e permanência a espaços educacionais, políticos e ao mercado de trabalho qualificado (BETHENCOURT, 2018, p. 298). É importante destacar que os grupos organizados por vezes se utilizam dos processos de discriminação para reivindicarem um direito específico, fazendo com que a discriminação possa ser positiva – quando os grupos recuperam/obtem um direito visando à equidade – ou negativa – quando não há reivindicação por parte do grupo oprimido e/ou quando o direito não é implantado. Dessa forma, a discriminação “[...] pode ser positiva (ações afirmativas) ou negativa (sem resistência), em ambos os casos não existem privilégios” (ALMEIDA, 2018, p. 26).

Nos dois casos, o grupo discriminado tem dificuldade para ascender socialmente, pois o grupo oprimido, mesmo quando incluído em alguma política de ações afirmativas, lida com a lógica racista presente nas instituições, que nem sempre debatem/discutem as questões raciais. Um exemplo disso são as cotas raciais, por meio das quais pessoas negras pobres

adentram o sistema educacional, obtendo os mesmos direitos e apresentando as mesmas taxas de evasão e conclusão do curso de graduação. No entanto, são perseguidas por preconceitos, mitos e estereótipos sociais que se recusam a assumir a equidade das capacidades intelectuais entre pessoas negras pobres e brancas ricas (PINHEIRO; PEREIRA; XAVIER, 2021).

Outra faceta do racismo é a segregação, que, de acordo com Werwiorka (2007), ocorre quando o grupo étnico-racial possui dificuldades de acessar empregos, transporte e lazer. Assim, enquanto a discriminação se refere à identificação e identidade étnico-racial em espaços e estruturas que podem ou não serem reivindicadas, a segregação é uma separação física/isolamento de grupos étnico-raciais (BETHENCOURT, 2018, p. 298). Wierwiorka (2007) também diferencia as segregações como sendo territoriais e institucionais.

As segregações territoriais ocorrem quando os recursos estão concentrados em uma região, excluindo o acesso de uma parte do grupo social, geralmente constituído por pessoas não-brancas, enquanto as segregações institucionais ocorrem quando os grupos de raças hegemônicas e não-hegemônicas dividem o mesmo local, porém com diferentes oportunidades/tratamentos. Neste caso, pode-se haver a segregação urbana – constituída pelos limites e exclusões interculturais –, passível de se combinar com a exclusão social.

Wierwiorka (2007) acredita que enquanto a segregação se aproxima da diferenciação, a discriminação se aproxima da hierarquização, pois a discriminação tem um aspecto mais momentâneo, ao passo que a segregação tem cunho mais duradouro. Como exemplo disso, temos os jovens do Núcleo Afro Odomodê, que, em sua maioria, são moradores das periferias de Vitória. As ações do Núcleo precisam ser itinerantes, pois o sistema de transporte da cidade não interliga duas comunidades periféricas que sejam distantes uma da outra e as linhas de ônibus sempre vão nos sentidos bairro-avenida e bairro-centro de Vitória, não existindo ônibus que passem por mais de uma periferia. Dessa forma, os jovens só acessam as atividades porque a equipe do Núcleo se desloca até eles. Assim, o perfil itinerante visa minimizar a segregação territorial. Outro fato importante são as ações educativas proporcionadas pelo Núcleo a fim de minimizar a ausência de oportunidades que as/os jovens negros periféricos possuem em relação as/aos jovens brancos de bairros nobres quanto ao conhecimento, acesso e permanência universitária. Esse cenário configura um caso de segregação institucional.

Os conceitos de discriminação e segregação muitas vezes se entrecruzam, principalmente quando um grupo racial é discriminado e segregado ao mesmo tempo, como o que ocorre com os corpos negros das juventudes moradoras das periferias brasileiras.

As formas de discriminação são melhor entendidas por seus formatos de violências repletos de intencionalidades. São elas: a) violência infrapolítica: racismo dissipado por ideologias presentes em grupos e/ou alguns partidos políticos que legitimam o extermínio, assassinatos e mortes de grupos não-brancos; b) violência política: operações públicas, geralmente de segurança, de forma prática, que se utilizam de tecnologias e armamentos militares para reprimir e criminalizar cotidianamente grupos racialmente excluídos.

O avanço da violência infrapolítica, articulada com políticas públicas de segurança que objetivam exterminar os grupos criminalizados e ou marginalizados, gera iniciativas de intervenção de organismos globais que universalizam representações, relacionando juventudes, masculinidades e pobreza com violência e criminalidade (DAMICO, 2011, p. 69). Esse aspecto se articula ao que, no Brasil, é conhecido como “genocídio negro”²⁴, conceito do pesquisador Abdias do Nascimento. O genocídio do negro, no país, é entendido como o meio de criminalização da pobreza e do extermínio escolhido pelo Estado para lidar com as violências presentes nas periferias, em que ele aciona o militarismo e se utiliza da polícia para repreender/oprimir as juventudes negras brasileiras (DAMICO, 2011, p. 72).

Ademais, esse processo conta com o auxílio das mídias televisivas, que ofertam uma violência onipresente, nos noticiários jornalísticos, supostamente, ocasionada pela existência das periferias e pelas pessoas que nela habitam, ignorando as “interpretações sociais e conjuntura democrática nacional pós-autoritária: estranha ao mundo da classe média” (DAMICO, 2011, p. 73).

Vale destacar que sendo o racismo um fenômeno com tecnologias de poder manipuladas pelo Estado (ALMEIDA, 2018, p. 88), esse se utiliza do racismo para segregar, dividir, exterminar. Em contrapartida, os contextos de violências infrapolíticas e políticas ocasionam resistências locais, capazes, se articuladas, recriarem novas formas de compreender suas existências, bem como criam e reivindicam políticas públicas e ações afirmativas de comprometimento com a equidade.

Neste trabalho, compreendemos que um exemplo dessas reivindicações dos grupos negros auto-organizados – dos movimentos juvenis, movimentos da cultura Hip Hop,

²⁴ Conceito similar ao conceito de Necropolítica. Este último, é entendido pelo pesquisador camaronês Achille Mbembe como quando os conceitos de guerra, política, homicídio e suicídio aparecem de forma indistintas em dado território. Tal autor, afirma que o colonialismo foi um processo de universalização do corpo branco europeu, cujo objetivo era introduzir os corpos não-brancos colonizados na modernidade para servirem de mão-de-obra barata. Aspirando a soberania, os colonizadores lutaram pelo poder de decidir quem vive e quem morre, lutar por soberania é lutar para esse poder, entendendo que a vida, morte e corpo estão inscritos na ordem de poder (MBEMBE, 2016, p. 123). Assim a soberania controla vida e morte.

movimentos comunitários, movimentos de mulheres da/na periferia, movimentos de populações de rua – foram fundamentais para a elaboração, execução e permanência da política pública do Núcleo Afro Odomodê, cuja história dialoga diretamente com os conceitos aqui abordados, pois, além de contemplar as juventudes afro-brasileiras capixabas, moradoras da periferia, oferece ações que promovem uma contracorrente das opressões e demais formas de violências raciais abordadas nesse tópico, especificamente os conceitos de raça, segregações e discriminações em seus territórios.

Visando compreender melhor tais relações, no próximo tópico, abordaremos brevemente as fases dos movimentos negros, bem como as lutas e reivindicações características de cada uma delas, ressaltando os contextos de como os racismos foram/são transpassados pela história dos corpos negros capixabas e onde estiveram os subsídios de suas formas de re-existência para a criação do Núcleo Afro Odomodê.

3.1 A RE-EXISTÊNCIA DOS CORPOS AFRO-BRASILEIROS

Os processos de violências ocasionados pelo racismo estrutural brasileiro e suas formas de ação, mencionados anteriormente, não foram encarados de forma pacífica pelos corpos não-brancos. O professor Gustavo Henrique Forde, em seu livro “Vozes Negras”, conta a história do racismo brasileiro na educação capixaba e as formas de resistência dos corpos afro-brasileiros através do movimento negro local, bem como suas contribuições para as políticas e Educação no Espírito Santo.

De acordo com Forde (2019), antes da Abolição, as resistências eram marginalizadas e, portanto, não documentadas, fazendo com que o movimento negro organizado só fosse legitimado, socialmente, após a falsa abolição²⁵ da escravatura. Assim, foram invisibilizados vários processos de re-existência pré-abolicionistas, como as criações de quilombos, a exemplo do de Palmares e do de Ambrósio, além da invisibilização de inúmeras personalidades negras que lideraram processos de luta antirracista, como Dandara e Zumbi dos Palmares, líderes e organizadores de quilombos; Zacimba Gaba, princesa angolana que libertou inúmeros escravizados em São Matheus/ES; Luiz Gama, primeiro advogado negro abolicionista do Brasil, dentre outros.

²⁵ Lei Áurea, oficialmente Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888, decreto extinguindo a legalidade da escravidão no Brasil.

Desta forma, este subtópico se propõe a destacar os processos de lutas e re-existências protagonizados pelos movimentos negros auto-organizados, os quais nos auxiliam a compreender a construção, implementação e manutenção do Núcleo Afro Odomodê. Para melhor compreensão, utilizaremos os estudos de Petrônio Domingues (2007), que nos oferece uma divisão cronológica das fases dos processos de resistências dos corpos negros que, ao se organizarem, intitularam-se Movimento Negro. De acordo com esse autor, as fases do movimento negro são: a) A primeira, entre 1889 a 1945, que corresponde ao período que vai da Primeira República ao Estado Novo; b) A segunda, entre 1946 a 1977, que corresponde ao período que vai da Segunda República à Ditadura²⁶ Civil-Militar; c) A terceira, entre 1978 a 2000, que corresponde ao processo de redemocratização e vai até a República Nova; d) A quarta, entre os anos 2000 e os dias atuais, em que se destaca um movimento cultural inovador no qual as reivindicações históricas se somam à cultura Hip Hop, cultura do samba e saberes tradicionais em busca de políticas afirmativas, a exemplo da Lei nº 10.639/03 e as cotas raciais.

O intuito aqui não é o de apresentar detalhadamente todos os eventos que marcaram essas fases e sim os eventos que nos auxiliam a pensar o objeto de pesquisa em questão, principalmente as formas de re-existências dos corpos afro-brasileiros juvenis e as estéticas afro presentes. Além de que todas essas fases nos contam sobre o processo histórico da re-existência negra no Brasil ao longo dos anos, sendo importante frisar que, concordando com Francisco Bethencourt (2018), os racismos se adaptam, fazendo com que suas vítimas recriem e re-existam em inúmeros territórios.

Assim, ao analisar os processos raciais de um local, é preciso valorizar passado, presente e futuro como processos constantes e interligados. Por exemplo, alguns locais do Brasil hoje podem estar com seus movimentos negros contendo elementos da década de 20 (primeira fase) e elementos da cultura Hip Hop (quarta fase), o que não os torna “atrasados” ou “adiantados”, pois, da mesma forma como os racismos se adaptam aos grupos de formas diversas, os corpos re-existent também se recriam de acordo com as formas de opressões sofridas.

²⁶ No período entre 1964 e 1977, Domingues (2007) explicita, os movimentos negros sofreram fortes perseguições da Ditadura, o que ocasionou uma mobilização mais sutil e estratégica por parte dos movimentos negros, que buscaram novos tipos de alianças e assumiram compromissos com diversas forças políticas e ideológicas, como sindicatos e partidos políticos.

3.1.1 Primeira Fase

Após a falsa abolição da escravatura, as populações negras brasileiras, antes escravizadas, tiveram suas primeiras inserções²⁷ no mercado de trabalho, o que gerou nos corpos afro-brasileiros uma série de conflitos e tensões raciais caracterizadas pelo “deixar de ser um ser escravizado, objeto comercial, para se tornar um sujeito, mão de obra”.

Assim, nessa primeira fase, dos anos 1889 a 1945, classificada como fase assimilacionista, os corpos negros assumiam, aos poucos, a condição de “ser humano” para inserção no sistema como “trabalhadores”. Para tal, os valores coloniais regentes foram incorporados pelos corpos negros na época, adaptando-os à sociedade moderna, pois esses agora participavam dos meios de produção, sendo “donos”²⁸ de seus corpos.

Mesmo que oficialmente o movimento negro seja legitimado a partir desse período, é importante enfatizar que inúmeras personalidades e grupos negros já se mobilizavam contra as desigualdades sócio-raciais, originando, na pós-Abolição, grêmios, associações ou até mesmo clubes.

Em São Paulo, apareceram o Club 13 de Maio dos Homens Pretos (1902), o Centro Literário dos Homens de Cor (1903), a Sociedade Propugnadora 13 de Maio (1906), o Centro Cultural Henrique Dias (1908), a Sociedade União Cívica dos Homens de Cor (1915), a Associação Protetora dos Brasileiros Pretos (1917); no Rio de Janeiro, o Centro da Federação dos Homens de Cor; em Pelotas/ RG, a Sociedade Progresso da Raça Africana (1891); em Lages/SC, o Centro Cívico Cruz e Souza (1918). Em São Paulo, a agremiação negra mais antiga desse período foi o Clube 28 de Setembro, constituído em 1897. As maiores delas foram o Grupo Dramático e Recreativo Kosmos e o Centro Cívico Palmares, fundados em 1908 e 1926, respectivamente (DOMINGOS, 2007).

Estas organizações possuíam, inicialmente, um cunho assistencialista, recreativo e/ou cultural devido à grande massa negra que permanecia sem aquisição de direitos e educação. Assim, as movimentações negras agiam com o intuito de expandir os conhecimentos para com os direitos civis dos agora trabalhadores negros e negras. O meio escolhido foi formar pedagogicamente, através de eventos, os grupos em que mais havia trabalhadores negros

²⁷ Vale destacar que, neste período, muitas pessoas, antes escravizadas, mantiveram-se nas fazendas, latifúndios e casas de seus antigos donos, recebendo pequenas quantias de dinheiro ou somente recebendo comidas e/ou ferramentas em troca de trabalho, não tendo de fato uma “liberdade profissional”.

²⁸ Nesta primeira fase, por conta da ausência de políticas públicas afirmativas para a população negra, muitos negros e negras, mesmo após a Abolição, continuaram trabalhando em condições sub-humanas herdadas do sistema colonial, trazendo para a atualidade a divisão racial e sexual do trabalho.

como portuários, ferroviários e ensacadores, corroborando para uma organização de modelo similar ao sindical²⁹.

Para o Estado, transformar as populações negras escravizadas em trabalhadores assalariados não era tarefa fácil, então, ao invés de optar por políticas democráticas para inserção da população negra no mercado de trabalho e demais direitos como moradia e educação, a escolha do Estado brasileiro consistiu na importação do Higienismo, visando branquear³⁰ a sociedade, optando por políticas de extermínio, decidindo quais eram os corpos que deveriam viver e os que deveriam morrer (ALMEIDA, 2018, p. 88), implantando uma série de políticas genocidas e de castrações voltadas para a população afro-brasileira.

Os corpos negros, ainda acompanhados pela colonialidade e ideologia escravocrata, já haviam sido docilizados de diversas formas pelo sistema colonialista, incorporando estigmas e estereótipos de inferiorização. Com a pós-Abolição, o objetivo era que esses corpos negros se tornassem as mãos-de-obra do novo sistema, uma vez o negro escravizado não era lucrativo com a chegada da industrialização (CARNEIRO, 2017, p. 16). Mattos (2007) nos aponta que a necessidade de se controlar os diversos corpos negros no pós-Abolição fez com que o Estado entregasse para a classe médica o projeto de uma nação brasileira.

Vale destacar que, neste período, a Escola ainda não era acessada pelas crianças e juventudes afrodescendentes, que, em sua maioria, trabalhavam de forma subalternizada nas propriedades em que nasciam.

Um elemento importante a ser citado é a inserção dos valores higienistas quanto aos “corpos ideais” no interior do militarismo brasileiro, que, neste período, utilizou-se do campo da Educação Física para a promoção e incorporação de tais valores no interior das escolas, os quais se encontram presentes até os dias atuais. De acordo com Soares (1994),

Quanto à Educação Física, particularmente a escolar, privilegia em suas propostas pedagógicas aquela de base anatomofisiológica retirada do interior do pensamento médico higienista. Consideram-na um valioso componente curricular com acentuado caráter higiênico, eugênico e moral, caráter este desenvolvido segundo os pressupostos da moralidade sanitária, que se instaura no Brasil a partir da segunda metade do século XIX (1994, p. 71).

²⁹ Domingues (2007) também enfatiza em seu trabalho estudos que apontaram para a existência de 123 (cento e vinte e três) associações negras em São Paulo, entre 1907 e 1937; para a criação de 72 (setenta e duas) associações em Porto Alegre, de 1889 a 1920; além de 53 (cinquenta e três) organizações em Pelotas/RS, entre 1888 e 1929. Tal autor também destaca as associações constituídas pelas mulheres negras, como a Sociedade Brinco das Princesas (1925), em São Paulo, e a Sociedade de Socorros Mútuos Princesa do Sul (1908), em Pelotas.

³⁰ Decreto nº 9.081, de 3 de Novembro de 1911, conhecido como decreto de povoamento de imigrantes europeus, sendo interpretada pelo Movimento Negro como a primeira política de cotas privilegiando a branquitude e oferecendo acesso e permanência a um território da União.

Paralelo a isso, os higienistas brasileiros concordavam com o movimento higienista europeu quanto ao branqueamento, porém, graças ao fato de esses serem miscigenados, deu-se origem a um racismo à brasileira, desencadeando uma identidade nacional patologizada (CARNEIRO, 2017, p. 20), o que corroborou para a construção do imaginário social forjado por uma identidade brasileira que recusava as contribuições dos saberes advindos do continente africano.

Neste período, com os corpos negros “em liberdade”, foi realizado um extenso projeto nacional de branqueamento da nação brasileira objetivando a exaltação dos corpos brancos europeus, em que esses representariam a superioridade biológica, enquanto os corpos negros e indígenas eram subalternizados e marginalizados. Nesse mesmo projeto, a miscigenação era criticada por causar supostos danos irreversíveis na descendência. O médico Renato Kehl, por exemplo, chegou a propor a esterilização dos mestiços no Brasil (SCHWARCZ, 1996, p. 176). Tais propostas se tratavam de um movimento eugênico rapidamente transformado em campanha e projeto nacionalista agressivo contra a população negra e indígena. Como exemplo disso, temos o ditado popularizado nesse período: “quem não puxa aos seus, degenera”.

Assim, o Brasil preferiu marginalizar e oprimir os corpos negros para que se mantivessem longe dos locais de poder. A estratégia escolhida para tal foi a aproximação entre o campo do Direito e a Medicina, de modo que as características físicas de uma raça determinavam as chances de um indivíduo cometer crimes ou não. Os problemas estruturais da sociedade racista foram reduzidos a problemas biológicos degenerativos.

Neste contexto, somente as características fenotípicas dos corpos não-brancos eram consideradas como geneticamente sujeitas à prática de assaltos, roubos e crimes, suscitando a criminalização e marginalização dos corpos não-brancos pelo “reconhecimento” de criminosos através da aparência (BETHENCOURT, 2018, p.19) e marginalizando os corpos negros e indígenas, bem como seus hábitos, costumes e estéticas.

Com os rostos dos “criminosos” decididos pelo Estado, iniciou-se uma ampla campanha nacional de representação do “futuro da nação” com a promessa do avanço em procedimentos médicos e a melhora da raça. As pinturas e publicidades retratavam o corpo branquificado, propondo a criação de uma única estética nacional “bela”, pautada nos corpos eurodescendentes, sinônimo de vigor e saúde, a exemplo da promoção de concursos de beleza eugenistas (Figura 2).

FIGURA 2— Matéria jornalística demonstrando criança vencedora do concurso de beleza eugenista do estado de São Paulo

MENSAL

<p style="text-align: center;">EDITADO em propaganda do Instituto Brasileiro de Eugenia Caixa Postal 2926 — Rio de Janeiro — Brasil</p>	<p>MAIO DE 1929</p> <p>VOL. I — NUM. 5</p>	<p style="text-align: center;">Direcção e Propriedade DR. REAVITO KELL Rua Smith Vasconcellos, 63 — (Aguas Fereiras) CAIXA POSTAL 2926 — RIO DE JANEIRO — BRASIL</p>
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Pelo aperfeiçoamento da nacionalidade

A 1.^a Brasileira Eugenizada

Convidado pelo Dr. Waldomiro de Oliveira, director do Serviço Sanitário de São Paulo, fui assistir á entrega dos premios aos vencedores do primeiro Concurso de Eugenia, pela primeira vez realizado no Brasil e, talvez, em todas as Americas.

Coube-me a honra de entregar o galardão destinado á primeira brasileira considerada oficialmente eugenizada.

Como disse em entrevista concedida ao «O Estado de São Paulo», a São Paulo coube a primazia na fundação da primeira Sociedade Eugénica criada no continente sul-americano e a prioridade na cruzada em pról da sciencia de Galton. Era natural, portanto, que em São Paulo tivesse logar o primeiro Concurso de Eugenia. Exultei com a sua realização. Ella tem alta significação como exemplo e emulação para o fomento da pa-

Cuidar do aperfeiçoamento eugenico é cultivar as bases da felicidade do povo e fortalecimento integral do paiz.

Para a alma humana, um corpo sadio é um asylo; um corpo doente é um carcere. — Bacon.

A Eugénização é um capital posto a juros a longo prazo pelos patriotas esclarecidos, de vistas largas e de espirito atilado.



Este interesse, por si, bastaria para justificar a repetição do certamen

Como disse em entrevista concedida ao «O Estado de São Paulo», a São Paulo coube a primazia na fundação da primeira Sociedade Eugénica criada no continente sul-americano e a prioridade na cruzada em pról da sciencia de Galton. Era natural, portanto, que em São Paulo tivesse logar o primeiro Concurso de Eugenia. Exultei com a sua realização. Ella tem alta significação como exemplo e emulação para o fomento da paternidade digna e como testemunho de que a propaganda do aperfeiçoamento eugenico está dando resultados evidentes e valiosos para a nossa terra e para a nossa gente.

Um dos mais importantes problemas da sciencia de Galton consiste na selecção dos «bem dotados», isto é, na escolha dos melhor preparados physica, psychica e mentalmente. Dessa selecção derivam varias consequencias de valor: em primeiro logar, concorre para augmentar o interesse publico, fazendo com que os paes se esclareçam no tocante á constituição de proles sadias e bellas; em segundo logar, serve para a organização de um ensaio de patronagem da futura elite nacional de eugenizados; finalmente, contribue com preciosos elementos para importantissimos estudos relativos á hereditariedade, ao meio social e familiar, ao cruzamento de raças, etc.

No presente concurso evidenciou-se o alto interesse dos paes, que se preocupavam em discernir as possibilidades de victoria apresentadas pelos filhos; pesando os elementos individuais e hereditarios com que contavam os filhos para o concurso; discutindo, em familia, os «prós» e os «contra»; estudando os antepassados, procedendo a uma devassa na vida de cada um, orgulhando-se ou revoltando-se contra as suas qualidades ou defeitos physicos, psychicos e mentaes.

selecção dos concorrentes inscriptos. Obedeceu ella o seguinte criterio: a) organizada a lista dos candidatos, menores dos dois sexos, de 3 a 5 annos, foram os mesmos fichados (ficha especialmente preparada para esse fim) e examinados, não só em relação ás enfermidades physicas, como mentaes, abrangendo a syndicancia a ascendencia dos inscriptos; b) na primeira selecção foram classificados 70 candidatos, os quaes foram, novamente, submettidos a uma segunda selecção.

Obedeceu ella o seguinte criterio: a) organizada a lista dos candidatos, menores dos dois sexos, de 3 a 5 annos, foram os mesmos fichados (ficha especialmente preparada para esse fim) e examinados, não só em relação ás enfermidades physicas, como mentaes, abrangendo a syndicancia a ascendencia dos inscriptos; b) na primeira selecção foram classificados 70 candidatos, os quaes foram, novamente, submettidos a uma segunda selecção, sendo eliminados 40, por varios motivos. Submettidos a um cuidadoso exame os 30 escolhidos foram retirados 7, dos quaes, finalmente, a commissão classificou os seguintes: 1.^o premio Adenir Ferreira de Carvalho, 2.^o Ruth de Carvalho Lopes, 3.^o Rachel Celeste Bonaro.

A Ademir conta 3 annos, tem 8 irmãos vivos, 6 tios maternos e 7 paternos, todos sadios.

Como disse na entrevista supra citada, a idade estipulada não me pareceu muito feliz. Seria melhor que o concurso fosse para crianças na idade escolar. Uma verdadeira selecção eugenica deveria comprehender somente individuos em completo desenvolvimento somato-psychico. Entretanto, esta minha restricção em nada pretende diminuir o valor desse bello empreendimento, que teve de subordinar-se ás condições estipuladas pelos idealizadores do concurso e doadores dos premios.

Parabens á «primeira brasileira eugenizada» e a seus paes, que devem estar radiantes com a victoria da



Adenir — 3 annos — 1.^o Premio do 1.^o Concurso de Eugenia realizado em São Paulo, sob a orientação do Serviço Sanitário do Estado.

referido.

O julgamento foi executado com todas as regras. Uma commissão escolhida pelo Dr. Waldomiro de Oliveira e composta dos Drs. Cantídio de Moura Campos, Clemente Ferreira F. Figueira de Mello, Garcia Braga, Dalmacio Azevedo e Octavio Gonzaga observou o maximo rigor na

Fonte: Imagem extraída do site “São Paulo in foco”

Neste período, assimilacionista, a resistência negra se concentrava na autoafirmação como humanos e na busca por melhores condições trabalhistas diante das opressões eugenistas. Na tentativa de se distinguir do estigma da escravização, a população negra visou se encaixar nas normalizações para o mercado de trabalho, corroborando para o aumento de valores brancos entre os negros (CARNEIRO, 2017, p. 22). De acordo com Gustavo Carneiro (2017), o branqueamento a ser atingido ocorria por conta das hierarquias presentes na época, que perseguiram as estéticas afros no mercado de trabalho. Ou seja, as roupagens de origem africana e o cabelo cacheado e crespo eram completamente marginalizados.

A partir de 1937, o presidente Getúlio Vargas iniciou um novo projeto de nação brasileira, o Estado Novo, em que houve a tentativa de universalizar e definir a “identidade brasileira” na tentativa de reorganização social. Para tal, as instituições médicas, militares e esportivas foram fundamentais. No ano seguinte, ocorreu a criação do primeiro movimento negro auto organizado, amplamente reconhecido, denominado Frente Negra Brasileira (FNB)³¹, considerada a sucessora do Centro Cívico Palmares, de 1926.

Nesta época, houve a utilização da nomenclatura “raça”³² para designar identidade, criticando a ausência de oportunidades e visando a novos espaços de atuação para a população afro-descendente. Assim, identificamos, já nesse período, que uma das formas pedagógicas de ir na contra-corrente da colonialidade foi compreendendo os usos do corpo, das festas e demais elementos culturais afrodescendentes com a participação das juventudes afro-brasileiras.

Em paralelo a esse processo, filósofos, médicos, militares, autores e pedagogos foram “convocados” a pensar e a construir esse novo Brasil. Obras se tornaram clássicas e autores foram imortalizados. Dentre eles, citamos Gilberto Freyre, com seu primeiro e mais famoso

³¹ A FNB foi uma das primeiras organizações negras com reivindicações políticas mais deliberadas, chegando a se tornar partido político. Com seus mais de 20 (vinte) mil associados, a entidade pedagogizava seus ensinamentos contra o racismo da época, “proporcionando escola, grupo musical e teatral, time de futebol, departamento jurídico, além de oferecer serviço médico e odontológico, cursos de formação política, de artes e ofícios” (DOMINGUES, 2007), bem como a publicação do jornal “A Voz da Raça”. As contribuições das mulheres negras foram fundamentais para a criação e continuidade da Frente Negra Brasileira, em que elas, além de contribuírem para as deliberações, realizavam trabalhos culturais e assistenciais. “A Cruzada Feminina, por exemplo, mobilizava as negras para realizar trabalhos assistencialistas. Já uma outra comissão feminina, as Rosas Negras, organizava bailes e festivais artísticos” (DOMINGUES, 2007).

³² A Frente Negra Brasileira foi alvo de muitas críticas, pois, na época, utilizavam-se discursos nazifascistas para promover o que hoje compreendemos como “empoderamento negro”. Assim, os discursos se utilizavam do conceito de “raça” com o intuito de aproximar o negro de princípios e valores euro-referenciados.

livro, “Casa-Grande & Senzala”³³ (1933), e Sergio Buarque de Holanda, com a obra “Raízes do Brasil” (1936).

Estas duas obras criticam duramente as doutrinas racistas advindas das teorias da raça, principalmente as concepções de que a miscigenação seria nociva à nação brasileira. Os autores em questão concordavam que o determinismo racial ou climático não influenciara no desenvolvimento do país. Entretanto, a problemática apresentada aqui é a de que o modelo de “combate ao racismo” ocorreu através da minimização do mesmo, realçando o mito da democracia racial (JACINO, 2017).

Tal fato descaracterizou as inúmeras diversidades étnicas e culturais presentes nos povos de pele branca, negra e indígena, prejudicando o aprofundamento do foco de suas análises. Tais obras auxiliaram na disseminação do mito da democracia racial no Brasil, corroborando para um imaginário social forjado, que compreende as relações entre os diversos povos negros, indígenas e brancos mais harmônicas do que as demais escravizações do Globo (como a norte-americana), ignorando as reivindicações realizadas pelos movimentos negros brasileiros.

Neste período, poucos negros e negras acessavam as universidades, contando somente com as educações informais para a disseminação da cultura afro-brasileira. Distante dos símbolos afrorreferenciados, as identidades distintas foram transformadas em folclore, supervalorizando a cultura europeia e exotificando negros e indígenas (CARNEIRO, 2017, p. 29). O modelo de luta antirracista do final dos anos 30 caracterizava-se, então, com a tentativa de igualdade humana ainda a partir das epistemologias eurocentradas. O mito da democracia racial era presente dentro do próprio movimento negro auto-organizado, conflitando as violências históricas do processo de miscigenação com o inventário do mito das três raças: branco, negro e índio.

A luta marcial brasileira, a capoeira, foi exemplo desse processo ao ser proibida pela Lei de Vadiagem, presente no Código Penal de 1890, que instituía a proibição da exibição pública de “*exercícios de habilidade e destreza corporal conhecidos pela denominação de capoeiragem*”. Tal lei só criminalizava corpos afrodescendentes. Ou seja, concentrava-se em oprimir através dos fenótipos raciais presentes nos corpos afro-brasileiros. Entretanto, com as iniciativas comerciais da Era Vargas de se utilizar a cultura afro-brasileira como símbolo nacional, a capoeira foi democratizada. Outro exemplo é o samba, que, de acordo com Amailton Magno Azevedo, no início do século XX, era entendido como um movimento

³³ É importante destacar que apesar dessa obra ser a precursora do pensamento do mito das três raças e do mito da democracia racial, esses conceitos não foram discutidos explicitamente no interior da mesma.

inferiorizado e somente no Estado Novo foi inserido nas lógicas comerciais, sendo reconhecido como símbolo nacional e gerando investimentos nas artes do corpo e estética negra (AZEVEDO, 2015, p.191).

Vale destacar que mesmo com as opressões e violências coloniais, posteriormente atualizadas com a transição para o sistema capitalista, os corpos negros adaptaram seus costumes, crenças, saberes e hábitos no Brasil, gerando uma enorme diversidade cultural e epistêmica na diáspora negra brasileira.

Os movimentos negros organizados iniciaram, então, nos últimos anos da década de 30, uma série de análises de conjunturas, principalmente com a extinção da FNB em 1937, quando os movimentos negros aumentaram seus tensionamentos e manifestações contra a ausência de direitos civis para a população negra, repensando os discursos do mito da democracia racial, principalmente por parte da branquitude que mantinha o *status quo* dos racismos à brasileira nas estruturas e instituições brasileiras, em que as pessoas negras se mantinham subalternizadas e as pessoas brancas se mantinham nos espaços de poder.

A partir disso, os movimentos negros iniciaram o processo de auto-reorganização, reivindicando as contribuições do povo negro nos mais de 300 anos de escravidão que instituíram uma série de hábitos, costumes e saberes no Brasil, trazidos pelos povos africanos e transformados pela diáspora afro-brasileira, dando início à segunda fase histórica de seu movimento auto-organizado.

3.1.2 Segunda Fase

Marcada pela Segunda República até a implantação da Ditadura Militar no Brasil (1946-1977), essa fase foi caracterizada por um período de intensa repressão política em que o governo se aperfeiçoava em projetar a “nacionalidade brasileira” e encontrou no mito da democracia racial um importante elemento para desarticular as reivindicações negras e invisibilizar a existência do racismo no Brasil.

Ademais, houve o aumento significativo das injustiças promovidas pelas ações higienistas do Estado e dos questionamentos em relação à suposta democracia racial por parte dos movimentos de luta, originando a segunda fase do movimento negro, caracterizada pela busca de uma identidade negra positiva e afirmativa aos corpos afro-brasileiros, por meio de reivindicações em relação às injustiças e inacessibilidade em espaços de poder.

Nesta fase, o termo “raça” abandona seu cunho puramente fenótipo e começa a ser compreendido como um termo manipulado pelo higienismo, tendo uma conotação muito mais sócio-política do que biológica.

Um dos marcos mais relevantes desse período foi a criação da União dos Homens de Cor (UHC), Instituto Nacional do Negro e Museu do Negro, além do Teatro Experimental do Negro (TEN), em 13 de outubro de 1944, por Abdias do Nascimento, que influenciou todo esse período.

Além disso,

[...]articulou-se o Conselho Nacional das Mulheres Negras, em 1950. Em Minas Gerais, foi criado o Grêmio Literário Cruz e Souza, em 1943; e a Associação José do Patrocínio, em 1951. Em São Paulo, surgiram a Associação do Negro Brasileiro, em 1945, a Frente Negra Trabalhista e a Associação Cultural do Negro, em 1954, com inserção no meio negro mais tradicional. No Rio de Janeiro, em 1944, ainda veio a lume o Comitê Democrático Afro-Brasileiro – que defendeu a convocação da Assembleia Constituinte, a Anistia e o fim do preconceito racial –, entre dezenas de outros grupos dispersos pelo Brasil [...] (DOMINGUES, 2007).

O intuito dessas organizações era valorizar e disseminar os conhecimentos advindos do continente africano, reformulados e criados na diáspora brasileira. As festas, danças, reuniões, grêmios e clubes foram importantes espaços para a valorização e disseminação da cultura afro-brasileira, corroborando para o aperfeiçoamento do ensino para com a luta antirracista.

Vale destacar que esse momento também foi marcado pelo isolamento das organizações negras, que foram invisibilizadas e marginalizadas por todas as vertentes políticas do país. Entretanto, tais organizações conquistaram a primeira lei antidiscriminatória do país, chamada de “Afonso Arinos”, aprovada no Congresso Nacional em 1951, após o escândalo de racismo que envolveu a bailarina negra norte-americana Katherine Dunham, impedida de se hospedar em um hotel em São Paulo.

Ademais, os movimentos faziam suas reflexões com os recursos dispostos na época, dentre os quais citamos especialmente o tem, que visou discutir o papel dos corpos afro-brasileiros na sociedade brasileira através da valorização da arte, dança, expressão e dramaturgia brasileira. O TEN também se dedicou a alfabetizar ex-escravizados e transformá-los em atores. Posteriormente, os atores e artistas desse coletivo (juventude) iniciaram inúmeros movimentos de reivindicações políticas para a população negra. Aqui no interior dos movimentos negros auto-organizados, iniciou-se a discussão central sobre a inserção da população negra nas escolas, valorização da identidade negra, exaltação da autoestima negra e ampliação da cultura afro-brasileira e sua contribuição para as políticas públicas no Brasil.

Destacamos o TEN, pois foi a partir desse movimento que os estudos afros se expandiram, aumentando o contato com os movimentos negros dos Estados Unidos da América e dos países africanos, em especial os lusófonos, como Angola e Moçambique. Essa aproximação se deu graças ao fato de que somente a partir do ano de 1960 os países africanos conseguiram sua independência, traçando projetos de decolonização e inspirando a luta brasileira. Tal fato fez com que os movimentos negros brasileiros se debruçassem sobre os movimentos de negritude, iniciados por Aimé Cesaire, ao redor do Globo. Nesse período, a

Negritude passou a ser um conceito dinâmico, o qual tem um caráter político, ideológico e cultural. No terreno político, negritude serve de subsídio para a **ação do movimento negro organizado**. No campo ideológico, negritude pode ser entendida como processo de **aquisição de uma consciência racial**. Já na esfera cultural, negritude é a tendência de **valorização de toda manifestação cultural de matriz africana**. Portanto, negritude é um conceito multifacetado, que precisa ser compreendido a luz dos diversos contextos históricos (PETRÔNIO, 2005, p. 2, grifo nosso).

Além desse conceito, os movimentos estavam sob influência dos estudos francófonos de cunho decolonial, como as contribuições feitas por Franz Fanon, pelos partidos políticos negros dos Panteras Negras, além dos movimentos de liberdade contra o regime de segregação racial, o *apartheid*, liderado por Winny e Nelson Mandela na África do Sul.

O foco então tornou-se repensar as formas de valorização da ancestralidade e cultura afro-brasileira, intensificando também a necessidade de uma educação voltada para as relações étnico-raciais, propondo uma africanização dos estudos que promovesse também as contribuições das negritudes brasileiras. Tal período foi marcado por uma iniciação aos estudos étnicos e raciais, visando à valorização da cultura negra local, sendo identificada a ausência de uma pedagogização nesses estudos e a falta de políticas públicas voltadas às equidades raciais.

Neste contexto, o movimento negro ainda possuía muitas influências do branqueamento, principalmente as advindas do mito da democracia racial. O processo era o de busca, construção, reinvenção e aprendizagem sobre os saberes, histórias e culturas provenientes do continente africano e dos saberes indígenas, anteriores ao processo de colonização. Essa busca através do contato direto com pensadores e políticos africanos projetou maiores perspectivas ao movimento negro, fazendo com que esse aspirasse a novas inserções em instituições e locais de poder antes não imaginados.

Tais projetos foram bruscamente interrompidos com a chegada da Ditadura Militar em 1964, quando inúmeros espaços de discussões raciais foram perseguidos e/ou eliminados. O argumento principal dos militares se baseava no mito da democracia racial. Assim, os

movimentos negros foram acusados de “inventarem” problemas raciais no Brasil (DOMINGUES, 2007, p. 111). Com esse cenário, marcando o fim do TEN, a Ditadura Militar:

[...] desmobilizou as lideranças negras, lançando-as numa espécie de semiclandestinidade isolada das organizações propriamente clandestinas (sabemos hoje que foi pequeno o número de grupos participantes dessas organizações; principalmente no que se refere aos que militavam no movimento negro) (GONZALEZ apud FORD, 2018, p. 37).

Mesmo com as perseguições políticas visando à desarticulação dos movimentos negros, esses buscaram novas formas de expressar e manifestar seus saberes, memória e cultura. O meio mais propício para tal ocorreu através das construções e elaborações carnavalescas dialogadas com as religiões de matriz africana.

Inicialmente, o intuito da Ditadura era o de “organizar o Brasil” e, como nessa época estava em voga a cultura do samba, chorinho e partido alto, aumentou-se o interesse em diluir as culturas afro, transformando-as em cultura brasileira, em que houvesse a participação dos imigrantes europeus e povos indígenas. Para tal, aumentaram os patrocínios para a criação de Escolas de Samba.

Desta forma, o samba, que inicialmente era disseminado apenas por famílias negras que organizavam um Carnaval amador – constituído por blocos de rua, pequenos bares ou casas de terreiros – receberam incentivos para expandir as apresentações culturais, performando-as.

Neste contexto, a valorização da cultura negra era expressada através do resgate das tradições e saberes advindos do continente africano, como os reinados nigerianos; os penteados e instrumentos bantus; as religiosidades das nações de Jêje, Ketu e Angola; as ervas advindas da Costa do Marfim e Guiné Bissau; as heranças das linguagens africanas; e as contribuições e invenções afro-brasileiras, como a Capoeira e o sincretismo das cosmologias afros com as advindas de povos de nações indígenas.

Por mais que houvesse inúmeras problematizações quanto à mercadologização do Carnaval e a criação da profissionalização da mulata³⁴ pela branquitude, esse período era compreendido como uma evolução para a população afro-brasileira, pois os carnavais do

³⁴ De acordo com Lélia Gonzalez, uma das estratégias do mito da democracia racial consistia na profissionalização da mulata, especialmente no Carnaval, como uma forma de manter a valorização da miscigenação e de recriar a antiga “mucama”, aquela escravizada que, além de precisar realizar serviços domésticos na casa grande, era obrigada a se relacionar sexualmente com senhores e/ou com outros escravizados para prover mais escravizados ao sistema colonial. Assim, a mulata se mantém em empregos domésticos, subalternizados, com baixa remuneração (GONZALEZ, p. 80, 2020).

Brasil estavam sendo instrumento de expansão para as organizações políticas, além da disseminação, através de seus desfiles e estruturas, das diversidades e riquezas étnicas, culturais, religiosas, regionais e estéticas dos povos afros e indígenas por todo o território brasileiro.

Além disso, a mercantilização do Carnaval incentivou uma maior atenção para as musicalidades negras (AZEVEDO, 2015, p. 201) e para as corporeidades negras femininas advindas de África, com as passistas e baianas, já que essas integrantes recriam o modo de dançar feminino, um saber que marca a estética negra (AZEVEDO, 2015).

Desta forma, o momento político era de repressão às discussões raciais, o que gerou uma desarticulação nacional dos movimentos negros quanto a suas reivindicações pelas equidades raciais brasileiras e o fim do mito da democracia racial. Para tal, no início dos anos 70, as movimentações negras retomaram suas organizações como movimentos populares, sindicais e estudantis, ainda sob opressão militar.

Assim, durante a Ditadura, muitos processos de re-existência ocorreram no interior das comunidades e organizações negras, principalmente na reivindicação por melhores condições de vida, o que, a partir da década de 1970, desencadeou um aumento significativo de pessoas negras nas universidades públicas, culminando no fomento das articulações políticas e sociais pelo surgimento de uma classe média negra.

Neste contexto, no ano de 1971, o poeta, professor e pesquisador gaúcho Oliveira Silveira, um dos fundadores do Grupo Palmares, associação que reunia militantes e pesquisadores da cultura afro-brasileira, em Porto Alegre, propõe nacionalmente, para todos os movimentos negros, que eles adquiram a data de 20 de novembro³⁵ como o dia da consciência negra.

Vale destacar que a expansão das sistematizações pedagógicas para o ensino das culturas afro-brasileiras se deu em todo o Brasil. Como exemplo disso, temos a criação do Bloco Ilê Aye, em 1974, e do Agbara Dudu, com ações voltadas para as juventudes negras, sendo importantes entidades para a valorização da estética e beleza afro-brasileira, sobretudo nas ações para/com a juventude, além da internacionalização do movimento *Black is Beautiful*, (GONZALEZ, 2020, p. 243).

³⁵ O Dia Nacional da Consciência Negra, 20 de novembro, foi incluído ao calendário escolar somente no ano de 2003, até ser oficialmente instituído em âmbito nacional mediante a Lei nº 12 519, de 10 de novembro de 2011, sendo feriado em cerca de mil cidades em todo o país e nos estados de Alagoas, Amazonas, Amapá, Mato Grosso e Rio de Janeiro através de decretos estaduais. Em estados que não aderiram à lei, a responsabilidade é de cada Câmara de Vereadores, que decide se haverá o feriado no município.

Além dessas, uma série de articulações nacionais foram realizadas, como a fundação do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN), fundado em 1975, na cidade do Rio de Janeiro, e que continua em exercício até os dias atuais, tendo grande relevância, capacitando militantes e atuando em diferentes instâncias, como, por exemplo, nas escolas de samba e no campo das Artes em geral. Nesses espaços, intelectuais, militantes e professoras como Lélia Gonzalez, Maria Beatriz Nascimento, Helena Theodoro, Januário Garcia (fotógrafo) e Milton Gonçalves (ator) tiveram uma presença marcante na luta pelos Direitos Humanos, no combate ao racismo institucional e na promoção da Igualdade Racial.

De fato, a partir das décadas de 1970 e 1980, o movimento negro assume “um discurso radicalizado contra a discriminação racial”, sob forte influência das discussões voltadas às classes sociais, advindas de partidos de esquerda. Como pontos relevantes de atuação do Movimento Negro nesse período histórico, temos:

[...] a centralidade da raça pelo Movimento Negro como sendo uma construção social, acompanhada da sua ressignificação e politização; e a explicitação da complexa imbricação entre as desigualdades sociais e raciais. A partir do final dos anos de 1970, o Movimento Negro, juntamente com alguns intelectuais negros e não negros, alertou a sociedade e o Estado para o fato de que a desigualdade que atinge a população negra brasileira não é somente uma herança de um passado escravagista, mas, sim um fenômeno mais complexo e multicausal, produto de uma trama complexa entre plano econômico, político e cultural (GOMES, 2017, p. 26).

Desta forma, o aspecto cultural do povo negro ganha força e espaço nas reivindicações políticas da época, visando a uma reivindicação mais elaborada e mais sistematizada em relação ao ensino para as relações étnico-raciais, além dos estreitamentos de elementos, signos, estéticas e símbolos dos povos negros em diáspora. Tal reorganização, abalada pelas desmobilizações da Ditadura Militar, originou a terceira fase do movimento negro.

3.1.3 Terceira Fase

A terceira fase, que foi do ano de 1978 até o fim da década de 1990, caracterizou-se como o momento em que o contexto político presente nas duas fases anteriores era constantemente revisitado, visando a mudanças e avanços na conquista de direitos para a população afro-descendente.

Assim, essa fase foi marcada sobretudo pela criação do Movimento Negro Unificado (MNU); pelas influências das estéticas afro-diaspóricas nas organizações políticas antirracistas; pela valorização das culturas africanas e afro-descendentes; pela aproximação

das discussões raciais com as discussões do materialismo dialético histórico; e pela problematização do movimento de branqueamento no Brasil e sistematização das reivindicações educacionais³⁶ antirracistas.

Os movimentos negros se reorganizavam politicamente considerando a raça negra como fundamental para a construção de costumes, hábitos e usos do corpo no Brasil. Nessa fase, o movimento negro se caracterizou por um reencontro intenso com os países colonizados da América e com o continente africano, iniciando um processo de autoafirmação como raça negra na busca por resistências para com as opressões raciais (CARNEIRO, 2017, p. 33).

Ainda em processo de rearticulação pós-Ditadura, os movimentos sociais negros retomaram suas organizações visando estrategicamente priorizar e unificar pautas no âmbito das políticas públicas. O Estado brasileiro ainda se apoiava no mito da democracia racial para governar e exterminar corpos negros. Inclusive, nos movimentos sociais não-negros, era possível observar a discrepância no avanço dos discursos sociais democráticos que privilegiavam os estudos e reivindicações políticas de classe, desconsiderando as questões raciais.

Desta forma, houve, pela primeira vez, uma aproximação das discussões marxistas, de orientação trotskista, com as discussões raciais, principalmente através do movimento da Convergência Socialista. Tal organização, com suas formações políticas e ideológicas, fertilizou o cenário para o entendimento de que a luta contra o sistema racista brasileiro necessitava atrelar-se à luta anticapitalista e à de gênero.

Afinal, o sistema capitalista no Brasil chegou posteriormente à colonização sob escravização de povos africanos e indígenas, acentuando as desigualdades sociais através das hierarquias raciais. Dessa forma, os militantes negros da época acreditavam que, com a derrubada do sistema capitalista, as chances de se reconstruir uma sociedade igualitária se mostrava promissora para a superação do racismo.

Tal movimentação já realizava ações e eventos voltados para a discussão do contexto e realidade da população negra no Brasil. Todavia, o estopim para a união dessas organizações negras foram a ação de discriminação direta ocorrida quando um jovem negro foi impedido de usar uma piscina em um clube de elite em São Paulo e um caso de tortura, seguida da morte de um integrante do movimento negro da época. Assim, a relação entre corpo negro, militância e esporte se estreitou. Tratava-se do assassinato do primo de um dos integrantes do

³⁶ Tais reivindicações foram fundamentais, pois originaram, posteriormente, as ações afirmativas educacionais, como a atual reserva de vagas para pessoas negras e a Lei nº 10.639/03, de obrigatoriedade do ensino da cultura africana e afro-brasileira na educação formal.

movimento negro e da discriminação contra atletas negros barrados à porta do famoso Clube de Regatas do Tietê (DOMINGUES,2007).

Depois disso, diversas organizações³⁷ se reuniram, no dia 18 de junho de 1978, com o intuito de unificar a luta antirracista, originando, a partir dessa data, o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR).

A ação deliberada para tal se consistiu no ato público realizado, no dia 7 de julho de 1978, nas escadarias do Teatro Municipal, em São Paulo, reunindo cerca de duas mil pessoas. O evento contou com o apoio de inúmeras organizações negras, associações comunitárias, artistas, tendo o protagonismo de inúmeros militantes, dentre eles o professor de Educação Física Amauri Mendes, formado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e fundador da Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (Sinba) – uma das organizações que assinaram a carta de fundação do MUCDR.

Tal ato – também conhecido como a marcha Zumbi dos Palmares (CARNEIRO, 2017, p. 34), um dos principais marcos da relação entre movimento negro brasileiro e esporte – ocupou as ruas de São Paulo visando marchar contra as injustiças sofridas pela população negra como um todo. Inúmeros cartazes e faixas foram feitos com o intuito de denunciar o mito da democracia racial brasileira, aumentando interesses por projetos públicos efetivos de educação para a população negra (CARNEIRO, 2017, p. 35).

Neste ato, também foi elaborada “Uma Carta Aberta” incitando as diversas organizações e associações negras a formarem

seus “Centros de Luta” nos bairros, nas vilas, nas prisões, nos terreiros de candomblé e umbanda, nos locais de trabalho e nas escolas, a fim de organizar a peleja contra a opressão racial, a violência policial, o desemprego, o subemprego e a marginalização da população negra (DOMINGUES, 2007).

Com o MUCDR formado, em sua primeira assembleia como coletivo, a palavra “Negro” foi adicionada, tornando-se então Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR). Tal organização visava a um movimento para a pedagogização nacional contra os racismos estruturais em que a educação para as relações étnico-raciais fosse democratizada em todo o território nacional, principalmente as discussões sobre o pan-africanismo e o conceito de “Negritude”.

O MNUCDR colocava na pauta das discussões o combate ao preconceito e ao racismo, a valorização das culturas de matrizes africanas e a promoção da Igualdade Racial.

³⁷ CECAN, Grupo Afro-Latino América, Câmara do Comércio Afro-Brasileiro, Jornal Abertura, Jornal Capoeira, Grupo de Atletas e Grupo de Artistas Negros (DOMINGUES, 2007).

Tal movimento conseguiu se expandir para todo o território nacional, contendo uma sede em vários estados, inclusive no Espírito Santo.

Estes grupos se concentravam em gerar ações que promovessem a

[...] desmistificação da democracia racial brasileira; organização política da população negra; transformação do Movimento Negro em movimento de massas; formação de um amplo leque de alianças na luta contra o racismo e a exploração do trabalhador; organização para enfrentar a violência policial; organização nos sindicatos e partidos políticos; luta pela introdução da História da África e do Negro no Brasil nos currículos escolares, bem como a busca pelo apoio internacional contra o racismo no país (DOMINGUES, 2007).

Tais objetivos contaram com o auxílio das imprensas negras vigentes naquele período. Os jornais e revistas que visavam à informação e conhecimento para a população negra faziam questão de divulgar os casos de racismos e as demais violências sofridas, bem como de difundir os espaços, eventos e encontros dos movimentos negros auto-organizados (DOMINGUES, 2007).

Estas divulgações auxiliaram no nascimento e expansão do MNUCDR, que visando a uma consciência racial para as populações negras, instaurou inúmeros Centros de Luta – espaços em que eram promovidas ações, eventos, grupos de estudos, discussões políticas, rodas de conversas e locais para eventos culturais e políticos que objetivavam a valorização da cultura, história, estética e educação africana e afro-brasileira, levando em consideração a diáspora africana no Brasil.

Tais Centros de Luta foram fundamentais para a disseminação de movimentos de negritude, autoestima e beleza negra, fazendo com que o MNUCDR fosse reconhecido na história do movimento negro brasileiro como uma entidade fundamental para a pedagogização ampla dos conhecimentos e discussões voltadas para as relações étnico-raciais no Brasil até os dias atuais, sobretudo pelo fato de que tal entidade foi responsável por suscitar a importância de uma rede articulada para melhores deliberações políticas, além de aumentar sua visibilidade pública.

Como exemplo dessas mudanças, temos o 13 de maio, data da abolição da escravatura, que foi ressignificada pelos movimentos negros como o Dia Nacional de Denúncia Contra o Racismo; além do 20 de novembro (dia da morte de Zumbi dos Palmares), que se tornou o Dia Nacional de Consciência Negra. Em 1979, o MNUCDR sintetiza seu nome para Movimento Negro Unificado (MNU).

Neste contexto, houve o retorno da imagem de Zumbi dos Palmares como símbolo da resistência à opressão racial. Para os militantes da época, o termo “negro” representava melhor a luta antirracista e o termo “homem de cor” caiu em desuso. Com os Centros de Luta

e uma ampla comunicação pelo país, as discussões sobre os conteúdos e metodologias existentes no MNU, bem como as práticas pedagógicas, começaram a ser discutidas, aumentando as preocupações em relação aos conteúdos escolares da época, bem como a crítica em relação aos conteúdos preconceituosos dos livros didáticos e a preocupação com a capacitação de professores para desenvolver uma pedagogia anticolonial e antirracista que permitisse uma reavaliação do papel das populações negras na história do Brasil.

Uma das pautas principais do MNU se tornou a obrigatoriedade do ensino da cultura e história da África nos currículos escolares, sugerindo um aumento de autores negros e negras que contribuíssem com novas perspectivas negras.

Após sua criação e expansão, o MNU corroborou substancialmente para a construção de uma consciência negra, aumentando a visibilidade e valorização da cultura afro-brasileira e africana. O MNU se inspirou em vários líderes americanos, como Martin Luther King, Malcom X e o movimento dos *Black Panthers*, além da intensificação de diálogos com os países africanos de língua portuguesa, como Guiné Bissau, Moçambique e Angola.

Nesta fase, dentre as várias ações em prol da população negra na saúde e educação, a militância negra aspirava a uma nova estética na diáspora baseada nos países africanos e reinvenções dos povos afro-brasileiros. O intuito das organizações negras era o de “africanizar-se”, tornar-se negro e negra. O movimento negro então concentrava seus discursos na identidade negra, no resgate da ancestralidade negra presente nos corpos, além da utilização do corpo como instrumento político. Assim, o intuito era o de que através do corpo afro-brasileiro houvesse a incorporação do padrão de beleza negra. A exemplo disso, temos o aumento do uso de estampas étnicas, uso de *Adinkras*³⁸ na arquitetura popular e em tecidos, resgate do uso de cabelos crespos e cacheados, uso de tranças e penteados afros, além da aderência das estéticas e dos costumes africanos na indumentária, na culinária africana e até mesmo nos nomes de crianças.

O intuito era o de valorização do corpo negro advindo do continente africano. O corpo negro começou a ser sinônimo de conhecimento político, beleza negra e ação antirracista. A ligação com África gerou uma efervescência tanto política quanto econômica, pois, para que houvesse uma real valorização da cultura negra e do corpo negro, essa precisaria ocorrer em

³⁸ Os *Adinkras* são um conjunto de símbolos que representam ideias expressas em provérbios. Advindos de saberes, memória e tecnologias africanas, precisamente dos povos acã (*Asante*) da África ocidental, os *Adinkras* compõem um sistema de escrita, valorizando símbolos, geralmente vinculados à realeza de Gana e da Costa do Marfim, identificando linhagens ou soberanos. Eles são encontrados em toda a estética da comunidade, sob forma de estampas em tecidos, adereços, esculpido em madeira, peças de ferro, entre outros.

todas as instâncias da vida, inclusive economicamente. Assim, produtos de cabelos, salões de beleza afro e artesanatos afros geraram novos nichos de mercado, com produtos específicos para a o corpo negro (CARNEIRO, 2017, p. 36).

Neste mesmo contexto, para pensar as possibilidades dos corpos negros advindos de África, era preciso também criticar o uso indiscriminado do Cristianismo como instrumento de colonização e como desarticulador político no combate ao racismo brasileiro por parte da branquitude. Assim, as religiões de matriz africana são revisitadas e ressignificadas como locais de re-existência e parceiras das lutas pela liberdade (DOMINGUES, 2007).

Paralelamente a isso, essa fase também foi marcada por uma campanha política, realizada pelo movimento negro, contra a mestiçagem. Os intelectuais negros e negras da época compreendiam que a mestiçagem se tratava de uma política de branqueamento exercida pelos projetos políticos do Brasil pós-Abolição que objetivavam o genocídio do povo preto.

A compreensão dos movimentos negros da época era a de que a mestiçagem era utilizada em favor das elites brasileiras para reafirmar o mito da democracia racial, evitando uma maior revolução do sistema racial brasileiro, apresentando-a como uma armadilha ideológica alienadora. O mestiço seria, então, alguém que “poderia escolher” ser negro ou não, gerando um entrave para as deliberações políticas dos movimentos negros, afinal o mestiço já era resultado das políticas de branqueamento.

Por isso, o MNU, bem como outras organizações, era contrário aos discursos pró-mestiçagem, promovendo campanhas de valorização das relações interétnicas e a constituição da família negra, pois, de acordo com o pensamento da época, os casamentos interraciais produziam o fenômeno da mestiçagem que, a longo prazo, resultaria em etnocídio.

Vale destacar que nesta época, apesar do rompimento com o modelo judaico cristão, os movimentos negros ainda não se aprofundavam nas discussões sobre gênero e sexualidade, o que, em alguns momentos, resultava em um ambiente heteronormativo contraditório, sendo hostil, machista e patriarcal para as mulheres negras e demais pessoas negras LGBTQIA+.

O principal foco da intelectualidade negra da época era o de repensar a identidade nacional considerando as estéticas negras presentes na diáspora negra brasileira e também a presente em outros países de origem colonial. A busca pela ancestralidade africana, bem como os saberes presentes nesse continente, originou uma série de contatos com as culturas afro ao redor do Globo, dando início, nos últimos anos da década de 1980, a trocas amplas de conhecimentos culturais, educacionais e cíveis.

Assim, as culturas musicais e artísticas presentes na diáspora negra favoreceram a importação e influência da cultura do Funk e da cultura Hip Hop para o Sudeste do Brasil e

posteriormente para todo o país. A incorporação dessas culturas foi fundamental para que os movimentos negros reavaliassem seus valores, métodos e suas formas de expandir os conhecimentos político-ideológicos contra o racismo no Brasil.

A influência das culturas juvenis norte-americanas no Sudeste brasileiro atuou como um meio de realizar denúncias das violências raciais sofridas pelas populações negras, além de criar um cenário de geração de renda para/nas periferias, aumento da produção cultural e valorização das estéticas afro e dos corpos negros através dos eventos promovidos.

Tal cenário aproximou os integrantes das culturas Hip Hop e do Funk dos movimentos negros, afinal ambos suscitavam a valorização da identidade afro-brasileira e reivindicavam melhores condições para as populações negras. Tais movimentações políticas deram procedimento à entrada das discussões étnico-raciais, a partir de 1988, até as reivindicações mais profundas quanto a uma educação antirracista nos currículos (OLIVEIRA, CANDAU, 2013, p. 262). Essas discussões serão melhor aprofundadas no próximo tópico.

3.1.4 Quarta Fase

A última fase, iniciada no fim da década de 90, é caracterizada pela importação e influência da cultura hip-hop e do Funk brasileiro e influenciou substancialmente a identidade e estética dos jovens na periferia (CARNEIRO, 2017, p. 23), resultando em um movimento cultural inovador, responsável por um rompimento com os discursos vanguardistas das entidades negras brasileiras tradicionais.

Inicialmente, a cultura Hip Hop se materializa através de um movimento popular advindo da periferia e comprometido em dialogar com essa, denunciando as violências sofridas nos cotidianos, bem como exaltando as belezas, corpos, linguagens e estéticas existentes em seu interior. Tendo suas primeiras organizações no Sudeste, a cultura do Funk e Hip Hop originou uma série de auto organizações comunitárias, resultando em geração de renda para as juventudes afro-brasileiras, pois protagonizou a criação de eventos de pequeno, médio e grande porte no interior das periferias, utilizando-se de praças e locais abertos para gerar lazer e momentos culturais para as periferias.

Em contrapartida, as violências infrapolíticas para com os corpos negros se intensificaram e se modernizaram com a chegada dos anos 2000. As políticas de extermínio e violência policial se intensificaram nas periferias, o que ocasionou um diálogo ferrenho entre Estado e discussões do movimento negro com novas articulações, principalmente com

Fernando Henrique Cardoso, primeiro presidente a abordar a existência do racismo brasileiro e a compreender o racismo como lugar institucional (CARNEIRO, 2017, p. 35).

Assim, as juventudes afro-brasileiras, principalmente as relacionadas com o movimento da cultura Hip Hop, utilizaram-se do *rap*, *break*, danças urbanas, *grafitti* e batalhas de rima para denunciar as violências, além de fazerem dessas produções culturais algo próprio da periferia.

Tais organizações se destacaram expandindo seus negócios para contratos com gravadoras. Com o Sudeste sendo o principal polo musical do país, a cultura Hip Hop e do Funk se expandem posteriormente para todo o Brasil. Destacamos aqui o surgimento da produtora e gravadora *Furacão 2000*, responsável pela disseminação do Funk carioca, além do surgimento do grupo de *rap Racionais Mc's*.

Tendo seus pilares no *Break*, *Rap*, *Graffiti* e DJ, a cultura Hip Hop no Brasil sofre uma série de mesclagens com a cultura do Funk, trazendo para esta alguns dos elementos daquela, que incorpora outros elementos desta, como o uso de “MC’s” não só para apresentar as batalhas, mas também para “batalhar” e expor suas cifras/versos. “MC” se torna também a nomenclatura para chamar “cantores de Funk carioca”. O Funk também se utiliza de DJ’s, acrescentando, além de *beatbox*, sonoridades diversas mais dançantes. O cenário da periferia favoreceu tais “misturas”, pois tem nas musicalidades negras a valorização de suas culturas, como o samba e o pagode.

A cultura Hip Hop traz para o cenário público a rebeldia das juventudes afro-brasileiras periféricas de forma artística, apresentando novos desafios aos modelos estéticos do movimento negro, que, se antes priorizava a educação formal, agora precisaria reorganizar suas prioridades para com as violências policiais, segregações, discriminações e violências infrapolíticas que estavam intensificando o genocídio do povo negro no Brasil.

Os adeptos da cultura Hip Hop se concentraram em elevar a autoestima das pessoas negras, moradoras da periferia, ao mesmo tempo em que denunciavam as desigualdades raciais e sociais “[...] costurando, assim, a aliança do protagonismo negro com outros setores marginalizados da sociedade” (DOMINGUES, 2007).

Um ponto importante a ser citado é a substituição do termo “negro” pelo vocábulo “preto” na cultura Hip Hop sob a influência norte-americana. Além disso, tal movimento nos parece mais diverso, pois acolheu as juventudes mestiças e brancas marginalizadas na periferia, sem abrir mão das discussões sobre as desigualdades raciais.

Destacamos também que os movimentos de Funk e Hip Hop, até o início do século XXI, possuíam um cunho mais machista, tendo, somente a partir das primeiras décadas dos

anos 2000, uma maior visibilidade de mulheres negras e demais pessoas LGBTQIA+ em seu movimento (LIMA, 2014).

Após a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no ano de 2002, muitas reivindicações dos movimentos negros foram implementadas, como a alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) para a Lei nº 10.639, criada em 2003, dando obrigatoriedade ao ensino da História e Cultura Africana e Afrodescendentes nas escolas, atendendo à reivindicação histórica, presente desde a primeira fase do movimento negro, na luta pela inserção da população negra nos sistemas educacionais, procurando reverter a lógica de uma escolarização racista.

O intuito dessa Lei era o de romper com o tradicional cenário escolar brasileiro, em que as escolas, formatadas e executadas a partir de estruturas coloniais bem sistematizadas e hierarquizadas, impediam novos diálogos para a valorização das culturas não-brancas do Brasil. O racismo institucional presente na escola foi objeto de estudo de inúmeros autores, dentre os quais destacamos os estudos de Kabengele Munanga, em seu livro “Racismo Escolar”, que nos alerta para a ausência de acesso aos sistemas educacionais pela população negra, além de enfatizar que a maior evasão da população negra dos sistemas educacionais ocorre no período juvenil, a partir dos 15 anos de idade.

O intuito principal da lei em questão era o de que os corpos de negras e negros fossem valorizados sem os estereótipos da escravização e submissões do mundo do trabalho, discutindo as estéticas, saberes, contribuições e epistemes afrorreferenciadas para a Escola. Dessa forma, inúmeros materiais de apoio foram elaborados e divulgados pelo movimento negro, como o projeto educativo “A Cor da Cultura”³⁹.

Ademais, com o advento da referida lei, da criação de materiais pedagógicos disponíveis em consonância com essa e do grande arcabouço da escrita de histórias, mitos, saberes e conhecimentos advindos das populações afro-brasileiras, presentes pelas religiosidades populares ou até mesmo pelas religiões de matriz africana, houve o desenvolvimento de conteúdo para o ensino das relações étnico-raciais.

³⁹ “A Cor da Cultura” é um projeto educativo, iniciado no ano de 2004, que objetiva a valorização da cultura afro-brasileira e africana através de produções audiovisuais e ações culturais. Esse projeto é constituído principalmente por um kit que contém cinco séries televisivas; cinco cadernos para o professor, com artigos, indicações de leituras, sugestões de atividades, metodologia; mini glossário Memória das Palavras; CD musical Gonguê; jogo educativo Heróis de Todo Mundo; e mapas da África, Diáspora Africana e Valores Civilizatórios Afro-brasileiros. O “A Cor da Cultura” é realizado por uma parceria entre o Canal Futura, Petrobras, Centro de Informação e Documentação do Artista Negro (CIDAN), Fundação Palmares, MEC, TV Globo e a extinta Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), através da SECADI. Todo material pode ser consultado e baixado, livremente, no *site* do projeto: <http://www.acordacultura.org.br>.

Desta forma, fez-se necessária a continuidade das reivindicações pelas equidades raciais na Educação, suscitando a necessidade de pessoas negras que visassem ao desenvolvimento do debate para as relações étnico-raciais nas ocupações políticas de planejamento dos diversos âmbitos da estrutura política brasileira. Assim, o movimento negro, atualmente, se dá através de associações, grupos de apoio, fundações e ONGs articuladas, ou não, na formulação de reivindicações através de reuniões, passeatas e documentos formais, em uma participação politicamente ativa, na qual alguns participantes se candidataram a vereadores, prefeitos, governadores, dentre outros cargos (JORGE; BESERRA; MOURA, 2016).

Além da Lei nº 10.639/03, houve a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), no ano de 2003, como um órgão do Poder Executivo do Brasil. O cenário político objetivava proporcionar ações para a igualdade e proteção de grupos étnico-raciais – oprimidos, ao longo da história, por processos estruturais de discriminação e subalternização, principalmente a população negra.

Como exemplo disso, temos a conquista da Lei nº 12.711, no ano de 2012, que garante a reserva, nas 59 (cinquenta e nove) universidades federais e nos 38 (trinta e oito) institutos federais de educação, ciência e tecnologia, de 50% das matrículas por curso e turno para alunos (oriundos integralmente do Ensino Médio público, em cursos regulares ou da Educação de Jovens e Adultos) pretos, pardos e indígenas, autodeclarados negros, sendo os demais 50% das vagas destinados à ampla concorrência (GUARNIERI; MELO-SILVA, 2017). Tal lei foi formulada a partir da luta de diferentes segmentos e atores sociais (acadêmicos, filósofos, militantes de diversos movimentos sociais, representantes da sociedade civil, entre outros grupos).

Compreendendo que essa quarta fase é caracterizada pela disseminação da cultura Hip Hop pelo Sudeste brasileiro, influenciando substancialmente a identidade e estética dos jovens na periferia, bem como pelas questões como empoderamento feminino negro, vale ressaltar que esse período também foi marcado pelo início das cotas raciais nos campos educacionais e trabalhistas, além da valorização das contribuições das religiões de matrizes africanas.

Tal fase originou, portanto, uma série de críticas sobre como os corpos das juventudes afro-brasileiras eram marginalizados socialmente. Esse movimento disseminou a importância de se pensar as diversas juventudes, inclusive a que hoje entendemos como a “Geração Tombamento” (CARNEIRO, 2017, p. 23).

O intuito dessa geração é ressignificar com muita arte, cor, performances, musicalidades e corporeidades negras, as vivências, dores, alegrias, particularidades e

experiências das juventudes negras. As afetividades, relacionamentos, estéticas, preconceitos e violências geralmente são compartilhadas de forma virtual, através de redes sociais ou até mesmo na criação de eventos que versem debates sobre isso. A exemplo, temos, no Estado do Espírito Santo, o Bekoo das Pretas e o Encontro das Pretas.

Ademais, esse movimento visa romper com os preconceitos e a violência, sendo um completamente inclusivo, tanto para as relações raciais e pessoas LGBTQIA+, quanto para pessoas com comprometimentos físicos. Além disso, a cultura Funk e Hip Hop influenciam substancialmente a estética, debates e corporeidades dessa geração, que, muitas vezes, interpreta as letras e danças como forma de denúncias às violências a que as favelas estão sujeitas.

A Geração Tombamento é um movimento que recria e ressignifica sua vida visando a um enfrentamento artístico para com o racismo brasileiro. Assim, esse movimento ora contribui, ora complementa as reivindicações do movimento negro, oferecendo e recebendo dele perspectivas, análises e colaborações, diversificando e democratizando o debate sob as relações étnico-raciais brasileiras.

Concordamos com Santos e D'Ávila (2018) quando afirmam que a expressão “tombamento” revela a presença das juventudes negras e uma postura de enfrentamento do racismo. As autoras também comentam que esse tombamento apresenta um caráter ético-estético, que busca valorizar os corpos e as estéticas negras utilizando dispositivos como a arte e a moda. Através da mobilização nas redes sociais, nas marchas e dos coletivos, eles/as constroem outra visão dos/as negros/as nos distintos espaços circundantes.

Assim, na contracorrente da ausência de políticas voltadas para as juventudes afro-brasileiras, emerge, no ano de 2005, através da Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Vitória/ES, uma política pública voltada especificamente para as juventudes afro-brasileiras do Estado do Espírito Santo: o Núcleo Afro Odomodê (VITÓRIA, 2011b)⁴⁰.

Neste contexto, compreendendo que a história desse equipamento de juventudes se encontra, cronológica e ideologicamente, em consonância com as reivindicações e conquistas dos movimentos negros auto-organizados, principalmente quanto aos objetivos voltados às juventudes, o Núcleo é entendido neste trabalho como uma política integrante da quarta fase do movimento negro no Brasil.

⁴⁰ Nos relatórios anuais dos anos de 2017 a 2020, o Núcleo Afro Odomodê é citado como sendo a primeira e única política pública voltada exclusivamente para a **juventude negra** em todo o território brasileiro, porém não encontramos outros dados que nos permitam fazer essa afirmação.

Tal fato se deve, principalmente, por esta política ter sido criada para e com as juventudes afro-brasileiras em vulnerabilidade social, que necessitavam de uma inclusão aos sistemas de ensino formal e do ensino para as relações étnico-raciais. Além disso, o Odomodê permanece valorizando a participação dessas juventudes em seu planejamento, ações, intervenções e metodologias, acrescentando as histórias e pedagogias narradas pelos antigos e atuais movimentos negros nacionais na luta antirracista.

Um outro fator que corrobora para essa compreensão é a de que as juventudes afro-brasileiras atendidas por essa política participam ativamente das atividades do Núcleo, acessando com maior facilidade, através de encaminhamentos do Odomodê, serviços públicos municipais de saúde, educação, assistência social e direitos humanos e trabalho.

Um outro fator observado é o de que a história, planejamentos, intervenções e institucionalizações dessa política se mostraram alinhadas com os avanços das discussões raciais, sendo atualizada a cada planejamento e visando avançar com o empoderamento negro e protagonismo juvenil.

Desta forma, para melhor alcançarmos o objetivo desta pesquisa, decidimos incluir a trajetória do Núcleo Afro Odomodê desde sua implementação. No entanto, reiteramos que o intuito deste trabalho não é o de pesquisar a história completa dessa política, porém, como esse não possui muitos documentos que contenham sua implementação e execução, parte de sua trajetória precisou ser escrita para melhor entendimento de seus princípios, conceitos e avanços para com as juventudes afro-brasileiras.

Ressaltamos que esse é um grande desafio, pois o método de somente interpretar os projetos de elaboração, relatórios anuais e entrevistas não dá conta de discorrer sobre a história de uma política pública de 16 (dezesesseis) anos. No entanto, forma-nos ofertados inúmeros elementos que possibilitaram sanar algumas lacunas que, em trabalho futuro, poderão ser aprofundadas.

Desta forma, no tópico seguinte, discorreremos sobre a história de implementação do Núcleo Afro Odomodê, bem como sobre quais foram seus objetivos, planejamentos e ações.

3.2 A ORIGEM ODOMODÊ: RESPEITO, RESSIGNIFICAÇÃO E RESISTÊNCIA

A expansão do movimento cultural inovador presente nas organizações negras do início dos anos 2000, untado as políticas democráticas desse mesmo período, foram fundamentais para a origem desta política pública voltada para as juventudes afro-brasileiras, o Núcleo Afro Odomodê.

Desta forma, este subtópico se propõe a apresentar a implantação dessa política em duas partes: inicialmente, elucidar como foi a trajetória do Núcleo Afro Odomodê até os dias atuais e, posteriormente, discorrer, sob um viés cronológico, a respeito de sua metodologia artístico-pedagógica.

Assim, destacamos que, durante a quarta fase do movimento negro, houve uma maior atenção aos debates raciais relacionados às questões educacionais no interior das instituições e estruturas públicas, bem como o foco de suas políticas. As ações implementadas pelo poder público, de forma geral, visavam executar programas e projetos no sentido de garantir o acesso aos direitos sociais de seus usuários, com respeito às suas singularidades e ao processo social.

No Estado do Espírito Santo, destacamos a orientação proveniente da Secretaria de Assistência Social do Município de Vitória, que implementou o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em consonância com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), o qual consistiu em tratar a assistência social como política pública que garantisse a proteção social como direito de cidadania, visando orientar e disseminar novos olhares para com as juventudes e não somente como uma política juvenil de auxílios ocasionais.

De acordo com o projeto base para implementação do Odomodê, em 2005:

A proteção social básica, objetivava prevenir situações de risco através do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, destinando-se à população que vivera em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos - relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras) (VITÓRIA, 2007).

Assim, a Prefeitura de Vitória⁴¹ programou suas ações definindo o ano de 2005 como o ano da “Promoção da Igualdade Racial”. Tal cenário mobilizou os grupos civis das causas raciais e das demais causas contra as desigualdades sociais, além de incentivarem os próprios servidores⁴² públicos a criarem programas e ações⁴² que visassem sanar demandas contínuas de grupos atendidos pelos serviços públicos municipais.

Neste contexto, a história do Núcleo Afro Odomodê, inicialmente um programa, denominado de Núcleo de Assistência da Juventude (NUAJU), inicia-se e se materializa no

⁴¹ No ano de 2005, o prefeito vigente era o membro fundador do Partido dos Trabalhadores no Espírito Santo, João Carlos Coser, advogado que teve seu mandato entre 1º de janeiro de 2005 e 1º de janeiro de 2013.

⁴² Neste contexto, também é criada a Comissão Permanente de Estudos Afro-brasileiros (CEAFRO) na Secretaria Municipal de Educação (SEME) da Prefeitura Municipal de Vitória, responsável por implementar a Lei 10.639/03 nas redes de ensino.

ano de 2005, quando duas servidoras negras do setor público, Sandra Regina Ferreira e Gilderlândia Silva Kunz, já trabalhando com o atendimento de jovens em situação de vulnerabilidade social e situação de rua na Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), pensam em atender aos anseios políticos presentes e propõem um ambiente educacional que tenha como finalidade discutir as relações étnico-raciais para/com as juventudes afro-brasileiras, dentro da recém-criada, no ano de 2005, Gerência de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Criança, Adolescente, Jovens e Idoso (GSC) da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) da Prefeitura de Vitória no Espírito Santo.

O NUAJU se constituiu, inicialmente, como pertencente ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para adolescentes e jovens com idade entre 13 (treze) e 29 (vinte e nove) anos, atuando inicialmente com palestras, com momentos de diálogos e com o ensino de musicalidades afro para as juventudes em vulnerabilidade social e/ou situação de rua já atendidas anteriormente.

A proposta das elaboradoras, em consonância com os objetivos políticos da época, era a de criar um projeto que permitisse institucionalizar uma política pública específica para as juventudes afrodescendentes, considerando as suas particularidades econômicas e raciais.

De acordo com Luseni Aquino (2009), no fim da década de 90, vinham sendo elaboradas diversas políticas públicas direcionadas às juventudes. Em um primeiro momento, tais políticas visavam orientar a constituição dos jovens e minimizar as condições de risco. Nos últimos anos, essas estratégias foram desenvolvidas junto as/os jovens, para assegurar a proteção social e a promoção de oportunidades, compreendendo as/os jovens como sujeitos de direitos (AQUINO, 2009).

Assim, o objetivo era o de que todos e todas as jovens conseguissem se identificar com a política através das discussões e formações sobre as opressões similarmente sofridas, quanto as desigualdades sociais e, para nós, as raciais brasileiras, principalmente quanto ao acesso a oportunidades no mercado de trabalho, grau de escolaridade e invisibilidade a qual estavam historicamente submetidos.

Tal programa objetivava ressignificar a compreensão de corpo negro que se tinha na época, para a qual ser preto era sinônimo de desemprego, pobreza e marginalidade. Afinal, além do racismo escolar já citado, não se existia ainda um incentivo público para a valorização do corpo negro, do cabelo crespo e nem para a valorização do ensino das culturas afro por parte das políticas públicas brasileiras.

Neste contexto, essas discussões para as equidades raciais eram protagonizadas pelas movimentações negras auto-organizadas capixabas e pelos atores políticos do movimento cultural inovador: músicos, artistas plásticos, grafiteiros, MC's, entre outros. Como nos afirma Domingues (2007), a quarta fase se caracterizou por uma movimentação popular “que fala a linguagem da periferia, rompendo com o discurso vanguardista das entidades negras tradicionais”. Além disso, a imersão da cultura Funk e Hip Hop “expressa a rebeldia da juventude afro-descendente, tendendo a modificar o perfil dos ativistas do movimento negro; seus adeptos procuram resgatar a auto-estima do negro, com campanhas” (DOMINGUES, 2007).

Desta forma, “difundem a cultura afro presente no rap, cujas letras de protesto combinam denúncia racial e social, costurando, assim, a aliança do protagonismo negro outros setores marginalizados da sociedade” (DOMINGUES, 2007).

Assim, almejando a criação de um projeto que visasse ao atendimento das juventudes afro-brasileiras, a primeira equipe foi constituída, no interior da Gerência da Juventude, por: um Gerente da Prefeitura; duas Coordenadoras da Gerência: uma assistente social e uma professora de História, responsáveis pela implantação da política no âmbito educacional, sistematizando as atividades do Odomodê para com as juventudes; e uma administradora das atividades, na época Genilda Silva, responsável pela administração, organizando locais de intervenção, materiais pedagógicos, contratação de pessoas, etc.

Desta forma, a equipe constituída por apenas quatro pessoas, desenvolveu o modelo inicial de funcionamento do núcleo através de valores próprios, inspirados em autores como Neusa Santos e Abdias do Nascimento, intitulados de “os três R's”: Respeito, Resignificação e Resistência. O intuito era o de que através desses valores principais, fossem desenvolvidas as metodologias elencadas. O Respeito consistia em compreender as diferenças existentes nas pessoas e conviver com elas visando ao bem comum; a Resistência era compreendida pela equipe como a forma de lutar contra as desigualdades, não aceitando ações e políticas que legitimassem mortes e genocídios; já a Resignificação se tratava de compreender que todos os preconceitos e conceitos se relacionam com intencionalidades socio-políticas e o estudo dessas possibilitam reflexões capazes de modificar o cenário.

Além desses valores, as elaboradoras também realizaram uma pesquisa em relação aos dados presentes nos relatórios da SEMAS, relacionados às juventudes atendidas pelos serviços. Para a pesquisa em questão, foram realizadas, ainda, visitas técnicas de campo a projetos sociais, movimentos culturais organizados e políticas de assistência juvenil criados e

executados com protagonismo dos jovens negros e negras através da valorização da cultura africana e afro-brasileira.

Uma das elaboradoras cita que a ressignificação era parte do objetivo principal, pois somente com uma ressignificação da identidade negra seria possível contruir o projeto em questão. De acordo com Uganda⁴³:

O nosso objetivo era esse, tinha como objetivo a ressignificação da identidade afro-brasileira e assistência social né, com o acolhimento, com um olhar sensível para as questões das vulnerabilidades, então foi assim que a gente iniciou [...] a construção desse projeto [...] (UGANDA, Elaboradora do Núcleo Afro Odomodê).

Ademais, o respeito era entendido pelas elaboradoras como fundamental para que o projeto desse certo. Porém, seria com a resistência que as juventudes conseguiriam ultrapassar as violências e desafios do momento. Afinal, na pesquisa interna, com dados pertencentes ao sistema da SEMAS e o Mapa da Violência do ano de 2005, realizada pelas elaboradoras do, até então, NUAJU (Núcleo de Assistência da Juventude), foram constatadas desigualdades e discriminações de cunho racial e social, evidenciadas por diversos dados estatísticos, sobretudo a incidência de homicídios entre a população juvenil, na faixa etária dos 15 (quinze) aos 24 (vinte e quatro) anos, uma realidade presente em todo o cenário nacional da época⁴⁴.

Neste contexto, as elaboradoras sentiram a necessidade da realização de uma pesquisa de campo. O local escolhido por elas para tanto foi a cidade de Salvador, entendida como “coração das discussões raciais”. Foram visitados projetos e iniciativas como o Olodum, Ylê Ayê, Centro de Referência da Criança e do Adolescente (CRIA), entre tantos outros.

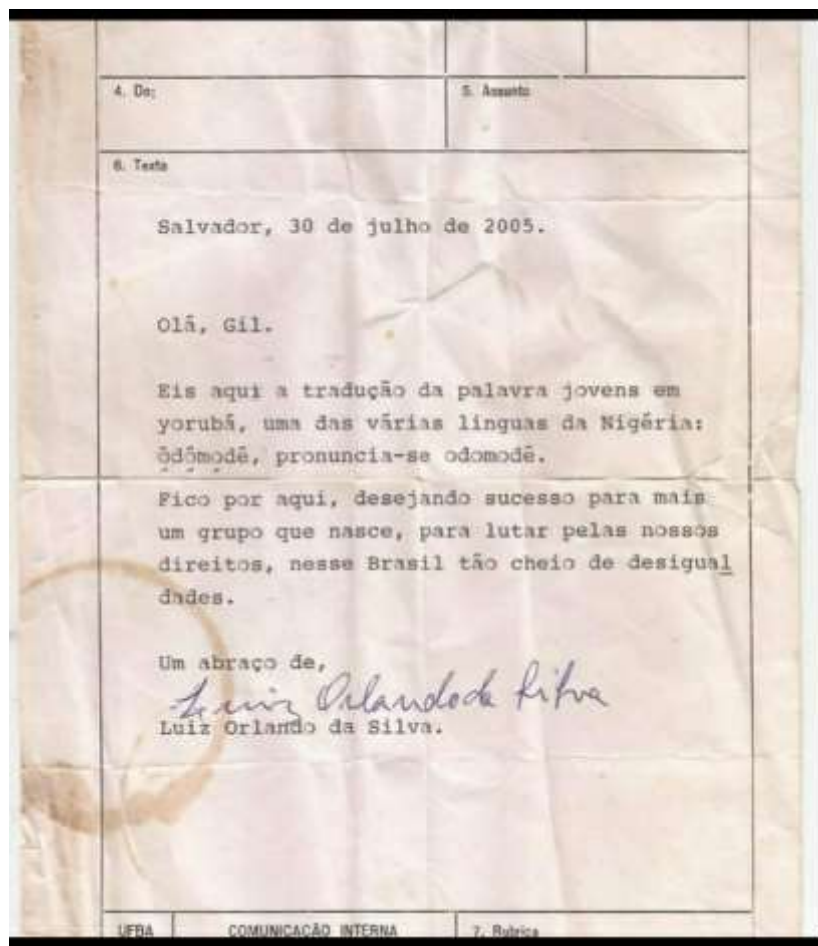
Paralelamente a isso, as coordenadoras apontaram que era preciso um nome que explicitasse as juventudes afro-brasileiras, relacionando-as com a valorização das culturas afro. O projeto, a essa altura, ainda era chamado de NUAJU. Então, as elaboradoras receberam do intelectual negro, baiano, Luiz Orlando da Silva, presente em uma das visitas

⁴³ Os participantes desta pesquisa tiveram seus nomes substituídos por nomes de países africanos. No capítulo 2, há um quadro (Quadro 2) completo com todos os participantes da pesquisa, bem como suas respectivas identificações.

⁴⁴ As pesquisas iniciais identificaram que, nos anos de 2002 e 2003, houve uma dramática concentração de mortes violentas acometendo a população negra (soma das pessoas classificadas como pretas e pardas), segundo a classificação do IBGE. Em termos gerais, no Brasil, os riscos de pessoas negras serem assassinadas eram 86,7% maiores do que para pessoas brancas, além do fato de que as maiores vítimas são jovens negros e pobres. Assim, no município de Vitória, nos anos de 2002 e 2003, intensificou-se a busca ativa no sentido de melhorar a informação sobre raça/cor das vítimas de causas externas, em especial homicídios; verificou-se 87,16% para jovens afros descendentes (15-24 anos) e 12,83% para ignorados. Tal fato foi utilizado como o principal argumento para construção do Odomodê em formato de equipamento pertencente à Gerência da Juventude.

técnicas na Bahia, a sugestão do nome Ódómódé – que significa jovem, juvenil, na Língua Iorubá, de origem africana (Figura 3). Após isso, o nome oficial do programa se tornou **Programa de Inclusão Social da Juventude Negra – ODOMODÊ**, na metade do ano de 2005.

FIGURA 3 – Documento de Origem do Nome “Odomodê”



Fonte: Imagem cedida pela elaboradora

Assim, as coordenadoras pensaram em, através da arte e da cultura, trazer para a cidade de Vitória um pouco do que observaram em suas pesquisas no território baiano, desenvolvendo melhor as estratégias formativas para as juventudes das organizações visitadas e encontrando, no conceito do protagonismo juvenil, um importante elemento para ser trabalhado no interior da política. Uma das coordenadoras da época destacou, em uma entrevista enviada em formato de documento, a grande responsabilidade e iniciativa por parte dos jovens na manutenção e valorização dos projetos afros voltados para as juventudes afro-brasileiras:

No CRIA, eles trabalham especificamente com o teatro e os jovens recebem uma bolsa cultural direcionada para o consumo de cultura. Tudo lá é feito e construído pelos jovens, vimos que lá há de fato um protagonismo juvenil. Também visitamos uma escola municipal localizada dentro do terreiro de Candomblé, onde os alunos aprendiam, inclusive, a língua africana yoruba (VITÓRIA, 2011a).

Então, surge o conceito de protagonismo juvenil no Odomodê, o qual é relacionado à necessidade de se pensar na garantia de acesso aos instrumentos/capacitações que possibilitassem às juventudes afro-brasileiras a elaboração de novos conhecimentos e desenvolvimento de seu potencial criativo, interagindo de forma autônoma e construtiva e ampliando as percepções sobre a sistematização das ações, bem como modelos metodológicos que deveriam ser organizados para cumprimento dos objetivos do projeto a ser implantado.

Desta forma, com os dados presentes na época somados às descobertas das visitas, concluíram ser fundamentais a elaboração e consolidação de políticas públicas que atendessem às especificidades dessas populações juvenis, uma vez que elas ainda são incipientes e para romper com a ideia naturalizante da exclusão social (SILVA et al, 2009). Afinal, essas últimas têm suas vidas transpassadas pelas violências e discriminações raciais que afetam significativamente suas trajetórias, tornando-as carentes de acesso educacional para as equidades raciais.

Tal argumentação também se encontra presente na versão oficial do Projeto Odomodê, do ano de 2005, pertencente à PMV. Tal versão justifica a importância desse equipamento para a formação e convivência das inúmeras juventudes afro-brasileiras e também das demais que se interessam ou se identificam com as culturas afro.

A importância de construir políticas específicas para uma população de jovens afrodescendentes se dá através da constatação das desigualdades e discriminações de natureza racial e social evidentes no cotidiano e comprovadas por variados dados estatísticos. É uma política específica, mas não excludente, pois qualquer jovem, seja da etnia que for, pode e deve participar deste espaço de formação e convivência (VITÓRIA, 2007).

O intuito não era somente o de realizar uma série de atividades formativas, mas o de criar um ambiente em que todas as juventudes, sobretudo as afro-brasileiras, pudessem atuar ativamente; um espaço de convivência, estreitando os conhecimentos adquiridos com a autonomia e participação política e social. O Odomodê objetivava subsidiar⁴⁵ as ações dos jovens, possibilitando o desenvolvimento de suas habilidades e potencialidades e criando

⁴⁵ Por mais que a proposta de uma Bolsa Educativa estivesse contida no projeto inicial e posteriormente em suas atualizações, o Núcleo Afro Odomodê nunca possuiu bolsa para seus assistidos entre os anos de 2005 e 2021.

canais de participação, inclusão, expressão para a juventude afro-brasileira a fim de que essa pudesse ter acesso às oportunidades e, com isso, realizasse suas escolhas.

Assim, a equipe de elaboração do Odomodê traçou objetivos, metas e ações a serem cumpridos mensal e anualmente. A formação e capacitação continuada para toda a equipe, sistematização do conteúdo pedagógico antirracista e a prática dialogada com os jovens foram elementos fundamentais para o funcionamento inicial da política. Afinal, a ausência de formação para trabalhar para/com as juventudes afro-brasileiras comprometeria a eficácia da política pública em questão.

As primeiras metas elencadas pelo Núcleo visaram abranger a difusão da cultura africana e afro-brasileira em suas dimensões cidadãs no próprio acesso e exercício dos direitos culturais na comunidade. Nesse sentido, investiu-se conjuntamente na valorização das culturas afro e na proliferação de uma educação para as relações étnico-raciais como estratégia, incentivando a criação de uma interação entre as políticas culturais e educacionais, além de estimular a capacitação e interação entre as expressões da cultura e o sistema educativo. Para tal, foram pensados diálogos com as juventudes nas escolas e projetos públicos através de vivências, oficinas musicais, grupos de estudos e oficinas específicas de acordo com a solicitação da juventude.

O processo metodológico investiu em propor oficinas de arte e cultura, atreladas às estéticas afro, para a ressignificação da Identidade Étnica e conseqüentemente dos corpos negros, além da inclusão dos adolescentes e jovens na dimensão econômica da cultura. A equipe inicial compreendia que a cultura, progressivamente, vinha se transformando em um dos segmentos mais dinâmicos das economias de todos os países, gerando trabalho e riqueza.

Quanto ao espaço físico, é importante compreender que o Odomodê teve sua implantação executada processualmente. No momento da implantação do projeto, ainda em 2005, o Núcleo Afro da Juventude – ODOMODÊ não possuía um espaço próprio⁴⁶, realizando suas ações iniciais em parceria com o Projeto Escola Aberta⁴⁷, no bairro Itararé,

⁴⁶ Em seu projeto inicial, no ano de 2005, a área de maior vulnerabilidade de Vitória se concentrava na região da Grande Maruípe. Assim, para sediarem o projeto, fora solicitada uma sede que correspondesse a cada comunidade em vulnerabilidade, sendo elas: São Benedito, Consolação, Bonfim, Itararé, Jaburu, Horto, Bairro da Penha e Santa Martha, considerando também que poderia haver abrangência para outras regiões no Município. Essa reivindicação não foi atendida, e o Núcleo seguiu tendo, dos anos de 2006 a 2021, somente uma sede.

⁴⁷ O Programa Escola Aberta era uma iniciativa federal, mantida com a parceria de estados e prefeituras. Por meio do programa, eram oferecidas diversas atividades nas escolas de Ensino Fundamental durante os finais de semana. O objetivo era contribuir para a inclusão social, o exercício da cidadania e a melhoria da qualidade educacional. A Escola Aberta, em parceria com o Projeto Odomodê, ocorria na Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) “Ceciliano Abel de Almeida”, localizada no Bairro Itararé, em Vitória/ES.

além de espaços públicos cedidos em bairros adjacentes, para oferecer oficina de percussão aos jovens das comunidades.

Um elemento primordial para adesão do Odomodê pelos jovens foi a criação da banda “Núcleo Afro da Juventude”. A banda foi construída através das inúmeras oficinas ofertadas no Projeto Escola Aberta e nas praças públicas, em que foram criados vínculos com alguns jovens na época que se interessavam pelas oficinas musicais e de percussão. Nessas oficinas, o ensino era dividido em: discussão sobre a musicalidade negra; confecção de instrumentos musicais a partir de materiais recicláveis como a confecção de bombonas, pintadas a mão; organização dos jovens participantes para harmonização sonora e ensaio da banda.

Com os materiais recicláveis, uso de atabaques, canto de afoxés, maquiagens, corpos com pinturas étnicas, cabelos com penteados afros e vestimentas afro, a banda se apresentava em vários pontos da cidade de Vitória. O grupo estacionava nas praças e igrejas e ia até as escolas, cuja primeira turma era composta por 42 (quarenta e dois) jovens que frequentavam as oficinas de percussão. As influências do afoxé e do samba-rock facilitaram a interação e identificação dos jovens participantes da oficina.

A banda era influenciada por grupos de Salvador, como o Olodum e Ylê Ayê, sendo solicitada para apresentações em diversos eventos. De acordo com documento:

Os ensaios se concentravam no Escola Aberta de Itararé e, tempo depois, passaram para o Cajun de Consolação. O trabalho realizado com os jovens não era somente musical, pois desde o início da banda já existia o cuidado em trabalhar a ressignificação étnica com eles.

A banda de percussão do Núcleo Afro da Juventude conquistou importantes espaços em pouco tempo. A primeira apresentação do grupo foi realizada na praça do bairro São Benedito. Uniformizados com identificação da Prefeitura Municipal, dezenas de jovens desceram o morro batucando e cantando, instigando os olhares vindos das janelas das casas e aproximando as pessoas da comunidade para irem ver de perto. “Chamamos muito a atenção das pessoas, e elas perguntavam o que acontecia. Pudemos nos aproximar da comunidade pela alegria e pela arte”, conta Sandra.

Em outra ação, na Ilha das Caieiras, São Pedro, o grupo se apresentou em um trio elétrico, junto com atrações como o AeroFunk, Ultimate B. Boys e Virtude periférica. A grande atividade representou uma chamada para a participação dos jovens da comunidade (VITÓRIA, 2011a).

Desta forma, o Odomodê, em seus primeiros anos, compreendeu a importância das musicalidades e estéticas afro para a aderência de jovens negras e negros no serviço oferecido. Nesse primeiro momento, não havia nada pedagogizado sobre o ensino das relações étnico-raciais nas escolas e nem em outras localidades públicas. Somente a Lei nº 10.639/03 existia, ainda sem que seus materiais de apoio tivessem muita visibilidade.

Desta forma, muito do que foi pensado inicialmente pelas elaboradoras contou com o auxílio da equipe e das próprias juventudes que aderiam às atividades e à banda. Um dos

componentes da primeira equipe, identificado aqui como Malawi, destaca a originalidade do projeto que, por ser o primeiro no estado, ainda estava se ajustando quanto às verbas recebidas e gestão.

Na verdade a gente tinha uma organização assim, a gente tinha toda uma estrutura de gerência da juventude, o gerente, coordenador de núcleos, né, da juventude [...], assistente social e eu estava no equipamento, direto na comunidade ou seja, nessa linha de frente na dinamização do equipamento, a interlocução com a comunidade, então foi algo extremamente novo, nesse processo, e aí na medida em que o núcleo foi tomando corpo a gente conseguiu estruturar a equipe e foi trazendo outros profissionais para contribuir também com o processo de trabalho, né [...]. Porque até então mesmo sabendo da grandeza da política pública voltada para a juventude negra a gente ainda tinha algumas dificuldades financeiras orçamentárias, e isso é uma questão de gestão, né, porque não se tinha ainda uma locação orçamentária, e específica, para tal finalidade, né. Como a gente sabe que as políticas públicas se fundamentam pelas suas locações orçamentárias, então você imagina, né, naquela época em que você se instala e que você instala uma ação voltada especificamente para a juventude e você não tem dinheiro para poder gerir aquela política pública, não ter dinheiro não significa que não tinha mas é a fonte de recurso utilizado, por isso que eu falo, ao longo do tempo que foi se estruturando, né?! E aí eu falo que é da sensibilidade mesmo de quem a época estava gestor (MALAWI, Coordenador Institucional do Núcleo Afro Odomodê).

Com o cenário político favorável, a preocupação principal da coordenação era a de ressignificar e construir uma identidade negra positiva para com as juventudes afro-brasileiras do Odomodê, pois esse, segundo a primeira equipe, foi, para muitos jovens, o único local público disposto a oferecer a educação da arte e cultura afro para com as juventudes negras capixabas. Tratava-se de um local em que eram proporcionados momentos de convivência e socialização capazes de provocar nos corpos negros reflexões sobre a necessidade de ressignificar estereótipos e estigmas sociais, tematizando a afirmação de direitos e estimulando a participação das juventudes afro-brasileiras na política, além de enfatizar a importância do fortalecimento de vínculos afetivos contra a marginalização dos corpos afro-brasileiros.

Este primeiro ano do Odomodê foi marcado por diversas capacitações para com os jovens e oferta das oficinas musicais trabalhadas, além de seminários e eventos em parceria com o poder público e com o privado. Tais eventos eram realizados pela Secretaria Municipal de Assistência Social, mantendo o diálogo entre as juventudes e as diversas secretarias

municipais. O sucesso quantitativo e qualitativo dos jovens serviu como argumentação principal para a expansão do que, até então, era somente um programa da gerência.

A equipe elaboradora do Odomodê compreendeu que, apesar das desigualdades sócio-raciais, os avanços para/com os jovens poderiam ser significativos se trabalhados com continuidade, tendo em vista que o Odomodê visava a um trabalho co-participativo e co-responsável com a família, comunidade e escola envolvidas, em que cada um desses grupos contribuiria para o acesso e permanência dos adolescentes e jovens na escola, bem como na construção de um projeto de vida dos mesmos.

Um dos primeiros desafios vivenciados foi possibilitar a diminuição das desigualdades sociais presentes em seu território de intervenção. Por esse motivo, o Núcleo Afro Odomodê se concentrou em minimizar tamanha desigualdade sócio-racial para as juventudes afro-brasileiras atendida.

Mesmo sabendo que não havia fórmula para resolução desses problemas raciais de origem colonial e cunho estrutural, o desafio compreendido pelo equipamento foi o de lidar com juventudes afro-brasileiras de perfis diversos como parte do processo, pois o que chamaria e aproximaria as juventudes da política pública seria dito por ela mesma. Caberia à equipe decidir somente a escolha do método mais pertinente para traçar um re-encontro do continente africano com os valores civilizatórios afro-brasileiros.

Inspiradas nas diretrizes da Política Nacional de Assistência Social e baseados na Lei 10.639/2003, em novembro de 2006, a Secretaria Municipal de Assistência Social de Vitória, através da Gerência de Promoção Social da Juventude, implementou o Projeto Núcleo Afro da Juventude – ODOMODÊ, juntamente com a Organização da Sociedade Civil (OSC) Fundação Monte Belo⁴⁸, somente para gerência e administração de recursos financeiros, inaugurando sua primeira sede no Bairro Bonfim⁴⁹, ao lado do Horto Maruípe, visando contemplar os territórios periféricos adjacentes ao bairro.

O objetivo deste novo projeto era potencializar as juventudes negras capixabas em relação ao acesso e permanência educacional, contribuir para o lazer e inserir as juventudes atendidas no mercado de trabalho. O método escolhido foi o da valorização da história e

⁴⁸ A Fundação Monte Belo corroborava com a gestão dos recursos financeiros. Mensalmente, essa Fundação, em parceria com a administradora do Núcleo, realiza a prestação de contas para a Secretaria Municipal de Administração e Gestão da PMV. Além disso, anualmente havia a apresentação dos gastos para a solicitação dos recursos do ano seguinte.

⁴⁹ Endereço locado na rua Areobaldo Bandeira, 04, Bairro Bonfim – Vitória/ES – CEP 29047-025, tendo como público-alvo adolescentes e jovens de 13 (treze) a 29 (vinte e nove) anos.

cultura afro-brasileira e africana de forma mais sistematizada, utilizando-se de uma série de atividades e oficinas para isso.

Para tal, a equipe foi expandida. Além da configuração anterior de gerente e coordenadores, o Odomodê também incluiu assistente social, psicólogo e estagiários (desse mesmo campo e da área da História) para as atividades e atendimentos para com os jovens, além de oficinairos para teatro, dança e música. Para administração dos recursos, houve a contratação, através de chamamento público, da OSC Fundação Monte Belo, que colaborava quanto à contabilidade e pagamento de instrutores, oficinairos, assistente administrativo e auxiliar de serviços gerais.

O atendimento inicial no Núcleo ocorreu com uma média de 200 (duzentos) jovens de 13 (treze) a 29 (vinte e nove) anos, participando de atividades contínuas, formativas, culturais e de ressignificação da identidade étnica por meio de ações que valorizavam elementos da cultura afro-brasileira. Para a execução e ampliação das ações e do número de beneficiários atendidos pelo programa, foram planejadas parcerias para aquisição de equipamentos artísticos e pedagógicos necessários para o desenvolvimento das oficinas e melhorias no espaço físico, bem como os materiais e serviços necessários para a manutenção e aprimoramento do espaço físico.

A primeira equipe afirma que, a partir de 2006, com uma institucionalização mais consistente, houve o aumento de verba. Assim, de forma coletiva, a equipe e a juventude foram criando novas ações, oficinas e atividades para com a juventude e comunidade. A exemplo disso, temos a Banda Núcleo Afro da Juventude, também chamada de Banda Odomodê, inicialmente realizada com materiais recicláveis, ornamentados artesanalmente, tendo se expandido devido à contratação de oficinairos para música e dança, além da compra de tecidos, maquiagens, sons e equipamentos, podendo realizar cortejos culturais.

Ademais, outras oficinas adentram o projeto, como a oficina de penteado afro, capoeira, danças, teatro do Oprimido e rodas de conversa sobre temas que interessavam as juventudes da época.

Entretanto, os primeiros componentes da equipe do Núcleo reforçam que tiveram inicialmente muita resistência dos jovens na adesão do Odomodê, pois, além da insegurança em ministrar conteúdos relativamente novos para as questões raciais, a equipe não obteve parcerias com movimento negro local da época. Como nos afirmou Gana, uma das elaboradoras que compunha a equipe inicial: “[...] quando entrou o Odomodê ele não foi abraçado pelo movimento negro por acharem que as questões eram do poder público, e no

poder público [...] muitas coisas são engessadas [...]” (GANA, Elaboradora do Núcleo Afro Odomodê).

Desta forma, como o Odomodê estava ligado diretamente a uma gestão pública, havia desconfiança das organizações negras locais, pois as elaboradoras/coordenadoras, por mais que fossem negras não, estavam vinculadas a nenhum movimento negro organizado. De acordo com a elaboradora Namíbia:

Ele (o Odomodê) teve uma dificuldade de ser aceito, inicialmente, depois por muito tempo também, [...] pelo movimento negro organizado de Vitória porque eles diziam que aquele era um trabalho institucional, então eles também tinham uma dificuldade em reconhecer o Odomodê. A gente que se impôs porque a gente ia nos eventos organizados desses movimentos, a gente ia nas conferências, no seminário e se apresentava né, trabalhando a questão étnico-racial em Vitória. Então a gente se impôs muito, mas ele (o Odomodê) era visto como um projeto institucional. Então, não era um movimento, mas se ele sobreviveu é porque ele é um movimento [...] (NAMÍBIA, Elaboradora do Núcleo Afro Odomodê).

Ademais, destacamos que nenhuma das OSC's possuía algum vínculo com as comunidades em que o Odomodê se inseria, o que, como apontado pelos participantes desta pesquisa, na maioria das vezes, gerava desconfiança e críticas nas comunidades.

Como nos afirmou Gana:

Quando nós instituímos o Odomodê, verificamos o espaço e chegamos. Nós não sabíamos, nós éramos muito leigos, muitas vezes você acha que está fazendo o melhor, é aquilo que a juventude precisa, é aquilo que a comunidade precisa, você vai e instala um projeto e nós recebemos muito isso na cara, porque a comunidade veio e perguntou: “Vocês perguntaram para nós o que nós queríamos? O que a gente quer? Vocês vêm e colocam um projeto aqui. Nós pedimos isso?”. Então teve um abaixo assinado, tivemos que falar com a comunidade, entramos em contato com a comunidade para podermos ser aceitos, para o Odomodê ser aceito[...] (GANA, Elaboradora do Núcleo Afro Odomodê).

Além da “desconfiança” das organizações negras locais e da comunidade que sediava o projeto, o Odomodê também teve conflitos quanto às oficinas musicais, que eram interpretadas como pertencentes a religiões de matriz africana, tensionando discussões sobre o racismo religioso no interior do Núcleo. A elaboradora Gana, da época, cita o caso de um jovem evangélico que adentrou o projeto somente após a certeza de que não havia, no Odomodê, cunho religioso:

Ele é evangélico, ele entrou evangélico e ele mesmo falou que ele passava na porta do Odomodê, e ouvia aqueles barulhos e ficava assustado e tal, mas passou um dia para tomar água e não saiu mais. Então assim, passa a ter um outro olhar por quê o problema maior é a ressignificação porque se você hoje fala que é macumba, a gente

sabe que a macumba é um instrumento musical. Então assim, e (uma religião de matriz africana) é uma religião como outra qualquer, quando você fala sobre religião de matriz africana é como outra religião qualquer, agora não é porque nós estamos batendo atabaque que está relacionada a religião, é a nossa cultura, então é isso, que coisa mais linda, é a ressignificação (GANA, Elaboradora do Núcleo Afro Odomodê).

Assim, as coordenadoras apostaram nos “três R’s” para nortear as ações do Odomodê, principalmente quanto ao significado das ressignificações, tentando fazer com que a comunidade e o movimento negro local compreendessem que a proposta era de que o Odomodê fosse das/para as juventudes em diálogo com a Prefeitura, e não uma política verticalizada da Prefeitura para com as juventudes afro-brasileiras.

Desta forma, de acordo com a primeira equipe, com o tempo⁵⁰, as parcerias com a comunidade, escolas de samba, lideranças comunitárias e os jovens foram aderindo e compreendendo a intencionalidade do ensino das culturas afro e se aproximando mais da proposta do Odomodê. O ensino da capoeira, dança e percussão com todo o movimento corporal, acompanhado das discussões étnico-raciais, auxiliou no trabalho para a autoestima dos e das jovens, inspirando um aperfeiçoamento pedagógico para os próximos anos. Além disso, nesse período, a cultura do Hip Hop estava totalmente em diálogo com as ações do Núcleo Afro Odomodê, por influência da juventude do território do bairro Bonfim e adjacentes. De acordo com Malawi:

[...] a gente tinha se instalado[...] num ponto extremamente estratégico, porque assim, a gente estava cercado, dessa comunidade que era o Território do Bem, [...] o Território do Bem pela classificação das políticas públicas é um território de extrema vulnerabilidade então a gente tinha ali [...] um diagnóstico muito pesado e muito difícil em relação as perspectivas da juventude naquela época, então a gente estava ali cercado pelo Bomfim, Bairro da Penha, o São Benedito, então [...] trouxe para a gente uma perspectiva de intervenção diferenciada. Na medida que o Núcleo, ele foi tomando espaço, foi crescendo e foi se constituindo, a gente foi ocupando a comunidade, no sentido de que nós estávamos ali [...] então a gente acabou sendo a referência naquela região pra muitas atividades e atuações também de outras políticas públicas. [...] por exemplo, o cortejo cultural, ele foi extremamente bacana. [...] era desafiante né, organizar tudo isso, sensibilizar a juventude, mobilizar a juventude, e traze-la para o cenário, então a gente conseguiu, com o tempo, fazer com que a comunidade nos enxergasse e entendesse quem de fato nós éramos porque a gente não estava ali para simplesmente poder cumprir uma ação pontual, pelo contrário, nós éramos uma ação de continuidade (MALAWI, Coordenador Institucional do Núcleo Afro Odomodê).

⁵⁰ Após a aprovação oficial desta política, nos anos de 2006 e 2007, uma série de atualizações foram feitas no Núcleo. Como consta na atualização do Projeto (VITÓRIA, 2007), os psicólogos deixaram de ser parte da equipe, além da mudança para a Fundação Ceciliano Abel de Almeida (FCAA)⁵⁰, ganhadora do chamamento público, tendo como equipe técnica, necessária para viabilizar o Projeto Núcleo Afro ODOMODÊ. Para tal, o fortalecimento para as discussões e ensino das relações étnico-raciais entre a SEMAS, a OSC e a equipe do Odomodê, eram realizadas capacitações e formações continuadas.

Após o ano de 2012, com a mudança de gestão⁵¹ da prefeitura de Vitória, muitas alterações foram feitas no Núcleo⁵², marcadas principalmente pela diminuição na verba direcionada às Políticas de Juventudes e pela saída total da equipe inicial, incluindo as elaboradoras. A partir desse mesmo ano, abriu-se o chamamento público para a gestão do Núcleo por meio de uma Organização da Sociedade Civil (OSC) que estivera interessada em gerir os equipamentos das juventudes da SEMAS. Assim, de 2012 a 2013, a Fundação João XXIII⁵³ geriu as atividades do Odomodê. Porém, logo foi aberto um novo chamamento público para os anos de 2013 a 2016, com o intuito de que a OSC, além de gerir os recursos e a contratação de alguns instrutores, também administrasse todas as atividades e ações a serem desenvolvidas no Núcleo, em parceria com a gerência responsável.

3.2.1 O movimento do Hip Hop e do Funk na política pública para as juventudes afro-brasileiras

Neste novo modelo, com as mudanças realizadas pela nova gestão, é aberto o Chamamento Público para a contratação de uma OSC responsável por gerir a equipe e o funcionamento do Núcleo Afro Odomodê, que agora se consistiria em uma equipe composta por um coordenador da juventude, um administrador da política e um fiscal público, ambos funcionários da Prefeitura, enquanto a OSC ficou responsável por contratar assistente administrativo, orientadores sociais, assistente social, coordenador da sede do Núcleo Afro Odomodê, bem como osicineiros.

Assim, após agosto de 2013, a faixa etária para atendimento foi modificada para 15 (quinze) a 29 (vinte e nove) anos, entrando em acordo com o recém criado Estatuto da

⁵¹ O prefeito entre 1º de janeiro de 2013 e 31 de dezembro de 2020 foi o médico e político brasileiro Luciano Santos Rezende, vinculado ao partido Cidadania.

⁵² Destacamos que o trabalho desenvolvido, de 2006 a 2012, foi reconhecido pela Comissão de Estudos Afro-brasileiros (CEAFRO), da Secretaria Municipal de Educação (SEME) da Prefeitura de Vitória, recebendo um prêmio destinado exclusivamente para a educação: o Prêmio Professora Olga Maria Borges. O prêmio entrega, anualmente, uma estatueta à educadores, da rede de ensino municipal, adeptos de práticas pedagógicas que valorizam a presença dos povos negros, seja na cultura ou na história, promovendo práticas de desconstrução do racismo e preconceitos, tratando as questões raciais no ambiente escolar.

⁵³ O Instituto João XXIII foi responsável pela organização e promoção de atividades socioculturais para jovens e crianças. Em parceria com o Odomodê, a instituição desempenhava função na administração de recursos financeiros e contratação de instrutores para as oficinas.

Juventude (Lei n° 12.852/2013). Nesse mesmo ano, a sede⁵⁴ do Odomodê no bairro Bonfim foi transferida para a comunidade do Bairro da Penha.

Visando a uma melhor compreensão desse trajeto histórico, nesta parte do trabalho iremos tratar sob as principais mudanças nas gestões que estruturaram e ainda estruturam essa política até os dias atuais, considerando as principais temáticas e os conceitos étnico-raciais constituintes para o funcionamento do Núcleo Afro Odomodê, além de valorizar a participação das juventudes afro-brasileiras nesse.

A OSC que geriu o Odomodê dos anos de 2013 a 2016 foi o Instituto Gênesis – IG. Vale destacar que, nesse período, o Núcleo Afro Odomodê passou por alguns conflitos com a saída da equipe inicial, como o da contratação feita pela OSC de pessoas não negras, o que de fato não se manteve, já que o entendimento dos servidores públicos da gerência da época era o de que o jovem negro, para aderir à política, precisaria visualizar a sua identidade no espaço.

Como nos afirmou Angola, servidora pública e coordenadora da época:

Haviam momentos de conflitos, é, inclusive com a OSC que executava, [...] muitas vezes ela não tinha esse entendimento e a gente precisava a todo instante lembrar o que que era o Odomodê, para quê que existia o Odomodê né?! Isso acontecia bastante, mas um núcleo é para isso, para a exaltação, formação, multiplicação e principalmente reconhecimento [...]. Isso era uma das coisas também que a gente teve muita briga quando o Odomodê sai da SEMAS e vem para SEMCID né, a gente teve um momento na SEMAS, por exemplo que as educadoras sociais e o administrativo eram pessoas brancas que trabalhavam né, e a gente entendia que essas pessoas podiam trabalhar em qualquer equipamento e em outras políticas mas que no Odomodê, onde a gente falava de identidade, representatividade e identificação, a gente precisava de profissionais que fossem negros e negras, para gerar esse contato com a juventude e essa identificação, isso já foi motivo de embates, inclusive sérios (ANGOLA, Coordenadora das Políticas de Juventudes da PMV).

Tais tensionamentos raciais dividiam opiniões. Assim, a utilização do conceito de representatividade foi inserida nessa política sob o argumento de que, para as juventudes afro-brasileiras refletirem e discutirem sobre identidade negra e empoderamento negro, eram necessários funcionários capazes de fomentar a discussão e serem exemplos práticos.

De acordo com Ruanda, uma das coordenadoras:

[...] representatividade, você ter um espaço onde todas as pessoas que trabalham são pessoas negras, isso te dá diretamente o conforto de estar ali, onde você está num espaço onde tem a preocupação onde todas as oficinas sejam dadas por pessoas de pele negra, de preferência da comunidade, te dá um conforto que você vai chegar lá e não vai ser discriminado por nada então eu acho que o Odomodê representava muito a vivência deles, os anseios, no sentido de: ah, eu posso ir que eles vão me

⁵⁴ No ano de 2011, o Núcleo Afro Odomodê atualizou sua solicitação de que houvesse uma sede para cada comunidade, sendo elas: Bairro Bonfim, São Benedito, Bairro da Penha, Itararé, Santos Dumont, São Cristovão, Engenharia e Maruípe. Tal solicitação também não fora atendida.

tratar bem, é diferente [...] a gente não pode mais ter aula de dança na FAFI porque os meninos eram discriminados pela segurança porque os meninos eram negros, então o Odomodê ele tinha, ele tem essa questão do se sentir em casa, se sentir num espaço confortável, então eu acho que é muito a representatividade que o espaço tem e que as pessoas que trabalham lá elas transparecem para o jovem, tanto que na reunião que eu fiz com o jovem eu era a pessoa mais branca que tinha no espaço [...] então é um espaço muito de “é a minha segunda casa, um espaço que eu posso vir” (RUANDA, Coordenadora das Políticas de Juventudes da PMV).

Tal questão fez com que, a partir do ano de 2016, a inclusão da necessidade de funcionários negros e negras para o Núcleo Odomodê já estivesse em seu edital de chamamento público.

Após isso, houve o aumento de pessoas negras no Odomodê, o que corroborou para que, a partir de 2017, essa política estivesse completamente imersa na cultura Funk e Hip Hop, fazendo com que esse período fosse fortemente marcado pela entrada de jovens que posteriormente se tornariam MC's e *rappers* que entrariam para a história do *rap* capixaba, como é o caso do Cesar MC, Noventa, Alex Emissário, Jack da Rua, DUDU, dentre outros.

Ademais, poetisas, dançarinas, dançarinos e grafiteiros constituíram essa história, como a escritora Jaiara Dias, o escritor Janio Silva, a cantora Monique Rocha, a dançarina e produtora cultural Vivian Amorim, o dançarino e produtor cultural Maikon Souza, o dançarino profissional Jadson Afonso e o grafiteiro profissional Handerson Chic.

Neste período, além das atividades do Núcleo serem voltadas quase que inteiramente para a cultura Hip Hop e Funk, havia também o incentivo para que os jovens participassem de batalhas de *rap*, apresentações de danças urbanas, além de saraus e eventos *poetry slams*⁵⁵.

Também existia o entendimento de que os orientadores sociais, por serem sujeitos imersos na cultura e no movimento Hip Hop, aumentavam a aderência e identificação das juventudes afro-brasileiras para com o Núcleo. De acordo com o orientador social Gabão:

[...] nossa, sempre, sempre não, mas de vez em quando, a gente mudava o horário para atender a juventude a noite, a gente se adaptava pra eles né?![...] entrava tarde, mais tarde e ia até umas dez horas da noite em batalha, mas assim, a gente tinha uma coisa que era assim, a gente só ia se pudesse falar, eu dizia assim: ó a gente só vai se puder falar (do equipamento e atividades desenvolvidas no Odomodê)[...] (GABÃO, Orientador social do Núcleo Afro Odomodê).

A partir desse momento, as juventudes que frequentavam o Núcleo procuravam desenvolver atividades artísticas e culturais, fazendo com que houvesse um aumento das

⁵⁵ Nestes eventos, recorrentes em todo o mundo, ocorre uma competição em que poetisas leem ou recitam (*spoken word*) um trabalho autoral. Essas performances são julgadas por membros selecionados, comissão de jurados ou até mesmo pela plateia, através de palmas, gritos ou outro meio instituído no momento.

juventudes afro-brasileiras universitárias, além de juventudes de fora do território da sede, ultrapassando os objetivos, qualitativos e quantitativos, propostos.

No ano de 2015, com o número de atendimentos dos jovens ultrapassando o quantitativo de 300 (trezentos) jovens por mês, houve a compreensão de que os equipamentos voltados para as juventudes atendiam melhor aos anseios da Secretaria Municipal de Cidadania, Direitos Humanos e do Trabalho (SEMCID), pois, de acordo com os atores sociais da época, o intuito era o de que o protagonismo juvenil se disseminasse para o mundo do trabalho e independência financeira.

Desta forma, nos anos de 2015 e 2016, a equipe iniciou um processo de transição do Odomodê da SEMAS para a Secretaria de Cidadania, Direitos Humanos e Trabalho (SEMCID), o que gerou uma série de modificações em sua estrutura administrativa. Assim, em 2016, foi aberto o Chamamento Público 002/2017, para execução do Núcleo Afro Odomodê, subordinado pela Secretaria de Cidadania, Direitos Humanos e Trabalho (SEMCID) para uma OSC que pudesse gerir o Núcleo com uma Coordenação; assistente social; orientadores sociais; assistente administrativo; e contratação de oficinairos. Nesse mesmo ano, a sede do Núcleo foi transferida para o bairro Fonte Grande⁵⁶.

Assim, o Odomodê se tornou então um dos equipamentos⁵⁷ para as juventudes, diferenciando-se pela temática racial, subordinado à Coordenação de Políticas dos Direitos das Juventudes, vinculada à Gerência de Políticas de Cidadania e Direitos Humanos pertencente à Secretaria de Cidadania, Direitos Humanos e do Trabalho (SEMCID) da Prefeitura Municipal de Vitória.

A OSC escolhida foi a Bem Brasil – Instituto de Desenvolvimento Social, sediada no município de Vitória, no Estado do Espírito Santo. A Bem Brasil é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, fundada, em 04 de maio de 2005, com o objetivo de contribuir prioritariamente com a melhoria da qualidade de vida de pessoas em situação de vulnerabilidade pessoal e social. É constituída por profissionais de diferentes áreas, como: advogado, assistente social, gerontólogo social, professor de Educação Física, biólogo, administrador, empresários e outros.

A OSC Bem Brasil implantou a seguinte equipe de trabalho: uma Coordenadora Institucional, que acompanha as atividades propostas para a execução, registro, avaliação e

⁵⁶ Escadaria Jaime Figueira, 13, Bairro Fonte Grande, Vitória – ES, 29016-180.

⁵⁷ Os outros equipamentos da Coordenação de Juventude são o Centro de Referência da Juventude (CRJ), localizado no Bairro Jucutuquara, e Casa da Juventude (CDJ), localizada em São Pedro.

prestação de contas do projeto; uma Assistente Técnica, para dar suporte à equipe no que diz respeito ao planejamento, desenvolvimento, controle, avaliação e registros das ações do Núcleo Afro Odomodê; uma Assistente Social, para identificar as demandas dos adolescentes e jovens afrodescendentes do município de Vitória, visando à formulação de propostas de ações que contribuam para o enfrentamento das questões sociais a que estão submetidos; dois Orientadores Sociais, para realizar encontros e oficinas que promovam a igualdade racial, divulgando a arte e a cultura afro junto aos adolescentes e jovens do município de Vitória; e um Assistente Administrativo, para acompanhar e controlar as rotinas de trabalho da instituição.

Vale destacar que, além destes funcionários, o Núcleo Afro Odomodê era acompanhado por funcionários da Prefeitura de Vitória, sendo eles: o próprio Coordenador das Políticas para as Juventudes, o qual organiza as ações pertinentes aos equipamentos, adapta os calendários dos equipamentos para com o calendário da PMV, propõe ações para com as organizações e conselhos das juventudes, além de organizar os bens patrimoniais do núcleo; e o fiscal dos equipamentos das juventudes, que verifica se as ações estão de acordo com o Termo de Colaboração Nº 117/2017, firmado entre a SEMCID e a OSC Bem Brasil⁵⁸ para gerir o equipamento dos anos de 2017 a 2021, comprometendo-se a atender os objetivos do Núcleo Afro Odomodê, o qual continha todas as suas ações voltadas para as questões étnico-raciais.

Ademais, as ações⁵⁹ desenvolvidas pelo Núcleo Afro Odomodê a partir dos objetivos propostos após os termos de colaboração com a Bem Brasil eram/são orientadas pelo Estatuto de Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010) e Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013), tendo como objetivo geral:

Oferecer, mensalmente, o acesso a 120 adolescentes e jovens, de 15 a 29 anos, prioritariamente em situação de vulnerabilidade social e pessoal, a oportunidades dignas de formação, convivência e participação buscando estimular, sensibilizar e mobilizar a juventude negra do município de Vitória para o combate às desigualdades raciais e sociais, e para a luta contra os preconceitos, violências e exclusões (VITÓRIA, BEM BRASIL, 2020a).

⁵⁸ A Bem Brasil, em parceria com a Semcid – Secretaria Municipal de Cidadania, Direitos Humanos e Trabalho, encaminhou diversos ofícios ao longo dos anos, realizando aditamento, ou seja, a prorrogação do Termo de Colaboração nº 117/2017. Ao todo, a Bem Brasil geriu o Núcleo Afro Odomodê dos anos de 2017 a 2021.

⁵⁹ O presente planejamento tem por objetivo apresentar as ações planejadas a partir dos objetivos propostos no Plano de Trabalho proposto em cumprimento ao Termo de Colaboração nº 117/2017. Recebi, para o trabalho de pesquisa desta dissertação, no dia 15 de janeiro de 2021, o envio dos seguintes documentos do Núcleo Afro Odomodê: Planejamento 2019, Relatório 2019, Relatório 2020.

Mesmo com a mudança de Secretaria e com a nova OSC, o intuito do Núcleo Afro da Juventude Odomodê permaneceu sendo constituir o local provedor de diversas atividades socioeducativas, visando ao desenvolvimento da identidade étnico-racial através do resgate da arte, estética e cultura africana, afro-brasileira e afro-diaspórica; e de enfrentamento ao racismo por meio de vivências, oficinas, grupos de estudos, visitas, passeios guiados, grupos de convivência e cine afro, entre outras ações e atividades. Além de sensibilizar e estimular as juventudes afro-brasileiras a buscarem alternativas e possibilidades na inserção ao mercado de trabalho.

Desta forma, nos anos de 2017 a 2019, com a gestão do Núcleo realizada pela OSC, os planejamentos passaram por uma série de modificações, sistematizando as atividades de acordo com os objetivos elencados pela juventude que o habitava, relacionando-as com os conteúdos acadêmicos de diversos campos de estudo e enfatizando, nas ações e intervenções, escritoras, escritores, artistas e músicos que contribuíram com a discussão étnico-racial em suas áreas.

A cultura Hip Hop e Funk foram quase que norteadoras dessas mudanças, uma vez que o Odomodê ofertava oficinas de canto e música chamada de “Afrosons”, oficinas de “Escrita, canto e rima”, além das inúmeras oficinas de grafites, danças urbanas e danças afro. Os eventos e estéticas da cultura Hip Hop e Funk também se fizeram presentes nos eventos de Saraus e Poesias ofertados, por vezes, no período noturno.

Buscou-se, ainda, apresentar ações nas áreas de cultura e cidadania com foco no combate ao racismo no território da periferia. As atividades se mantiveram em constante diálogo com as demandas dos jovens, porém iniciam um processo mais sistematizado de inserir a rotina do Núcleo Afro Odomodê na rotina da periferia em que se encontra a sede do equipamento.

Durante a gestão da OSC Bem Brasil, de janeiro a julho de 2018, o Odomodê se manteve de forma itinerante em função das obras realizadas em sua nova sede (Figura 4) no Morro do Quadro⁶⁰, o que só se concretizou, de fato, em julho de 2018.

⁶⁰ Rua São Bartolomeu, 121, Morro do Quadro, Vitória – ES, 29025-210.

FIGURA 4 – Sede do Núcleo Afro Odomodê no Morro do Quadro



Fonte: Imagem extraída do site da Prefeitura de Vitória

Como afirma o Relatório Anual do Odomodê no ano de 2019:

O ano de 2019 trouxe à Bem Brasil e à SEMCID um grande desafio: mudança da equipe quando estávamos numa relação bem fortalecida com os jovens do Território do Centro e Santo Antônio. Mas a equipe nova não deixou a peteca cair: Se manteve firme e deu continuidade às ações e incrementou outras. 2019 foi um ano de grandes conquistas e fortalecimento do Núcleo Afro Odomodê no Morro do Quadro. Muitos foram os parceiros e muitos os jovens atendidos. As ações foram pensadas de forma conjunta com os jovens, mostrando que é possível construir uma política pública pautada na garantia de direitos de uma juventude periférica, mas potente e que quer ser ouvida. Foi constatado que as atividades oferecidas no Núcleo Afro Odomodê contribuem na melhoria da qualidade de vida dos jovens e atua fundamentalmente no resgate da cidadania e na dignidade deles perante a sociedade. Para 2020 o desafio é trazer os jovens para a discussão e planejamento das ações. Que não façamos uma política para os jovens, mas, principalmente, com os jovens (VITÓRIA, BEM BRASIL, 2019).

No ano de 2020, o Núcleo passou por sua quinta mudança de gestão da Prefeitura de Vitória⁶¹, tendo uma alteração de verba e mudança no quadro de funcionários. Assim, teve seus objetivos e ações adaptadas, sobretudo graças à pandemia ocasionada pelo novo coronavírus, causador da doença COVID-19, fazendo com que esses objetivos

⁶¹ Mesmo tendo sido criado pela Gestão de 2005 da Prefeitura de Vitória, o Odomodê foi uma das poucas políticas públicas que se manteve ativa mesmo com as divergências e tensões políticas oriundas das gestões político-partidárias, interesses dos movimentos negros organizados e demais ações políticas marcadas por atores. O Núcleo Afro Odomodê passou por cinco gestões na Prefeitura Municipal de Vitória: De 2005 a 2008; 2009 a 2012, com José Carlos Cozer; 2013 a 2016 e 2017 a 2020, com Luciano Santos Rezende; e a atual gestão, de 2021 a 2024, com o delegado de polícia Prefeito Lorenzo Silva de Pazolini, vinculado ao partido *Republicanos*.

permanecessem, mesmo adaptando suas atividades para as plataformas e redes virtuais, como *Instagram*⁶², *WhatsApp* e *Google Meet*.

Em março de 2020, no início da pandemia no Estado do Espírito Santo, houve o cancelamento das atividades não essenciais, pela Prefeitura Municipal de Vitória, fazendo com que o Odomodê reorganizasse toda a sua metodologia de intervenção para com as juventudes afro-brasileiras capixabas, lançando, nas primeiras semanas do mês de abril do referido ano, seu novo cronograma *on-line*.

Desde os primeiros dias do isolamento social decretado pela Prefeitura Municipal de Vitória no ano de 2020, todas as atividades do Odomodê se preocuparam com as famílias dos jovens e os novos desafios a serem encarados por esses. As diferenças sociorraciais foram discutidas, principalmente no que tangia à impossibilidade de quarentena para a maioria da população negra que se encontrava em empregos autônomos, sem muitos direitos e/ou subalternizados.

Mesmo assim, foram utilizadas inúmeras *tags*, como o #DancaEmCasa e o #FiqueEmCasa, para as juventudes afro-brasileiras que podiam acompanhar o equipamento de forma *on-line*. Posteriormente, as ações do Núcleo Afro Odomodê se voltaram aos “Impactos das Mídias Sociais para a juventude em tempos de pandemia”, visando incentivar o uso das redes sociais para que as juventudes pudessem empreender de alguma forma na pandemia. Para tanto, foram realizadas atividades como oficinas *on-line* para divulgações de produtos artesanais, divulgação de eventos e concursos remunerados para artistas, entre outros.

As redes sociais também foram utilizadas para diálogos sobre casos de racismos estruturais, institucionais e individuais durante a pandemia, bem como para o acolhimento referido ao mesmo tema. Serviços voluntários de médicos, psicólogos e assistentes sociais foram compartilhados, principalmente os da PMV, como o Centro Integrado de Cidadania, mais conhecido como Casa do Cidadão, em Itararé. Tal atividade foi realizada com apoio das Gerências e Coordenações de Políticas para a População Negra e Diversidade Sexual da PMV.

Vale destacar que no período pandêmico, no ano de 2020, todas as atividades foram *on-line* até o mês de novembro, quando o Odomodê adotou um formato híbrido, com atividades virtuais e presenciais, respeitando o distanciamento social e o uso de álcool gel. A partir do mês de agosto de 2021, todas as atividades retornaram ao presencial, com as devidas

⁶² O *Instagram* do Núcleo Afro Odomodê é encontrado através do nome de usuário @odomodevitoria.

adaptações, utilizando as redes sociais apenas para divulgação de atividades e para publicação de datas importantes para a população negra, o chamado “Calendário Afro”.

Para o ano de 2021, a Bem Brasil adaptou os objetivos do Odomodê para que esses entrassem em consonância com as limitações ocasionadas pela pandemia. De acordo com o relatório anual de 2020:

Com o trabalho do resgate histórico da memória coletiva local busca-se formar e renovar a memória através de laços de solidariedade incentivando a mobilização social, a inserção comunitária, a construção da cidadania e práticas coletivas voltadas para a promoção da igualdade racial, melhoria da qualidade de vida, do meio ambiente e da vida em comunidade oportunizando mudanças para todos. Incentivando à prática da cultura negra através das suas diversas expressões, marcando a contribuição dos afrodescendentes no processo econômico, político e sociocultural do País [...] (VITÓRIA, BEM BRASIL, 2020b).

Neste sentido, é possível afirmar que, durante toda a sua existência, o Odomodê objetivou gerar espaços de reflexões e formações para com a identidade étnico-racial, bem como as modificações estéticas e de valorização dos corpos negros sugeridas por ela, além de contribuir diretamente na contra-mão dos índices de violências raciais relacionados com as juventudes afro-brasileiras. Os conflitos e tensões políticas, sobretudo as relacionadas com as verbas públicas e preocupação com o cenário da população afro-brasileira, fizeram com que, durante toda a história do Odomodê, fosse necessária a criação de estratégias e reelaborações para que as juventudes fossem atendidas com qualidade por uma política pública feita para e com elas.

Ademais, as formas de re-existir, através do uso da cultura e da arte afro-brasileira, africana e afro-diaspórica, foram implementadas, desde a elaboração do Odomodê, em suas formas de trabalhar para com as juventudes afro-brasileiras. Assim, para melhor compreensão de como funcionavam as ações desse equipamento, no próximo tópico discutiremos as análises de conjuntura do período observado, feitas pelos atores sociais dessa política, principalmente as juventudes afro-brasileiras atendidas, bem como as argumentações, ações, metas, objetivos, planejamentos e oficinas elencadas para desenvolvimento e realização do Núcleo Afro Odomodê.

3.2.2 A metodologia artístico-pedagógica do Odomodê

Nesta parte do trabalho, visamos apresentar a metodologia atual do Núcleo Afro Odomodê, as nomeclaturas de suas atividades, seus objetivos, como são realizadas, bem como alguns relatos dos jovens sobre estas.

No seu primeiro ano de intervenção, em 2005, o, até então, NUAJU, teve como objetivo fundamental visibilizar a cultura africana, afro-brasileira e afro-diaspórica, valorizando as contribuições advindas de África para o território brasileiro, bem como valorizar as lutas e reivindicações das populações negras.

O intuito era a promoção da igualdade racial através da disseminação gratuita das artes e das cultura afro, bem como mobilizar, organizar e estimular a inserção das juventudes afro-brasileiras no sistema de ensino, além de identificar e valorizar os talentos juvenis, viabilizar o reconhecimento desses jovens na sociedade, ressignificar a identidade étnico-racial e possibilitar a geração de renda, visando conscientizar e estimular as juventudes afro-brasileiras a buscar alternativas e possibilidades na educação e no mercado de trabalho.

Segundo as elaboradoras do Núcleo, “somente o uso da arte e cultura seriam atrativos maiores do que o caminho para o crime”. Ou seja, o intuito era sensibilizar as juventudes afro-brasileiras para uma reflexão sobre o que era ser negro e negra no Brasil. Em reportagem, a elaboradora Uganda afirma:

A arte é capaz de dar visibilidade e status que muitos jovens buscam no tráfico. O programa Odomodê visa construir uma base teórica de compreensão e conhecimento da realidade com preocupação de integrar a teoria à prática, por meio de oficinas culturais que servem como instrumento de transformação social, onde é realizada uma discussão crítica sobre a questão étnico-racial (VITÓRIA, 2011b).

Desta forma, foram promovidas ações que visassem a transformações nas perspectivas das juventudes afro-brasileiras, fazendo com que essas pudessem se interessar por vários cenários profissionais, tendo consciência política, em especial a própria política voltada para as juventudes afro-brasileiras.

Assim, além de atividades que se centravam na capacitação e formação de adolescentes e jovens para o sistema de ensino e mercado de trabalho, a política visou à mobilização, inclusão social e articulação das juventudes afro-brasileiras para com as ações políticas do município de Vitória e, para isso, era preciso que as juventudes atendidas estivessem presentes e ativas nas ações públicas do município, como conferências, formações internas, eventos culturais, dentre outros.

Na elaboração do projeto, foram pensadas uma série de oficinas e atividades sistematizadas cuja temática centrava-se nas desigualdades raciais, visando a uma modificação do cenário violento em que as juventudes afro-brasileiras se encontravam, enfatizando a importância de ressignificar o que era ser negro naquele momento, valorizando as artes, culturas, saberes, estéticas e autoestimas de origens afro.

Para tal, o Odomodê desenvolveu uma série de ações com caráter artístico e cultural por meio de oficinas e eventos fora e dentro de sua sede, como: *Penteado Afro*, *Canto*, *Break Dance*, *Percussão*, *Moda*, *Forró*, *Graffiti* e *Teatro*, além de oferecer espaços de discussões com as temáticas raciais e de ressignificação da identidade étnico-racial, promovendo espaços formativos para preparação dos jovens para o ingresso no mercado de trabalho e para a geração de renda. A exemplo disso, temos a criação de grupos de estudos afrorreferenciados e acesso à educação para as juventudes afro-brasileiras; rodas de conversa; debates temáticos; acesso à mídia afrorreferenciada, com filmes, curtas e vídeos tematizando as artes e culturas afro, além de apresentações artísticas e palestras em escolas e em outros espaços.

Para melhor entendimento, a Tabela 1 visa demonstrar as ações iniciais do Odomodê, apresentando o nome das atividades, seus objetivos e as formas e locais de intervenção.

TABELA 1 – Primeiras ações do Programa de Inclusão Social da Juventude Negra – ODOMODÊ		
NOME DA ATIVIDADE	OBJETIVOS	INTERVENÇÕES
CURSO DE CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS TÉCNICOS E NÃO TÉCNICOS DO ODOMODÊ (carga horária mínima de 60 horas)	Formar profissionais que desenvolvem ações com o segmento juvenil, com enfoque nas questões da diversidade racial.	A atividade ocorria por meio de aulas expositivas, contendo dinâmicas de grupo; leituras de textos e debates; apresentação de seminários em parceria com Secretarias Municipais, como as de Educação e de Direitos Humanos, bem como com a Universidade Federal do Espírito Santo e a sociedade civil organizada.
FORMAÇÃO DE NÚCLEOS AFRO DA JUVENTUDE	Mobilizar e conscientizar a juventude negra para a questão das desigualdades raciais; Promover cursos de formação de multiplicadores para a juventude afrodescendente envolvida em ações de protagonismo juvenil.	Reuniões nas comunidades; articulação com as lideranças dos bairros visando conhecer grupos de jovem que atuam nas comunidades. As parceiras eram CRAS, lideranças comunitárias locais, EMEF – local, ONGs e Unidades de Saúde. Os suportes desejados foram: recursos humanos; psicólogos; assistentes sociais; pedagogos (locados no CRAS) e recursos físicos.

CINE CLUBE – CINE KBÇA	Proporcionar debates e reflexões de filmes nacionais seguidos de discussões com enfoque nas questões étnico-raciais.	Exibir filmes temáticos a partir de demandas elencadas pelos jovens. Parceria com a Secretaria de Saúde.
FEIRA CRIOULA	Criar um espaço em que a juventude pudesse expor e apresentar o resultado dos trabalhos feitos por ela.	Expor produtos e apresentações. Parceiros: Mucane e Escola Aberta.
GRUPO DE ESTUDO E PESQUISA	Aprimorar conhecimentos acerca das questões sociais e étnico-raciais; implantar um banco de dados com levantamento de indicadores sociais ligados à juventude afrodescendente; levantar 80% de indicadores que retratam a realidade da juventude afrodescendente; mapear fontes, entidades de pesquisa e estatísticas sociais; levantar dados, em documentos oficiais do município, que retratam a realidade local.	Encontros quinzenais para o grupo de estudo. Parceiros: IPEA, IBGE, UNESCO, Fundação Palmares, SEPPPIR, SEMUS, Secretaria Nacional de Juventude. Recursos Humanos: um profissional de estatística. Acervo de 200 (duzentos) livros.
OFICINA DE RECONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL	Trabalhar os valores individuais e de grupo e a representação social no sistema interétnico.	Dinâmicas de Grupo em parceria com a UFES.
OFICINA GERAÇÃO DE RENDA	Inserir o jovem negro descendente no mercado de trabalho, criando mecanismo de acesso.	Cursos de artes profissionalizantes: Mosaico; Bijuterias; Produção de bolsas artesanais; Produção de Moda; Penteados afros; Maquiagens; Estilismo (desenho de roupas); Corte e Costura; Estamparia. Parceiros: SUBGER, SEBRAE, PETROBRÁS, CVRD, CST, SENAI, agências de modelo, FAESA, UVV.
OFICINA DE ARTES	Resgatar a cultura afro-brasileira, dando ao jovem a oportunidade de tornar-se visível a partir da sua arte ou expressão. Atender os jovens que estão nas comunidades e nos espaços das escolas públicas municipais.	As temáticas abordaram Teatro/Literatura; Dança Afro; Capoeira; Rap; Grafite; AeroFunk; Street Dance; Percussão; e Figurinos carnavalescos. Parceiros: SEME, CRAS, UFES, faculdades presentes no Município, setor privado e sociedade civil organizada.

OFICINAS DE SEXUALIDADE E DST/AIDS	Promover a valorização positiva da sexualidade, auxiliando os jovens a perceberem situações de risco que podem favorecer a infecção por DST ou HIV, com enfoque de gênero e etnia.	Dinâmicas de grupo; filmes temáticos, seguidos de debate; e aulas sobre prevenção de IST's (Infecções Sexualmente Transmissíveis). Parceira: SEMUS.
PRÉ-VESTIBULAR POPULAR	Propiciar ao jovem negro descendente condições para que desenvolva suas capacidades intelectuais, possibilitando o seu acesso às universidades.	Implementação de três pré-vestibulares até 2007; mapeamento dos pré-vestibulares existentes no Município; verificação dos pré-vestibulares existentes; e reivindicação de cotas para afrodescendentes.
BOLSA EDUCATIVA	Propiciar a permanência do estudante das escolas públicas dos Ensinos Fundamental e Médio, garantindo atender necessidades básicas (passagem e material escolar). Contribuir com o processo educacional verdadeiramente qualitativo, minimizando, assim, a evasão escolar .	Oferta de uma bolsa auxílio ao jovem inserido nas ações do programa Odomodê que apresentasse demandas de carência econômica. Necessário que o jovem estivesse frequentando regularmente a escola formal.

Fonte: Os autores

Na construção de ações práticas, o foco no trabalho com as juventudes afro-brasileiras atendidas motivou um novo olhar sobre o projeto por parte da equipe, que implantou, para ela mesma, um grupo de estudos sobre o racismo, em que promoveu formações e capacitações internas e para os demais servidores da SEMAS.

Vale destacar que nos primeiros anos do Odomodê, em 2005 e 2006, os movimentos negros, os quais as elaboradoras acompanhavam, ainda estavam fortemente vinculados aos discursos sobre o que é ser negro e negra no Brasil. Por mais que essa discussão ainda seja atual, a equipe inicial afirma que, nas primeiras décadas dos anos 2000, as discussões, ainda eram embrionárias para com as juventudes, principalmente quanto às discussões sobre autoestima, estéticas afro e a valorização dos corpos das juventudes afro-brasileiras. Nesse período, ainda não existiam as políticas afirmativas para ingresso no Ensino Superior, nem produtos cosméticos para cabelo e pele negra, além de que as juventudes afro-brasileiras dos anos 2000 ainda presenciavam anúncios de emprego com a tão denunciada frase “pessoa de boa aparência”, a partir da qual os corpos e estéticas afro eram recriminadas.

Visando a uma mudança de cenário, a implantação do equipamento público do **Núcleo Afro da Juventude – Odomodê**, em 2006, visou ofertar um serviço de convivência e

fortalecimento de vínculos para com as juventudes afro-brasileiras em que essas fossem constantemente formadas para enfrentarem o racismo cotidiano.

Desta forma, o grupo de estudos da equipe contribuiu para a criação do plano metodológico do equipamento, que consistia em tematizar as relações étnico-raciais no interior das atividades do Núcleo. Com a chamada “metodologia artístico-pedagógica do Odomodê”, os pilares dessa política eram representados por um dos maiores símbolos da ancestralidade afro-brasileira: a árvore Baobá, que, segundo o documento “Programa de Inclusão da Juventude Negra Odomodê– SEMAS/ PMV”, é o:

[...] símbolo do Senegal, que se desenvolve em zonas sazonalmente áridas e que se destaca por reter muita água e suprir a região em épocas de seca. As raízes fortes e saudáveis estão fundadas na ética e na solidariedade e se alimentam dos mais variados conhecimentos humanos. O solo deve ser fértil, oferecer o acesso a saberes e base para criações. O diálogo com as famílias e a comunidade, assim como a ressignificação, estão na base do tronco da árvore, sendo fundamentais para o desenvolvimento de todas as atividades (VITÓRIA, 2011b).

Desta forma, o Odomodê elencou, para além dos três R’s (respeito, ressignificação e resistência) da identidade étnico-racial, alguns outros conceitos utilizados como secundários. Para a equipe elaboradora, a promoção da igualdade racial necessitava de um trabalho de formação humana a partir do qual as juventudes afro-brasileiras pudessem desenvolver as habilidades de ética, solidariedade, igualdade racial, pertencimento, autoestima e direito de escolher as atividades que desejassem, bem como intervir no planejamento com sugestões.

No nosso Baobá, a ética, a solidariedade, a identidade e a igualdade racial são fundamentos e guias. Sempre buscando instigar no jovem o sentimento de pertencimento do espaço, a necessidade de multiplicação como expansão do trabalho desenvolvido, valorizando a autoestima e a busca por uma reconstrução de uma memória coletiva. Tudo através da democratização dos meios de produção artística, direito humano fundamental. No alto da árvore tem-se as oficinas frondosas, como forma de atrair os jovens para experimentar e vivenciar da cultura em prol do seu desenvolvimento humano. E como galhos fortes, eles se interligam, podendo o educando frequentar quantas e quais oficinas quiser, partindo sempre do seu desejo, da sua necessidade de se apropriar daquele conhecimento e ir além (VITÓRIA, 2011b).

O objetivo do Odomodê não era funcionar como uma escola artística, formando atores, músicos, dançarinos, pintores, mas propor a arte como forma de expansão cultural para que as juventudes afro-brasileiras atendidas pudessem multiplicar esse aprendizado nas escolas que frequentavam, em suas famílias e em suas comunidades.

No projeto inicial, a equipe acreditava que:

É através dessa multiplicação que se vê o trabalho surtindo efeito, pois o jovem passa a ser protagonista da própria vida, escolhendo o momento de voar com as próprias asas e difundir esse conhecimento adquirido (VITÓRIA, 2011b).

Desta forma, vinculado aos três R's, o conceito de protagonismo juvenil é acrescentado ao projeto. O/A jovem protagonista seria aquele/aquela que conseguiria unir as discussões étnico-raciais com sua participação política na sociedade, além da identificação com a cultura e arte negra, podendo, ou não, fazer uso das estéticas afro-brasileiras e/ou africanas. É possível afirmar que esses dois conceitos foram os primeiros a serem desenvolvidos ainda no ano de 2005. O protagonismo juvenil foi e ainda é entendido como a concretização do principal objetivo do Núcleo, que tem nas demandas das juventudes seus diagnósticos para gerir as ações/atividades.

É importante destacar que, dos anos de 2006 a 2011, os conceitos étnico-raciais, utilizados no interior das ações do Núcleo, estavam em constantes disputas e tensionamentos, exigindo da equipe uma constante formação para atualização dos conceitos usados nos âmbitos políticos e nas atribuições acadêmicas. Destacamos aqui os conceitos de raça, identidade negra, cultura afro-brasileira, cultura africana, mulher negra, homem negro, preto, pardo, ressignificação, racismo, injúria racial, políticas afirmativas, afro-brasileiro, consciência negra, consciência crespa, cabelo crespo, empoderamento negro, respeito, resistência, ressignificação, protagonismo juvenil.

Frente a essa atualização, é importante citar que as propostas metodológicas contidas no projeto inicial foram implantadas dos anos de 2006 até a saída de todos os elaboradores, em 2012. As únicas propostas que não foram atendidas foram a criação do pré-vestibular popular e a implantação da Bolsa Educativa. Todas as demais conseguiram ser implantadas e foram atualizadas e sistematizadas ao longo dos anos. Os objetivos e temáticas iniciais permanecem, de certa forma, até os dias atuais, porém com outras denominações, como veremos nos subtópicos a seguir.

Nas atualizações do Núcleo, que foi marcado pela mudança de gestão em 2012, e após as avaliações dessa política, a partir de 2013 o Odomodê entra em acordo com o Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010) e com o recém criado, no ano de 2012, Plano Municipal de Juventudes. No momento, gerida pelo Instituto Gênesis, tal política elencou, em seu projeto para o ano de 2013, como objetivo geral: “Promover a valorização da cultura afro-brasileira e ressignificação da identidade étnico-racial tendo como eixos referenciais a difusão da cultura em sua dimensão cidadã, econômica e simbólica”.

Como objetivos específicos, propunha-se a:

Promover a igualdade racial; Mobilizar, organizar e estimular a inserção Comunitária; Identificar e valorizar potencialidades; Estimular e viabilizar o reconhecimento de jovens na sociedade; Buscar Geração de Renda; Ressignificar a

Identidade étnico-racial; Valorizar a auto-estima, e reconstruir a memória coletiva. Funcionar como centro de referência em capacitação/formação para ressignificação da Identidade Étnica e temas transversais (VITÓRIA,2014).

A partir de 2013, os documentos de planejamento cedidos pela SEMAS explicitam que o objetivo geral do Núcleo Afro Odomodê era ramificado em objetivos específicos que, por sua vez, eram divididos em metas (Tabela 2). Tal organização se estende até os dias atuais, podendo ser alterada a depender das verbas e demandas das juventudes afro-brasileiras atendidas pela política.

TABELA 2 – Objetivo Geral		
Objetivo Específico 1	Objetivo Específico 2	Objetivo Específico 3
3 metas	1 meta	2 metas

Fonte: Os autores

3.2.2.1 A promoção da igualdade racial, valorização da cultura negra e fortalecimento de uma identidade étnico-racial

O primeiro objetivo específico consiste em “Promover a igualdade racial utilizando a cultura e a arte como ferramentas para trabalhar questões socioeducativas com foco na ressignificação e fortalecimento da identidade étnico-racial e a promoção e valorização da cultura negra”. Tal objetivo origina três metas para seu alcance.

A **primeira meta** resulta da compreensão de que o modelo mais eficiente para execução das atividades, geridas pelas OSC's, seja traçado com/por uma equipe multisetorial, que se proponha estar em constante aprendizagem para com as questões étnico-raciais.

Como afirma Angola, uma das coordenadoras desse período:

O Odomodê ele sempre foi gerido em parceria com entidades da sociedade civil, então a gerência ela tem que ter um maior impacto com as equipes para mostrar o que que é que a gente estava entendendo como política de juventude e como a gente queria seguir a partir daí. Então nesse período, no qual eu estive coordenadora, os planejamentos eram conjuntos, as reuniões de equipe, elas eram semanais, a gente tinha no nosso método de gestão, [...] eu participava quinzenalmente com as equipes, para passar instruções desse planejamento [...] então ele [...] tem que ser em conjunto mesmo porque o Odomodê é um serviço da Prefeitura de Vitória que é executado em parceria por uma OSC, então ele não é um serviço da OSC, a OSC ela está no termo de parceria executando uma política que é da Prefeitura. Então isso é preciso deixar muito nítido para os colaboradores, para o município e para as pessoas, inclusive que trabalhavam na OSC, que isso geralmente às vezes era motivo de conflito [...], esse planejamento ele é realizado de forma conjunta porque ali é o momento de você alinhar os interesses da sua diretriz, enquanto gestão com a OSC, que é quem executa aquilo que você precisa que aconteça, então ali é o momento de

você trocar ideia e de entender como é que vai caminhar junto [...] (ANGOLA, Coordenadora das Políticas de Juventudes da PMV).

Assim, com o intuito de harmonizar os interesses da política para as juventudes afro-brasileiras com o trabalho desenvolvido pela OSC, a **segunda meta** é originada, objetivando a capacitação da equipe da Coordenação de Juventudes e da equipe presente na OSC, focando na ressignificação, fortalecimento da identidade étnico-racial e promoção e valorização das culturas afro para atendimento das/dos jovens afrodescendentes. Para cumprimento dessa, são realizados encontros formativos para melhorar os atendimentos ao público feito pelos funcionários das OSC's contratadas e servidores públicos da Gerência de Juventudes pertencente à Secretaria de Direitos Humanos e do Trabalho (SEMCID).

A pedagogização da política se dá através da **terceira meta**, que consiste na realização de atividades com as juventudes afro-brasileiras atendidas pelo Núcleo Afro Odomodê, promovendo reflexões sobre a necessidade da igualdade racial, utilizando as artes e as culturas afro como método. Essas atividades ocorrem no modelo de atendimento intersetorial, sendo planejadas pela equipe e ministradas ora pela assistência social, ora pelos orientadores sociais.

Tais atividades, nessa meta, possuem três modelos de intervenção: através dos momentos de convivências com os jovens que possuem uma frequência relevante de ocupação do espaço, três a quatro vezes por semana, denominado de “Espaço de Convivência Odomodê”; por meio de diálogos temáticos pedagogicamente planejados, denominadas de “Diálogos Odomodê”; e mediante os grupos de estudos divididos por gênero, em que as questões relacionadas a feminilidades/feminismo afro-brasileiro são tratadas no “Grupo de Estudos Obinrin” e as questões de masculinidades negras são discutidas no “Grupo de Estudos Mandela”.

Nestas intervenções, o ensino da arte e cultura são incentivadas, fazendo com que as juventudes afro-brasileiras demonstrem interesse por uma continuidade de algum tema ou conteúdo, originando eventos passageiros ou permanentes, de acordo com os planejamentos. O que define a criação de grupos de estudos, oficinas e/ou cursos é a solicitação ou demanda originada pelas/pelos jovens afro-brasileiros atendidos.

De acordo com o relatório anual de 2019, para a equipe do Odomodê “é importante que haja não só o aprendizado no interior do Núcleo mas que os ensinamentos oriundos deste se expandam para novas ações e espaços”.

Assim, surgem os “Encontros de *Graffiti*”, discutindo sobre a arte negra marginalizada e a “Rima na Praça” para apresentações de poesias, canto e escritas diversas que expressem o

cotidiano e a narrativa da vida do e da jovem presente na política, além de atrair mais jovens para o equipamento. As temáticas sobre estética e beleza negra originaram o “Encontros de Crespas e Cacheadas”, com o intuito de discutir o corpo e a beleza das mulheres negras. Outro ponto importante é a preocupação do Núcleo para com a carreira e vida profissional das juventudes afro-brasileiras, principalmente a observada durante a pandemia, fazendo com que sejam proporcionados diversos momentos que discutam o tema.

Além dos eventos demandados pelos/pelas jovens, o Odomodê se insere em diversos eventos, selecionados pelas juventudes afro-brasileiras atendidas e/ou pela SEMCID, propondo dialogar sobre as questões étnico-raciais, tanto na elaboração quanto no planejamento e intervenção de marchas, eventos nacionais a favor dos direitos e vidas negras, e de acesso a espaços universitários e espaços de ordem pública, junto com as Secretarias Municipais e Estaduais de diferentes âmbitos.

A exemplo disso, citamos a “Semana da Juventude Negra”, que sempre ocorre no mês de julho, em que as juventudes do Odomodê contribuem com oficinas e palestras formativas. Esse evento é promovido pela Coordenação de Políticas Públicas para a População Negra juntamente com a Coordenação de Juventudes da SEMCID, ofertando várias atrações culturais e artísticas, seminários e/ou simpósios com foco na ressignificação e fortalecimento da identidade étnico-racial, promovendo a valorização das culturas afro e do protagonismo juvenil, além da preocupação com a autoestima e beleza negra.

Vale destacar que em função do objetivo da pesquisa, somente a atividade “Espaço de Convivência Odomodê” será analisada neste tópico, pois esse foi o principal espaço de interação com as e os jovens afrodescendentes que frequentavam o Núcleo cotidianamente, em que eles expressavam suas opiniões, questões, vivências e sugestões para com o planejamento. Mesmo assim, para melhor elucidação, todas as atividades⁶³ ofertadas pelo Núcleo, ao longo dos anos de 2013 a 2021, foram dispostas com seus respectivos objetivos na Tabela 3.

TABELA 3 – Atividades relacionadas ao Primeiro Objetivo Específico	
NOME DA ATIVIDADE	OBJETIVOS
PRESENCIAL	

⁶³ Algumas atividades tiveram seus nomes modificados mais de seis vezes durante esse período, porém mantiveram sua intencionalidade, atualizando e aperfeiçoando seus objetivos. Assim, optamos por apresentar os nomes mais atuais.

VISITANDO O ODOMODÊ	Objetiva mostrar o espaço físico do Odomodê, bem como seu funcionamento no interior da política, como um equipamento voltado às juventudes negras, apresentando as atividades e oficinas desenvolvidas. O público-alvo dessa atividade são coletivos juvenis, escolas, projetos e a quem interessar. A atividade ocorre através de uma intervenção expositiva terminada em uma roda de conversa.
ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA	Espaço de formação e troca de saberes, que tem como foco principal dialogar, espontaneamente, com os jovens que frequentam diariamente o Núcleo sobre suas subjetividades, visibilizando a seus direitos.
ESPAÇO PLANEJAMENTO JOVEM/ESPAÇO JOVEM ODOMODÊ	Espaço criado no período da pandemia, em formato <i>on-line</i> , para que a juventude protagonizasse o planejamento do Núcleo através da escolha das atividades e ações a serem proporcionadas.
CINE AFRO	Atividade mensal de cineclubes seguido de uma roda de conversa, visando proporcionar debates à juventude. Os filmes são pensados pela equipe do Odomodê ou em conjunto com o público atendido. Todo o material utilizado no Cine Afro é pensado para discutir ferramentas de promoção de igualdade racial e de ações afirmativas.
ODOMODÊ INDICA	Na pandemia, houve a impossibilidade da realização do Cineafro, originando-se a ideia do Odomodê Indica, em que foram feitas indicações de filmes, vídeos, documentários, leituras e conteúdos afro voltados para a juventude negra.
CALENDÁRIO AFRO	Objetiva visibilizar as datas importantes para a população negra brasileira. Assim, nos dias em que ocorreram nascimentos de personalidades importantes, feriados e/ou marcos históricos para as populações negras, há uma postagem explicativa no <i>Instagram</i> no Núcleo Afro Odomodê sobre a data em questão. Algumas datas são debatidas na atividade Diálogos Odomodê.
DIÁLOGOS ODOMODÊ	Ocorre através de ciclos de conversas, por vezes sequenciais, com temáticas específicas, promovendo conhecimentos étnico-raciais sobre a cultura africana e afro-brasileira no contexto sócio-político atual. Pode abordar assuntos como beleza negra, autoestima negra, estéticas negras, empoderamento negro e/ou questões relacionadas ao cotidiano da juventude negra.
GRUPO DE ESTUDOS OBINRIM	Grupo de estudos que objetiva refletir sobre a mulher negra, assimilando as questões de gênero e negritude. Visa estudar as heroínas negras sobre um panorama histórico-cultural, proporcionando uma reflexão racial, com foco nos saberes ancestrais. A atividade é realizada mensalmente.
GRUPO DE ESTUDOS MANDELA	Grupo de estudos que possui foco nas masculinidades negras periféricas, ressaltando a importância da oralidade e reflexão dos jovens negros, com atividades em grupo para fortalecer a escuta e troca de experiências.
GRUPO MUNDO DO TRABALHO ECKOO/AFROFÍCIO – SEXTA DAS PROFISSÕES	Atividade que visa despertar nos jovens assistidos um olhar para o mundo do trabalho, formação e acesso à universidade. Tal atividade é contínua nos atendimentos sociais. Durante a pandemia, foi adaptada, tornando-se AFROFÍCIO, que visava realizar uma <i>live</i> , todas as sextas-feiras, apresentando profissionais de diferentes áreas para abordarem aspectos da formação profissional, autoestima negra na postura profissional,

	dicas de estágio, dentre outras coisas.
FORMAÇÃO DE MEI PARA COLABORADORES ODOMODÊ/QUINTA AFRO EMPREENDEDORA	Atividade que possui como objetivo formar os prestadores de serviço do Odomodê, bem como os demais jovens. Visa oportunizar um diálogo com os profissionais do empreendedorismo a fim de anular dúvidas sobre cadastro, taxas, documentações para formalizações, obrigações legais e benefícios do Micro Empreendedor Individual, uma vez que é extremamente relevante que os oficinairos se encontrem prontos para atuarem no mercado de trabalho. No momento da pandemia, tal atividade foi adaptada para QUINTA AFRO EMPREENDEDORA, que realizava uma <i>live</i> conjunta com algum/alguma empreendedora, abordando temáticas sobre relação com o produto, empreendedorismo, marketing, práticas de <i>black money</i> e consumo preto.
INVESTE PRETO	Visa potencializar a juventude empreendedora através do ensino financeiro e de oficinas de artesanato ou gastronomia. Quando presencial, o Odomodê oferta os materiais e realiza a mediação de empreendedores com grupos juvenis, locando espaços para o ensino prático da oficina em questão. A exemplo disso, foram ofertadas oficinas de empadão vegano, hambúrguer artesanal, brincos e acessórios, dentre outros. A atividade ocorre através de um diálogo sobre a vida e cotidiano do empreendedor que direciona a oficina e também com a realização da prática artesanal ou gastronômica ofertada. A origem dessa atividade é inspirada no ocorrido na cidade de Tulsa, no estado de Oklahoma, EUA. Em 1921, ocorreu uma das maiores violências à comunidade negra mais prósperas dos Estados Unidos, conhecida como “Wall Street Negra”, através de uma invasão de milhares de pessoas brancas, promovendo violência à comunidade negra por 18 (dezoito) horas e destruindo todo o poderio capital e físico da comunidade. O intuito foi desmobilizar a economia negra local pulsante, viva e crescente. Assim, o Investe Preto, pensando em empoderar a juventude negra, oferta conhecimentos sobre investimentos, qualificação profissional e oportunidade.
O ENCONTRO DE CRESPAS E CACHEADAS	Evento que, semestralmente, visa promover a socialização e a troca de conhecimento, tratando de assuntos ligados à mulher negra, como: direitos, beleza, protagonismo e temas diversos do universo feminino. Seu objetivo é destacar a diversidade racial e cultural afro-brasileira por meio do incentivo ao protagonismo juvenil e a ressignificação da identidade negra. A atividade ocorre através de uma roda de conversa. Na pandemia, essa atividade não ocorreu.
O ENCONTRO DE GRAFITE	Promove, através do grafite, a criatividade e a expressão dos jovens artistas negros, com a intenção de trabalhar o grafite como arte inata aos espaços públicos, desmarginalizando-o e despertando no jovem cooperativismo, coletividade, reflexões, desenvolvimento pessoal e inclusão social. Na pandemia, essa atividade não ocorreu.
RIMA NA PRAÇA	Trabalha o protagonismo dos jovens através da poesia, do canto falado e de rimas, proporcionando um encontro cultural na praça e promovendo socialização, conhecimento e contato com a cultura urbana, bem como visibilidade do jovem negro e

	sua produção.
ARTICULAÇÃO COM A REDE SOCIOASSISTENCIAL	Visa à interação do Núcleo com as políticas públicas e equipamentos das áreas de Educação, Saúde, Meio Ambiente, Cultura e Esporte, articulando sempre parcerias para fortalecer o trabalho com a juventude. A articulação com a rede é contínua.
MOBILIZAÇÕES PARA AS ATIVIDADES E APOIOS AOS PROJETOS DESENVOLVIDOS PELOS JOVENS	Expõe e divulga nas redes sociais os projetos apresentados pelos jovens. Compreendendo a relevância desse espaço para formulação, acompanhamento e deliberação de ações que visam a juventude negra, foram articulados parceiros voluntários para participar das atividades, fortalecendo os diálogos e a aproximação entre o projeto e o público expectador.
TRABALHO COM A COMUNIDADE E FAMILIARES DOS JOVENS ASSISTIDOS, PELO SERVIÇO SOCIAL	Cria ações estratégicas, que envolvem a família dos jovens assistidos e a comunidade, fortalecendo os vínculos comunitários, permitindo contribuir no processo de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Pensando nisso, bem como em prevenir situações de vulnerabilidade e risco social, incentivando o protagonismo juvenil, o Serviço Social neste trimestre pautou-se em ações virtuais que visaram à aproximação do jovem, instruindo em diversos segmentos, como o mercado de trabalho. Na pandemia, as ações focaram na prevenção da COVID-19, abordando o racismo científico-social, e fomentaram parcerias para distribuição de cestas alimentícias; informações e obtenções sobre auxílios financeiros da União; bem como fortalecimento das ações comunitárias durante a pandemia.

Fonte: Os autores

Um dos primeiros elementos observados é a presença das estéticas afro já no interior da sede do Odomodê, fazendo com que haja uma identificação das juventudes afro-brasileiras com o espaço físico do equipamento. A sede é sempre ornamentada e possuidora de uma estética afro já em seu *design* de interior, contendo quadros com pinturas africanas, almofadas, pinturas e fotos de jovens negras, jovens negros e personalidades negras.

Tal representatividade se expande para as metodologias de acolhimento presentes no Núcleo no trato para com os jovens, que, na maioria das vezes, se veem representados pelas temáticas raciais. O intuito principal é o de que os jovens conheçam a política e mantenham frequência no equipamento, podendo desenvolver seus talentos, protagonizando sua vida e reivindicando seus direitos educacionais, em conjunto com o planejamento da equipe. O espaço “Visitando o Odomodê” é compreendido como o primeiro momento em que a/o jovem irá ter contato com a política. Quando o grupo de jovens frequenta o Núcleo rotineiramente, ele entra no atendimento específico denominado “Espaço de Convivência Odomodê”, em que é atendido não só pelas atividades, mas também pela assistência social.

O principal objetivo dessa terceira meta, de cunho mais educacional, foi mantido, mesmo no momento pandêmico, com as atividades do Odomodê adaptadas para as plataformas *on-line* e redes sociais, além de terem sido criadas novas interações permitidas pelo mundo virtual. É importante frisar que, no primeiro momento de pandemia, o mundo virtual ainda era novo para toda a equipe do Núcleo, que se viu desafiada a manter um trabalho totalmente *on-line* e em *home office*, diferente de tudo o que haviam construído nos últimos anos.

Como afirmam os documentos:

O ano de 2020 foi desafiador pois, enfrentamos uma pandemia (Corona vírus), onde toda a equipe teve que ficar em isolamento social e realizar as atividades de forma online, em home office.

A equipe precisou se reinventar, aprender trabalhar de forma virtual para que não deixasse o jovem sem atendimento. Estes foram alguns dos desafios que tiveram de ser superados frente a essa nova modalidade de trabalho:

- Falta de computadores da equipe em home office para contribuir na produção de cartazes e vídeos, assim como ausência de internet de qualidade por parte de alguns;
- Atividades extras, aumento de demandas realizadas online em um curto período de tempo;
- A quantidade de vídeos confeccionados com baixa qualidade, alterações, tremores, fontes, legendas, tudo isso tendo que ser corrigido pelo orientador social;
- A demora dos convidados com retornos, envio de vídeos, autorização de imagem, comprometendo o cumprimento dos prazos para aprovação dos conteúdos;
- Captação de dados pelo celular assim como confecção das planilhas para controle do número de participantes. Muitos jovens não passaram os dados básicos por não se sentirem à vontade de forma virtual, o que dificultou o trabalho administrativo.
- O compartilhamento do Instagram do Odomodê com outros serviços deixou os jovens que seguem a página confusos pelas intensas postagens de conteúdos com temáticas e características diversas.
- Trabalhar de forma online proporcionou que mais jovens tivessem acesso às atividades do Odomodê, já que sua sede está localizada em território em constante conflito, impedindo o acesso presencial, porém em contra partida, muitos jovens não mantiveram frequência por não possuírem acesso a internet.
- Mudanças repentinas de datas de eventos pré-estabelecidos causando a ausência do jovem nas atividades planejadas (VITÓRIA, BEM BRASIL, 2020b).

Vale ressaltar que, como observado e relatado pelos entrevistados, o espaço físico do Odomodê é inadequado para a realização de algumas atividades devido ao tamanho das salas, que comportam no máximo dez jovens, e à necessidade de um serviço de manutenção predial. Mesmo com tais desafios de infraestrutura, o Núcleo realizou suas atividades.

Com a impossibilidade de manter o “Espaço de Convivência Odomodê”, a equipe elaborou, dentre outras coisas, o espaço *on-line* chamado “Espaço Planejamento Jovem/Espaço Jovem Odomodê”, cujo foco era conversar com os jovens sobre seus cotidianos e pensar, com eles, possibilidades de atividades *on-line* para o Odomodê. Essa prática ocorreu de forma virtual, através de reuniões pelo aplicativo *Google Meet*, e, a partir de dezembro de 2020, retornou ao seu formato presencial.

É possível afirmar que o “Espaço Jovem Odomodê” foi fundamental para manter os jovens durante a pandemia, pois esse era o momento em que o protagonismo juvenil se destacaria no planejamento, uma vez que os jovens, além de expressarem suas opiniões políticas, inquietações subjetivas de cunho social, econômico, racial, de gênero, sexualidade, também apresentavam as demandas para/com o Núcleo.

Esta atividade visou à atuação mais ativa e autônoma dos jovens no Núcleo, já que as juventudes afro-brasileiras, ao discorrerem sobre as necessidades de suas vidas/cotidiano, converteriam essas questões em demandas para o Odomodê que, por sua vez, relacionaria as demandas dos jovens com o planejamento da equipe frente ao calendário da Prefeitura de Vitória.

Durante a Pandemia, os jovens eram convocados para as atividades, com antecedência, através das redes sociais, principalmente dos grupos de *WhatsApp*: “Você é o protagonista desta história! Venha construir um diálogo participativo e decisório conosco. 🥰.” (ODOMODÊ, 2020a).

No “Espaço Jovem Odomodê”, primeiramente era escutadas as demandas dos jovens e, em segundo momento, apresentavam-se as propostas já encaminhadas pelo planejamento da equipe. Em uma de suas postagens, o Odomodê afirmou que “o objetivo é de que juntos a equipe e juventudes criem ações, encontros e intervenções intercalados para que as ideias sejam seguidas de ações”.

Neste espaço, a equipe possuiu um discurso forte sobre acolhimento, protagonismo e autonomia dos jovens para com o Núcleo, os quais explanam as atividades desejadas, indicando como desejam contribuir, e a equipe avalia a viabilidade da proposta.

Destacamos aqui que, durante a pandemia de COVID-19, os jovens do “Espaço Jovem Odomodê” se fizeram presentes nas atividades *on-line*, participando principalmente dos “Diálogos Odomodê”, que se propuseram discutir sobre datas importantes para as populações negras, conjuntamente com o “Calendário Afro”. As datas debatidas foram: o dia 19 de março de 1849, que marcou a Insurreição de Queimado⁶⁴ em terras capixabas, em específico na

⁶⁴ Esta data é marcada pela promessa vã de um Padre que prometeu alforria a seus escravizados em troca da construção de uma igreja. Como a promessa não foi cumprida, os negros e negras escravizadas colocaram fogo na igreja no dia 19 de março de 1849, denominando o ato de “Insurreição de Queimado”. O líder do movimento, Chico Prego, junto com Elizário e João da Viúva, protagonizaram as estratégias e lutas pela libertação do povo. Os rebelados foram perseguidos, julgados e condenados à morte. Chico Prego foi morto em frente à igreja e esquartejado. Hoje é lembrado como símbolo de resistência e luta capixaba. Possui uma estátua em sua memória e uma lei de incentivo cultural no município da Serra também nomeada em sua homenagem. O Odomodê geralmente realiza um passeio presencial ao distrito de Queimado, hoje localizado na Serra/ES. Com a Pandemia, a comemoração ocorreu de forma virtual.

Serra; o dia 21 de março, em que se comemora a Luta Internacional Contra a Discriminação Racial; e o dia 13 de maio, que marca a falsa abolição da escravatura brasileira. No grupo de *WhatsApp* “Juventude Odomodê”, a equipe afirma, em postagem: “Resistência também é conhecimento, principalmente quando exaltamos nossa história e patrimônio preto!”. (ODOMODÊ, 2020a).

É importante destacar que a Insurreição do Queimado, apesar de possuir escassos registros a seu respeito, é lembrado, principalmente no Espírito Santo, como o principal movimento contra a escravização no Estado, como anunciou o Odomodê: “a Insurreição do Queimado é resultado da construção de um processo político de conquistas e foi um marco na história da negritude capixaba” (ODOMODÊ, 2020a).

O Núcleo, mesmo comemorando a data, tensiona a invisibilidade das mulheres negras no marco histórico, como postado pela orientadora social Somália no grupo de *WhatsApp*:

Sabe-se que cerca de 300 homens, mulheres e crianças participaram da Insurreição de Queimado. Mas onde está a evidência histórica de retratação dessas mulheres? Não é novidade vivermos numa sociedade machista, e que isso impacta nas nossas memórias e histórias. O apagamento e silenciamento de mulheres, principalmente negras, é naturalizado. Nos dias atuais tratamos como epistemicídio tal invisibilidade de narrativas negras. Mas precisamos torná-las visíveis e contar suas histórias de lutas, estratégias e resistências!!! (ODOMODÊ, 2020a).

Em relação ao Dia Internacional Contra a Discriminação Racial, o Odomodê convida as juventudes afro-brasileiras a conhecerem os processos protagonizados pelas juventudes internacionais:

Com a “Lei de passe” determinada pelo governo da África do Sul, que limitava a livre circulação de pessoas negras pela cidade ocorreu uma manifestação com cerca de 20 mil pessoas 🧑🏿👩🏿🧑🏿👦🏿. Tal manifestação 🗨️, mobilizou tropas militares da África do Sul para inibir as pessoas, matando 69 pessoas, entre elas crianças, jovens e adultos. Chamado por massacre de Shaperville 🗨️, que ocorreu em 21 de março de 1960, em Joanesburgo, na África do Sul a ONU instituiu como Dia Internacional Contra Discriminação Racial com objetivo de luta e enfrentamento ao racismo 🧑🏿👦🏿🧑🏿👩🏿. No Brasil, começou tomar forma após a Constituição Federal de 1988, com participação da sociedade civil e os movimentos sociais que alcançaram importantes conquistas e significantes possibilidades de mudanças nesse cenário 🗨️🗨️. O Dia Internacional contra a Discriminação Racial é celebrado anualmente em 21 de março. Esta é uma importante data que reforça a luta contra o preconceito racial em todo o mundo. A luta contra a discriminação racial só começou a se intensificar no Brasil após a Constituição Federal de 1988, que incluía o crime de racismo como inafiançável e imprescritível (ODOMODÊ, 2020a).

O Odomodê também possui em seu Calendário Afro o “Dia de combate à intolerância religiosa” e o “Dia de Reflexão e Luta Contra a Discriminação” (13 de maio). Para o Núcleo,

esta data precisa ser protagonizada pelos verdadeiros reivindicadores da libertação e não pela monarquia portuguesa da época. Assim, a equipe convida:

Para começar, hoje estaremos mandando um papo reto sobre a mentira cívica que tantos de nós aprendeu como verdade na época do ensino fundamental. Para este último houve um encontro através de uma LIVE no INSTAGRAM @odomodevitoria para refletir e debater sobre os 132 anos de abolição da escravidão, com a seguinte chamada a juventude: “Com qual liberdade chega o povo negro em 2020? Quais os avanços e quais as demandas presentes na luta negra contemporânea? Que lugar na luta antirracista ocupa o 13 de maio de 1888?” (ODOMODÊ, 2020a).

Nesta atividade, foram discutidas passagens de leis jurídicas referentes às datas e aos dias como sendo representativos para união do povo negro e houve denúncias quanto à invisibilidade de datas importantes para a população negra pelas grandes mídias. As discussões se referiram principalmente à segregação social das populações negras até os dias atuais. O conceito exposto para discussão foi o de discriminação racial, entendido como a faculdade de discriminar, distinguir, discernir; ação ou efeito de separar, segregar, pôr à parte.

Para o Odomodê:

É o ato de expor, colocar para fora, divulgar toda essa nossa ideia (pré-conceito), com doses absurdas de ódio e ignorância, que nos fazem elaborar discursos com fundamentos rasos, mas cheio de ofensas a algo ou a alguém (ODOMODÊ, 2020a).

Durante as discussões, as/os jovens têm participação ativa, inclusive com opiniões sobre conceitos utilizados pelos movimentos negros e/ou conceitos acadêmicos. A exemplo disso, temos o conceito de racismo, compreendido pela orientadora social Somália como sendo “uma opressão que te abdica direitos, que lhe exclui ou limita da sociedade, é estrutural e institucional perpassando por todas as esferas, é estereotipado, é religioso”(ODOMODÊ, 2020a).

Nesta definição, podemos acompanhar que as juventudes afro-brasileiras atendidas nos parecem atentas aos conceitos discutidos pelos movimentos negros organizados, em especial o trabalhado pelo advogado Silvio Almeida em suas considerações sobre racismo, segregação e discriminação. Nessa mesma discussão, a jovem Botsuana acrescenta: “para a existência do racismo existe uma relação de poder, a população negra possui um histórico de poder e opressão que a exclui” (ODOMODÊ, 2020a).

Assim, podemos observar que as juventudes afro-brasileiras presentes no Odomodê parecem estar não só preocupadas em compreender as formas de racismo que atingem seus territórios, mas em compreender como o racismo é elaborado e estruturado em todo o Brasil e fora dele.

Ainda de forma crítica, o responsável pela atividade problematiza o termo “*bullying*” e sua utilização para amenizar problemas sociais. De acordo com ele, esse vocábulo é:

um termo que elimina as origens machistas, sexistas e racistas de quem o pratica pois o conceito de *Bullying* é utilizado para descrever atos de violência física ou psicológica, intencionais e repetidos, praticados por um indivíduo ou grupo de indivíduos causando dor e angústia, sendo executadas dentro de uma relação desigual de poder. Invisibilizando a causa da agressão (ODOMODÊ, 2020a).

Um conceito também discutido nos “Diálogos Odomodê” foi o de “raça”, quando os e as jovens disseram não compreender se as pessoas afrodescendentes são biologicamente mais “fortes e resistentes” do que as eurodescendentes. Além disso, eles questionaram se as desigualdades sociais têm relações com as questões biológicas.

Tais dúvidas nos fizeram refletir sobre as influências que os projetos eugenistas ainda exercem sobre as populações negras brasileiras, que ainda possuem estereótipos e estigmas advindo das teorias das raças. Em relação às divergências biológicas entre brancos e negros, a orientadora social Somália afirma:

Vamos lá galera. Do ponto de vista biológico, não, porém do ponto de vista social sim. Vou referenciar Kabengele Munanga. Do ponto de vista científico não existem raças humanas, há apenas uma raça humana. No entanto do ponto de vista social e político é possível (e necessário) reconhecer a existência do racismo enquanto atitude. Assim, só há sentido em usar o termo raça numa sociedade racializada, ou seja, que define a trajetória social dos indivíduos em razão da sua aparência. Segundo Kabengele Munanga, professor de antropologia da USP, o conceito de raça tal como o empregamos hoje, nada tem de biológico. É um conceito carregado de ideologia. Os conceitos de negro, branco, mestiço não significam a mesma coisa no Brasil, Estados Unidos, África do Sul, etc. Por isto o uso dessas palavras é étnico-semântico, político-ideológico e não biológico. Portanto, é um ato político defendermos por exemplo raça/cor como registro (ODOMODÊ, 2020a).

Assim, outros temas, como o colorismo brasileiro e os períodos de eugenia no Brasil, bem como o mito da democracia racial, vão surgindo no interior desses espaços, originando novos conteúdos a serem tratados pela equipe.

É importante destacar que a atividade “Diálogos Odomodê”, mesmo estando vinculada ao Calendário Afro no período de distanciamento social, geralmente ocorre independente dele, principalmente quando há alguma demanda dos jovens que convivem no Núcleo. A preferência e escolha das temáticas é sempre orientada pelas vontades ou inquietações dos e das jovens pertencentes ao “Espaço de Convivência Odomodê”. Mesmo assim, lida com demandas externas, advindas de escolas e outros grupos de jovens ou movimentos juvenis que podem solicitar o serviço.

Como exemplo disso, pudemos notar que um dos temas observados em um dos “Diálogos Odomodê” que rendeu muitas discussões: foi o de racismo religioso. Os

preconceitos com as religiões Umbanda e Candomblé foram discutidos, principalmente no ambiente escolar, e alguns casos pessoais foram compartilhados com o grupo, bem como houve denúncias de racismo religioso nos próprios livros didáticos escolares, como afirma a jovem Mali: “Aulas na escola são racistas e não respeitam religiões, tem racismo religioso nas escolas” (ODOMODÊ, 2020b).

Frente a isso, a equipe do Odomodê orienta para denúncias: “Disque 100, Ministério Público – precisamos denunciar casos de crimes contra religião” (ODOMODÊ, 2020a). As/os jovens também citaram a crescente presença de integrantes brancos nos terreiros, bem como a crescente de integrantes negros nas religiões protestantes. A crítica feita foi em torno do fato de que as pessoas brancas de religiões de matriz africanas sofrem menos ataques, pois não carregam o racismo de marca e origem, ou seja, o racismo da cor ou de fenótipos negros.

Os corpos de pessoas brancas, segundo os relatos, têm mais chances de vestir o que quiserem, inclusive de raspar a cabeça para a religião, sem muitos questionamentos, diferente do que acontece com os corpos negros. O jovem Quênia destaca: “Negro de branco é açougueiro; branco de branco pode ser médico, enfermeiro ou qualquer outra coisa” (ODOMODÊ, 2020a).

Nesta mesma discussão, foi destacada a opressão e negligência religiosa sobre os corpos de mulheres e crianças negras nas religiões neopentecostais. Para muitos jovens do grupo, o cristianismo brasileiro manipula a religião para fins econômicos, oriundos das lógicas capitalistas. A respeito disso, a jovem São Tomé e Príncipe afirma:

Uma coisa me veio à cabeça: será que na época colonial não seria importante manter as mulheres longe dos terreiros pois elas como mãe de santas, médiuns e/ou religiosas não poderiam continuar reproduzindo e gerando mais escravos? Naquela época as negras serviam para procriar (ODOMODÊ, 2020b).

Os discursos sobre os corpos negros e os processos coloniais ocorreram direta e indiretamente no interior de vários “Diálogos Odomodê” observados, tanto virtual quanto presencialmente. Pareceu-nos que o intuito dessa atividade é, de fato, conversar sobre as inquietações das juventudes, sem necessariamente um plano extenso de conteúdo. O intuito é que a juventude afro-brasileira atendida aprenda aos poucos e por diferentes abordagens. Como explicita o Odomodê, o pouco que se aprende merece ser compartilhado com os demais. Assim, a política incentiva não somente a educação e formação antirracista, mas também a disseminação dessas pelos próprios jovens em suas redes de contatos:

Galera, muito obrigada por este momento! Vocês foram maravilhosos! Hoje aprendemos sobre o racismo por trás de alguns termos, porém, existem milhares de expressões de cunho racista que vamos reconhecendo na medida que estudamos e

vamos desconstruindo. O racismo estrutural existe para tornar o negro inferior, para desumanizar a população negra. Mas, escolhemos resistir e combater com CONHECIMENTO e VOZ. Alerta e conscientize as pessoas ao seu redor, NÃO PRECISAMOS BRIGAR, mas poderemos ENSINAR! Não é fácil mudar uma cultura, algo que está “naturalizado”, expressões que são vistas como “normal”. Mas, informação, afeto, união e diálogo TRANSFORMAM! Exigimos respeito e reconhecimento. Não deixem essas informações guardadas, COMPARTILHEM O QUE VOCÊS APRENDERAM HOJE (ODOMODÊ, 2020a).

Tal compartilhamento de saberes e informações pelas e pelos jovens não se limitou aos espaços formativos, pois muitas mensagens no grupo de *WhatsApp* rendiam conversas extensas no período de isolamento social. As juventudes do Núcleo discutiram as diferenças socio-raciais no Brasil e a negligência dos governantes em relação à educação brasileira para com as juventudes afro-brasileiras, por exemplo.

Além disso, tanto os e as jovens quanto a equipe do Odomodê compartilharam cursos sobre cultura e história afro-brasileira e africana, bem como cursinhos e financiamento para as etapas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). As parcerias com as Coordenações da Secretaria Municipal de Direitos Humanos da PMV e com os núcleos de estudos universitários, a exemplo do NEAB, foram recorrentes, visando ao apoio aos danos físicos, psicológicos e econômicos ocasionados pelas medidas de segurança contra o novo coronavírus.

Desta forma, o Odomodê se empenhou em incentivar as juventudes a traçarem alternativas, como a elaboração e envio de currículos, inscrições em cursos, etc. De forma complementar, o Núcleo ofereceu ações visando ensinar a/o jovem a se portar quanto ao seu produto, bem como à divulgação desse nas redes sociais.

3.2.2.2 Espaços de participação para as juventudes afro-brasileiras

O segundo objetivo específico trata de: “Oportunizar aos adolescentes, jovens e suas famílias um espaço de participação (igualitária, plural e multirracial), de cidadania, de formação pessoal e profissional contribuindo para a melhoria da convivência familiar e comunitária” (VITÓRIA, BEM BRASIL, 2020a). Assim, nesse objetivo, a/o jovem aprende a “colocar a mão na massa”, a executar de forma prática o que aprende.

Tal objetivo gerou a meta “Realização de oficinas que promovam a igualdade racial divulgando a arte e a cultura negra”. Para alcançá-la, são ofertadas oficinas pensadas pela Coordenação das Políticas de Juventudese pela equipe da OSC, além de demandadas geradas pelas juventudes afro-brasileiras atendidas através do “Espaço de Convivência”, “Diálogos

Odomodê”, ciclos de conversa ou por meio do que, na pandemia, consistiu-se no “Espaço Jovem”, uma reunião para planejamento mensal conjunto com a juventude.

Como afirma o relatório anual do ano de 2020:

Com as oficinas de arte e cultura busca-se contribuir para promoção da ressignificação da identidade étnico racial, o protagonismo juvenil, a convivência mais pacífica em direção à cultura da paz, a inclusão dos adolescentes/jovens na dimensão econômica da cultura, além de ser um espaço de convivência e fortalecimento de vínculos familiares e relacionais. Busca-se identificar e valorizar potencialidades promovendo a inserção no mercado de trabalho e a diminuição da evasão escolar (VITÓRIA, BEM BRASIL, 2020b).

De acordo com os objetivos deste trabalho, as atividades descritas neste tópico serão as oficinas de Capoeira e todas as oficinas de danças (Hip Hop, Danças Urbanas, *Dance Hall Female*, Dança Afro, Samba no Pé e Forró).

No entanto, para melhor entendimento, todas as atividades que ocorrem nessa meta específica foram elencadas com seus respectivos objetivos na Tabela 4.

TABELA 4 – Ações relacionadas ao Segundo Objetivo Específico	
NOME DA ATIVIDADE	OBJETIVOS
OFICINA DE PENTEADO AFRO/OFICINA DE BARBEARIA/OFICINA DE TURBANTE	Têm por objetivo trabalhar a identidade étnica e a desconstrução do racismo no corpo negro através da apropriação da estética negra, visando trabalhar a identidade afrodescendente através dos símbolos e signos da cultura africana; apresentar as origens do turbante, traças e penteados afros através do tempo e discutir a apropriação cultural desse elemento tão rico, que é uma forma de reconhecer e valorizar a identidade afro. A atividade foi realizada no formato <i>on-line</i> e presencial durante a pandemia. Ela também foi utilizada na promoção do desenvolvimento social para a juventude, autonomia, interação e motivação para o empreendedorismo.
OFICINA DE MAQUIAGEM E OFICINA DE DESIGN DE SOBRANCELHA	Objetiva valorizar a estética negra, reconhecendo os diferentes tipos de beleza, rompendo com o padrão etnocêntrico branco/europeu, com o fim de fortalecer os jovens para autoaceitação, valorização pessoal, aumento da autoestima, aprendizado estético e empoderamento da mulher negra. A atividade foi realizada no formato <i>on-line</i> e presencial durante a pandemia
OFICINA DE FOTOGRAFIA COM CELULAR	Visa ampliar o olhar do jovem afrodescendente para a geração de renda e empreendedorismo, possibilitando novos aprendizados e promovendo também o desenvolvimento social desse indivíduo, bem como de sua autonomia, interação e identidade étnica através da fotografia.

OFICINAS DE DANÇAS AFROS	Visam resgatar e fortalecer a identidade étnico-racial, viabilizando, através das danças oriundas das populações negras, o contato com a sua ancestralidade, reconhecendo e valorizando a importância da cultura africana na formação do povo brasileiro. As oficinas ofertam diferentes modalidades, dentre elas <i>Dance Hall Female</i> ; Dança Afro <i>Fusion</i> e Tradicional; Samba no Pé; <i>Break</i> ; e Danças urbanas. Durante toda a história do Odomodê, existiram incentivos para a formação de grupos de danças do Núcleo.
OFICINA DE CAPOEIRA	Visa enaltecer a arte marcial brasileira, contando sua história, imersa na resistência negra brasileira, suas personalidades de destaque, bem como o ensino de suas filosofias e de sua prática.
OFICINA DE TEATRO	Explora a criatividade, através do teatro e da expressão corporal, ampliando a capacidade expressiva e possibilitando aos jovens afrodescendentes dialogarem sobre a temática étnico-racial, fortalecendo sua identidade, a atuação como protagonistas e incentivando-os a descobrir seus potenciais e alcançar uma melhor compreensão de si mesmos como um reflexo transformador no meio em que vivem. A atividade será realizada durante sete meses, de junho a dezembro.
OFICINA DE VIOLÃO E OFICINA DE PERCUSSÃO	A primeira proporciona vivência cultural e musical para o jovem afrodescendente na perspectiva de incluir e despertar talentos, desenvolvendo musicalidade e outras potencialidades que os jovens possam apresentar. A segunda visa aproximar os jovens da música de raízes culturais afro-brasileiras para que desenvolvam percepção musical e rítmica, multiplicando o conhecimento artístico e cultural, promovendo a inclusão social, o fortalecimento da autoestima, da identidade étnico-racial e o empoderamento jovem.
OFICINA DE CANTO, VOZ E POESIA	Possibilita aos jovens afrodescendentes o aprendizado em utilizar e cuidar da voz como meio de expressão e comunicação musical, promovendo-o no desenvolvimento de suas potencialidades, no autoconhecimento, no fortalecimento de sua identidade étnico-racial e na inclusão da comunidade sócio-cultural em que este jovem está inserido. A atividade na pandemia se deu através de um bate-papo sobre <i>rap</i> , escrita e divulgação desse.
OFICINA DE ESCRITA CRIATIVA E RIMA	Possibilita, através das palavras e versos criados pelos jovens, a construção e o fortalecimento da identidade negra, buscando, por meio da Arte, em especial o <i>rap</i> e a poesia, tratar de temas presentes no cotidiano, dialogando sobre racismo, preconceito, discriminação e respeito.
A OFICINA DE GRAFITE E OFICINA DE STENCIL	Visa resgatar com os jovens afrodescendentes os valores da arte urbana, através do grafite, forma de expressão artística que conta a história da arte de rua e destaca as manifestações artísticas presentes no espaço urbano. É uma arte que desempenha a função de resgatar e valorizar a comunidade local em que eles vivem.
OFICINA DE ESTAMPARIA	Objetiva estimular a criação autoral de estampas em tecidos por meio de técnicas artesanais, despertando potenciais dos jovens afrodescendentes no uso da linguagem visual, deixando registrada a marca de sua identidade em roupas e demonstrando os elementos que formam a cultura afro-brasileira. A atividade promove a igualdade racial divulgando a arte, valores culturais estéticos do povo negro africano e afro-brasileiro, acentuando o diálogo da afetividade e a importante troca de conhecimento entre

	mulheres, bem como fortalecendo os vínculos.
OFICINA DE BRINCOS E ACESSÓRIOS E OFICINA DE ADEREÇO DE CARNAVAL	Oportuniza o desenvolvimento de habilidades manuais do jovem afrodescendente através da confecção de acessórios, estimulando criatividade, desenvolvimento social, autonomia, socialização e fortalecimento da identidade étnico-racial, geração de renda e empreendedorismo, bem como possibilitando novos aprendizados.
OFICINA DE MARKETING DIGITAL	Visa ao ensino para o empreendedorismo digital, abordando o uso e estratégias para auxiliar autônomos no uso das redes sociais.
OFICINA DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS ON-LINE	Visa ao ensino para a escrita de projetos de cultura e arte para as e os jovens atendidos pelo Odomodê, corroborando para a carreira artística da juventude.
OFICINA DE BOMBONS	Visa ampliar o olhar do jovem afrodescendente para a geração de renda e empreendedorismo, possibilitando novos aprendizados e promovendo também o desenvolvimento social desse jovem, bem como autonomia, interação e identidade étnica.

Fonte: Os autores

Estas oficinas são fruto do planejamento contido nos planos de trabalho presentes nos termos de colaboração entre a OSC e a PMV, além da iniciativa dos orientadores sociais em relação às demandas observadas por eles e solicitadas pelas/pelos jovens ou em conversas informais no “Espaço de Convivência Odomodê”. As oficinas podem ocorrer no Núcleo Afro Odomodê, como também em outros locais públicos da PMV ou em espaços particulares, tendo cunho itinerante. As oficinas geralmente são ministradas pelos orientadores sociais, porém, quando não há a expertise na Oficina desejada, há a contratação de um/umaicineira para ministrar a atividade.

Desta forma, os orientadores acompanham a atividade, planejando-a com a/oicineiro, visando ao ensino da temática étnico-racial relacionada com o ensino da oficina desejada. Compreendendo que as oficinas duram, em média, duas horas, o Odomodê, por vezes, quando julga necessário, oferta oficinas divididas em módulos.

Os convidados, para ministrarem as ações/oficinas/*lives*, precisam se encaixar nos critérios de representatividade negra atribuídos pelo equipamento, com o intuito de chamar mais atenção das juventudes afro-brasileiras. Assim, há preferência poricineiros advindos do território periférico, da própria comunidade e/ou que sejam pessoas negras com algum curso técnico/superior e/ou algum empreendimento, fortalecendo a representatividade e a coletividade local.

As oficinas voltadas para o ramo estético foram as mais demandadas pelas e pelos jovens, visando exaltar o autorreconhecimento, empoderamento feminino e resistência ao racismo, seguidas das “Oficinas de Danças Urbanas” e danças afro que existem desde o início

do Odomodê, passando por inúmeras variações de modalidades, como Danças Urbanas, Danças Afro-brasileiras Tradicionais, Samba de Roda, Pagode, Samba no Pé (Figura 5).

FIGURA 5 – Oficinas de Danças no Odomodê



Fonte: Imagens extraídas do *site* da Prefeitura de Vitória



Fonte: Compilado pelos autores, todas as imagens foram extraídas do *Instagram* do Núcleo Afro Odomodê

Tais atividades se vincularam diretamente à cultura corporal de movimento, pois, além de possuírem as discussões étnico-raciais, tematizaram a importância dos usos do corpo para a cultura negra, sobretudo como parte do processo de resistência. As oficinas de Capoeira (Figura 6) e todas as Oficinas de Danças ocorreram de modo a relacionar as práticas corporais aos elementos das culturas afro. Como exemplo disso, foram observadas, na Oficina de *Dance*

Hall, preocupações quanto às intencionalidades dos movimentos ensinados, além da importância da manutenção dessas danças para o bem-estar das juventudes afro-brasileiras.

FIGURA 6 – Oficina de Capoeira do Núcleo Afro Odomodê no Morro do Quadro



Fonte: Imagem extraída da página do *Facebook* do Núcleo Afro Odomodê

Neste contexto, compreendemos que a cultura corporal de movimento apresenta um solo fértil para pensarmos diversas intervenções inspiradas pelas pedagogias decoloniais, principalmente quanto às criações e recriações estéticas, culturais, musicais, religiosas e esportivas realizadas por personagens afro-brasileiros no processo afro-diaspórico.

Assim, concordamos com as concepções de Betti (2001) quando esse define a cultura corporal de movimento como a “parcela da cultura geral que abrange as formas culturais que se vêm historicamente construindo, no plano material e no simbólico” (BETTI, 2001, p. 156), como o jogo, as brincadeiras, as práticas de aptidão física, as atividades rítmicas/expressivas e a dança, as lutas/artes marciais e as práticas alternativas, sendo a Educação Física a área de conhecimento e intervenção que lida com essa cultura mediante referenciais científicos, filosóficos e pedagógicos.

Por mais que tais concepções fossem pensadas para o ambiente escolar, essas são extremamente relevantes para pensarmos as políticas públicas que, por vezes, desconhecem e/ou desconsideram a relevância da formação ética e estética ao inserir as juventudes afro-brasileiras no âmbito da cultura corporal de movimento, de modo que elas vivenciem e transformem a diversidade de manifestações culturais relacionadas ao corpo construídas e reconstruídas ao longo de nossa história.

Desta forma, enfatizamos os trabalhos executados nas oficinas do Odomodê, que, geralmente, são iniciadas por discussões sobre as questões raciais e os estigmas e estereótipos sociais introjetados nos corpos afro-brasileiros e por problematizações quanto às ideologias

escravocratas e a manutenção da colonialidade. Posteriormente, são ensinados movimentos relacionados à dança e/ou Capoeira, seguidos de uma coreografia/jogo. Por fim, são realizadas rodas de conversas, em que são distribuídos papéis para que as juventudes se manifestem em relação à prática realizada. Esses escritos são adicionados aos relatórios produzidos pelos orientadores sociais e equipe para análises e avaliações do serviço oferecido.

Nestas oficinas, as juventudes tinham contato direto com as discussões sobre o legado africano nos costumes, hábitos e algumas mimetizações culturais. O corpo afro-brasileiro é entendido pelas juventudes do Odomodê como o meio, a forma de produzir, criar e manter as culturas afro, afinal, com o histórico colonial, o corpo foi o único instrumento cultural das populações afro-brasileiras durante o período colonial, deixando para as próximas gerações ritmos, danças, toques e sentidos de uma luta pelas equidades raciais.

Pareceu-nos, portanto, que a cultura corporal de movimento se fez presente como mediadora das movimentações e corporeidades afro no Núcleo, uma vez que as juventudes atendidas solicitam essas atividades para expressarem seus corpos e discutirem os saberes e criações afro-brasileiras.

Ademais, de acordo com todas as pessoas entrevistadas, as oficinas de Capoeira e de danças são as atividades que mais se assemelham ao campo da Educação Física, pois, de acordo com eles, as corporeidades negras trazem um sentimento de liberdade grande para os participantes, que, na maioria das vezes, sentem-se desafiados pelas práticas. Além disso, a Capoeira e as danças representam as corporeidades presentes nas culturas periféricas, fortemente influenciadas pelos movimentos de Hip Hop e Funk.

O coordenador Malawi, ao ser questionado quanto à identificação de alguma relação entre a Educação Física e o Núcleo Afro Odomodê, respondeu que:

A própria expressão corporal, as nossas oficinas de dança, a gente tinha isso muito claro. Primeiro, a valorização do corpo, não no sentido da erotização, mas no sentido de transformação, [...] utilizava-se da expressão corporal como um meio para que esse jovem tivesse o entendimento do contexto que ele estava inserido e a dança veio trazer esse resultado para gente, o Samba, o *Reggae*, o Funk, o Hip Hop, a Dança Afro. Então [...] a gente conseguiu fazer com que essa galera tivesse essa correlação muito direta com a Educação Física, com a expressão do corpo, com a melhoria do corpo e com a sua condição de saúde e foi muito bacana [...] a gente conseguiu avançar [...] no primeiro momento, uma vez por semana conosco, construindo as nossas bombonas, baldes azuis e transformava aquilo em instrumento musical, então precisava ter um manejo do corpo, precisava ter ritmo, precisava ter dança, [...] porque até então ele só chegava lá ouvindo um barulho de um tambor bater e aí com o passar do tempo ele ouvia o barulho do seu corpo bater também, então assim esse barulho do corpo era com a manifestação da dança [...] (MALAWI, Coordenador Institucional do Núcleo Afro Odomodê).

Desta forma, a perspectiva existente no Odomodê parece concordar com os estudos de Silvio e Almeida (2015) quando argumentam que a cultura corporal de movimento é um campo de estudo privilegiado para trabalhar o ensino das relações étnico-raciais, pois tem como objeto de estudo o corpo humano, em que são possibilitadas atividades que realcem a memória, saberes, festas, mitos e histórias da população afro-brasileira.

De acordo com a orientadora social Senegal, as oficinas de danças, além de suscitarem o ensino das relações étnico-raciais, visibilizam a importância das ocupações de espaços públicos, nem sempre acolhedores às juventudes afro-brasileiras, pois os/as jovens, ao desenvolverem as oficinas de danças, as apresentam em eventos públicos:

[...] [o ensino das danças] foi mais intensificado no ano de 2019, a gente tinha uma oficinaira [...] a gente levou [os e as jovens] para dentro do espaço da FAFI [...] foi também um grande ganho. **Ah vou estudar dança? Que espaço é esse? Então nós os levávamos para** além do espaço do Odomodê, um espaço de pertencimento, mas também que eles entendessem que os espaços da cidade eram espaços que eles deveriam ocupar também, então para além do MUCANE e do Núcleo Afro Odomodê que trabalham as questões raciais, a gente os levava para dentro da FAFI, que é um espaço branco pela questão do balé clássico. Então **nós tínhamos** oficinas dentro da FAFI, [...] eram duas vezes por semana, [...] eles criavam movimentações a partir do que a [oficineira] passava, [...] faziam as coreografias juntos com ela. Eles se apresentavam nas atividades do Odomodê e também eram chamados para se apresentarem na Semana da Juventude e em outras oportunidades (grifo nosso) (SENEGAL, Orientadora social do Núcleo Afro Odomodê).

Em relação à experiência nas oficinas de danças, as juventudes afro-brasileiras discutiam as diferenças étnico-raciais também presentes no mundo da dança, em que os que dançavam balé eram tratados como talentosos e de alta performance, enquanto os adeptos das danças afro e urbanas eram compreendidos de forma marginalizada, sendo compreendidos como manifestantes. Esses e outros debates são realizados nas diversas oficinas ofertadas, quanto a isto a jovem Etiópia comentou que:

Eu fiz a oficina de danças urbanas, de Samba. Do Samba eu não aprendi muita coisa não (risos), mas às vezes a gente aprende um pouco, então soma na nossa vida coisas que a gente não tinha contato, igual, pelo Odomodê eu tive muita vontade de fazer oficina de forró, [...] me despertou lá e eu busquei e faço aula até hoje. Então é uma coisa que faz bem pra mim e me agregou a partir dali, então eu acho que muita coisa a gente aprende de várias vertentes[...] (ETIÓPIA, Jovem afro-brasileira do Núcleo Afro Odomodê).

Durante a Pandemia, as oficinas de danças ofertadas foram as de “*Dance Hall Female*”, “Dança Afro”, “Danças Urbanas” e “Samba no Pé”, todas em formato *on-line*. O Odomodê, em seu grupo de *WhatsApp*, nomeado “Juventude Odomodê” afirma: “Através dessa, ganharemos confiança para ir além dos nossos limites, nos divertindo dançando alegres em tempos de pandemia” (ODOMODÊ, 2020a). As atividades reivindicam um corpo negro

capaz de se distrair, pontuando a re-existência como marca da história negra e a produção cultural como resultado dela. As músicas escolhidas eram sempre relacionadas à liberdade do povo negro, exaltando a força e a esperança.

As oficinas ocorriam com a participação de algumicineiro que fosse professor de dança e este embasava discussões sobre as corporeidades negras, enfatizando as auto-estimas negras, beleza negra e auto-amor aos corpos afro-brasileiros presentes, discutindo sobre os estereótipos e representações negativas expandidas pelo racismo estrutural. Tais momentos, realizados no início e fim dos encontros são seguidos de conversas com as juventudes presentes que expressam suas vivências e opiniões sobre estas temáticas.

Ademais, a disponibilidade e aceitação das atividades também foram relatadas quanto às oficinas de Capoeira e Teatro, que não ocorreram no período observado, porém foram elencadas pelos entrevistados como atividades de forte expressão dos corpos negros. Enquanto a Capoeira focava em ensinar a prática relacionada com as histórias de resistências negras, a Oficina de Teatro focava em algo semelhante, tratando de problematizar a ausência de protagonistas negros e negras e os papéis de submissão dos corpos negros nas mídias e telenovelas.

Assim, o foco era trabalhar a expressão dos corpos negros visando à autoestima e beleza negra, ressaltando a estética advinda de África. Pareceu-nos que as oficinas de teatro trabalhadas no Odomodê ofertaram um trabalho com objetivo semelhante ao Teatro Experimental do Negro, criado por Abdias no Nascimento, nos anos 70, visando à valorização dos corpos negros e exaltando a beleza e estética advindos do continente africano.

Vale destacar que, por vezes, os e as jovens que participavam das Oficinas de Danças, Teatro e Capoeira também se interessavam pelas oficinas de “Escrita Criativa e Rima” e as oficinas de “Canto, Voz e Poesia”, pois essas foram descritas como sendo o espaço em que as juventudes afro-brasileiras poderiam criar sua arte. As/os jovens, nessas atividades, iniciavam um processo de se entender como poeta, poetisa, escritora, escritor, cantor, cantora, dentre outras denominações.

Nenhuma das atividades apresentaram direcionamento por gênero, havendo tanto jovens negros quanto negras em todas estas atividades, inclusive nas de cunho estético. Com as oficinas focando na aplicação prática de conhecimentos e habilidades para as artes e culturas afro, gera-se a necessidade de criar um espaço em que essas e esses jovens possam se apresentar, demonstrar os conhecimentos apreendidos e expressar de forma livre suas criações. Assim, surge o terceiro objetivo específico.

3.2.2.3 Eventos que protagonizam as juventudes afro-brasileiras atendidas pelo Odomodê

O terceiro objetivo específico visa: “Desenvolver ações itinerantes nas áreas da arte, cultura, cidadania e direitos humanos com foco no combate ao racismo e valorização da cultura negra, objetivando o alcance de todo o município de Vitória” (VITÓRIA, BEM BRASIL, 2020a).

Para o alcance deste terceiro objetivo específico, foram estabelecidas duas metas: “Apresentação dos produtos das oficinas que circularão pelo território” e a “Realização de um Encontro Sociocultural”. Para tal, no que tange ao protagonismo e participação ativa dos jovens nas ações do Núcleo, foram destacadas duas atividades: “Sarau Empretesendo” e “Afromix” (Figura 7), sendo essas as atividades em que mais houve produções autorais das e dos jovens advindos dos espaços formativos.

FIGURA 7 – Evento “AfroMix”



Fonte: Imagens extraídas da página do *Instagram* do Núcleo Afro Odomodê



Fonte: Imagens extraídas da página do *Facebook* do Núcleo Afro Odomodê

O “Sarau”, também chamado de “*Slam* Empretesendo” (Figura 8), é uma adaptação do *Slam*, uma competição poética de nível mundial que reúne jovens escritores de poesias para competir, de forma amistosa, fortalecendo seu protagonismo e identidade, escolhendo 03 (três) jovens presentes no público para pontuar as declamações poéticas por um tempo determinado. As características das poesias são de cunho político de enfrentamento e combate às desigualdades sociais, raciais e de gênero e sexualidade, trazendo reflexões sobre racismo, machismo e a LGBTQIA+fobia.

FIGURA 8 – Evento “Sarau Empretesendo”



Fonte: Imagem extraída da página do *Facebook* do Núcleo Afro Odomodê



Fonte: Imagem extraída do *Instagram* do Núcleo Afro Odomodê

Assim, o Odomodê visa reunir os jovens atendidos através da literatura, poesia e música, tendo como objetivo principal trabalhar o protagonismo juvenil. O objetivo do Sarau é proporcionar um espaço para declamações poéticas dos jovens convidados e público presente, objetivando um ambiente dinâmico e afetivo. O Sarau também foca na divulgação e lançamento das obras feitas pelos jovens, como ocorreu com “Zine” (livro artesanal de poesia). O referido evento ocorreu de forma *on-line* e presencial. O Odomodê, em seu grupo de *WhatsApp*, nomeado “Juventude Odomodê”, afirma: “Vocês são nossxs convidadxs, é hora de nos unirmos! Nós por nós 🌍” (ODOMODÊ, 2020a).

Além desse evento, o Odomodê auxilia na divulgação de saraus auto-organizados por jovens que frequentam o Núcleo, como é o caso do projeto “Boca a Boca”, a respeito do qual Odomodê esteve dialogando, referindo-se às batalhas que “[...] revelaram os maiores MC’s de *Rap* do Espírito Santo, contando suas histórias, ideias e trajetórias a fim de, impulsionar e manter viva as batalhas de forma sadia” (ODOMODÊ, 2020a).

Por vezes, esse projeto se relacionou com o grupo de estudos “Mandela”, objetivando apresentar as culturas afro, não necessariamente uma cultura específica, além de resgatar e fortalecer a identidade étnico-racial, viabilizando, através de bate-papo, o contato com a sua ancestralidade. Outro exemplo foi o “Sarau do @ativa.027”, parceiro em diversas atividades do Odomodê, apresentando objetivo semelhante e sendo um espaço construído pelos jovens que participaram das atividades para expor e divulgar as artes das juventudes capixabas.

Para o encerramento das atividades do semestre, é realizado o evento “Afromix”, cujo objetivo maior é apresentar para as juventudes do município de Vitória um *mix* da cultura afro-brasileira de forma lúdica e dinâmica, com apresentações de músicas, danças, poesias, rodas de conversa, exibição de filmes, técnicas de grupo, jogos cooperativos, microfones

abertos, troca de livros e muito afeto. O intuito é que as atividades realizadas ao longo do ano sejam expostas. Assim, as poesias, danças e diálogos trabalhados são apresentadas para a comunidade sede do Odomodê, visando expor a esse público o trabalho feito conjuntamente com ele.

É nesse espaço que são demonstradas as inquietações e aspirações das juventudes afro-brasileiras capixabas, pois, através das expressões artísticas, as e os jovens, ao dançar, declamar e/ou cantar, expressam o que é estar na afro-diáspora.

Durante a Pandemia, o “Afromix” ocorreu de forma *on-line*. Infelizmente, durante o evento virtual, a sala do *Google Meet* sofreu ataques racistas. Mesmo assim, foi elaborado outro endereço eletrônico e o evento continuou. No dia seguinte, foi elaborada uma nota de repúdio (Anexo 2) por uma jovem oficinaira participante do evento. Abaixo, segue um trecho de meu diário de campo, no qual relato a presença no “Afromix” realizado em abril de 2021:

O assistente administrativo enviou o *link* para o grupo de WhatsApp, Juventude Odomodê, além de compartilhar o *link* do *Google Meet* onde ocorreria o “Afromix” no *Instagram* oficial do equipamento. A divulgação contou com *flyers* virtuais que tinham uma estética pensada para a juventude da periferia com cores fortes, casas ao fundo da imagem, lembrando as casas nas periferias brasileiras, todas coloridas tendo à frente os artistas negros e negras do *rap* capixaba, dançarinos e dançarinas negras e DJ’s que iriam se apresentar no evento. [...] O evento continuou após sofrer com ataques cyberracistas [...] contou com inúmeras apresentações artísticas, a maioria delas foram realizadas por jovens afro-brasileiros participantes do Odomodê, como as duas poetisas negras e os dançarinos da performance de dança afro, homenageando o orixá Oxumaré [...] houveram cantores locais e o *rapper* Cesar contou sobre como o Odomodê auxiliou em sua carreira como MC [...] (DIÁRIO DE CAMPO, 29 de abril de 2021).

O “Afromix”, mesmo sendo atacado por *cyberhackers*, com falas racistas no início do evento, manteve suas atividades e apresentações através da criação imediata de outro *link*, o evento contou com a presença de vários artistas locais, DJ’s, cantores e dançarinos.

Após esses eventos, geralmente há um novo planejamento da equipe, em conjunto com as e os jovens, visando avalia-los e pensar nas próximas ações para os meses seguintes.

Desta forma, os três objetivos específicos para o funcionamento do Núcleo Afro Odomodê são realizados simultaneamente, uma vez que as atividades mantêm inteiro diálogo com as juventudes afro-brasileiras presentes nesta política.

4 DECOLONIZANDO OS CONHECIMENTOS E “VESTINDO” A LUTA ANTIRRACISTA

O presente capítulo visa demonstrar os eixos analíticos e as categorias de análises elaboradas a partir da leitura dos registros e relatórios anuais dos anos de 2013 a 2021, juntamente com o acompanhamento virtual e presencial dos panejamentos de equipes; conteúdos oferecidos nas oficinas e nos eventos culturais – todos registrados no diário de campo; bem como os conteúdos identificados na transcrição das 13 (treze) entrevistas.

Pareceu-nos que, ao ingressar no Núcleo, as juventudes afro-brasileiras são apresentadas a informações e capacitações sobre as várias concepções do que é ser negro e/ou negra no Brasil; sobre o conhecimento das causas e consequências das diferenciações/discriminações e segregações raciais; reflexões sobre quais são as oportunidades existentes para as pessoas negras e quais são os meios para romper os ciclos de opressão racial. Ou seja, as juventudes afro-brasileiras são apresentadas ao máximo de elementos advindos das culturas afro possível, bem como aos movimentos de lutas históricas protagonizados pelas organizações negras/pretas ao redor do mundo, identificando identidades negras, práticas antirracistas, modalidades de danças, origens de crenças, mitos, tradições, dentre outras.

Através dessa incorporação dos elementos, as juventudes afro-brasileiras são tensionadas a pensar quanto a seus corpos afro-brasileiros, repensando seus hábitos, estéticas, autoestima, suas formas de vestir e utilizar seus corpos, em especial para com as estéticas afro-diaspóricas, iniciando um processo de reflexão densa quanto às formas de racismo que as atingem e as estratégias existentes para as equidades, sobretudo as presentes nas políticas afirmativas para as pessoas de pele negra, compreendendo a necessidade de reparações históricas.

Como consequência disso, alguns dos/das jovens refletem seu papel social, visando a transformações por meio de ações coletivas, tanto nas reivindicações pessoais quanto nos meios de lutas institucionalizados. Frente a esse processo, quando a/o jovem deseja e/ou compreende que possui elementos suficientes, possuindo uma gama de conteúdos que o/a permite expressar suas opiniões, desenhos, grafites, rimas, cantos, poesias, danças ou produtos de forma atrelada aos elementos afros, esse pode exercer o chamado “protagonismo juvenil”.

Para ele, o Núcleo aborda formas afro-referenciadas de ser parte da sociedade, seja através de aquilombamentos⁶⁵ ou formas de consumo criativo e incentivo de *Black Money*⁶⁶; sejam pelos conceitos, formas de agir em comunidade, maneiras de modificar o corpo, meios de empreender com valores afro-brasileiros, dentre outros. Tal funcionamento fez com que, ao longo dos anos, muitos jovens afro-brasileiros permanecessem por mais de dois ou três anos frequentando o equipamento e contribuindo para com ele.

Pareceu-nos que a continuidade das juventudes afro-brasileiras no Odomodê é determinada pela identificação com o processo de empoderamento negro, que é trabalhado no Núcleo através de reflexões e questionamentos quanto às estruturas sociais, através das oficinas, passeios, intervenções, convivências ou momentos de diálogos no “Espaço de Convivência” dentro/fora do Núcleo. Os/as jovens atendidos iniciam então uma trajetória educacional sobre o fenômeno do racismo brasileiro, modificando, aos poucos, suas formas de pensar, agir, comportar, vestir e comprar. Esse novo posicionamento, marcado pelo processo

⁶⁵ Termo advindo dos estudos da historiadora Beatriz Nascimento, que acreditava que Quilombos eram mais do que territórios de fuga dos negros escravizados durante a colonização no Brasil. Tal autora acreditava que o Quilombo era um território fruto de um estilo de vida coletivo, inspirado pelos saberes e conhecimentos dos povos e populações de origem afro. Assim, aquilombar-se era a escolha individual de construir espaços e/ou coletivos que subsidiassem práticas para as equidades raciais, principalmente nas estruturas sociopolíticas brasileiras.

⁶⁶ O *Black Money* advém de uma expressão norte-americana, traduzida como “Dinheiro negro”, com sentido semelhante à expressão brasileira “grana preta”, de origens coloniais. No intuito de reverter a lógica de corpos negros escravizados para corpos pretos consumidores, os movimentos negros criaram o movimento de *Black Money*, visando à diminuição das desigualdades e promovendo o empoderamento financeiro de pessoas negras.

em que as juventudes afro-brasileiras desejam poder, oportunidades e possibilidades, é entendido pela orientadora social Somália como o momento em que o jovem adquire:

O conhecimento e valorização da cultura afro-brasileira, apropria-se da temática através das atividades e é uma construção a partir dos elementos. O jovem não sai empoderado das atividades, por isso eles precisam ter continuidade. O jovem muda a percepção, o olhar crítico [...]. Ele fica mais crítico, observador, pergunta mais [...] (SOMÁLIA, Orientador(a) Social do Núcleo Afro Odomodê).

Assim, através das intervenções feitas pelos jovens, os orientadores sociais visam proporcionar momentos de discussões e reflexões necessários ao processo de empoderamento negro das juventudes afro-brasileiras, afetando também os profissionais negros envolvidos, que por vezes se veem como aprendizes do mesmo processo. Como afirmou Malawi, após falar sobre os conhecimentos adquiridos no Núcleo: “[...] se não fosse o Odomodê eu não estaria aqui [...]” (MALAWI, Coordenador Institucional do Núcleo Afro Odomodê). De acordo com a assistente social Zâmbia:

O Odomodê empodera, e dar poder, dar poder é uma coisa muito forte, eu falo isso porque o Odomodê também me empoderou, me empoderou na estética, me empoderou no consumo, me empoderou no refletir e identificar o que é racismo o que é preconceito, e quando você identifica ok, quando você não identifica você fica vulnerável a opressão mas eu acredito que a valorização da estética e da beleza negra é uma das coisas que o Odomodê sempre trabalhou muito bem porque a gente foi ensinado a não gostar do nosso cabelo, a gente foi ensinado a não gostar do nosso nariz, a gente foi ensinado a não gostar da nossa cor da pele, e quando o Odomodê chega e fala não tem nada disso, você é bonita, você pode estar onde você quiser estar, seu cabelo é massa, você pode usar ele liso, pode usar ele enrolado, você pode usar o seu cabelo do jeito que você quiser, você não precisa ser formada por uma ditadura branca, eurocêntrica que dita um padrão de beleza, você simplesmente pode ser você. [...] O Odomodê ele ensina dentro dessa questão do corpo a se amar, a se autorrespeitar, a respeitar o outro, então eu acho que por meio da estética, principalmente, eu acho que é o maior empoderamento do Odomodê [...] (ZÂMBIA, Assistente Social do Núcleo Afro Odomodê).

Desta forma, o empoderamento negro no Odomodê atinge tanto as juventudes afro-brasileiras atendidas como as/os profissionais envolvidos, pois, como observado, tal processo se materializa no Odomodê de forma coletiva, através do corpo, com mudanças estéticas e de comportamentos.

Os/as jovens ingressam no Odomodê geralmente por indicações de amigos ou organizações negras, por terem visto alguma postagem nas redes sociais ou por virem alguma oficina ou evento na comunidade. O interesse da juventude no Núcleo varia: uns se encontram interessados nas formações e parcerias para ingressarem no mercado de trabalho de forma artístico-cultural ou por meio de produtos artesanais, enquanto outros demonstram interesse por informações sobre formação acadêmica; há, ainda, os que buscam o Núcleo pela

sociabilidade do espaço, como local de lazer e refúgio para as violências que encaram, tendo na sede um local para momentos ociosos, de leituras e/ou escritas.

Em meio às atividades observadas e os relatos dos jovens do “Espaço de Convivência Odomodê”, após um tempo de participação nas atividades do Odomodê, os e as jovens se inserem no processo de empoderamento negro, geralmente por conta das inquietações advindas dos discursos proferidos pela equipe sobre como transformar suas realidades raciais, sejam elas quais forem. Há também o interesse em conhecer histórias de personalidades negras e momentos históricos marcados por essas.

A aderência de tais conhecimentos por parte dessas juventudes afro-brasileiras nos pareceu vinculada a um desejo de transformar suas realidades através de ações formativas coletivas de reivindicação públicas. Quando os/as jovens se inserem no processo de empoderamento negro, organizando ações coletivas de denúncia e/ou reivindicação política, a equipe do Odomodê compreende que tais ações ocasionam o chamado protagonismo juvenil. Ou seja, o a/o jovem não só colabora e participa das ações ofertadas pelo equipamento, mas também ministra momentos de fala, expressa seus conhecimentos e compartilha suas artes.

Assim, após a organização de toda a coleta de dados, conseguidos através dos coordenadores das OSC's, coordenadores das Políticas de Juventudes, orientadores sociais, fiscais das Políticas de Juventudes, e especialmente, pelas/pelos jovens que frequentaram/frequentam o Odomodê, identificamos um eixo analítico com três categorias de análise.

Como observado no Odomodê, a compreensão de que as juventudes afro-brasileiras, ao conhecerem suas histórias e culturas, iniciam um processo de reflexão quanto às suas relações de poder, possibilidades e oportunidades que podem, ou não, serem aspiradas, originaram este eixo analítico, que tem como proposta compreender como os corpos negros destas juventudes afro-brasileiras se relacionam com as culturas afro abordadas pelo Odomodê através da cultura corporal de movimento. Para tanto, apresentamos o processo de empoderamento negro que ocorre no Núcleo, bem como a maneira como as juventudes afro-brasileiras atendidas encaram esse processo através de três categorias de análises inspiradas em três das dimensões do processo de empoderamento negro.

A primeira categoria de análise se voltou para a dimensão cognitiva, trabalhada no Odomodê através das formações antirracistas ofertadas, em que são apresentados os elementos das lutas, estéticas e ações dos movimentos negros auto-organizados que exemplificam para as juventudes as identidades negras e práticas antirracistas; a segunda categoria de análise se debruçou sobre a dimensão psicológica identificada e ocorre através

das discussões sobre o que é ser/ter um corpo negro, perpassadas pelo processo de ressignificação dos corpos afro-brasileiros, bem como pela elevação da autoestima negra e/ou afroestima; a terceira categoria abordou a dimensão política no Odomodê, vinculada diretamente ao chamado protagonismo juvenil, em que o/a jovem já possui elementos escolhidos e que, com uma gama de conteúdos, atua e expressa suas opiniões, ministra oficinas, colabora politicamente e/ou desenvolve desenhos, grafites, rimas, cantos, poesias, danças ou produtos de forma atrelada aos elementos afros. Além disso, sob a ótica desta dimensão política, também compreendemos que no Odomodê as juventudes afro-brasileiras são incentivadas a todo o momento a optar por lutas educacionais, culturais e artísticas, levando para seus corpos os elementos estéticos da diáspora africana no Brasil, conhecimentos advindos do continente africano e do continente americano.

Neste contexto, dividimos este capítulo em três subtópicos caracterizados pelas categorias de análises que explicitam nossas interpretações sobre como os corpos das juventudes afro-brasileiras aderem às culturas afro sob intermédio da cultura corporal de movimento ofertada diretamente/indiretamente pelo Odomodê.

4.1 Dimensão Cognitiva: o contato com os elementos afro-diaspóricos

A dimensão cognitiva se dá através da educação antirracista trabalhada no Odomodê, interpretada por nós, sob o formato de uma pedagogia decolonial. Tal educação trabalhada no Núcleo será abordada aqui levando em consideração: os conteúdos étnico-raciais que foram mais recorrentes; o modelo de formação apresentado à equipe e às juventudes afro-brasileiras; as perspectivas das/dos jovens analisadas em relação aos momentos formativos; como a formação antirracista se faz importante na vida das juventudes afro-brasileiras atendidas por esta política.

Inicialmente, vale destacar que compreendemos que a forma como o Odomodê pedagogiza o ensino para as relações étnico-raciais está em consonância com o que compreendemos como sendo as pedagogias decoloniais. Tal argumentação se funda nas ações realizadas no Núcleo que, no período estudado, visaram fundamentalmente em romper com os estereótipos raciais brasileiros inspirados nas teorias das raças e nas demais lógicas eurocêntricas, que têm, em suas estruturas, estigmas e estereótipos que visam prever os “criminosos” e “culpados” por problemas sociais, como se fosse possível determinar por completo o futuro dos grupos raciais, sociais e econômicos apenas analisando fenótipos. O Odomodê frisou, em suas intervenções, as diversidades, as brechas e as possibilidades de

transformações sociais e econômicas, mesmo que pequenas. Afinal, o rompimento com a lógica das previsões e certezas é também um modo de decolonizar os saberes e nossa própria subjetividade (ACHINTE, 2013, p. 414).

Desta forma, sabendo que as pedagogias decoloniais valorizam as incertezas, o não conhecer e as experiências não experimentadas pelos medos instaurados, compreendemos que, por mais que não seja citada/conhecida pela equipe, a lógica decolonial se faz presente no cotidiano do Núcleo, em especial no incentivo ao processo criativo observado nas oficinas de danças que denunciam as violências sofridas pelas juventudes afro-brasileiras, uma vez que compreendemos que a colonialidade nos privou de experimentarmos e criarmos quando nos impôs suas regras, representações, normatividades e consequências de não as seguir (ACHINTE, 2013, p. 414).

Outro fator que nos faz associar a formação antirracista trabalhada no Odomodê com as pedagogias decoloniais é a preocupação com a visibilidade dos povos originários e a diáspora africana, valorizando suas artes, estéticas e saberes. Além disso, tal preocupação é uma forma de tensionar as narrativas de marginalização e subalternização desses grupos (ACHINTE, 2013, p. 415), sobretudo das juventudes afro-brasileiras.

Neste contexto, compreendendo a decolonialidade como um processo que refletimos e a partir do qual rompemos com a colonialidade, valorizando outras narrativas, histórias, estéticas, perspectivas e linhas teóricas, a arte e cultura se tornam importantes mecanismos de auto-representação e auto-significação para a construção de novas simbologias, tornando visível a pluralidade de existências que se encontram, e não se encontram, no cenário multicolorido da contemporaneidade e permitem que os afro-descendentes sejam co-étnicos.

Assim, em relação à preocupação com quais os conteúdos fundamentais ao Núcleo Afro Odomodê, temos o relatório anual de 2020, que afirma que:

Temas como a representação do negro nos livros didáticos, o silêncio sobre a questão racial na escola e na sociedade, a educação de mulheres negras, relações raciais, entre outros, começam a ser incorporados na produção teórica educacional. Porém, apesar desses avanços, ainda nos falta equacionar alguns aspectos e compreender as muitas nuances que envolvem a questão racial, destacando os mitos, as representações e os valores, em suma, as formas simbólicas por meio das quais homens e mulheres, crianças, jovens e adultos negros constroem a sua identidade (VITÓRIA; BEM BRASIL, 2020).

A ênfase formativa existente no Núcleo se apresentou tanto nos documentos quanto nos depoimentos coletados virtualmente, presencialmente e por meio das entrevistas. O intuito maior é que sejam expostos ao máximo as criações, artes, obras, trabalhos e feitos pelas populações negras através da valorização de suas ações, estratégias criativas de combater o

racismo, e formas de compreender o mundo e a sociedade em que vivemos. Assim, o foco é pedagogizar tudo isso e trabalhar nas ações do Odomodê, sendo que esse trabalho é desempenhado principalmente pelo contato direto dos educadores sociais e oficinairos com os jovens.

Como nos afirmou Gonzalez (2020, p. 132), a cultura é a melhor forma de resistência no Brasil, pois, além das sobrevivências na colonização, há as criações, o que a autora denominou como “resistência cultural” (p. 138). Assim, espaços como o Odomodê se fazem relevantes por produzirem uma rede de significações em torno da população negra, permitindo que os sujeitos se apropriem e ressignifiquem suas corporeidades, de modo que consigam reconstruir a imagem que possuem de si mesmos e/ou do seu grupo (SILVA, 2015).

Gomes (2003) considera que a valorização da cultura negra através dos projetos de recriações estéticas da afrocentricidade decorre de influências para além da contribuição da diáspora negra, englobando os aspectos históricos, econômicos, referentes às condições sociais desses sujeitos e às mudanças no ramo da moda. A idealização do padrão estético branco gera profundas marcas nas pessoas negras, que podem apresentar uma constante insatisfação com sua imagem devido aos sinais diacríticos que identificam seu grupo social, assim como o sentimento de rejeição, quadro que contribui para uma baixa autoestima (GOMES, 2002). Em contrapartida, a valorização do corpo negro, bem como de suas práticas, representa uma ruptura, ao se mostrar como resistência perante a hegemonia racial branca (SILVA, 2015).

Assim, o papel do Odomodê se torna o de um local em que o empoderamento negro é ensinado pedagogicamente, pois, como nos afirma Berth (2019),

Quando assumimos que estamos dando poder, em verdade estamos falando na condução articulada de indivíduos e grupos por diversos estágios de autoafirmação, autovalorização, autorreconhecimento e autoconhecimento de si mesmo e de suas mais variadas habilidades humanas, de sua história, e principalmente de um entendimento quanto a sua posição social e política e, por sua vez, um estado psicológico perceptivo do que se passa ao seu redor. Seria estimular, em algum nível, a autoaceitação de características culturais e estéticas herdadas pela ancestralidade que lhe é inerente para que possa, devidamente munido de informações e novas percepções críticas sobre si mesmo e sobre o mundo em volta, e, ainda, de suas habilidades e características próprias, criar ou descobrir em si mesmo ferramentas ou poderes de atuação no meio em que vive e em prol da coletividade (BERTH, 2019, p. 18).

Desta forma, a diversidade de conteúdos e temáticas raciais trabalhadas no Odomodê fazem com que as formações ultrapassem os muros da sede do Núcleo, podendo ocorrer em espaços públicos, universidades, além de uma série de passeios externos por alguns pontos turísticos de Vitória onde foram/são protagonizadas lutas negras.

Pareceu-nos que a diversidade de elementos afro é central para um trabalho que vise à construção de uma identidade étnico-racial, afinal, as várias possibilidades de ser negro/negra no Brasil são muitas vezes ofuscadas pelos estereótipos e estigmas raciais difundidos pela compreensão, muitas vezes racista, de mídias e políticas.

A exemplo disso, temos o próprio entendimento de “juventude” contido no Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE), que subdivide as juventudes em três grupos etários: o jovem-adolescente (15 a 17 anos), jovem-jovem (18 a 24 anos) e jovem-adulto (25 a 29 anos), o que por vezes não condiz com as realidades e responsabilidades das juventudes afro-brasileiras.

Frente a isso, destacamos que os interesses das juventudes são diversos e heterogêneos, sendo que as faixas etárias não são tão indicativas e informativas quanto aos interesses e/ou propostas, principalmente no caso de jovens para quem a infância é negada, quem têm um início precoce da juventude. Além disso, nota-se que, com o aumento da expectativa de vida e as transformações no ramo de trabalho, a compreensão de juventudes pode ser alongada para alguns indivíduos.

Inclusive, para o Odomodê, as juventudes afro-brasileiras atendidas se dividem quase que em dois grandes grupos etários no que diz respeito a seus interesses: os jovens de 15 (quinze) a 19 (dezenove) anos de idade, interessados nas ações relacionadas a geração de renda; e o grupo de indivíduos entre 20 (vinte) e 29 (vinte e nove) anos de idade, geralmente interessados no acesso educacional às universidades federais, participando dos grupos de estudos.

Mesmo com essas subdivisões, na opinião dos jovens, o funcionamento do Núcleo é compreendido como fundamental para todos e todas, pois se trata de um dos poucos locais onde se trabalha e trata de forma pedagogizada o ensino das relações étnico-raciais de forma prática. Como afirmou a jovem entrevistada, Benin, em relação às discussões raciais encontradas no Odomodê:

Eu acho que são muito importantes porque são coisas que a gente não discute, por exemplo, na Escola, são temas que não são abordados, apesar de que se deveria né, mas não são. [...] A gente aprende muita coisa, a gente aprende sobre nossa história, a gente aprende sobre nossa cultura, coisas que a gente não tem em outro lugar, é só lá [...] (BENIN, Jovem afro-brasileira do Núcleo Afro Odomodê).

Tal fala nos remete às considerações de Gomes (2003), quando a autora menciona que as culturas afro nas instituições escolares deveriam ser abordadas nas suas interações com as demais, o que permitiria pensar as significações e ressignificações em torno dessas, afastando a discussão de um aspecto folclórico ou de uma cristalização do que é ser negro/negra.

Esta mesma autora ressalta que trabalhar com as culturas afro implica reconhecer a consciência cultural de um grupo, o que contribui para entender como as juventudes afro-brasileiras vivenciam suas negritudes no cotidiano. Gomes (2003) evidencia que é através da educação, embora não somente por meio dela, que se aprendem as técnicas corporais de cada cultura, pois é nesse processo que os sujeitos trabalham seus corpos.

Desta forma, o trabalho formativo realizado pelo Núcleo pode enfatizar a riqueza da cultura negra presente no corpo e favorecer a sua compreensão como alegoria de beleza e não de inferioridade. As práticas pedagógicas que visam combater o racismo e as discriminações têm como objetivo estruturar uma reeducação das relações étnico-raciais para o fortalecimento da identidade da população negra e o despertar de uma conscientização da população não negra.

De acordo com a maioria dos entrevistados, as atividades de danças urbanas e afro e a Capoeira são as atividades utilizadas para a abordagem das discussões sobre as expressões dos corpos negros e da corporeidade negra, além de teatro, maquiagem, penteado afro, Racismo no Esporte, com futebol periférico, dentre outras.

De fato, identificamos uma relação direta entre essas atividades e as contribuições da cultura corporal de movimento, inclusive quanto ao papel dos educadores para com essa, sendo que concordamos com Daolio (2004), que afirma que o educador pode se utilizar de elementos da cultura visando a novas experiências motoras, bem como no âmbito das formações humanas. Para ele, o professor não atua sobre o corpo do seu aluno ou mesmo com o movimento em si, mas atua com o ser humano nas suas manifestações culturais relacionadas ao corpo e ao movimento, abrangendo os conteúdos historicamente definidos: jogo, esporte, dança, luta, ginástica. Emerge, dessa forma, a perspectiva da cultura corporal ou da cultura de movimento para fundamentar a intervenção pedagógica (BRACHT, 1992).

Visto isso, concluímos que as juventudes afro-brasileiras no Odomodê, ao experimentarem um amplo repertório de vivências, sobretudo no campo das danças afro (Figura 9), com variadas oportunidades motoras, são oportunizadas a explorar a cultura corporal de movimento e uma série de relações com os outros e os espaços, ressignificando novos saberes, estéticas e expressões, em especial nas relações com os símbolos, signos e alegorias das culturas afro.

FIGURA 9 – Oficinas de Danças no Odomodê



Fonte: Imagens extraídas da página do *Facebook* do Núcleo Afro Odomodê

Desta forma, o movimento corporal em questão, trabalhado nas oficinas, pode se valer das interações entre os próprios jovens, dos demais membros da equipe, bem como de novos utensílios, tecidos, pinturas, espaços, etc.

Como observado nas oficinas, identificamos abordagens relacionando a cultura corporal de movimento com discussões sobre eventos e momentos de luta histórica em que existiram tensionamentos raciais. Os principais conteúdos trabalhados no Odomodê, no interior das atividades observadas, foram: Djamilia Ribeiro, com seu livro “O pequeno Manual Antirracista”; o processo de colorismo no Brasil; a música “O meu guri”, de Chico Buarque, e interpretada por Elza Soares; e a música “Eu sou favela”, de Cesar MC.

Esta última canção foi trabalhada em uma das oficinas de “Danças Urbanas”, visando à valorização do território do Morro do Quadro e sendo coreografada e apresentada no evento “Sementes de Obinrin”, que marcou a abertura da campanha internacional “16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres”, realizada pela SEMCID/PMV. Nesse dia, as jovens se manifestaram sobre as atividades realizadas no Odomodê. Conforme o diário de campo, em novembro de 2021:

Eu estava no banheiro com aicineira maquiando as jovens para apresentação de dança. Uma das meninas disse que nunca havia realizado nenhuma outra atividade no Odomodê, somente esta de dança. Então as demais começaram a fazer uma série de comentários sobre o que era o Odomodê e como ele funcionava. A jovem Guiné pontuou as atividades de maquiagem, cabelo e disse que “é um lugar de cuidados para negros” e disse que na sede são “feitas conversas sobre a história dos negros importantes” [...] (DIÁRIO DE CAMPO, 18 de novembro de 2021).

Este é somente um dos comentários observados sobre a visão dos/das jovens em relação aos conteúdos ofertados pelo Odomodê. É como se, com os diversos exemplos de vidas, personalidades e “heróis” negros e negras, o/a jovem iniciasse um processo de comparar as dificuldades, os conflitos e as soluções de algumas problemáticas.

No entanto, durante o acompanhamento das oficinas e das documentações oriundas das mesmas, foi identificado que, por mais que as juventudes se vejam contempladas, de modo geral, pelas ações e discussões oferecidas pelo Núcleo, não foram mencionadas formações específicas para o ensino das relações étnico-raciais para a equipe do Núcleo Afro Odomodê que atua diretamente com as juventudes, existindo somente formações gerais para o melhor atendimento e encaminhamento dos serviços públicos ofertados pela SEMCID, em conjunto com todos os outros serviços, coordenações, setores e equipamentos pertencentes à Secretaria.

Desta forma, foi possível perceber que a formação antirracista presente no Núcleo é acordada pela percepção dos coordenadores, orientadores sociais e jovens sobre o que é a identidade negra.

De acordo com as observações realizadas, os educadores sociais pedagogizam os conteúdos raciais para as juventudes afro-brasileiras, sem, muitas vezes, possuírem formações específicas para isso, permitindo discursos e intervenções sem embasamento teórico ou acadêmico, além de gerarem angústia e insegurança em relação a quais conteúdos devem ser ofertados para os jovens. Como identificado no Diário de Campo, em setembro de 2021:

Durante a reunião de planejamento às 14 horas, observei que os orientadores sociais propõem atividades com temas não conhecidos por todos, enquanto um dos orientadores desejava ofertar mais atividades de discussão sobre violências raciais o outro se concentrava em oferecer oficinas de penteado afro. Durante a discussão pude observar um incomodo em relação a falta de formação para o ensino das relações étnico-raciais de um orientador social em relação ao outro. Ao questionar sobre como funcionavam as formações para a equipe, a Assistente técnica me informou que toda primeira segunda-feira do mês eles escolhem um texto e debatem sobre ele, eles próprios, sem convidados ou mediadores externos (DIÁRIO DE CAMPO, 13 de setembro de 2021).

Comprendemos aqui que essas problemáticas ultrapassam os muros do Núcleo Afro Odomodê, pois, devido ao racismo estrutural no Brasil, as estruturas e instituições brasileiras,

sobretudo as públicas, têm, ao longo dos anos, resistido em discutir o fenômeno do racismo brasileiro (TELLES, 2003; GUIMARÃES, 2009).

Sendo assim, consideramos que, por mais que o Odomodê seja uma política pública pioneira, em se tratando de uma educação não-formal, sem vínculos com o sistema escolar, é necessário que os responsáveis por essa política considerem alguns fatores primordiais para uma cultura educacional, como: formação para todos os atores que compõem a política do Núcleo Afro Odomodê; elaboração de uma sistematização de conteúdos a serem ofertados anual, semestral e semanalmente; elaboração de planos de intervenções conjuntos; e sistematização para a avaliação das ações e/ou oficinas ofertadas.

Afinal, o Núcleo Afro Odomodê é uma política pública educacional para as juventudes afro-brasileiras abordando questões étnico-raciais, em que se faz necessária a estruturação de uma rede para que os atores envolvidos no processo se sintam valorizados e apoiados; além de uma reeducação das relações étnico-raciais, juntamente com um movimento de articulação entre os diversos setores da sociedade, tendo em vista que as mudanças culturais, éticas, pedagógicas e políticas ultrapassam a esfera das instituições públicas, especialmente em relação a políticas públicas educacionais para as juventudes afro-brasileiras que se utilizam do campo da cultura corporal de movimento como o Odomodê. Isso tornaria mais potente a promoção de ações culturais, sociais e políticas para que as juventudes afro-brasileiras adquiram autonomia, tendo a possibilidade de serem agentes críticos e transformadores de sua realidade.

Os planejamentos realizados pela primeira equipe, de acordo com Malawi, visavam à participação das juventudes afro-brasileiras atendidas. Segundo ele:

O planejamento das oficinas, a oferta das oficinas e o tipo das oficinas [...] quando a gente trazia esse jovem para o circuito a gente fazia questão de escutar deles a todo tempo. [...] Olha nós temos isso a oferecer e a partir disso, o que você gostaria que fosse construído? Então essas nossas rodas de conversa, esse nosso planejamento, ele sempre foi feito com o protagonismo juvenil [...] (MALAWI, Coordenador Institucional do Núcleo Afro Odomodê).

Ainda hoje, os planejamentos são realizados de forma quase que subjetiva, por vezes sem fundamentação teórica, tendo, nas datas do Calendário do Município de Vitória, várias de suas ações norteadoras.

Estas lacunas de “interação” entre a equipe e a coordenação corroboram para o também identificado “voluntarismo pedagógico” no momento dos planejamentos, quando os orientadores sociais por vezes leem livros e conteúdos com temáticas afro fora do expediente e compartilham o conhecimento nos momentos formativos com os jovens, de forma

voluntária e independente. Assim, o orientador social acaba por “fazer o seu” individualmente, sem espaços formativos pensados para compartilhar suas aprendizagens. Tal prática individual prejudica o funcionamento do Núcleo, pois é contraditório incentivar uma ação coletiva de empoderamento negro e protagonismo juvenil à juventude assistida enquanto a equipe não é subsidiada para realizá-la.

Neste contexto, percebemos que o papel do educador no Núcleo se torna complexo, uma vez que, sem orientações institucionais, ele necessita compreender a construção da hierarquização entre os povos, assim como seus significados sociais e o impacto desses fatores nas instituições de ensino e nos agentes nelas inseridos. O orientador social precisa discutir e problematizar as relações étnico-raciais, trabalhar com a valorização da cultura negra e desconstruir a imagem estereotipada do/a negro/a, apresentando novos olhares sobre esse grupo, bem como sobre suas práticas culturais (GOMES, 2003).

Mediante esses desafios, de acordo com os atores desta história, também há o problema quanto à baixa remuneração untada ao trabalho árduo, fazendo com que os integrantes do Núcleo Afro Odomodê sejam, de fato, pessoas que ideologicamente se preocupam com as equidades raciais brasileiras, como nos afirma a elaboradora Namíbia:

As remunerações nunca eram muito boas para os profissionais, então os profissionais entravam, faziam um aprendizado, alçavam outros voos e acabavam indo embora, mas as pessoas que ficavam é porque tinham uma questão ideológica, quem não tinha construiu ali, um olhar ideológico para a questão étnico racial, com o empoderamento e com as oficinas que foram sendo dadas né, sobre a questão do ser negro [...] Todas as secretarias passaram a conhecer o Núcleo Afro Odomodê porque se instituiu ali, nas pessoas, uma questão ideológica [...] esse é o viés mais forte desse projeto, é a questão ideológica, e eu acho que até hoje as pessoas que entram e mantêm ele vivo é porque também têm essa questão ideológica, ali, intrínseca dentro de si. Então leva também com esse olhar (NAMÍBIA, Elaboradora do Núcleo Afro Odomodê).

Dessa forma, a “ideologia” a que a elaboradora se refere se trata do “voluntarismo pedagógico” em questão, presente nos integrantes do Odomodê. Mesmo que seja fundamental uma sensibilidade para as relações étnico-raciais na continuação da política, é preciso considerar que o fato de possuir profissionais negros e negras ideologicamente preocupados com as questões étnico-raciais não é suficiente; é preciso que sejam pensados momentos formativos, por parte dos gestores e OSC's, para que haja formações adequadas para a equipe.

Afinal, como nos foi demonstrado pela história do movimento negro brasileiro, as organizações negras brasileiras são múltiplas e diversas, além de que as subjetividades das pessoas negras são amplas demais para serem consideradas homogêneas o bastante para nortearem, a comum acordo, conteúdos étnico-raciais.

Tal fato origina, por diversas vezes, conflitos e tensões no interior da equipe do Núcleo, principalmente nos planejamentos, sobretudo quando os/as profissionais negras não possuem formações em movimentos negros e/ou para as relações étnico-raciais. Fato que, quando somado à ausência de melanina na pele, faz com que o profissional em questão seja rapidamente tensionado pelas juventudes afro-brasileiras e demais profissionais do Núcleo no que tange à sua negritude.

Assim, por mais que haja uma consciência de raça, também chamada de “consciência negra”, é preciso norteamento para as ações. Além disso, tal falta de sistematização compromete as perspectivas dos jovens que frequentam o Núcleo. Alguns entrevistados afirmaram que a ausência de um plano de carreira e/ou projeto de vida incentivados pelo Núcleo corrobora para uma evasão rápida dos jovens que não permanecem por mais do que dois anos na política. Como nos afirmou o orientador social Gabão: “[...] Ali falta assim, um plano de carreira, o jovem entra e assim [...] as oficinas não tem uma continuidade para que quando ele saia ele tenha algo consolidado [...]” (GABÃO, Orientador social do Núcleo Afro Odomodê).

Tal fator ainda é acrescido da ausência de certificação para os jovens atendidos, palestrantes, parceiros e/ou oficinairos. O que mais se aproxima de uma continuidade no Núcleo são as oficinas, que, quando possuem conteúdos com muitos elementos, exigindo uma alta carga horária (acima de dez horas), são divididas em módulos (de quatro horas cada), como ocorre com a Oficina de Danças Urbanas, cujo primeiro módulo é marcado por uma conversa e introdução racial; o segundo é marcado pela prática com o ensino dos passos, podendo haver mais módulos, se houver a intenção de alguma apresentação coreográfica ou a construção de um grupo de dança. Tal fato faz com que os jovens, apesar de construírem uma gama de conhecimentos étnico-raciais, não sejam certificados por tais conhecimentos.

Além disso, foi observado que a construção de vínculo dos/das jovens para com o Odomodê, muitas vezes, é individualizada e/ou centrada em uma pessoa da equipe, um dos orientadores ou a/o assistente social, fazendo com que, quando essa pessoa não está presente no Núcleo ou se retira da política, aquele grupo de jovens e/ou jovem abandone o equipamento.

Um dos fatores que amenizam as disparidades ocasionadas pela ausência de sistematização pedagógica é o fato de que muitos dos oficinairos, orientadores sociais e coordenadores do Núcleo foram/são antigos usuários do Núcleo Afro Odomodê, ou integrantes de organizações/movimentos negros, fazendo com que esses, por terem experiências com as pedagogizações dos movimentos negros organizados, ofertem,

reproduzam e/ou adaptem os conteúdos étnico-raciais para a manutenção de intervenções que funcionem com as juventudes afro-brasileiras.

Reitero aqui que os atores envolvidos no Odomodê não precisam “conhecer toda a temática racial”, muito pelo contrário. Como observado, as oficinas e demais ações que foram nosso foco de observação, na maioria das vezes, ocorreram com auxílio de um oficinairo, geralmente uma pessoa negra especialista no tema a ser abordado, capaz de discutir e apresentar elementos novos aos jovens. Assim, o papel do integrante da equipe que acompanhará a atividade, coordenador, assistente social e/ou orientador social é o de mediação dos conteúdos ofertados, visando provocar as juventudes afro-brasileiras sobre a temática abordada, suscitando o debate, sem necessariamente possuir um domínio total sobre todos os conteúdos afro. Afinal, o intuito das formações é oferecer vários elementos, provocar as reflexões para as relações étnico-raciais, e não oferecer um modelo pronto do que “é ser negro/negra no Brasil”.

Assim, o integrante da equipe que acompanha a atividade aprimora seu saber com/nas atividades formativas oferecidas. Tal fato nos fez perceber que os orientadores sociais aprimoram seus conhecimentos tanto através das problematizações ofertadas pelos oficinairos/palestrantes quanto nas discussões ocasionadas nas formações da SEMCID.

Tais conhecimentos existentes são importantes para o bom funcionamento da política. Porém, o que foi identificado é uma ausência da união sistematizada desses conteúdos para toda a equipe de forma simultânea, ou seja, um grupo de estudos conjunto para todos e todas as envolvidas. A coordenadora Ruanda classificou como “fraca e falha” a formação que é ofertada para a equipe presente no Núcleo, afirmando:

[...] funcionava de uma maneira muito ruim, eu não acreditava muito [...] porque eu sou professora, sou de formação de movimento social e eu achava muito fraca a formação promovida, fraca em todos os sentidos porque era um horário de formação a qual a gente (coordenadores) não tinha acesso, [...] quando eu cheguei lá, achei muito estranho, era toda a segunda-feira à tarde, e aí eles escolhiam um tema e debatiam entre eles, e eu falei assim, gente isso não é formação, isso é vivência e troca de saberes, isso não é formação, [...] a gente precisa que essas formações elas sejam um pouco mais profundas, que seja a vamos discutir um texto, beleza, tudo bem, a gente pode discutir o texto mas quem vai falar do texto, não tem que ser a gente, a formação não é para a gente mesmo [...] (RUANDA, Coordenadora das Políticas de Juventudes da PMV).

Apesar dessas problemáticas em relação à formação, a coordenadora Ruanda afirmou que o “[...] Odomodê possui um modelo educacional eficiente e de fácil reprodução [...]” (RUANDA, Coordenadora das Políticas de Juventudes da PMV). Além disso, os jovens

participantes disseram estar satisfeitos com os conteúdos e elementos aprendidos. Afinal, eles participam da escolha dos temas e das atividades. De acordo com a jovem Etiópia:

Eu acho que assim, as atividades são muito boas, tanto de qualidade quanto de importância [...] lá eles buscam fazer atividades que crescem em algo para a gente. Tanto para a gente quanto para as pessoas mais velhas [...] então eu acho que são coisas bem significativas, tem sempre alguma importância, sempre tem algum motivo não é nada aleatório. Então está sempre acrescentando a algo (ETIÓPIA, Jovem afro-brasileira do Núcleo Afro Odomodê).

Em contrapartida, alguns jovens que frequentam constantemente o Núcleo, como no “Espaço de Convivência”, ao serem questionados, não aparentaram compreender exatamente em que esta política se concentra. De acordo com o Diário de Campo do dia 25 de outubro de 2021:

Durante o horário de almoço o jovem Sudão adentrou a sala de lanche, onde a equipe sempre se reúne para almoçar. Toda a equipe estava conversando sobre a Reunião de Planejamento que iria ocorrer à tarde. Ao ser questionado pela orientadora social se ele sabia do que se tratava o Odomodê, e se ele soubera quais eram as funções de cada membro da equipe, Sudão respondeu: “um lugar para jovens daqui do Quadro e vocês são os coordenadores sociais que ajudam a comunidade” [...] (DIÁRIO DE CAMPO, 25 de outubro de 2021).

Desta forma, pareceu-nos que os jovens adentram o Núcleo e as atividades sem compreenderem bem para que o equipamento serve ou compreendendo-o apenas como um equipamento público em que podem acessar a *internet* e socializar com outros jovens. Apenas com o tempo é que esses indivíduos vão se apropriando das discussões sobre o racismo estrutural e sobre como suas formas de ação atingem a vida das pessoas negras da periferia.

Mesmo assim, todos e todas podem participar com sugestões para atividades e oficinas. Durante a Pandemia, as demandas-propostas das e dos jovens que mais ecoaram, a fim de serem transformadas em ações e oficinas, foram atividades para saúde da população negra e a COVID-19. Além disso, as e os jovens entenderam que a Pandemia dificultou a formação educacional para os residentes nas periferias, bem como sua inserção no mercado de trabalho durante o período pandêmico, destacando a importância de ações para mulheres negras, que, na análise da juventude, são as mais prejudicadas quanto a oportunidades de seus empreendimentos, saúde mental e bem-estar nesse período.

Após o ano de 2021, a maioria das oficinas tiveram foco no empreendedorismo, principalmente do ramo da estética e cosméticos, existindo também oficinas voltadas para as danças urbanas. O planejamento do Odomodê se voltou para as demandas dos jovens, sendo que todas as ações focaram em suprir formações que dialogassem com esses pedidos.

Apesar da pertinência em propor diálogos que visem refletir sobre o momento da pandemia global de COVID-19, o Odomodê, até pelas medidas sanitárias de segurança, não conseguiu propor muitas parcerias ou soluções diretas para a real situação em que se encontravam as juventudes afro-brasileiras no ano de 2020, uma vez que esses indivíduos encontravam-se em isolamento social e muitos deles não possuíam acesso à *internet* em casa, cenário que só se modificou em 2021, com as atividades híbridas.

Em uma avaliação feita pela equipe com as juventudes afro-brasileiras, os atendidos explanaram que as oficinas agregaram valores espirituais, identitários e profissionais, gerando a elevação da autoestima e o crescimento profissional através das atividades, elencando-as como fundamentais para manterem vínculos com o equipamento e para manterem seus interesses formativos.

Como afirmou a jovem Benin, em entrevista:

Eu acho que foi um aprendizado para todo mundo, né?! E o Odomodê ele começou com as oficinas *on-line*, essas oficinas foram ótimas, eu lembro, a oficina de cenografia foi perfeita, assim, para qualquer pessoa de qualquer área e fora as outras, os debates, nossa, muito importante, foi muito bom, muito acessível, a gente pôde estar em qualquer lugar, mas a gente também sabe que nem todo mundo tem acesso à *internet*, infelizmente, mas foi muito bom, consegui daqui de casa né?! [...] (BENIN, Jovem afro-brasileira do Núcleo Afro Odomodê).

Após o ano de 2021, o cenário se modificou, com as oficinas retornando ao modelo presencial com os cuidados de distanciamento social. Com o retorno dos jovens para o Odomodê, as observações foram mais produtivas, principalmente após minha inserção como funcionária, quando tive acesso aos planejamentos, ao cotidiano dos jovens e aos relatos presenciais da juventude, bem como aos feitos em formato de papel ao fim de cada atividade.

Assim, a compreensão existente no Odomodê é a de que, a partir de uma grande gama de conteúdos afro ofertados, o jovem seja capaz de refletir sobre o que é ser negro no Brasil e sobre as diversas formas de existir dentro desse cenário. O jovem adentra, assim, um processo de se autoconhecer, de se auto identificar e de refletir sobre suas relações de poder, agir, falar, produzir, comprar e estudar.

No entanto, é preciso nos atentarmos para que essas mudanças sejam dialogadas e coletivas, pois os sistemas de opressão seduzem para suas lógicas, gerando mobilização por interesses próprios que prejudicam ações coletivas (BERTH, 2019, p. 65). Inclusive, a sociedade brasileira, sexista e racista, utiliza-se da tecnologia de controle do racismo e das lógicas mercadologizadas para propagar a docilidade dos corpos oprimidos e suas concepções corporais, como nos constata Foucault (1979).

Na época clássica, se descobre o corpo como objeto e alvo de poder, ao corpo que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam. Enfim, torna-se um corpo dócil, que pode ser submetido, utilizado, transformado e aperfeiçoado (FOUCAULT, 1979, p. 182).

Ademais, Silva (2014) critica as imagens divulgadas pela mídia, que não condizem com a realidade da população afro-brasileira e dificultam ainda mais seu processo de identificação. Tal constatação corrobora para uma extensa propagação de elementos que fazem com que o grupo oprimido se identifique com as representações do opressor, mantendo as relações hierarquizadas, especialmente porque a eficácia do discurso ideológico é dada pela sua internalização (GONZALEZ, 2020, p. 34).

Desta forma, para romper com tal lógica, é preciso identificar o lugar de cada ator social nas relações sociais para compreender a sua contribuição para as equidades raciais. Trata-se de uma busca pela equidade e não a inversão das hierarquias raciais.

Para tal, é importante ressaltarmos que, nesse processo de opressão racial pelos corpos, há o silenciamento sistematizado dos grupos oprimidos, fortalecendo a hegemonia de um discurso único (BERTH, 2019, p. 38), sendo necessárias pedagogias que envolvam a expressão e a denúncia. Assim, o empoderamento negro, por possuir uma relação direta nas reflexões e mudanças corporais, nos seus usos e compreensões, estreita os efeitos da aderência de conhecimentos étnico-raciais com as mudanças estéticas das juventudes afro-brasileiras, corroborando para uma mudança comportamental. O/a jovem modifica o seu agir, vestir, aprender e comprar, valorizando suas belezas e suas formas de criações culturais, aderindo a penteados, modificando estampas e questionando: “Por que eu não ‘posso’ usar meu cabelo crespo?”, “Por que o meu corpo não ‘pode’ existir sem ser erotizado?”(Figura 10).

FIGURA 10 – Durante as oficinas, os e as jovens questionam as estéticas afro com o grupo





Fonte: Imagens extraídas da página de *Facebook* do Núcleo Afro Odomodê

Como afirma a jovem Egito, o processo de empoderamento no Odomodê para ela foi um processo de descoberta.

Eu não vou mentir, eu me senti um pouco envergonhada, eu cheguei lá bem tímida e depois que eu passei por esse processo eu entendi que esse corpo, ele já foi

acostumado a sentir essa repressão, a sentir medo, a sentir timidez, então eu aprendi a libertar esse corpo histórico, deixar ele ser livre sabe, usar roupas que valorizem também, aprender a amar todos os detalhes que eu tenho, sejam eles manchas, até curvaturas, então foi um processo muito interessante, eu descobri coisas de mim que eu não sabia [...] (EGITO, Jovem afro-brasileira do Núcleo Afro Odomodê).

Assim, estar empoderado no Odomodê é primeiro conhecer o que é o racismo, entender as suas formas de atuação e compreender como ele reflete na vida cotidiana dos jovens para depois decidir as melhores estratégias para combatê-lo. Vale destacar que refletir, conhecer e agir se dão de forma coletiva no Núcleo. Ademais,

É o empoderamento um fator resultante da junção de indivíduos que se reconstruem e desconstruem em um processo contínuo que culmina em empoderamento prático da coletividade, tendo como resposta as transformações sociais que serão desfrutadas por todos e todas. Em outras palavras, se o empoderamento, no seu sentido mais genuíno, visa a estrada para a contraposição fortalecida ao sistema dominante, a movimentação de indivíduos rumo ao empoderamento é bem-vinda, desde que não se desconecte de sua razão coletiva de ser (BERTH, 2019, p. 37).

Na opinião dos jovens, as pessoas que compõem o Odomodê (a equipe e os jovens) são fundamentais para as trocas de saberes e formações. De acordo com a jovem Etiópia, o Núcleo é composto por “[...] várias pessoas que formam um grande abraço [...]” (ETIÓPIA, Jovem afro-brasileira do Núcleo Afro Odomodê). Para a jovem Benin,

Eu acho que é um lugar legal para aprender várias coisas, de repente, se encontrar. Quem já sabe o que quer, como eu, eu fui já sabendo que eu queria, então [...] é melhor ainda, que já vai focado, assim não são só as oficinas, não é só o aprender sobre a cultura afro mas sobre a história, principalmente pela rede de contatos. A rede de contatos foi tudo para mim [...] conheci artistas, um monte de dançarinos [...] tem muita gente legal, [...] que faz arte [...] muita gente fod* mesmo. Então a gente acaba se empoderando vendo os outros [...] (BENIN, Jovem afro-brasileira do Núcleo Afro Odomodê).

Este processo conjunto de empoderamento é compreendido por Joice Berth (2019) como fundamental, uma vez que o compreende como um conceito advindo “[...] daqueles e daquelas que entendem empoderamento como a aliança entre conscientizar-se criticamente e transformar na prática, algo contestador e revolucionário na sua essência [...]” (BERTH, 2019, p.).

Assim, o empoderamento visa, em sua essência, a uma transformação simultaneamente individual e coletiva, afinal:

Partimos de quem entende que os oprimidos devem empoderar-se entre si e o que muitos e muitas podem fazer para contribuir para isso é semear o terreno para tornar o empoderamento fértil, tendo consciência, desde já, que, ao fazê-lo, entramos no terreno do inimaginável: o empoderamento tem a contestação e o novo no seu âmago, revelando, quando presente, uma realidade sequer antes imaginada. É, sem dúvidas, uma verdadeira ponte para o futuro (BERTH, 2019, p. 91).

O empoderamento negro no Odomodê é o momento em que o jovem inicia sua transformação, escolhendo como irá desenvolver sua identidade étnico-racial, bem como a valorização dos corpos negros, suas formas de pensar e agir, além do seu estilo de vida. De acordo com o Diário de Campo do dia 14 de outubro de 2021, em uma conversa informal com jovens do “Espaço de Convivência”, observei que alguns deles demonstraram estar em processo de descoberta do que é ser jovem e negro/negra:

Hoje Lesoto e Gâmbia chegaram no Odomodê à tarde, eu estava sozinha com o vigilante, e a ao verem a informática ocupada com os outros jovens decidiram sentar ao meu lado e me contarem uma série de sentimentos. Gâmbia comentou que descobriu que o menino que ela estava “ficando” ficou com uma menina “feia”, então, magoada ela decidiu ir ao Odomodê desabafar com a orientadora social, porém como ela não estivera, serviria a minha presença mesmo. [...] em meio à conversa, Gâmbia afirmou que frequenta o Odomodê pois sempre há alguém disposto a escutá-la e aconselhá-la. Ela afirmou que sua atividade preferida é a Oficina de Maquiagem para a Pele Negra pois nesta são discutidas questões das mulheres negras, suas dores, conquistas, entre outros [...] em meio à conversa decidi questioná-las sobre o que elas aprenderam no Núcleo e elas me responderam que muitas coisas, como por exemplo: “aprendemos a se sentir mais bonitas, aprendemos sobre preconceito com pessoas morenas” [...] Lesoto respondeu que ainda não sabia sua cor, mas que todos em sua família eram morenos, então ela tem orgulho disso e gosta de estar no Odomodê porque, de acordo com ela: “aqui todo mundo é assim” (DIÁRIO DE CAMPO, 14 de outubro de 2021).

Assim, pareceu-nos que o processo de empoderamento negro é processual no Odomodê, onde os e as jovens aprendem aos poucos, uns com os outros, o que é ser negro/negra, valorizando suas belezas e compreendendo como o racismo funciona na vida das pessoas.

De acordo com a jovem Benin:

[...] não são só as oficinas, não é só o aprender sobre a cultura afro, mas sobre a história, mas, principalmente, a rede de contatos, para mim foi tudo, eu conheci o [...], ele é artista, eu conheci a [...], ela é dançarina, um monte de dançarino que tem lá, tem muita gente legal, muita gente que faz arte, gente fod* mesmo, então a gente acaba se empoderando vendo os outros [...] (BENIN, Jovem afro-brasileira do Núcleo Afro Odomodê).

Desta forma, as juventudes afro-brasileiras, em um processo coletivo de busca pelas equidades raciais e imersas no processo de empoderamento negro, vão amadurecendo seus conhecimentos sobre as relações étnico-raciais no Brasil e desenvolvendo seus objetivos pessoais, gostos e opções profissionais.

Assim, o contato com os diversos elementos das culturas afro faz com que as juventudes afro-brasileiras se autoavaliem e reflitam sobre o que é ser negro ou negra no Brasil e como esses corpos negros podem se ressignificar ou se transformar para as equidades

raciais desejadas. Tal momento reflexivo se caracteriza como a dimensão psicológica do processo de empoderamento negro, próximo tópico a ser estudado.

4.2 Dimensão Psicológica: a ressignificação e afroestima dos corpos afro-brasileiros juvenis

Nesta dimensão, concentramo-nos em compreender como as juventudes afro-brasileiras encaram os elementos apresentados na dimensão cognitiva, tendo nesta a oferta de uma ampla gama de atividades que visam demonstrar os fatores sociais, biológicos e estéticos dos quais os corpos negros estão sob influência, proporcionando as reflexões sobre a grande diversidade do que é/pode ser um corpo negro no Brasil.

Desta forma, a dimensão psicológica é caracterizada por tais reflexões no Odomodê, onde se origina um processo de ressignificação do corpo negro e onde as juventudes afro-brasileiras discutem suas percepções sobre seus corpos negros, bem como sobre como os valorizam e/ou os ressignificam. Tal processo caracteriza-se pelas mudanças visíveis (estéticas) e invisíveis (concepções sobre autoestima) das juventudes afro-brasileiras atendidas pela política.

Pareceu-nos, nas oficinas observadas, que inicialmente é apresentada a realidade violenta na qual a população negra está imersa, principalmente nas políticas públicas de extermínio da população negra ao longo da história do Brasil, como as de colonização, branqueamento e colorismo brasileiro, fazendo com que os/as jovens iniciem um processo de autoavaliação de sua situação cotidiana, os estigmas enfrentados, o preconceito, os estereótipos existentes e as situações de discriminações e segregações vividas, bem como suas estratégias de resistências, recriações, ressignificações e valorização de suas belezas e culturas.

Nesta etapa de “ressignificação”, com os primeiros conceitos trabalhados no Odomodê, ainda em 2005, as juventudes afro-brasileiras refletem sobre as histórias de lutas antirracistas ao longo dos anos, saberes ancestrais, estratégias econômicas realizadas no Brasil e na afro-diáspora, entre outros. Os jovens são incentivados a refletirem então sobre as formas estruturais, institucionais e individuais às quais as populações negras resistiram/lutaram em função de direitos, aderindo e aprofundando conhecimentos sobre as ações contra as subalternizações, inferiorizações, percepções sobre os trabalhos braçais, racismos culturais e educacionais.

Um exemplo de ressignificação para com os corpos das juventudes afro-brasileiras atendidas pelo Odomodê é o de que essas compreendem que ser negro/negra é um processo

inacabado, estando em constante diálogo com a subjetividade dos sujeitos afro-brasileiros e com o território em questão. Assim, para essas juventudes, um negro de classe média não é mais ou menos negro do que uma pessoa afrodescendente moradora da periferia, afinal o corpo afro-brasileiro não deve sempre ser compreendido como sinônimo de vulnerabilidade social e pobreza, sendo esses últimos fatores consequências de desigualdades sócio-raciais.

Como observado nas Oficinas de Danças, nos eventos “Afromix” e nos “Saraus”, houve momentos de denúncias e falas dos/das jovens contra os estereótipos e estigmas que atribuem aos corpos negros o papel de aptos aos trabalhos braçais e incapazes de trabalhos intelectuais (STAUDT; SILVA; MAGALHÃES, 2018). Além desses, há discussões no Núcleo sobre as origens de piadas sobre negros serem preguiçosos, criminosos, suspeitos, suscetíveis à prostituição e/ou a práticas sexuais violentas.

Tais discussões enfatizam as biologizações de fatores sociais, como a criminalização dos corpos negros dos fenótipos negroides (tom de pele escuro, narizes largos, quadris largos), além de recriações desses racismos de forma alegórica, como a criação do termo “mulata”.

O intuito observado é o de haver uma ressignificação quanto ao entendimento de negras e negros como sinônimo de pobreza ou exotificados através da indústria cultural (GONZALEZ, 2020, p. 169), sobretudo quando esses corpos são utilizados como objeto de entretenimento, com tipificações de atributos corporais (GONZALEZ, 2020, p. 170).

Desta forma, a ressignificação observada se refere a uma mudança de perspectiva e comportamento, compreendendo que os corpos negros não precisam sempre serem passivos às desigualdades, e sim compreendê-las para a luta antirracista. Ainda quanto a esse tema, foram observadas inúmeras discussões étnico-raciais que acarretaram em questionamentos, por parte dos jovens, como “Então, o que é ser negro?”; “Como cuidar do corpo negro?”; ou “Como cuidar da saúde dos corpos negros?”.

Em alguns momentos, a clássica obra de Neusa Santos, “Tornar-se negro”, fora discutida no Odomodê, seja no “Afromix”, em meio aos “Saraus” ou até mesmo nos “Espaços de Convivência”. Durante esses diálogos, pareceu-nos que as juventudes afro-brasileiras se interessaram em encontrar definições exatas sobre como é ser negro ou negra no Brasil apenas no início de suas vivências no Odomodê, como se houvesse inicialmente um jogo de ligações em que as juventudes afro-brasileiras se identificam como uma pessoa negra/preta. Porém, com o decorrer do tempo, as e os jovens vão amadurecendo e percebendo a necessidade de compreenderem suas individualidades nesses processos, suas narrativas pessoais.

Desta forma, compreendemos que tal ressignificação racial vai na contra-corrente dos interesses da colonialidade em voga, que altera imaginários em função dos interesses coloniais, normalizando a subalternização epistêmica de outros grupos não ocidentais, criando feitichismos culturais em sua própria cultura e incentivando outros grupos a segui-la e a aspirá-la (OLIVEIRA; CANDAU, 2013, p. 249).

Neste sentido, é possível afirmar que a colonialidade do poder construiu a subjetividade dos subalternizados, tornando necessário, segundo Quijano (2007), pensar historicamente sobre a noção de raça: “A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão global do poder capitalista. Ela se baseia na imposição de uma classificação racial/étnica da população mundial como a pedra angular deste padrão de poder” (OLIVEIRA; CANDAU, 2013, p. 93).

Desta forma, as divisões dos povos por raças modificaram as formas subjetivas dos grupos raciais a partir das quais o grupo opressor possui concepções de existências completamente diferente das dos grupos oprimidos, em especial dado o fato de que os padrões estéticos e de beleza difundidos pela Europa se tornaram um desejo global, fazendo com que os corpos não brancos ficassem sem referências estéticas e de beleza, desenvolvendo auto-ódio e/ou recusa por si mesmos (OLIVEIRA; CANDAU, 2013, p. 250). Assim,

Na história da modernidade colonial, a colonialidade do ser é assim pensada como uma negação do status humano, aplicada aos africanos e aos povos indígenas. Esta negação, de acordo com Walsh (2006), implanta problemas reais em torno da liberdade, do ser e da história do indivíduo que foi subalternizado pela violência epistêmica (OLIVEIRA; CANDAU, 2013, p. 253).

Neste contexto, destacamos as contribuições de Gomes (2011), ao demarcar a distinção na maneira em que os sujeitos e seus corpos são notados e tratados, reafirmando uma hierarquia social que constrói uma lógica de existência/não existência dos sujeitos. A não existência se origina no reconhecimento da diferença do outro, em que o outro passa a ser estigmatizado, o que contribui para a noção de regulação do corpo, legitimando assim a violência do racismo sobre a corporeidade negra, o que, para nós, implica em uma lógica de inferiorização dos corpos afro-brasileiros juvenis, em especial os atendidos pelo Odomodê, sendo fundamental o processo de ressignificação.

Tal processo, realizado pelas juventudes afro-brasileiras do Odomodê, ocorre levando em consideração as vivências e experiências desses corpos juvenis, afinal concordamos com Silva (2015), que afirma que, para compreendermos um corpo, é preciso estarmos atentos à síntese das dimensões psíquicas, biológicas e sociais, em que as duas primeiras se referem à materialização da nossa existência no mundo, sendo a via em que manifestamos nossas ações, sentimentos e desejos, enquanto a última enfatiza a construção social dos corpos, expressando

que cada sociedade, em um contexto sócio-histórico, constrói significados, definindo padrões estéticos e comportamentos.

Assim, há a diferenciação eu/outro em cada corpo, sendo este último a nossa ligação com o mundo, permitindo nossa existência, nossos signos, símbolos, internalizações sobre as percepções de nós mesmos e dos outros, bem como de outras situações e fatos que nos cercam (SILVA, 2014).

Neste contexto, o corpo das juventudes afro-brasileiras é compreendido por elas mesmas como sendo algo dinâmico, moldável, passível de constantes transformações, sendo reconstruído pelo sujeito em diálogo direto com o seu contexto cultural, que esse último está sujeito a modificações (SOUZA, 2009). Além disso, há nesses sujeitos forças que corroboram para esse poder disciplinar sobre os corpos e forças que vão de encontro a esse mecanismo de controle (GOMES, 2003).

Desta forma, o corpo afro-brasileiro juvenil é utilizado por essas juventudes como uma forma de manifestação daquilo que a sociedade almeja ser ou daquilo que ela nega. Para as juventudes afro-brasileiras do Odomodê, tais estereótipos e estigmas são tensionados pelas criações e recriações proporcionadas/promovidas pela diáspora africana, que visa demonstrar os interesses por trás desse processo de normalização eurocêntrica. Como nos afirma Daolio (2000), além de entender a diversidade de culturas inscritas nos corpos, é imprescindível compreender as lógicas de uma determinada sociedade sobre os símbolos culturais presentes nos mesmos.

O Odomodê acredita que, para alcançar tal ressignificação dos corpos afro-brasileiros, é preciso um aprofundamento teórico para a melhoria de suas práticas, como explicita em seu relatório anual de 2020:

Um dos caminhos para a ampliação do estudo e da discussão da questão racial no campo da educação e da cultura, na tentativa de compreender a sua relação com o universo simbólico pode ser a construção de um olhar mais aprofundado sobre a questão da ressignificação étnico-racial.

Dando enfoque para que a Lei 10.639/2003 da proposta de ações voltadas segundo as diretrizes nacionais para educação seja colocada em prática como estratégia eficaz para criar instâncias de coordenação entre as políticas culturais e educacionais e estimular a interação entre as expressões da cultura e o sistema educativo [...] (VITÓRIA, BEM BRASIL, 2020b)

Assim, compreendemos, neste trabalho, que o corpo está imerso no mundo social, que o constrói por meio de um trabalho permanente de formação e imprime nele um programa de percepção, de apreciação e de ação (BOURDIEU, 1995). Assim, os corpos negros, ao serem hostilizados desde a infância, quando não possuem oportunidades para refletirem sobre as

várias formas de negritude, africanidade, afro-brasilidade, tendem a aceitar, de forma mais passiva, os estigmas e estereótipos raciais em voga. Daí a importância do processo de ressignificação apresentado pelas elaboradoras.

Outro fator identificado é o de que para as juventudes afro-brasileiras do Odomodê, por mais que o corpo negro tenha na pele a melanina como sua principal marca, as discussões sobre colorismo fazem com que somente o tom de pele não seja a principal forma de ser negra/negro, sendo importante que o local de origem, a participação em grupos organizados, o ativismo político e os traços negroides hereditários sejam levados em consideração. Como exemplo disso, temos muitos jovens no Odomodê que se autodeclaram pardos e amarelos inicialmente e só depois compreendem que pardos e pretos, juntos, constituem as pessoas negras.

Ademais, compreendemos que as definições de corpo afro-brasileiro e corpo negro correm o risco de serem vagas e incompletas, pois reduzir os corpos aos seus processos de violências ou aos seus processos culturais, além de ser desrespeitoso, não abarca a grande complexidade do racismo estrutural brasileiro, uma vez que as palavras estão relacionadas à produção das coisas que elas nomeiam, inteligíveis em um determinado tempo, contexto e linguagem (DAMICO, 2011, p. 69).

Para as juventudes afro-brasileiras do Odomodê, plurais e diversas, ser/estar em um corpo negro é viver em constante conflito com as questões raciais. Como nos contou a jovem Etiópia, após ser questionada sobre a rotina do Núcleo Afro Odomodê:

Nossa! Mas são tantos [momentos] menina, metade do tempo que a gente vai lá a gente chora [risos] [...] uma vez teve uma reunião e a gente estava conversando, não lembro se foi na oficina de maquiagem, mas a gente começou a conversar sobre essa questão do corpo, sobre essa questão da estética e sobre a solidão da mulher negra, como a gente se sentia e tal.[...] conversamos sobre isso e expomos, desabafamos sobre como a gente se sentia na infância como que aquilo impactou, pra mim, falando, vendo as outras pessoas falando e sentindo a mesma dor que eu já senti foi algo assim muito, muito impactante, e de certa forma a gente estava ali sentindo a mesma dor, mas a gente também estava se fortalecendo e vendo que como as coisas, como as pessoas, por mais que tenham passado pelas mesmas coisas, assim a mesma raiz né,[...] mas que hoje em dia são capazes, são pessoas importantes, são pessoas que são capazes tanto intelectualmente, financeiramente, [...] a gente falou muito de como que a nossa criança teria orgulho da pessoa que a gente se tornou [...] (ETIÓPIA, Jovem afro-brasileira do Núcleo Afro Odomodê).

As juventudes afro-brasileiras do Núcleo discursam sobre seus corpos de uma forma ora coletiva, ora individual, sendo esses corpos são compreendidos como diversos e singulares ao mesmo tempo, o que, às vezes, pode gerar algumas dúvidas sobre o que de fato é ser uma pessoa negra. O elo encontrado nos pareceu ser a ressignificação do sofrimento em meio ao racismo que os cercam.

Afinal, concordamos com Silva (2015), que aponta para o fato de que o corpo age como um mecanismo de reconhecimento da identidade social no qual notamos que as linguagens corporais são signos de uma identidade social por serem simbólicas para o grupo que compartilha dessa linguagem. Afinal, o ser humano é um ser histórico e social e, sendo assim, pensar em identidade implica reconhecer que essa não é estável, mas transitória, e que se constitui na relação e no diálogo com a cultura.

Ademais, as contribuições feitas pelo pesquisador Tavares (2012) nos ajudam a perceber o corpo como enunciador, produtor, agente discursivo. Para este autor, “o corpo, em tal caso, estrutura discursiva, agencia informações com a finalidade de elaborar uma atividade geradora de eventos diferenciados na sua constituição em novos discursos corpóreos” (TAVARES, 2012, p. 53).

Esta acepção é fundamental para compreender como as práticas corporais afro-diaspóricas estão atravessadas por discursos de resistência, narrativas corpóreas específicas de um contexto. Assim, os gestos, as expressões corporais nos revelam aspectos sobre a vida psíquica e social, um trânsito constante de afetações.

De acordo com o médico psiquiatra Jurandir Costa (1984, p. 3), o racismo atravessa toda a construção e formatação do sujeito desde a infância, fazendo com que os negros tragam, na narrativa corporal, sua relação com o racismo. Assim, ressignificar não é só descobrir novas formas de pensar, mas também novas formas de se comportar, de se expressar, vestir, entre outras.

Na opinião dos jovens, o Odomodê incentiva a mudança de comportamento, a qual exige coragem, como afirma a jovem Egito:

Então, o jovem que quer participar do Odomodê, ele vai encontrar coragem, é uma das primeiras palavras, coragem, para se permitir, se conhecer, coragem para despertar o seu interesse por profissões, pelos estudos, os estudos dele e do seu corpo, dentro dessa sociedade, dentro desse mundo porque o jovem chega lá, ele... ele aprende sobre como é difícil, é difícil os processos mas que não é impossível porque ele não está sozinho, então ele sente esse...esse afeto e ele entende que ele pode tudo, então é isso ele pode tudo. No Odomodê ele vai poder fazer tudo, ser tudo porque a gente é livre lá. (EGITO, Jovem afro-brasileira do Núcleo Afro Odomodê).

Desta forma, a ressignificação do corpo negro nos pareceu um importante processo para as aderências das estéticas afro-diaspóricas e pelas formas de protagonismo juvenil. Afinal, o processo de ressignificação só se une a esses outros quando a/o jovem percebe e/ou sente que o Núcleo Afro Odomodê é um local de pertencimento. Ou seja, o efeito gerado em ter seu corpo afro-brasileiro aceito da forma que ele for.

Inclusive, esse termo foi elencado pelas jovens negras e negros como sendo o que eles encontram somente no Odomodê, como nos afirmou a jovem Etiópia, ao ser questionada em relação ao que encontrou no Odomodê que não observou em outras políticas e/ou espaços públicos:

Hum, é como o acolhimento, mas é que eu não sei explicar, já sei: Pertencimento, é a sensação de pertencimento, é a sensação de que por mais que você nunca tenha pisado ali, você se sente pertencente de alguma forma e o lugar te traz isso, as pessoas te trazem isso, as pessoas te fazem sentir isso, sabe, e sempre querer voltar de alguma forma (ETIÓPIA, Jovem afro-brasileira do Núcleo Afro Odomodê).

Tal possibilidade de poder ser o que realmente é, com a personalidade que possui, com o corpo que possui, leva o jovem a identificar o espaço como um local acolhedor, onde este possa discutir sobre si e sobre seu lugar no mundo, criando ações e projetos pessoais capazes de transformar áreas de suas vidas. A jovem Etiópia afirma que:

Eu acho que o Odomode não é só...Ele é o Núcleo, ele é as pessoas, o conhecimento, o ambiente, ele é tudo mas ele também é o espaço. Quando a gente chegava lá no ambiente que é o Odomodê e colocava o pé ali a gente já se sentia bem, já se sentia confortável, se sentia acolhido, no espaço que estava porque o Odomodê, além de estar na gente, ele, também, estava no local, ele abraçava a gente de alguma forma quando a gente estava lá [...] a as pessoas de lá são sempre muito acolhedoras, muito boas, gosto de todas (ETIÓPIA, Jovem afro-brasileira do Núcleo Afro Odomodê).

Para a elaboradora Uganda, o pertencimento é o que gera no jovem a atitude de querer melhorar o espaço físico do equipamento: “Vimos claramente nas visitas que os jovens se identificam com aquilo que veem e valorizam. O sentimento de pertencimento no espaço é muito grande” (UGANDA, Elaboradora do Núcleo Afro Odomodê).

Além dos/das jovens, os próprios profissionais também afirmam terem sido afetados pelo processo de ressignificação, ampliando suas perspectivas sobre o que é ser negra e negro. Como afirma a elaboradora Gana: “Eu acho que o Odomodê também me trouxe uma construção imensa. [...] quanto negra, quanto uma mulher, o Odomodê, ele me ressignificou, ele conseguiu trazer essa ressignificação até mesmo pessoal [...]” (GANÁ, Elaboradora do Núcleo Afro Odomodê)..

Na opinião dos jovens entrevistados, o Odomodê é um local capaz de oferecer novas perspectivas sobre o corpo, bem como suas formas de se relacionar com vestimentas, adereços, turbantes e maquiagens, ressignificando o sentido desses para os corpos negros. Para a jovem Etiópia:

Eu já era maior de idade, apesar de eu já ter entrado na faculdade não tinha conhecimento, então acrescentou e agregou na minha vida com conhecimentos sobre mim mesma, conhecimentos acadêmicos, como livros, artistas, escritores negros, sobre essa valorização do nosso povo e acrescentou também, por exemplo, eu fiz

aula de automaquiagem e nessas aulas, aicineira explicou de onde vieram alguns tipos de produtos que a gente usa atualmente que tem origem africana, origem indgena. Ela ensinou como a gente faz a maquiagem que valorize os nossos traços, [...] o normal é ver maquiagem que valorize o traço de pessoas brancas, diminui nosso nariz, afina rosto. Lá (Odomodê) não, é totalmente ao contrário, tem uma forma que nos valoriza e também uma forma que mostre que nós somos bonitas sem maquiagem, com a maquiagem e é algo que vem para agregar e não para substituir o que a gente já tem de bonito naturalmente né, então eu acho que para mim essa oficina foi uma das importantes, Além das de violão, [...] danças, eu fiz a oficina de Danças Urbanas, de Samba... Do Samba eu não aprendi muita coisa não (risos), mas às vezes a gente aprende um pouco. Então soma na nossa vida coisas que a gente não tinha contato (ETIÓPIA, Jovem afro-brasileira do Núcleo Afro Odomodê).

Um outro fator que se liga à ressignificação é o de que, na opinião dos jovens, a ressignificação só ocorre através da elevação da autoestima negra, chamada por eles/elas de Afroestima (Figura 11), sendo debatida, sobretudo, com discussões sobre valorização do corpo negro e estéticas afro-diaspóricas.

FIGURA 11 – Jovens experimentam pinturas artísticas inspiradas nas estéticas advindas do continente africano



Fonte: Imagens extraídas da página de *Facebook* do Núcleo Afro Odomodê



Fonte: Imagem extraída da página do *Instagram* do Núcleo Afro Odomodê

Ademais, identificamos que o termo “Afroestima” esteve presente nas oficinas observadas, principalmente quando eram tratados assuntos sobre roupas, maquiagem, penteado afro e barbearia. Algumas jovens não se sentiam bem em relação à maquiagem e encontraram no Odomodê um espaço de acolhimento para se arriscarem e aprenderem mais sobre suas belezas. Esse processo é delicado, pois algumas das jovens não se achavam belas, enquanto outras associavam a maquiagem a pecado religioso. Além disso, algumas meninas se interessavam pela maquiagem no intuito de “agradar seus parceiros”. No mais, muitas delas se surpreendiam com o resultado, afirmando coisas como “nunca fiquei tão linda”, “só gosto quando a orientadora social me maquia, porque não sei fazer assim”.

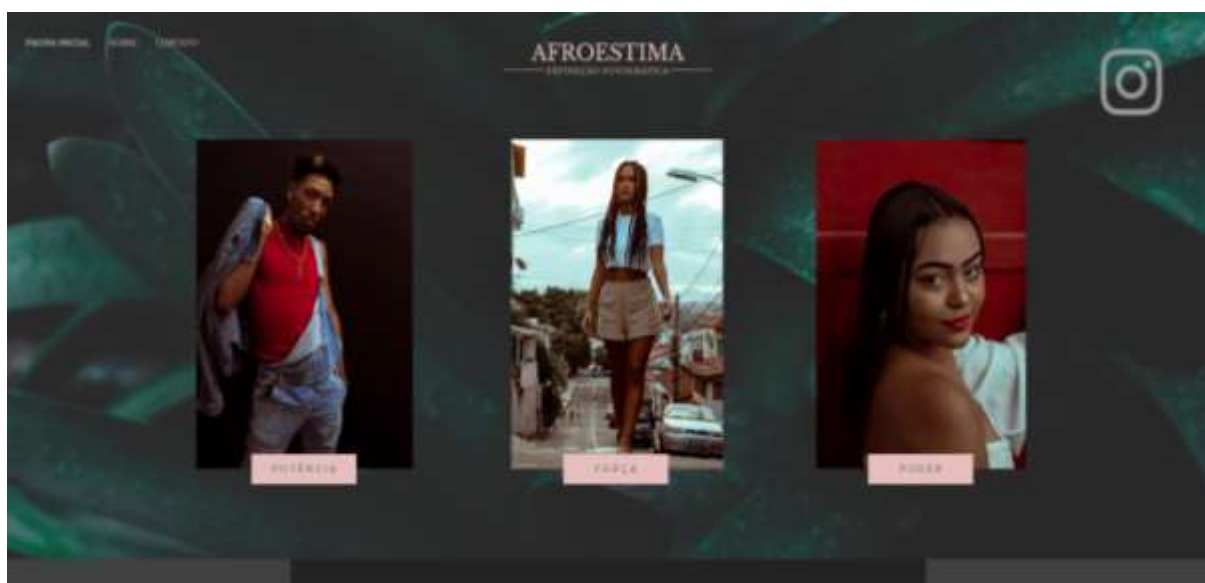
Em uma das visitas como pesquisadora, pude acompanhar quando um orientador social se maquiou para apoiar uma jovem que disse que não queria se maquiar, pois ficaria horrorosa, então ele se ofereceu para se maquiar com ela. Ela aceitou e, após a atividade, ele removeu a maquiagem, afirmando: “Olha o que a gente faz pela juventude, aqui vale tudo pela autoestima”. Em outros dias, foram observados meninos que se sentiram à vontade em se maquiar também.

Como afirmado pela jovem Egito:

Eu aprendi além de sentir amor por esse corpo, eu aprendi que... eu... assim... que eu posso valorizá-lo, então eu uso roupas que valorizam a minha cor, eu uso roupas com estampa até mesmo às vezes afro que traz alguma mensagem que faz... que faz com que eu me sinta pertencente a esse povo. Eu passei a usar bandanas, também a se soltar mais, meu cabelo, não me preocupar tanto com a estética. Ah será que está muito cacheado?! Em, será que está menos cacheado?! Não, assim, deixa ele ser livre, sabe?! Então foi um impacto positivo (EGITO, Jovem afro-brasileira do Núcleo Afro Odomodê).

Assim, o amor próprio e a valorização dos traços negroides e cabelos crespos são exaltados, fazendo com que as juventudes afro-brasileiras do Odomodê valorizem as curvas e formatos de seus corpos e cabelos, independentemente de como eles sejam, emergindo na dimensão psicológica a atenção para a aderência das estéticas afro-diaspóricas, até porque é fundamental que os grupos oprimidos desenvolvam uma afroestima, cercada de elementos estéticos afro-diaspóricos para uma contínua relação de autoamor (BERTH, 2019, p. 86). Afinal, no processo de ressignificação e elevação da afroestima (Figura 12), as juventudes afro-brasileiras se sentem tentadas a experimentar um contato mais íntimo com as estéticas advindas do continente africano e dos países da afro-diáspora.

FIGURA 12 – Exposição fotográfica “Afroestima”, organizada pelos jovens do Odomodê com um dos orientadores sociais





Fonte: Imagem extraída do arquivo interno da SEMCID contendo as produções do Núcleo Afro Odomodê



Fonte: Imagem extraída da página do *Instagram* do Núcleo Afro Odomodê

Desta forma, pareceu-nos que, ao iniciarem o processo de reflexão sobre o que é e como é ser negra/negro, as juventudes afro-brasileiras buscam os elementos corporais, estéticos, tradicionais e conhecimentos que mais se adequam a seus objetivos e gostos pessoais. Para tal, o acolhimento e pertencimento ao Núcleo se faz fundamental para que

essas juventudes compartilhem e se expressem sobre suas questões raciais e sobre como o racismo as impactam. Nesse mesmo processo, é preciso que as juventudes sejam acolhidas e valorizadas, tendo suas auto-estimas elevadas para que haja uma aderência espontânea de estéticas que mais sirvam a suas individualidades e/ou a seus processos coletivos.

Neste momento, em que as juventudes decidem aderir estéticas e agir em função das equidades raciais, a dimensão psicológica abre espaço para a dimensão política no processo de empoderamento negro.

4.3 Dimensão Política: protagonizar e re-existir para as equidades raciais

De acordo com as juventudes afro-brasileiras do Núcleo Afro Odomodê, refletir e ressignificar seus corpos através dos elementos das culturas e estéticas afro promove o desejo de expressar suas afroestimas com elementos das culturas afro, bem como o desejo de buscar por roupas, acessórios, tatuagens ou adereços que remetam uma ancestralidade negra visando à incorporação da luta antirracista, ou seja, a aderência incorporada de uma estética afro-diaspórica.

Assim, se a aderência estética se somam atitudes e ações em função das equidades raciais, o/a jovem realiza o protagonismo juvenil, participando na história do Odomodê, iniciando uma participação mais autônoma no espaço e fora dele, ministrando oficinas, intervenções, ministrando momentos formativos, entre outros. Por compreendermos que esse conceito possui certa centralidade nas ações do Núcleo, estando presente nos discursos de forma recorrente, elencamos essa dimensão no processo de empoderamento negro, a qual se propõe discutir tal conceito, além de refletir sobre como as juventudes afro-brasileiras do Núcleo Afro Odomodê o interpretam.

Tal processo, marcado pela incorporação dessas estéticas afro, somada ao protagonismo juvenil, caracteriza a transição da dimensão psicológica para a dimensão política do processo de empoderamento negro.

Desta forma, a dimensão política se faz presente na vida do/da jovem quando esse/esas, imerso nas demais dimensões, decide experimentar as possibilidades estéticas de seus corpos, geralmente através da incorporação das estéticas afro-diaspóricas, constituída por uma pluriversidade de elementos, criações e recriações corporais e culturais advindas das

inúmeras populações negras dentro e fora de África, as quais proporcionam nos corpos destas juventudes afro-brasileiras inúmeras possibilidades de ressignificar elementos afros no vestir, usar, criar e recriar os corpos e as vestimentas, o que é, de acordo com Lélia Gonzalez (2020, p. 132), a melhor forma de resistência.

Concordamos com a autora quando ela afirmava que as recriações advindas das misturas entre os povos afros no Brasil geraram um legado africano no país, infelizmente invisibilizado pelo mito da democracia racial. Além disso, Gonzalez entende o uso e a incorporação dos elementos estéticos afros importantes para as lógicas políticas de anticolonialismo, exaltando a valorização das civilizações africanas no período das pré-colonizações.

Frente a isso, uma das primeiras questões observadas nesta pesquisa foi a presença de uma estética afra em todos os ambientes virtuais e presenciais do Odomodê. A sede, as redes sociais e todas as ações são ornamentadas com tecidos, almofadas e tecidos afro. A estética afra esteve presente a todo momento, como uma forma de evidenciar a afroestima e o empoderamento negro.

Em relação à estética afro-diaspórica, os e as jovens do Odomodê pareceram estar em diálogo com as estéticas advindas da África e as recriadas pelas populações negras ao redor do mundo, seja através da cultura afro-brasileira, por meio da cultura norte-americana e até mesmo a partir das afrodescendências em países europeus. As juventudes afro-diaspóricas a todo momento apresentaram questões, dúvidas e apontamentos em relação aos usos do corpo, do cabelo crespo e cacheado, principalmente no caso das mulheres. Muitos jovens apresentaram interesse pelos conhecimentos sobre as origens das tranças afro, seus usos e estéticas. No fim das oficinas, eram feitos muitos relatos positivos e também desabafos em relação a racismos diretos sofridos em função da estética dos corpos negros.

Pareceu-nos que as oficinas são locais de reflexões e tensionamentos sobre o que é e/ou pode ser/representar um corpo afro-brasileiro juvenil, sendo que a todo momento as e os jovens refletem sobre os estigmas e estereótipos do mito da democracia racial e questionam as origens das estéticas afro, bem como as histórias a que essas se relacionam. Um exemplo disso é o uso do turbante como símbolo da realeza em vários países africanos, o que, no Brasil, historicamente foi representado como sinônimo de escravização e/ou religiosidade.

Como observado, as juventudes afro-brasileiras se interessaram mais no sentido atrelado à resistência negra no Brasil no processo de escravização untada a simbologia da realeza africana. Tais ressignificações realizadas se assemelham aos estudos de Gomes (2017), que identifica na dinâmica racial brasileira o cabelo crespo considerado como “ruim”

e o cabelo liso como “bom”, evidenciando a relação conflituosa que decai sobre os corpos afro-brasileiros, que têm seus símbolos identitários menosprezados.

A autora também aponta que a beleza possui um valor de aproximação e afirmação de um grupo social perante o outro por atuar de maneira inclusiva ao englobar uma diversidade cultural. Porém, essa é uma linha tênue, que ultrapassa a esfera da diferenciação entre os grupos e atinge a hierarquização. Classificando-se o outro sob o aspecto beleza-feiura, superioridade-inferioridade, evidenciam-se práticas discriminatórias que permeiam a lógica da exclusão, como ocorre no caso do racismo (GOMES, 2011).

Para a autora, é a partir dessa zona de tensão que se constrói o padrão de beleza estético corporal ideal (branco) e real (negro), sendo que os/as negros/as podem desenvolver diferentes estratégias para lidar com tal conflito, como a introjeção de tais significações racistas sobre seu corpo ou a realização de modificações corporais a fim de sair da condição de inferioridade ou de um movimento de autonomia sob uma perspectiva libertadora.

Deste modo, Gomes (2017) assevera que as manipulações realizadas em torno do corpo negro e do cabelo, como o uso do cabelo crespo; a utilização de tranças ou *dreadlocks*; e a realização de procedimentos alisantes demonstram que, para a população negra, essas práticas extrapolam o significado de uma simples mudança estética por englobarem o aspecto identitário da relação conflituosa frente à rejeição/aceitação da negritude.

Consolidando esse movimento de resistência, nas décadas de 1970 e 1980, a população afro-brasileira constrói o termo “beleza negra”, a fim de valorizar um padrão estético inferiorizado na sociedade brasileira. Diante dessa expressão, faz-se necessário discutir que o conceito de beleza é entendido como uma categoria estética, por retratar o modo de experienciação dos sujeitos diante algo externo ao percebê-lo como belo.

Tal fato contracenou com o início da história do Odomodê, que, em 2005, apresentava somente mudanças comportamentais, afinal o uso de tranças e cabelo crespo ainda era um tabu, fazendo com que somente no decorrer dos anos fossem observadas mudanças quanto ao cabelo e valorização dos penteados e cabelo crespo, tanto pelas ações do Núcleo como por fatores externos.

Em sua dissertação de mestrado, em 2007, a professora Ivy Guedes de Mattos (MATTOS, 2007) abordou como o corpo negro, para ser visto como belo pelos jovens, precisava ser musculoso, melaninado e com cabelos lisos, tanto para meninos quanto para meninas. Fato bem diferente dos dias atuais, em que há uma série de Marchas e Encontros

para pessoas com cabelos crespos, cacheados, além de uso de tranças de origem africana, como a nagô (Figura 13).

FIGURA 13 – Marcha do Empoderamento Crespo em Salvador/BA



Fonte: Imagem extraída da página do *Facebook* da Marcha do Empoderamento Crespo de Salvador

Como nos afirma a elaboradora Uganda, as estéticas afro-diaspóricas foram sendo aderidas aos poucos. A busca pela negritude era tímida, mas quando aparecia, manifestava-se, primeiramente, no cabelo:

O cabelo, cara, o cabelo, era o cabelo, aí gente, até me emociona isso, porque a gente tem uma identidade, o cabelo da gente é a moldura do nosso rosto. Você andar com seu cabelo do jeito que você quiser: crespo, *Black*, verde, amarelo, loiro, vermelho. [...] quando você consegue mostrar seu cabelo do jeito que ele é, da forma que ele é, muita coisa já mudou dentro de você, muita coisa já mudou porque é a nossa identidade sabe?! É a nossa identidade. [...] O nosso cabelo é muito mais do que aparência. Então você aceitar o seu cabelo do jeito que ele é, isso é de uma mudança sem fim e isso era o quê comparecia logo, [...] meninas de cabelo com cacho, a gente não viu mais as meninas com cabelo com chapinha, [...] os meninos com cabelo, deixando crescer o cabelo, não tá mais com cabelo rapado nem nada disso, então isso é muito legal de se ver, para mim, essas eram as transformações mais visíveis (UGANDA, Elaboradora do Núcleo Afro Odomodê).

Assim, o empoderamento com a estética implica na necessidade de uma contextualização da sistematização das opressões aos corpos afro-brasileiros e não somente a busca pela “beleza” (BERTH, 2019, p. 76). Dessa forma, entendemos as estéticas afro-diaspóricas como imersas na dimensão política, uma vez que se considera a diáspora africana

e as estratégias de resistência como práticas corporais produtoras de discursos e narrativas, constituindo, assim, uma corporeidade da resistência.

Ademais, é possível afirmar que quase todos os jovens entrevistados e acompanhados tinham cabelos afros, crespos e cacheados, de diferentes estéticas, sendo que os depoimentos exaltaram o processo de autoestima através do corpo e cabelo natural, não contendo, no interior deste trabalho, discussões sobre cabelos quimicamente modificados, pois todos os jovens disseram ter passado por transições no intuito de valorizar seus corpos, exaltando seus fenótipos negroides, ao passo que se preocuparam em recriar o cabelo com tranças e/ou penteados que visam homenagear histórias, mitos e itans⁶⁷ de povos afros, procurando exaltar sua própria beleza negra.

No entanto, a corporeidade negra também apresentou um importante papel na aderência das estéticas afro. De acordo com o coordenador Malawi, o corpo negro iniciava a mudança estética através do manejo do corpo nas oficinas musicais, de teatro e de dança, no contato com a valorização do corpo, ressignificando a beleza negra, tentando romper com a erotização, focando no ritmo, cadência, expressão e manejo do corpo. Segundo ele:

Nossas oficinas de dança, então a gente tinha isso muito claro, primeiro, a valorização do corpo, não no sentido da erotização, mas a valorização do corpo no sentido de transformação então a gente tinha ali um processo desafiante, porque utilizava-se da expressão corporal, um meio para que esse jovem ele tivesse o entendimento do contexto que ele estava inserido e a dança veio trazer esse resultado para gente [...] o Samba, o *Reggae*, o Funk, o Hip Hop, a Dança Afro. Então essas manifestações artísticas e culturais, com a expressão do corpo, com a melhoria do corpo [...] a gente conseguiu avançar [...] construindo as nossas bombonas, pegar aqueles baldes azuis, e você transformava aquilo em instrumento musical, então precisava ter um manejo do corpo minimamente, você precisava ter ritmo, você precisava ter dança, então assim olha que bacana era. E aí a gente se provocou para isso porque até então ele só chegava lá ouvindo um barulho de um tambor bater e aí com o passar do tempo ele ouvia o barulho do seu corpo bater também, então assim esse barulho do corpo era com a manifestação da dança, então a gente percebia isso, o quanto desvolto era para o jovem [...] e também o quanto desafiante era a gente desconstruir aquele olhar somente da erotização do corpo, do desejo da atração física mas que o meu corpo fosse um espaço de talento, que o meu corpo fosse um espaço mesmo de transformação e que o meu corpo fosse um espaço mesmo de valorização da minha identidade, então assim a gente tinha essa correlação (MALAWI, Coordenador Institucional do Núcleo Afro Odomodê).

Outrossim, as juventudes afro-brasileiras do Odomodê afirmaram que viam/veem na equipe as estéticas afro-diaspóricas manifestadas, uma vez que os próprios funcionários utilizam acessórios, adereços, vestimentas e corporeidades afro, fazendo com que as

⁶⁷ Os itans são relatos míticos da cultura Iorubá em que as histórias contadas integram as crenças de religiões iorubanas que compreendem os itans como fatos históricos. No Brasil, os itans se encontram em alguns terreiros/centros de Umbanda e Candomblé, onde a interpretação nem sempre é literal. Mesmo assim, são entendidas como fatos sagrados, passados oralmente de geração a geração, seguindo a tradição iniciática de cada religião de matriz africana.

juventudes afro-brasileiras atendidas se sintam confortáveis quanto às mudanças de visual, nem sempre convencionais. Como nos relatou a jovem Benin:

É uma estética afro, mas eu acho que a gente acaba se reconhecendo lá [...] o exemplo das meninas, eu olho para elas e eu me reconheço, teve um dia e eu como sou ligada a moda [...] para mim tudo é moda, tudo é arte, então me lembro de um dia que eu estava sentada esperando uma oficina. Aí o administrador do Núcleo, ele estava sentado conversando com o oficinairo, gente, o cabelo dele estava com duas cores, aí aquilo veio na minha cabeça, assim, que legal, por que, de repente, em outro trabalho, como ele poderia ficar assim com o cabelo metade branco, metade preto? [...] Gente, onde, que hoje, a gente encontra uma pessoa que pode se vestir do jeito que ela quer, com a aparência que ela quer e sem ser julgada? Eu achei incrível, então o Odomodê ele passa isso para a gente: que a gente pode ser o que a gente realmente quer ser (BENIN, Jovem afro-brasileira do Núcleo Afro Odomodê).

O “vestir afro” para as juventudes afro-brasileiras é incorporar a cultura a sua maneira, é apresentar no corpo qual a parte da história, cultura e demais saberes você demonstra. Destacamos aqui as amarrações de turbantes, que são advindas de inúmeros povos e inclusive possuem histórias de resistência negra no Brasil. Os jovens, quando as utilizam, visam demonstrar seus posicionamentos políticos a favor das equidades raciais, levando em consideração a diversidade encontrada nas culturas afro-brasileiras. De acordo com a jovem Egito:

Nossa, lá tem as pessoas com cabelo *Black Power*, tranças, as pessoas cacheadas, tem as pessoas que [...] alisam o cabelo, tem os corpos gordos, os corpos magros, tem as pessoas altas, baixas, então assim, os estilos de *rap*, os estilos de samba, estilo que traz a roupa afro em evidência. Nossa, lá é muito diversificado, não tem um padrão, porque é da nossa cultura não ter um padrão, é da nossa cultura, do continente, ser pluralizado (EGITO, Jovem afro-brasileira do Núcleo Afro Odomodê).

Neste processo, o/a jovem recria seu guarda-roupa, ao mesmo tempo em que aprende sobre o racismo estrutural e as formas de opressão que afligem as populações negras, sobretudo, as periféricas. Como observado, a maioria dos/das jovens chegam com uma estética afra, porém com uma discussão racial assimilacionista, em que há o uso do cabelo crespo e vestimentas afro, porém sem uma valorização do próprio corpo, sem a discussão racial histórica, somente com o discurso de que “somos lindos, amamos nossa cor, somos mais fortes e somos iguais aos brancos por dentro”. Compartilho abaixo o Diário de Campo do dia 16 de setembro de 2021:

Ao entregar a lista de presença do “Espaço de Convivência Odomodê”, questionei o porquê de terem muitos pardos no preenchimento. Informei que eles poderiam se autodeclarar e que não havia necessidade de o preenchimento ser idêntico ao documento de identidade oficial. Ao conversar com eles sobre as várias pigmentações de pessoas pretas, o jovem Níger disse ser muito claro para ser negro, mas que ele possuía todos os traços de pessoas negras, mesmo assim ele se dizia ser branco pois era tratado como branco. A reação dos outros jovens foi mesclada, uns

discordaram, outros concordaram e outros não se posicionaram. O jovem Argélia, no mesmo instante, se voltou para mim e questionou: “eu sou negão né, tia?!”. Neste dia, identifiquei que alguns dos jovens do “Espaço de Convivência Odomodê” ainda não haviam participado de temas como colorismo no Brasil (DIÁRIO DE CAMPO, 16 de setembro de 2021)

Tal fato nos atentou para as possibilidades das estéticas afro sem a sua compreensão histórico-política. Compreendemos que a valorização das estéticas negras é fundamental para o avanço na luta, afinal sem a autoestima é impossível lutar por algo em que se acredita (BERTH, 2019 p. 78). Entretanto, quando a estética é avaliada como sinônimo de empoderamento, pode haver um esvaziamento da luta, havendo uma alegorização da cultura e estética negra. Afinal:

Indivíduos negros erroneamente avaliados como empoderados, tendo como critério apenas a autoafirmação da estética negra, podem trazer a banalização das lutas antirracismo, pois reproduzirão e expressarão equívocos racistas que lhes foram ensinados e internalizados por toda a vida, tornando-se caricatura nas mãos da branquitude atenta a essas fragilidades da questão racial. No caso de mulheres negras, em especial feministas negras, podemos considerar com certo comedimento e generosidade um passo importante que é a autoafirmação expressa pelo uso dos cabelos naturais ou com penteados que remetem à africanidade, pelo uso pontual de exageros ou extravagâncias estéticas de toda ordem, pela relação ressignificada com seu próprio fenótipo ou traços negroides expressa por exibição insistente que deixa explícita a valorização da beleza que foi categoricamente rejeitada e deturpada pelas práticas racistas (BERTH, 2019, p. 79).

Em contrapartida, o rompimento com os padrões de branqueamento impostos através da ancestralidade negra e exigência dela é capaz de promover transformações e recriações nas estéticas negras. A jovem Egito, que frequenta o Núcleo há mais tempo, relatou-nos que as mudanças estéticas que ela vivenciou foram positivas. Nas palavras dela:

Nossa, eu senti um impacto muito forte porque eu tinha sérios problemas de aceitação, problemas assim com a estética física né, até mesmo cabelo, então assim, foi um processo que foi um choque de realidade, eu tive que entender todo o processo da diáspora, o processo histórico, político até eu aprender a amar esse corpo como ele é (EGITO, Jovem afro-brasileira do Núcleo Afro Odomodê).

Tal processo é revertido com as demais ênfases do Núcleo. Afinal, a diferença das estéticas afro-diaspóricas para as demais estéticas se dá pelo engajamento político das juventudes afro-brasileiras, que visa “vestir a luta” com conhecimentos sobre os símbolos afro que utiliza.

Desta forma, as juventudes afro-brasileiras vestem a política literalmente, pois o cabelo crespo e o corpo negro se tornam acessórios politizados, inclusive identificáveis pelos demais. A exemplo disso, temos os “riscos nas sobrancelhas”, maquiagens para pele negra e penteados que demonstram a orientação política e sexual. A necessidade de conhecer histórias

e culturas afro no Odomodê se tornam fundamentais para que haja “roupas, acessórios e adereços” que caibam nos corpos negros.

Articuladas a todas as ênfases, a ressignificação dos corpos negros e a aderência das estéticas afro-diaspóricas faz com que as juventudes emergjam aos poucos na luta antirracista, tendo, no dispositivo de re-existência, uma das opções de como manter a busca pelas equidades raciais.

Assim, o foco das juventudes afro-brasileiras observadas é o de se utilizar das estéticas afro-diaspóricas para recriarem suas realidades, exaltando a urgência das políticas para as equidades raciais. Concordamos com Berth (2019), quando a autora destaca que a sistematização de desqualificação de grupos oprimidos serve para dificultar que esses tenham relacionamentos saudáveis nas esferas da vida (BERTH, 2019, p. 85).

Desta forma, as estéticas afro-diaspóricas se relacionam com o chamado “protagonismo juvenil”, que se fez presente desde a implementação do Núcleo Afro Odomodê, ainda em 2005, juntamente com a efervescência desse termo no cenário nacional, a partir do fim da década de 1990, por atores políticos que viam, nas suas ações realizadas com/para as juventudes, formas de desenvolver talentos, habilidades a serem trabalhadas.

Inicialmente, é importante que compreendamos um pouco melhor esse conceito. Segundo Dayrell (2005), o termo “protagonismo juvenil” se expandiu entre gestores públicos, lideranças comunitárias, professores e educadores ligados a ONGs, que se utilizam do termo em questão principalmente nas justificativas de projetos voltados para a juventude, assim como ocorreu na implementação do Núcleo.

Afinal, o Odomodê é gerido pela Coordenação de Políticas dos Direitos da Juventude (CPDJ/SEMCID), também criada em 2005, que se apoia em três grandes documentos para suas gestões: o o Plano Municipal da Juventudes, o Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/13) e, devido às questões étnico-raciais, exclusivamente para o Odomodê, o Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/10) é acrescido.

Um fato observado é o de que a Coordenação afirma que foca no reconhecimento dos jovens como sujeitos de direitos, visando à superação do conceito de “jovem problema” e “rebelde” para a concepção de “jovem como sujeito de direitos”, utilizando amplamente, em suas falas, o protagonismo juvenil. No entanto, esse termo não apareceu em nenhum dos objetivos e metas institucionalizados pelo Odomodê, surgindo somente a utilização do termo “participação juvenil”.

De acordo com Ferretti, Zibas e Tartuce (2004), o termo “protagonismo “tem se associado, na Literatura, principalmente nos estudos sobre as juventudes, destacando a

participação social dessa nos espaços sociais, seja em suas famílias e/ou comunidades, suscitando o entendimento de que o protagonismo juvenil é uma “solução” para que os jovens pobres possam, com seus recursos, superar a pobreza, desconsiderando as desigualdades estruturais brasileiras. Além disso, o protagonismo juvenil é descrito sempre como um método capaz de reverter a situação de jovens em situação de vulnerabilidade social, seja através de um projeto, seja por meio de uma ONG.

Tal compreensão não se fez presente no estudo observado, em que o protagonismo juvenil de fato se aproximou de uma participação política na elaboração, acompanhamento e reivindicação para com as políticas públicas de juventudes.

No Núcleo Afro Odomodê, as juventudes afro-brasileiras, imersas no processo de empoderamento negro, podem desejar expor os conhecimentos aprendidos em forma de falas, artes, poesias, produtos, etc. Assim, as juventudes afro-brasileiras podem desejar criar e participar das ações feitas para com elas, seja nas ações do Núcleo, nas políticas da comunidade ou até mesmo nas políticas mais abrangentes, como as políticas urbanas, políticas de segurança, trabalho, saúde, esporte, assistência e/ou direitos humanos. Tais ações geralmente se materializam através de participações em movimentos comunitários, movimentos negros, organizações/coordenações ou fóruns juvenis e movimentos culturais do Hip Hop, Samba e/ou Funk. Esse processo de estar junto com quem elabora, escreve e implanta a política é compreendido pelo Núcleo como Protagonismo Juvenil, também chamado pelos jovens e pela equipe de “Protagonismo Juvenil”.

Neste contexto, há dois formatos de protagonismo juvenil observados no Odomodê: através da participação do sujeito no planejamento das atividades a serem ofertadas, bem como na atuação no interior delas, mediando discussões, colaborando com conceitos de autores, integrando grupos de estudos e grupos de dança, entre outras. O segundo formato ocorre através de participações em espaços de poder vinculados a reivindicações que transformem suas realidades de forma mais ampla, seja integrando conselhos juvenis, produções culturais do bairro ou fora dele; participando de algum movimento juvenil organizado por incentivo das discussões do núcleo; integrando coletivos juvenis comunitários; e desenvolvendo algum empreendimento que possa auxiliar sua vida ou até mesmo a rotina da comunidade.

O primeiro formato de protagonizar se dá nos momentos formativos, pois, como as oficinas são pensadas junto com os/as jovens, eles participam do planejamento, expondo seus interesses, oferecendo sugestões de atividades. Com o passar do tempo, o/a jovem atendido/a se sente mais seguro sobre seus conhecimentos, podendo, ou não, opinar e/ou ministrar

alguma intervenção (Figura 14), seja no formato de palestra, grupos de estudos ou oficinas. Para o orientador social Zimbábue, essa forma de protagonismo juvenil é encontrado: “[...] quando um jovem se coloca disponível para a atividade. Eu acho que é o... Interagindo, construindo. É essa questão, quando o jovem se interessa pela pauta e consegue falar sobre a temática, conseguindo desenvolver uma discussão com os conteúdos” (ZIMBÁBUE, Orientador Social do Núcleo Afro Odomodê).

FIGURA 14 – Jovens com pinturas artísticas realizam performances



Fonte: Imagem extraída da página do *Facebook* do Núcleo Afro Odomodê

No cotidiano do Núcleo, as discussões foram realizadas por jovens que estão há mais tempo no Odomodê, geralmente já inseridos no Ensino Superior e vinculados a outros coletivos e movimentos auto-organizados. Assim, pareceu-se que é com o decorrer do tempo que alguns dos jovens apresentam uma necessidade de aprofundar seus estudos e conhecimentos sobre os formatos do racismo estrutural, questionando e sugerindo propostas

para as formas de segregação, discriminação e preconceitos sofridos, seja em sua comunidade, no Município e/ou até mesmo no Estado.

Quando isso ocorre, é atingido o principal objetivo desta política: “Promover a valorização da cultura afro Brasileira e ressignificação da Identidade Étnico Racial tendo como eixos referenciais a difusão da cultura em sua dimensão cidadã, econômica e simbólica” (VITÓRIA, BEM BRASIL, 2020a), ou seja, a autonomia da/do jovem que, de forma coletiva, organiza-se para a reivindicação das equidades raciais.

Tal cunho coletivo parte também do entendimento ofertado pelo Odomodê de que quanto mais jovens estiverem envolvidos nas reivindicações e organizações de pautas comuns, mais ganhos são conseguidos para o segmento social da juventude.

Vale destacar que o protagonismo juvenil se insere na dimensão política do processo de empoderamento negro, pois se relaciona diretamente com o processo de aprendizagem, reflexão, descoberta, escolha do que é ser negro/negra e da mudança comportamental, além de se tratar do processo de atuação das juventudes, sua participação nos espaços de poder, suas reivindicações políticas no espaço e para além dele.

Afinal, desde o início desta política, o protagonismo juvenil foi o foco principal, pois as elaboradoras desejavam que as juventudes afro-brasileiras, após as formações ofertadas, fossem capazes de se ressignificarem, com respeito, desenvolvendo suas formas de resistir.

Desta forma, foi constatado por nós que todos os elementos pertencentes ao Odomodê foram construídos pela juventude, inclusive a criação de sua *logo* (Figura 15), que até hoje é mantida, representando o Odomodê.

FIGURA 15 – Logo utilizada para representação do Núcleo Afro Odomodê



Fonte: Imagem extraída do *site* da Prefeitura de Vitória

Como nos afirmou a elaboradora Namíbia:

E aí a surge o nome né, a gente lança esse nome (Odomodê), a gente precisava então de uma marca, de uma cor, a gente fez contato com um rapaz que era pintor né, muito sensível também, ficou um tempo dentro do projeto e ele quem deu aquela característica, que até hoje existe, que é aquela mão né, aquelas cores todas (*logo* do Núcleo Afro Odomodê) (NAMÍBIA, Elaboradora do Núcleo Afro Odomodê).

Além disso, a criação da banda, em 2005, constituída somente de materiais recicláveis feitos pelas juventudes afro-brasileiras, seguida de inúmeras criações, faz com que o Odomodê seja uma política altamente dialogada, sobretudo por seu plano de trabalho, construído a várias mãos. Como exemplo disso, temos o “Grupo de Estudos Mandela”, criado por um jovem (atual *rapper* Noventa), em 2015, visando aprofundar os estudos sobre a cultura do Hip Hop e o desenvolvimento dos elementos dessa com o *Rap*, escrita, canto, rima, batalhas, *grafitti*, entre outras manifestações.

Este grupo de estudos foi assim nomeado a fim fazer uma analogia entre o líder africano Nelson Mandela e o baile Funk auto-organizado pela cultura periférica, o “Baile do Mandela”⁶⁸. Assim, procura discutir as várias produções negras culturais e intelectuais, uma vez que a cultura no interior das periferias não se apresenta tão distante das discussões raciais.

Além disto, destacamos as inúmeras produções autorais das/dos jovens, que explicitam como eles percebem seus processos para com o Odomodê e suas questões pessoais. Aqui, enfatizamos a poesia denominada “Pretagonista”, feita pela jovem Egito, em uma de suas participações no “Grupo de Estudos Obirin”, a qual explicita um pouco sobre como as juventudes afro-brasileiras atendidas compreendem este processo de serem construtores de uma política pública realizada para eles mesmos.

A moça dentro da pele
escura.
O papel e a caneta
cura.
O amor que amolece a carne dura.
Escrita.
Não aceita ser descrita.
Apenas Lida.
A então pretagonista.
Não tem pontos finais.
Mas se subjugam a menos, se levanta mais.
E quando as palavras sobre ela DESISTEM,
seus versos RESISTEM.
Não quer passar em branco.
Porque prazer, é pretagonizar seu existir.
Quer ser lembrada.

⁶⁸ Os “Bailes do Mandela”, inicialmente surgidos nas periferias do estado de São Paulo e Rio de Janeiro, funcionam como eventos, nem sempre com locais fixos, de lazer e interação social de baixo custo com muita música e dança. As problematizações realizadas em torno desses eventos são os incômodos gerados pelo alto volume de música e grande circulação de pessoas, o que, por vezes, atrai ações criminosas para esses locais.

Por que não ser a principal?
 Ela disse: vou ser
 protagonista.
 História baseada em fatos reais.
 Só não é inédita.
 Porque muitas delas, já deram spoilers
 sobre como é se sentir nelas.
 Um protagonismo
 não quer desaparecer nas páginas dos livros.
 Cenas de filmes, mídias e nem fingir que não foram vistas.
 É por isso,
 que são lar de poesia.
 Para sempre sentidas.
 Protagonista sim, porque não posso esquecer de protagonizar no corpo que pertencço.
 (EGITO, Jovem afro-brasileira do Núcleo Afro Odomodê).

Tal poesia foi apresentada em um dos “Afromix” acompanhados, despertando inúmeros comentários e falas sobre como é se sentir participante de políticas voltadas às juventudes afro-brasileiras. Nesse mesmo evento, o *rapper* Cesar MC comentou um pouco sobre como o “Grupo de Estudos Mandela” contribuiu para sua carreira na música. Compartilho abaixo um trecho do Diário de Campo do “Afromix”, realizado em abril de 2021:

No fim do evento o *rapper* e ex-atendido do Odomodê, Cesar MC, teve uma fala de aproximadamente 10 minutos incentivando a juventude do Odomodê a persistir nos seus objetivos de vida. Ele contou que participava das oficinas de escrita e rima do Odomodê, além de Saraus, até que um dia, na Rua Sete de Setembro (localizada no Centro histórico de Vitória), ele decidiu participar de uma batalha de *rap* e iniciou sua carreira na música. César disse que as discussões que encontrou no Odomodê foram fundamentais para os conteúdos de sua música. Ele citou, inclusive, a importância do orientador social do Núcleo que também era *rapper* e incentivava ele e os demais jovens que ali se encontravam com o sonho de seguir a carreira musical, dentre estes jovens Cesar citou o Noventa e o Dudu MC (DIÁRIO DE CAMPO, 29 de abril de 2021).

De forma semelhante, temos a criação do “Grupo de Estudos Obinrin” e o “Encontro das Crespas”, criado por uma assistente social que visava fortalecer o empoderamento negro feminino das jovens atendidas. Para a jovem Etiópia, o Obinrin é a atividade mais importante, pois é nela que as meninas e mulheres negras têm suas dores compartilhadas, com o intuito de trocarem dores e afetos. Em suas palavras:

Eu acho que o próprio Obinrin [...] é um diálogo mais voltado para as mulheres e a gente fala muito sobre isso, sobre a valorização dos nossos corpos, [...] eu acho que [...] algo muito importante que o Odomodê faz que é que a gente está ali [...], mas daqui a pouco a gente está falando sobre como é importante a gente se sentir, se valorizar, fazer uma coisa que a gente gosta, [...] para aumentar a renda e assim a gente se sente melhor, se sente mais valorizada. Então eu acho que todas as oficinas que tem lá de certa forma buscam a valorização. Sabe por que? Uma oficina ali não é só uma oficina, tanto que, [...] a gente falava sobre várias coisas, estava ali [...], mas conversava sobre várias coisas. [...] sobre a valorização dos corpos, conversava sobre as dificuldades. Às vezes tinha gente que desabafava sobre a vida pessoal, a

gente ajudava como podia, falava como podia, então virava uma rede de acolhimento (ETIÓPIA, Jovem afro-brasileira do Núcleo Afro Odomodê).

Além disso, muitas pessoas, atualmente, professores, pedagogos, servidores públicos, produtores culturais, coordenadores de conselhos juvenis, escritores, *rappers*, coreógrafos, dançarinos, cabelereiras, trancistas, barbeiros, empreendedores, artistas e de demais contribuições político-culturais deixaram suas marcas na história desta política, fazendo com que o Odomodê seja reconhecido por muitos jovens como a base para a cultura afro capixaba, como a jovem Egito, que entrou no Odomodê interessada em desenvolver sua carreira musical.

Então, na verdade eu já sabia que existia o Odomodê a muito tempo porque antes dele ir para o lugar que está agora no Morro do Quadro ele era no bairro aqui, no Itararé, Território do Bem. Passou uns anos e eu fui apresentar com o coral num evento que tinham várias pessoas da área da cultura, da área do lazer e afins e eu conheci uma pessoa que me encaminhou para o Odomodê [...] foi então que eu comecei entrando no Núcleo através do Obinrin e aí do estudo do corpo da mulher, da mulher preta eu fui entrando no Núcleo na parte da juventude, fui atuando nas oficinas e nos trajetos (EGITO, Jovem afro-brasileira do Núcleo Afro Odomodê).

Assim, os elementos oferecidos pela dimensão cognitiva, psicológica e política implicam a atitude de reivindicar, de lutar pelos direitos, com respaldo teórico, imersos no processo de empoderamento negro, contendo, na afroestima, estéticas afro-diaspóricas e protagonismo juvenil, a materialização e transformação no projeto de vida dos seus atores. No âmbito desses processos, as juventudes afro-brasileiras protagonistas podem desejar emergir nos estudos sobre as políticas e conhecer as formas de lutar a favor das equidades raciais.

Quando isso ocorre, compreendemos as formas de luta antirracista acionadas pelo dispositivo da re-existência, quando as juventudes afro-brasileiras protagonistas decidem por vias não-violentas, principalmente embasadas nos conhecimentos afro-diaspóricos, considerando os saberes afrorreferenciados, projetos com formatos educacionais, culturais e artísticas para traçar seus planos coletivos de luta antirracista.

Vale destacar que, de acordo com Catherine Walsh (2013), o dispositivo de re-existência é validado ao estar atrelado às discussões decoloniais, pois se dá exatamente pela importância de levar em consideração as criações de grupos historicamente oprimidos, valorizando suas formas de imersão na cultura, não reduzindo suas vivências simplesmente a fatores de sobrevivência. Assim, fez-se necessário compreender como as juventudes afro-brasileiras do Odomodê fazem uso dos conhecimentos adquiridos em seus projetos de vida pessoal e como interpretam o processo de re-existir.

Inicialmente, destacamos que o dispositivo de re-existência está estritamente vinculado às formas de ação desenvolvidas pelas pedagogias decoloniais que para nós se vinculam ao funcionamento do Odomodê para com as juventudes afro-brasileiras. Assim, as concepções do dispositivo de re-existências utilizadas por Catherine Walsh (2013) são embasadas por dois grandes estudiosos: Paulo Freire e Franz Fanon. Para ela, esses dois autores, comprometidos com transformações sociais para grupos oprimidos socialmente, realizaram trabalhos fundamentais para pensarmos novas pedagogias críticas para agir frente às opressões, aos poderes e às violências que nos atravessam, gerando dispositivos capazes de recriar e repensar o mundo em que vivemos.

De acordo com Walsh (2013), enquanto Franz Fanon parte do colonialismo, Freire tem como base as estruturas de opressões. Em seus estudos, este propõe que, para enfrentar a opressão e chegar à humanização, é necessário conhecer a realidade para transformá-la – referindo-se a uma questão epistemológica –, enquanto aquele destaca os estigmas e estereótipos que causam um peso corporal da colonialidade e a consequente diferença de tratamento, que leva a um novo modo de conhecer o mundo em que se habita – indicando que à questão epistemológica antecede a dimensão ontológica. “Assim, há uma epistemologia fanoniana que aponta para conhecer a forma em que o sujeito colonizado interioriza seu processo de colonização criando assim as condições de não-existência” (WALSH, 2013, p. 51).

Assim se dá a importância ao combate ao racismo epistêmico, eurocêntrico e hegemônico, visando à decolonização epistêmica. Essa mudança de paradigma implica também a construção de uma “outra” base epistemológica a partir da qual os currículos propostos pela nova legislação podem ser concebidos, ou seja, os novos espaços epistemológicos, interculturais, críticos e uma pedagogia descolonial (OLIVEIRA; CANDAU, 2013, p. 272).

Como observado no Odomodê, a re-existência ocorre quando a/o jovem decide optar por lutas educacionais, culturais e artísticas, levando para sua vida os elementos estéticos da diáspora africana e conhecimentos advindos do continente africano, compreendendo que somente a cor negra não é capaz de representar a diferenciação racial, sendo preciso posicionar o corpo para a luta antirracista. Assim, as juventudes afro-diaspóricas veem necessidade de aprimorar a seus conhecimentos em relação à luta antirracista contextos e diferentes narrativas, incorporando alguns discursos, linguagens, signos, símbolos e corporeidades conectadas aos grupos que discutem a decolonialidade, bem como as práticas decoloniais inspiradas nas personalidades afro.

O autor Adolfo Albán Achinte (2013) compreende a re-existência como:

[...] os dispositivos que as comunidades criam e desenvolvem para inventar suas vidas diárias e assim enfrentar a realidade estabelecida pelo projeto hegemônico que, desde a época colonial até os dias atuais, tem inferiorizado, silenciado e visualizado negativamente a existência das comunidades afro-descendentes. A re-existência visa a descentralizar as lógicas estabelecidas para buscar nas profundezas das culturas - neste caso as culturas indígenas e afrodescendentes - as chaves das formas organizacionais, produtivas, alimentares, rituais e estéticas que permitem que a vida seja dignificada e reinventada a fim de continuar se transformando (ACHINTE, 2013, p. 419).

Neste contexto, enfatizamos a importância da valorização das culturas afro e indígenas no processo de visibilização das histórias e narrativas para as identidades e existências dessas pessoas (ACHINTE, 2013, p. 420). O estudioso também comenta o desgaste político nas Américas pela busca de reconhecimento dos povos étnicos e raciais, enfatizando a necessidade de uma educação, na Escola e no Ensino Superior, sobre tais povos, já que o ensino formal acaba por privilegiar os estudos eurocêntricos (ACHINTE, 2013, p. 421).

Desta forma, o ensino da arte e cultura funciona como um importante instrumento de informação, visibilidade e conhecimento. A arte, nesse caso, converte-se em uma estratégia para o conhecimento e para o auto-reconhecimento cultural. Para tanto, é importante que haja uma visão crítica da arte e cultura, para que essas não caiam nas estruturas exotificadas como a folclorização da cultura sem reconhecimento artístico (ACHINTE, 2013, p. 428).

Assim, a criação de projetos culturais e artísticos que valorizem as artes, músicas, poesias e demais criações das juventudes afro-brasileiras agem como uma forma de reconstruir as percepções coloniais de inferiorização, podendo auxiliar na ancestralidade, memória e cultura das juventudes afro-brasileiras.

E assim continuar com a tarefa histórico-política de assumir a responsabilidade de pensarmos a nós mesmos e sermos capazes de dialogar com o mundo em condições de equidade e, finalmente, convencer-nos de que “é hora, finalmente, de deixar de ser o que não somos” (QUIJANO apud ACHINTE, 2013, p. 432).

No Núcleo Afro Odomodê, observamos que há uma preocupação de alguns jovens sobre como manter a luta, resistência e empoderamento dentro e fora do Núcleo. Podemos observar um pouco desse processo nas discussões feitas, através do *WhatsApp*, pelas jovens que atuam em movimentos feministas negros e no Odomodê, em que essas trocam saberes entre o Núcleo e suas movimentações organizadas, corroborando para o que compreendemos como dispositivos de re-existência a partir dos quais o sujeito é capaz de, no seu processo coletivo de empoderamento e protagonismo juvenil, com suas estéticas afro-diaspóricas,

desempenhar suas formas de re-existência, através de formações culturais e educacionais de perspectivas afro-diaspóricas. De acordo com a jovem Egito:

É uma ferramenta de identidade e ressignificação cotidianamente, porque através desse movimento “FEMINISMO NEGRO”, eu pude compreender que eu tenho que “Pretagonizar meu existir” em qualquer lugar que eu for. Eu preciso não desistir, porque a minha atuação nesse meio, proporciona uma vida muito mais ativa. Eu preciso desse suporte para entrar e sair dos lugares de cabeça erguida, entendendo que o processo histórico dos nossos corpos não termina quando uma de nós tem a vida ceifada, mas continua viva quando nós permitimos viver de cabeça erguida. Nesse contexto, tem uma frase muito interessante que é assim: “liberdade é não ter medo - Nina Simone”. E eu não tenho medo quando estou com vocês (EGITO, Jovem afro-brasileira do Núcleo Afro Odomodê).

Nesta fala, especialmente, remetemos as contribuições de Lélia Gonzalez, quando essa exaltava as contribuições das mulheres afro-brasileiras para as artes e culturas do país. Para a autora, amplamente citada nas intervenções do Odomodê, as mulheres afro-brasileiras foram as principais atoras no processo de pedagogização e propagação do legado afro-brasileiro (GONZALEZ, 2020, p. 199).

Além disso, como observado, a re-existência no Odomodê ocorre quando estes/estas jovens, engajados politicamente com a luta antirracista, assimilam sua carreira, estudo ou projeto de vida a feitos históricos de ativistas, artistas, intelectuais e demais atores sociais a favor da equidade racial.

Um fator determinante no Núcleo foi o desafio de precisar re-existir à distância, pois durante a história das organizações negras, os sujeitos negros tiveram no corpo suas formas de resistência e sobrevivência, e, com a pandemia de COVID-19, o Odomodê perdeu público justamente pela ausência do corpo presente, o que só retornou após a implementação do modelo híbrido das atividades.

O Odomodê se preocupou em romper com as concepções de individualismo a partir das quais o/a jovem se sente responsabilizado por seus problemas econômicos e sociais, pois, muitas vezes, não conhece as discussões raciais brasileiras, ocasionando a culpabilização do/da jovem.

Visando reverter esse quadro, o Odomodê oferece conteúdos pedagógicos sobre as estruturas sócio-raciais que fazem com que, na opinião das juventudes afro-brasileiras entrevistadas e acompanhadas, o Odomodê auxilie no crescimento profissional e educacional, pois age como um equipamento promotor de uma rede de contatos capaz de permitir oportunidades.

Nas entrevistas e no cotidiano do Núcleo, as/os jovens afirmaram serem convidados para expor suas poesias, rimas, fotos e até mesmo falar sobre alguma temática em eventos

educacionais, formais e não formais. Alguns dos jovens relatam também terem conseguido bolsas para projetos por indicação do Odomodê, visto que o Núcleo possui uma rede de parcerias com outros projetos para as juventudes afro-brasileiras, como as parcerias com o Instituto das Pretas⁶⁹, movimentos comunitários e demais organizações civis. Em entrevista, a jovem Benin afirma que o Odomodê teve uma importante contribuição para sua carreira:

O Odomodê para mim foi importante no meu processo pessoal como mulher negra e na minha estética negra porque a gente chega lá e encontra mulheres com que possa se identificar. Isso foi muito importante, eu me lembro da primeira vez que vi a (orientadora social) sem as tranças e falei: uau, que legal, você tem o cabelo 4C igual ao meu. Então, isso pra mim foi muito bom. Profissionalmente nem se fala, quando eu entrei já tinha um curso de modelista, mas eu trabalhava como costureira. Hoje eu trabalho como modelista, figurinista. Assim, expandiu muito o olhar das pessoas para o meu trabalho, foi muito importante. Assim, a gente se divulgar, modelos meus parceiros me divulgarem para a rede de contatos foi muito importante; e as conversas, os aprendizados que a gente tem que é incrível, é necessário (BENIN, Jovem afro-brasileira do Núcleo Afro Odomodê).

Estas parcerias auxiliam no desenvolvimento profissional das juventudes afro-brasileiras, pois possuem relações com a luta pelas equidades raciais. Tanto as parcerias quanto as ações que focam na vida do/da jovem pós-Odomodê, geralmente, focam nas desigualdades raciais, visando reverter tal contexto, como racismo televisivo, racismo recreativo, racismo estrutural, valorização do mulherismo africano, racismo alimentar, racismo religioso.

A re-existência se torna o projeto de continuar a perspectiva anticolonial, acreditando em uma educação diferente. Um fator observado é o de que, nesse processo, a juventude afirma conhecer muitas pessoas e uma rede de contato que oportuniza cursos e até empregos para além do Núcleo.

Outrossim, o Odomodê chama atenção para que, por mais que possua a sede, jovens de outras comunidades o acessam, fazendo crescer o número de participantes e da rede citada pelas juventudes afro-brasileiras do Núcleo. Como exemplo disso, temos: as batalhas de *rap*, atraíam/atraem as juventudes; a flexibilidade de horários, que atendia/atende as juventudes que estudam e/ou trabalham; e a utilização de espaços públicos e a visibilização de locais da cultura afro-brasileira, como Escolas de Samba, encontros de movimentos negros, museus da cultura afro-brasileira.

⁶⁹ O “Instituto Das Pretas” se define como um Laboratório de Inovação e Tecnologia Social, voltado para o desenvolvimento sócio-político de mulheres negras/pretas, em que se propõe co-criar caminhos para futuros múltiplos, diversos, inclusivos e possíveis. Para tal, desde 2015 este Laboratório auxilia governos, iniciativas privadas e organizações sociais com estratégias, projetos, eventos, encontros, festas e diálogos que promovam plataformas de comunicação e sociabilidade entre empresas, movimentos auto-organizados, empreendedores e demais pessoas afro-brasileiras.

Desta forma, é possível afirmar que o Núcleo Afro Odomodê se faz fundamental no cenário capixaba, pois, mesmo apresentando transpasses marcados por perdas de jovens para o crime organizado, existência de jovens mães e pais na adolescência e questões de abusos psicológicos e físicos, essa política é responsável por oferecer várias perspectivas aos jovens. Muitos dos entrevistados e participantes que atravessaram o processo da pesquisa foram atendidos pela política e hoje fazem parte do cenário econômico e cultural do Município como servidores públicos efetivos da Prefeitura de Vitória, desempenhando papéis de professores, coordenadores, assistentes sociais e na administração interna. Também há costureiras, trançistas, barbeiros, músicos, *rappers*, modelistas, diretores e coordenadores de Escolas de Samba, produtores culturais, poetas, escritores, sociólogos, psicólogos, assistentes sociais, bibliotecários, coordenadores de projetos sociais, além de outras profissões.

O Odomodê parece ser o local em que o jovem inicia seus conhecimentos sobre o funcionamento das políticas públicas, pois começa a compreender como funciona uma Secretaria Municipal, participando ativamente de suas ações, planejamentos e discussões, principalmente as dialogadas com as ações dos movimentos sociais e comunitários. Os jovens iniciam o processo de empoderamento negro atrelado ao dispositivo de re-existência, compreendendo, assim, as desigualdades raciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objeto de estudo deste trabalho, caracterizado por uma investigação sobre como os atores sociais (juventudes afro-brasileiras) interagem e atribuem significado a objetos que constituem pilares no universo da política, visou trazer análises quanto à valorização das estéticas para os corpos afro-brasileiros nos processos de reivindicações públicas, padrões de belezas impostos por uma cultura eurocentrada, bem como a aderência das estéticas afro-diaspóricas, sob efeito do dispositivo de re-existência no Núcleo Afro Odomodê.

Inicialmente, é preciso afirmar que a ausência de alguns documentos históricos do Núcleo Afro Odomodê, no período que vai de 2006 a 2012, geraram um pequeno desfalque para uma melhor análise dos conceitos pesquisados na política em questão. No entanto, os documentos de 2013 a 2021, o relato dos participantes e o acompanhamento da política como pesquisadora-funcionária foram importantes para compreender o funcionamento do equipamento.

As juventudes afro-brasileiras do Odomodê vêm se tornando cada vez mais ativas no processo de resistência dos corpos negros, uma vez que esses/essas jovens têm desenvolvido reinvenções da afrocentricidade no seu cotidiano. Essa força mobilizadora pode se apresentar de forma mais organizada, como no caso do Movimento Negro, ou de forma mais dinâmica, como se observa nas práticas da geração tombamento. Esses/as jovens, através da sua visibilidade, denunciam e repudiam qualquer ação racista, consolidando o caráter participativo dessas/as nos processos de resistências (LEOPOLDO; CAMPOS, 2019).

Vale destacar que tais processos, principalmente por estarem vinculados a uma política pública, não são homogêneos quanto aos entendimentos sócio-raciais, sendo afetados por tensões e conflitos políticos, geralmente ocasionados em decorrência do racismo institucional e estrutural presentes nas gestões públicas capixabas. Afinal, o Odomodê sempre expressa adesão a diversidade, equidades e direitos humanos, o que corrobora para seu constante risco de fechamento, principalmente quando os gestores não dialogam com esse tipo de política. Assim, as Políticas de Juventudes são constantemente ameaçadas por gestões que não compreendem as juventudes afro-brasileiras como grupos sociais com demandas específicas.

Ademais, acrescentamos também que diversos atores do Odomodê afirmaram que existe um constante risco de fechamento do Núcleo, principalmente quando há uma mudança de gestão na Prefeitura de Vitória, uma vez que essa política está diretamente relacionada a

partidos a favor das equidades raciais brasileiras. Tal fato gera um constante desgaste emocional nos atores, fazendo com que muitos se retirem desta política com problemas emocionais advindos dos racismos institucionais sofridos. Além disso, as juventudes observadas ressaltaram, em suas falas, os racismos sofridos em forma de discriminação pelas ações da branquitude nos espaços públicos, como a Escola, os movimentos comunitários e até mesmo outras secretarias. Tais fatores fazem do Núcleo Afro Odomodê uma política de resistência afro-brasileira institucional já em sua existência.

As/os jovens iniciam suas participações no Odomodê ora como se esse fosse um projeto social com atividades de lazer e recreação na/para a comunidade, ora já encaminhados por amigos ou pessoas que conhecem a política. O plano de ação desenvolvido no Núcleo Afro Odomodê nos pareceu ser configurado pela imersão das juventudes afro-brasileiras nas três dimensões do processo de empoderamento negro.

Inicialmente, as juventudes afro-brasileiras são imersas na dimensão cognitiva do processo de empoderamento negro, a partir do qual os corpos negros possuem uma série de ações contendo formações antirracistas. Nas oficinas de danças, Capoeira e ações, a/o jovem conhece os elementos de luta e sobrevivência dos diversos povos e/ou comunidades negras da diáspora, em destaque as brasileiras. Aqui a/o jovem aprende sobre como agir de forma efetiva, em busca de resultados coerentes e dignos para as populações negras de sua comunidade.

Posteriormente, há a compreensão das juventudes afro-brasileiras do que significa ser negro/negra considerando a diversidade desse processo dentro e fora do Brasil. Tal momento é caracterizado pela dimensão psicológica através do processo de ressignificação e do desenvolvimento de uma afroestima que auxiliam na escolha de como a/o jovem compreenderá sua negritude. A ressignificação do corpo negro ocorre quando as juventudes afro-brasileiras iniciam a compreensão da história das populações negras de forma decolonializada.

O intuito é que as juventudes afro-brasileiras desejem conhecer mais seus corpos, as suas possibilidades e o mundo que os cerca, aprimorando-se no ensino da sua cultura e, nesse processo, construindo um sentimento de pertencimento (quando as/os jovens modificam suas formas de vestir com base nos elementos estéticos advindos das culturas negras africanas, afro-brasileiras ou afro-diaspóricas). Assim, emerge em seu corpo o que estamos chamando neste trabalho de estética afro-diaspórica, a partir da qual as juventudes afro-brasileiras atendidas se sentem instigadas a incorporar as estéticas afro conhecidas, além da incorporação da luta antirracista, buscando elementos das culturas afro, inspiradas pelos demais

movimentos (de mulheres, LGBTQIA+, entre outros) e considerando as intersseccionalidades para representar suas ideologias políticas e suas lutas antirracistas.

Vale destacar que as estéticas afro-diaspóricas estão em conflito tanto para os jovens quanto para os funcionários da OSC e atores da PMV. O observado é que a/o jovem, quando passa pelo processo de protagonizar suas lutas, reinventa-se, sentindo-se transformado pelos conhecimentos adquiridos e querendo vestir a luta, vestir o que ele compreende que é. Assim, os signos e símbolos oriundos das estéticas afro e afro-brasileiras começam a fazer sentido no corpo, possibilitando que alguns/algumas jovens, então, iniciem sua própria maneira de encarar a estética eurocêntrica em voga e geralmente a debatam e discutam, entrando em diálogo e consonância com a chamada estética afro-diaspórica, ou seja, a estética múltipla advinda pelas diversidades étnicas e raciais dos inúmeros povos negros ao redor do Globo, tendo como ponto de referência as diversidades estéticas encontradas no continente africano.

A aderência de tal estética marca a transição da dimensão psicológica para a política. Afinal, pareceu-nos que inicialmente o/a jovem compreende que o racismo existe e após isso ele/ela inicia a compreensão sobre onde e como o racismo se manifesta em sua própria vida e cotidiano, incentivando o protagonismo para/com suas reivindicações.

Assim, o próximo passo é o de que a/o jovem comece uma participação de forma mais ativa, realizando perguntas, contribuições, mediando oficinas ou grupos de estudos, em que inicia sua inserção na dimensão política, tendo o protagonismo juvenil atingido em colaboração com o Odomodê. Tal protagonismo juvenil é iniciado quando essa/esse jovem, com uma gama aprimorada de elementos, é capaz de explicar o que ocorre com respaldo histórico e/ou político, seguido de uma reivindicação para seu grupo juvenil.

Se nessas reivindicações as juventudes afro-brasileiras optarem por intervenções político-artísticas e culturais de valorização das populações afro, o dispositivo de re-existência é acionado, uma vez que ocorre quando as juventudes buscam, através de novas estratégias, visitar os saberes, tradições, danças e culturas advindas da diáspora africana, como sua forma de lutar, na contracorrente da violência colonial e ideologia escravocrata.

Neste contexto, quando essas juventudes afro-brasileiras, engajadas politicamente com a luta antirracista, associam sua carreira, estudo ou projeto de vida a feitos históricos de ativistas, artistas, intelectuais e demais atores sociais a favor da equidade racial, elas inserem o dispositivo de re-existência em suas vidas, o qual é alcançado quando a/o jovem negra/negro decide transformar seu projeto de vida pessoal; modificar a rotina dos ambientes que frequenta, como o Núcleo; ou até mesmo ter um processo criativo que seja expansivo para a comunidade.

Neste contexto, foi notada a importância da articulação entre o Núcleo Afro Odomodê e as organizações juvenis, do Hip Hop, comunitárias e negras que, a todo tempo, reivindicam pautas e políticas a favor das populações negras capixabas. Um fato existente é o de que alguns funcionários e jovens, ao longo dos anos, constituíram grupos organizados, aumentando a disseminação dos conhecimentos do Odomodê para o Movimento organizado e vice-versa, o que nem sempre é acordado e gera, às vezes, debates acalorados e novos direcionamentos para as reivindicações e pautas.

Quanto às ações, observamos que muito do modelo educacional inicial ainda é mantido e precisa ser revisto. A mudança da SEMAS para a SEMCID apresentou diferenças significativas no formato do serviço, mas esse precisa dialogar mais com os serviços da nova secretaria.

Na implantação, em 2006, o uso de celulares e *smartphones* era quase nulo pelos jovens. O uso crescente da tecnologia, das informações e de projetos voltados para a população negra fez com que o Espaço de Convivência seja quase entediante para os jovens, pois não há uma formação profissional, um curso ou algo sistematizado que faça com que ele saia dali formado em algo, além do fato de que as oficinas do Odomodê não certificam os jovens.

Tal ausência de formação qualificada, momentos para autocrítica e avaliações por parte da equipe do Núcleo, bem como em conjunto com a Coordenação de Juventudes (PMV), são aspectos necessários para a evolução da referida política. Além disso, a ausência da sistematização dos conteúdos ofertados faz com que os orientadores sociais realizem as intervenções com os conhecimentos que possuem. A falta de continuidade das oficinas, que ocorrem como ações pontuais, também prejudica o vínculo dos jovens, que, muitas vezes, só frequentam a sede por terem conflitos em casa e não por estarem sendo formados, obrigando um voluntarismo dos funcionários ocasionado pela ideologia e consciência racial deles, sendo esse o único direcionamento para a maioria das intervenções.

Ademais, é preciso reforçar que a OSC contratada precisa executar os comandos da gestão da Prefeitura, não tendo muita autonomia para mudar o projeto de ação e precisando cumprir o exposto no chamamento público, selado através do Termo de Colaboração, o que prejudica algumas reivindicações das juventudes.

Outrossim, todos os participantes desta pesquisa destacaram a necessidade de se melhorar infraestrutura, bem como a oferta de um pré-vestibular, aulas de reforço, plano de carreira juvenil, atendimento psicológico, aumento da visibilidade e divulgação do Núcleo, bem como uma política para Bolsa Transporte.

Além disso, para que as políticas públicas sejam efetivas e inclusivas, devem ser considerados três aspectos: a construção de uma “rede durável de relações”, promovendo recursos nas várias áreas da vida social; a valorização da diversidade e individualidade dessas juventudes; e a segurança da participação juvenil, potencializando a construção de vínculos entre esses jovens (BRASIL, 2014).

Frente a isso, identificamos, nas oficinas vinculadas, a cultura corporal de movimento um importante espaço para a promoção da valorização dos corpos negros e desenvolvimento da autoestima, em que as juventudes afro-brasileiras se mostraram mais interessadas em descobrir novas estéticas, conhecimentos e movimentos culturais e políticos na afro-diáspora através do ensino das danças e das apresentações dos Saraus e “Afromix”. As juventudes afro-brasileiras incorporaram uma série de elementos através dos conhecimentos afro trazidos e das corporeidades discutidas.

Ademais, pareceu-nos que as oficinas de danças, Capoeira e eventos culturais eram planejados em conjunto com atividades que tematizavam as estéticas afro e/ou de valorização dos corpos negros e autoestima. Tal fato nos faz enfatizar a importância das atividades atreladas à cultura corporal de movimento nos planejamentos de políticas públicas educacionais para as equidades raciais.

Afinal, observamos que, no processo de protagonismo juvenil, aspirado desde os primeiros anos dessa política, pertencente ao processo de empoderamento negro, as juventudes são incentivadas a pensarem ações efetivas para transformações relacionadas às equidades raciais. Sendo assim, por que não a incrementação de mais atividades relacionadas com a cultura corporal de movimento no próprio Núcleo, podendo ampliar as discussões sobre as musicalidades e corporeidades das juventudes afro-brasileiras no Espírito Santo?

Ademais, a luta por uma educação antirracista que pudesse romper com os privilégios raciais fora iniciada na terceira fase do movimento negro e está presente até os dias atuais, inclusive no interior do Odomodê, que promove uma política para as juventudes afro-brasileiras visando ao diálogo direto para com elas, tanto de forma direta, quanto na promoção de eventos públicos em conjunto com essas juventudes, propondo uma visibilidade das artes e talentos pertencentes aos atendidos do Núcleo, ou seja, tendo a necessidade de mais atividades que auxiliem nas expressões e desenvolvimento das corporeidades afro presentes nas diversas juventudes afro-brasileiras.

De acordo com Nigéria, servidora pública, fiscal dessa política, a equipe precisa realizar o que os jovens necessitam. Segundo ela: “[...] propor política de juventudes exige dialogar com elas [...]” (NIGÉRIA, Fiscal das Políticas de Juventudes da PMV). O intuito das

formações é que as juventudes afro-brasileiras protagonizem suas próprias vidas, assumindo, empoderando, defendendo-se dos preconceitos, agindo e mobilizando as juventudes para/na luta pelos protagonismos, re-existências, autoestimas, ressignificações, corporeidades, compreendendo o Núcleo Afro Odomodê como o direito das juventudes afro-brasileiras e não como um “favor” em formato de serviço.

De acordo com a fiscal das Políticas de Juventudes, Nigéria:

A referência que a gente deseje ouvir do Odomodê é justamente essa questão da identificação do jovem, ele ter essa fala natural, da questão dele falar: “agora consegui me identificar como negro”, não se sentir inferiorizado com essa identificação, mas sim empoderado com essa descoberta que ele fez, saber a força que ele tem, essa autonomia que ele tem, a importância dele tanto jovem como um jovem negro [...] e é fundamental que [...] apareçam que eles se apropriam até mesmo do serviço que eles vem aquele serviço não como mero serviço ofertado pelo município mas um direito dele (NIGÉRIA, Fiscal das Políticas de Juventudes da PMV).

Ademais, essa última fala também nos remete ao trabalho de Berth, que ressalta a importância da participação coletiva das populações negras nas políticas públicas, pensando um projeto de sociedade e não de governo (BERTH, 2019, p. 55).

Pareceu-nos que tal ênfase se assemelha aos trabalhos desenvolvidos no Odomodê, em que as juventudes afro-brasileiras afirmaram mudanças estéticas, corporais, comportamentais, profissionais e políticas através das atividades e intervenções que os aproximaram dos espaços públicos de discussões, tendo destaque os eventos proporcionados pelas organizações negras e as ofertadas pelo Museu Capixaba do Negro (MUCANE).

Tais depoimentos corroboram para a compreensão de que todo o processo de empoderamento negro, constituído por suas dimensões, também implica em participações públicas de diversas ordens, visando, de fato, à gestão das coisas de forma democrática:

Já que estamos falando sobre gestão pública, parece-nos uma boa hora para também discutirmos rapidamente mecanismos de participação popular na rotina democrática, uma vez que a Teoria do Empoderamento significa que esses grupos oprimidos poderão ter acesso às decisões da vida pública, para além do voto a cada quatro anos, em conselhos de bairros, plebiscitos, consultas prévias, entre outros diversos mecanismos de participação que abrem a via para tantos diálogos e demandas sufocadas (BERTH, 2019, p. 53).

Desta forma, o Odomodê exalta a opinião de seus atendidos, valorizando e respeitando as particularidades das juventudes afro-brasileiras. Assim, notamos que essa política pública possui, em suas próprias vias metodológicas, uma consulta pública com seus atendidos semanais, mensais e anuais, em especial o “Espaço de Convivência Odomodê”, estando,

assim, em consonância com as pedagogias decoloniais e com o processo de empoderamento negro. Afinal, uma democracia participativa não significa

[...] anulação das funções do Congresso Nacional ou dos gestores públicos, mas o fortalecimento de processos em que grupos minoritários tenham a oportunidade de apresentar os seus pontos de vista e, se for o caso, de dizerem “não” às propostas de leis e às políticas públicas de cima pra baixo e que, por isso mesmo, repetem a lógica colonial e violam direitos humanos reconhecidos na Constituição, nos tratados e convenções internacionais e na legislação infraconstitucional (BERTH, 2019, p. 55).

Vale destacar que o processo de empoderamento com suas dimensões também depende dos sujeitos envolvidos, sobretudo do próprio entendimento do que vem a ser o processo de empoderamento negro, afinal os tensionamentos raciais, políticos e econômicos são constantes, fazendo-se necessárias ações coletivas que respeitem e convivam com as individualidades.

Frente a isso, destacamos Berth (2019), parafraseando o pensamento de Paulo Freire quando ressalta que o empoderamento individual só ocorre em consonância com o empoderamento coletivo. Afinal,

O termo empoderamento se refere a uma gama de atividades, da assertividade individual até a resistência, protesto e mobilização coletivas, que questionam as bases das relações de poder. No caso de indivíduos e grupos cujo acesso aos recursos e poder são determinados por classe, casta, etnicidade e gênero, o empoderamento começa quando eles não apenas reconhecem as forças sistêmicas que os oprimem, como também atuam no sentido de mudar as relações de poder existentes. Portanto, o empoderamento é um processo dirigido para a transformação da natureza e direção das forças sistêmicas que marginalizam as mulheres e outros setores excluídos em determinados contextos (FREIRE, 1980, p. 31 apud BERTH, 2019, p. 19).

Neste contexto, compreendemos que o processo de empoderamento negro trabalhado pelo Odomodê possibilita às juventudes afro-brasileiras construir suas histórias tendo consciência da sociedade, bem como das estruturas e instituições políticas que as cercam. Tal fato corrobora para que as juventudes afro-brasileiras desenvolvam autonomia e articulação política necessária para seu segmento sócio-político. Para tal, enfatizamos as colaborações da cultura corporal de movimento, que se fez um importante espaço de intervenção, reflexão e de denúncia para as violências, resistências e re-existências das juventudes afro-brasileiras assistidas.

Desta forma, enfatizamos que tal tarefa só surtirá efeito se houver um processo de construção conjunta, com fundamentos teóricos e práticos que permitam compreender a relevância e amplitude das manifestações da cultura corporal de movimento (CORREIA, 2011).

REFERÊNCIAS

- ACHINTE, Adolfo Albán. Pedagogías de la re-existencia: artistas indígenas y afrocolombianos. In: WALSH, Catherine. **Pedagogías decoloniais: practicas insurgentes de resistir, (re) existir y (re) vivir**. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2013. Tomo I. p. 443-468.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.
- AQUINO, Luseni. A juventude como foco das políticas públicas. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho de (Orgs.). **Juventudes e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). 2009. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/60>>. Acesso em: 5 set. 2019.
- AZEVEDO, Amailton Magno. Mulheres Negras do Samba Paulista. In: Parte IV: Outras atuações femininas. MATOS, Maria Izilda Santos de; Castelo Branco, Pedro Vilarinho (Orgs.). **Cultura, Corpo e Educação: diálogos de gênero**. São Paulo: Intermeios; Teresina: EDUFPI, 2015. (Coleção Entregêneros)
- ARRUDA, Mario Alberto Pires de; FONSECA, Tania Mara Galli. Existência enquanto re-existência em tempos de medo. Rio Grande do Sul. **Mnemosine**. v. 14., n. 2, p. 206-218, 2018.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BENATTI, Lucas Men. **CULTURAS E ESTÉTICAS AFRO-DIASPÓRICAS: ESTRATÉGIAS PARA UMA PEDAGOGIA ANTIRRACISTA**. 189 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Teresa Kazuko Teruya. Maringá, 2020.
- BETTI, Mauro. Educação Física e Sociologia: novas e velhas questões no contexto brasileiro. In: CARVALHO, Yara Maria de; RUBIO, Katia. **Educação Física e Ciências Humanas**. Hucitec: São Paulo, 2001.
- BERTH, Joice. **Empoderamento**. São Paulo: Sueli Carneiro; (Feminismos Plurais / coordenação de Djamilia Ribeiro). Pólen, 184 p., 2019.
- BETHENCOURT, Francisco. **Racismos: Das Cruzadas ao século XX**. Tradução de Luís Oliveira Santos e João Quina Edições. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. 603 páginas.
- BHABHA, Homi Kharshedji. **O local da cultura**. Ed. UFMG: Belo Horizonte, 2005.
- BOCK, Ana Mercês Bahia. A adolescência como construção social: estudo sobre livros destinados a pais e educadores. **Psicologia Escolar e Educacional**. Campinas, v. 11, n. 1, jan./jun., p. 63-76, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-85572007000100007&script=sci_arttext>. Acesso em: 20 ago. 2020.
- BRACHT, Valter. **Educação Física e aprendizagem social**. Porto Alegre: Magister, 1992.

BRASIL, Secretaria de Estado de Economia e Planejamento (SEP) do Espírito Santo. Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN). Juventudes negras no ES: desigualdades perpetuadas, múltiplas faces e uma raiz comum. **Cadernos da Juventude**, n. 8, p. 42. Vitória, ES, 2020.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde – Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. **Adolescentes e jovens para a educação entre pares: adolescências, juventudes e participação**. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

_____. Secretaria Nacional de Juventude. **Estação juventude: conceitos fundamentais – pontos de partida para uma reflexão sobre Políticas de Juventudes**. Brasília: SNJ, 2014. Disponível em: <https://issuu.com/secretariageralpr/docs/caderno_ej_web>. Acesso em: 2 set. 2020.

CARNEIRO, Gustavo Marchetti Corrêa. **Corporeidade, consumo e identidades políticas: estratégias de empoderamento feminino negro realizadas pelo coletivo das pretas na cidade de Vitória/ES**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/7187/1/tese_11037_Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Gustavo_Vers%C3%A3o_Final.pdf>. Acesso em: 28 out. 2020.

CERQUEIRA, Daniel; LIMA, Renato Sérgio; BUENO, Samira.et al. **Atlas da violência 2021**. São Paulo: IPEA-FBSP, 2021.

COLAÇO, Veriana (Org.); GERMANO, Idilva; MIRANDA, Luciana; BARROS, João Paulo. **Juventudes em movimento: experiências, redes e afetos**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2019. 556p. Disponível em: <<https://pospsi.ufc.br/wp-content/uploads/2019/06/livro-vii-jubra-colaco-germano-miranda-e-barros-orgs.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2019.

CORREIA, Walter Roberto. **Educação Física no Ensino Médio: questões impertinentes**. 2. ed. Várzea Paulista: Fontoura, 2011.

COSTA, Jurandir Freire. **Violência e Psicanálise**. Rio de Janeiro, Graal, 1984, p.63-78. Saúde mental, produto da educação?

DALL'ORTO, Felipe Campo. Uma Identidade Odomodê. **Entrelaçando** - Revista Eletrônica de Culturas e Educação, Bahia, n. 2, p. 1-16, set., 2011.

DAMICO, José Geraldo Soares. **Juventudes governadas: dispositivos de segurança e participação no Guajuviras (Canoas-RS) e em Grigny Centre (França)**. 290f. 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

DAOLIO, Jocimar. **Da cultura do corpo**. 5. ed. Campinas: Papyrus, 2000.

DAOLIO, Jocimar. **Educação Física e o conceito de cultura**. Campinas: Autores Associados, 2004.

DAYRELL, Juarez. Juventude, pobreza e ações socioeducativas no Brasil. **Movimentos Sociais e Educação**, 3. ed. 2005.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo [on-line]**. 2007, v. 12, n. 23 [Acesso em: 20 dez. 2021], p. 100-122. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-77042007000200007>>. Epub 16 mai. 2008. ISSN 1980-542X.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: UFBA, 2008.

FERRARI, Alfonso Trujillo. **Metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1982.

FERRETTI, Celso João, ZIBAS., Dagmar Maria Leopoldi., & TARTUCE, Gisela Lobo Baptista Pereira. (2004). Protagonismo juvenil na literatura especializada e na reforma do Ensino Médio. **Cadernos de Pesquisa**, 34(122), p. 411-423.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FORDE, Gustavo Henrique Araújo. **Vozes Negras na história da educação: Racismo, educação e movimento negro no Espírito Santo (1978-2002)**. 2. ed. Brasil: Editora Brasil Multicultural, 2019.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e pesquisa**, Belo Horizonte, v. 29, n. 1, p. 167-182, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v29n1/a12v29n1>>. Acesso em: 12 set. 2021.

GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

GONÇALVES, Maria da Graça Marchina. Concepções de adolescência veiculadas pela mídia televisiva: um estudo das produções dirigidas aos jovens. In: OZELLA, Sérgio (Org). **Adolescências construídas: a visão da psicologia sócio-histórica**. São Paulo: Cortez, 2003, p. 41-62.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos**. Rio Janeiro: Zahar, 2020.

GUARNIERI, Fernanda Vieira; MELO-SILVA, Lucy Leal. Cotas Universitárias no Brasil: Análise de uma década de produção científica. **Psicologia Escolar e Educacional [on-line]**. 2017, v. 21, n. 2 [Acesso em: 8 fev. 2022], p. 183-193. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2175-3539201702121100>>. EPUB mai-ago. 2017. ISSN 2175-3539.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e antirracismo no Brasil**. 3. ed. Editora 34, 2009.

JACINO, Ramatis. QUE MORRA O “HOMEM CORDIAL” - Crítica ao livro Raízes do Brasil, de Sérgio Buarque de Holanda. **Sankofa: Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana**. Ano X, NºXIX, agosto/2017.

JORGE, Diego da Silva, BESERRA, Maria Ruth Borges., & MOURA, Tânia Fátima de. (2016). Movimento Negro: a atuação política do movimento como fator de conversão de suas demandas em políticas públicas. **Caderno Virtual**, 1(32). Recuperado de: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/cadernovirtual/article/view/1189>.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

_____. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

LEOPOLDO, Caroline de Paula Martins; CAMPOS, Margareth Moreira. Enegrecer: uma análise sobre a construção da corporeidade nas juventudes negras. **Cadernos de Psicologia**, Juiz de Fora, v. 1, n. 2, p. 349-369, ago./dez. 2019 – ISSN 2674-9483. Disponível em: <https://seer.uniacademia.edu.br/index.php/cadernospsicologia/article/download/2498/1631>. Acesso em: 30 mar. 2022.

LIMA, Mércia Ferreira de. Mulheres no Hip Hop: a identidade feminina em um movimento juvenil e artístico-cultural. In: **18º Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações Gênero**, 2014, Recife. Anais... Recife: UFRPE, 2014.

LIRA, Pablo. **Geografia do Crime: construção e geoprocessamento do Índice de Criminalidade Violenta - IVC no município de Vitória - ES**. 2007. 124f. Pesquisa Acadêmica. Vitória: UFES, 2007.

MACHADO, Alexsandro dos Santos. **Contar para viver: o (re)conhecimento da vontade de potência dos educadores pela narração de suas histórias de vida**. Porto Alegre: Nova Prova, 2005.

MATTOS, Ivanilde (Ivy) Guedes de. **A negação do corpo negro: representações sobre o corpo no ensino de educação física**. Salvador, 2007.

_____. Estética afrodiáspórica e o empoderamento crespo. In: Pontos de Interrogação. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural Universidade do Estado da Bahia (UNEB)**, v. 5, n. 2, jul./dez. 2015. Campus II, Alagoinhas/BA.

MATTOS, Mauro Gomes de; NEIRA, Marcos Garcia. **Educação Física infantil: construindo o movimento na escola**. 4. ed. São Paulo: Phorte, 2003.

MBEMBE, Achille. “Necropolítica”. **Arte & Ensaios**, PPGAV, EBA, UFRJ, n.32, dez. 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2007.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino (Orgs). **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2006.

ODOMODÊ, Equipe. [Discussões realizadas nas atividades dos “Diálogos Odomodê”]. *WhatsApp*: [Grupo Juventude Odomodê]. 8 out. 2020a. 15:30. 1 mensagem de *WhatsApp*.

ODOMODÊ, Juventude. [Discussões realizadas nas atividades dos “Diálogos Odomodê”]. *WhatsApp*: [Grupo Juventude Odomodê]. 8 out. 2020b. 15:30. 1 mensagem de *WhatsApp*.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; CANDAU, Vera Maria Ferrão. Pedagogia decolonial y educacion anti-racista e intercultural em Brasil. In: WALSH, Catherine. **Pedagogías Decoloniais: practicas insurgentes de resistir, (re) existir y (re) vivir**. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2013.

PERONDI, Maurício.; VIEIRA, Patrícia Machado. A construção social do conceito de juventudes. In: PERONDI, M. et al. (Orgs.). **Infâncias, adolescências e juventudes na perspectiva dos direitos humanos: Onde estamos? Para onde vamos?** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2018.

PINHEIRO, Daniel Calbino; PEREIRA, Rafael Diogo; XAVIER, Wesley Silva. Impactos das cotas no ensino superior: um balanço do desempenho dos cotistas nas universidades estaduais. **Revista Brasileira de Educação** [on-line]. 2021, v. 26, e260020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-24782021260020>>. Acesso em: 7 fev. 2022.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

SALES, Leydiane Vitória; ALMEIDA, Neil Franco Pereira de. Diversidade racial e educação física escolar na Revista Brasileira de Ciências do Esporte (1979-2013). In: **Conexões**. Revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP, Campinas, v. 13, n. 1, p. 129-161, jan./mar. 2015.

SAMPAIO, Tânia Mara Vieira. Gênero e Religião – no espaço da Produção do conhecimento. In: STRÖHER, Marga Janete et al. Corporeidade, etnia e masculinidade. **Reflexões do I Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião**. São Leopoldo: Sinodal, 2005, p. 47-70. Disponível em: <[http://dspace.est.edu.br:8000/xmlui/bitstream/handle/BRSIFE/807/Corporeidade Etnia e%20 Masculinidade.pdf?sequence=1&isAllowed=y#page=48](http://dspace.est.edu.br:8000/xmlui/bitstream/handle/BRSIFE/807/Corporeidade_Etnia_e%20_Masculinidade.pdf?sequence=1&isAllowed=y#page=48)>. Acesso em: 19 out. 2020.

SANTANA, Nara Maria Carlos de; DOS SANTOS, Ricardo Augusto. Projetos de modernidade: autoritarismo, eugenia e racismo no Brasil do século XX. **Rev.estud.soc.**, Bogotá, n. 58, p. 28-38, dez./2016. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0123-885X2016000400003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 dez. 2021.

SANTOS, Edmea Oliveira dos; D'ÁVILA, Carina. Os selfies e o corpo tombamento: reflexões a partir de uma autoimagem sonora. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 37, n. 1, p. 75-99, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2019.e53039>>. Acesso em: 03 nov. 2020.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Questão racial no Brasil. In: **Negras Imagens: Ensaio sobre Cultura e Escravidão No Brasil**. [S.l.: s.n.], 1996.

SERPA, Ana Maria Petronetto. O processo de implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em Vitória: relato da experiência. In: SERPA, Ana Maria Petronetto; RAIZER, Eugênia Célia Raizer. (ORG). **Política de Assistência Social no Município de Vitória (ES): olhares sobre a experiência (2005-2012)**. Vitória: Prefeitura Municipal de Vitória, p. 22-115, 2012.

SILVA, Adailton da et al. Juventude negra e educação superior. CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho de (Orgs.). **Juventudes e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2009. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/60>>. Acesso em: 19 ago. 2021.

SILVA, Joyce Gonçalves da. **Corporeidade negra enquanto discurso: corpo e cabelo como signos de identidade**. Rio de Janeiro, 2015, p. 1-12. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Joyce_Goncalves_Restier_Da_Costa_Souza/publication/322536975_Corporeidade_Negra_enquanto_discurso_Corpo_e_cabelo_como_signos_de_identidade/links/5a5e9bf6aca272d4a3dfc8a8/CorporeidadeNegra-enquanto-discurso-Corpo-e-cabelo-como-signos-de-identidade.pdf>. Acesso em: 10 out. 2021.

_____. Corporeidade e identidade, o corpo negro como espaço de significação. In: **CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES**. Salvador: 3. ed., 2014, p. 263-275. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Joyce_Goncalves_Restier_Da_Costa_Souza/publication/322531117_CORPOREIDADE_E_IDENTIDADE_O_CORPO_NEGRO_COMO_ESPACO_DE_SIGNIFICACAO/links/5a5e9424a6fdcc68fa992d1b/CORPOREIDADE-E-IDENTIDADE-O-CORPO-NEGRO-COMO-ESPACO-DE-SIGNIFICACAO.pdf>. Acesso em: 11 out. 2021.

SOARES, Carmen Lúcia. **Educação física: raízes europeias e Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 1994. 167p.

SODRÉ, Muniz Araújo Cabral. **Pensar nagô**. Rio de Janeiro: Vozes, 2017. 238 p.

SOUZA, Patricio Pereira Alves de. Ensaio sobre a corporeidade: corpo e espaço como fundamentos da identidade. **Geografares**, Vitória, n. 7, p. 35-50, 2009. Disponível em: <<http://www.portaldepublicacoes.ufes.br/geografares/article/viewFile/149/75>>. Acesso em: 15 nov. 2020.

STAUDT, Jeferson Luis; SILVA, André Luiz dos Santos; MAGALHÃES, Magna Lima. Apto aos trabalhos braçais, suscetíveis aos vícios morais: representações do homem negro na Revista Educação Física (1939-1944). **Movimento**, [S. l.], v. 24, n. 2, p. 483-494, 2018. DOI: 10.22456/1982-8918.73848. Disponível em: <<https://www.seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/73848>>. Acesso em: 11 jul. 2022.

TAVARES, Julio. Dança de Guerra: arquivo e arma (elementos para uma teoria da capoeiragem e da comunicação corporal afro-brasileira). Belo Horizonte: Nandyala, 2012.

TELLES, Edward. **Racismo à brasileira: Uma nova perspectiva sociológica**. Relume-Dumará; Fundação Ford, 2003.

VALENZUELA, José Manuel. **El futuro ya fue**: socioantropología de l@s jóvenes en la modernidad. México: El colegio de la Frontera Norte, 2014.

VITÓRIA. Secretaria Municipal de Assistência Social. Gerência de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. **Criação: ano de 2005 - De Cineclube a Núcleo Afro da Juventude: descobrindo o protagonismo**. Texto Portfólio, Espírito Santo, 2011a.

_____. BEM BRASIL. Secretaria Municipal de Cidadania, Direitos Humanos e do Trabalho (SEMCID). Gerência de Juventude. **Planejamento Anual da OSC Bem Brasil das Atividades Realizadas no Núcleo Afro Odomodê no ano de 2020 - Retificação**. Espírito Santo, 2020a.

_____. Secretaria Municipal de Assistência Social. Gerência de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. **Programa de Inclusão da Juventude negra Odomodê- SEMAS/ PMV**, Espírito Santo, 2011b.

_____. INSTITUTO GÊNESIS. Secretaria Municipal de Assistência Social. Gerência de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. **Prestação de Contas (dezembro de 2013) do Equipamento Núcleo Afro Odomodê**. Convênio 01/2013. Processo de nº 977607/2014. Espírito Santo, 2014.

_____. INSTITUTO GÊNESIS. Secretaria Municipal de Assistência Social. Gerência de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. **Prestação de Contas (dezembro de 2014) do Equipamento Núcleo Afro Odomodê**. Convênio 01/2013. Processo de nº 1101065/2015. Espírito Santo, 2015.

_____. INSTITUTO GÊNESIS. Secretaria Municipal de Assistência Social. Gerência de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. **Prestação de Contas (dezembro de 2015) do Equipamento Núcleo Afro Odomodê**. Convênio 01/2013. Processo de nº 388619/2016. Espírito Santo, 2016.

_____. INSTITUTO GÊNESIS. Secretaria Municipal de Assistência Social. Gerência de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. **Prestação de Contas (dezembro de 2016) do Equipamento Núcleo Afro Odomodê**. Convênio 01/2013. Processo de nº 1068170/2017. Espírito Santo, 2017.

_____. INSTITUTO GÊNESIS. Secretaria Municipal de Assistência Social. Gerência de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. **Prestação de Contas Final (dezembro de 2017) do Equipamento Núcleo Afro Odomodê**. Convênio 01/2013. Processo de nº 7244673/2018. Espírito Santo, 2018.

_____. Secretaria Municipal de Assistência Social. Gerência de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. **Projeto Básico/ Termo de referência: Inclusão Social da Juventude negra – ODOMODÊ**. Espírito Santo, 2007.

_____. BEM BRASIL. Secretaria Municipal de Cidadania, Direitos Humanos e do Trabalho (SEMCID). Gerência de Juventude. **Relatório Anual da OSC Bem Brasil das Atividades Realizadas no Núcleo Afro Odomodê no ano de 2019**. Espírito Santo, 2019.

_____. BEM BRASIL. Secretaria Municipal de Cidadania, Direitos Humanos e do Trabalho (SEMCID). Gerência de Juventude. **Relatório Anual da OSC Bem Brasil das Atividades Realizadas no Núcleo Afro Odomodê no ano de 2020**. Espírito Santo, 2020b.

WALSH, Catherine. **Pedagogías Decoloniais: practicas insurgentes de resistir, (re) existir y (re) vivir**. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2013.

WIEVIORKA, Michel. **Racismo, uma introdução**. Trad. FanyKon. São Paulo: Perspectiva, 2007. (Debates 308; Dir. J. Guinsburg).

ANEXO 1 – ORIGEM DO NOME

Memória e Afeto

Um sonho começa pela cabeça, no ano de 2005, Gil, assistente social, mulher negra, paulista que adotou o ES para viver recebe um documento de Luiz Orlando.

Nascia ali uma história que persiste e dura até hoje, na missiva Luiz Orlando explicava a Gil o significado de juventude em iorubá: Odomodê.

O projeto como todo projeto que tem assento em uma matriz verdadeiramente negra foi construído há várias mãos, de forma coletiva.

#RESISTENCIA

#RESPEITO

#RESSIGNIFICAÇÃO

Esses eram os pilares que compunham a base e a missão do Núcleo Afro Odomodê Dentro do Núcleo nasceram sob a liberdade e criatividade das equipes projetos distintos

Edições mensais de festas organizadas por um coletivo de adolescentes e jovens

Grupo de Estudos

Atentas a raiz política, poética e capilar foram ofertadas oficinas de penteado afro

A busca de um diálogo constante e intenso com as escolas públicas pois entendíamos já naquele momento o papel formador do Núcleo e direcionado a acolher demandas dos adolescentes e jovens parte da Comunidade escolar

E a grande ação que mobilizou por alguns anos a cidade de Vitória com afro-empendedorismo: A Feira Criola

Ação que reunia em um formato festival artistas, comerciantes, palestras, de forma pioneira na cidade de Vitória

Nossa memória é viva e pulsante na cidade. O Núcleo Afro Odomodê foi muito além do sonho, promovemos e co-criamos a realidade que queríamos viver.

Nossa!! Passou um filme, foram tantos jovens que por ali passaram, tantos que vimos crescer e empreender, foi bom, muito bom.

Lembro dos profissionais que por ali passaram e suas contribuições inigualável, não posso passar por aqui e não falar desses profissionais maravilhosos:

Sandra Regina F Silva, Gil Kunz, Fabio dos Anjos, Sabrina Lucia,

Jean Fabricio, Sandra Maria, Maria de Lourdes, Felipe D’Allorto J Jerdan Nicácio, Douglas Peixoto, Lídia Puchete Jorrman Silva, Renata Beatriz Costa e Ge Silva.

Muitos profissionais por ali passaram, os profissionais acima foram listados, representando todos que fizeram parte do Núcleo Afro Odomodê.

Texto:

Renata Beatriz Costa – Escritora, Poeta

Ge Silva – Bibliotecária

ANEXO 2 – NOTA DE REPÚDIO

Repudiamos o ato violento cibernético que ocorreu ontem, dia 29 de abril de 2021, no evento AFROMIX: “Nós por Nós” do Núcleo Afro Odomodê. O Núcleo Afro Odomodê é um serviço destinado ao atendimento de jovens de 15 a 29 anos desenvolvido pela OSC Bem Brasil, juntamente com a Secretaria de Cidadania, Direitos Humanos e Trabalho de Vitória, por meio da Coordenação de Políticas dos Direitos da Juventude. O Odomodê oferece diversas atividades socioeducativas que tem como objetivo o resgate da cultura africana, afro-brasileira e de enfrentamento ao racismo, por meio de vivências, oficinas, grupos de estudos, visitas, grupos de convivência e cine afro, entre outras ações e atividades. Além de sensibilizar e estimular a juventude negra a buscar alternativas e possibilidades com autonomia e cidadania. O AFROMIX é um evento cultural realizado pelos jovens do Núcleo, no intuito de contribuir com a construção da identidade étnica, cultural, individual e coletiva. O evento tem por objetivo apresentar para a juventude do município de Vitória, um MIX da cultura afro-brasileira de forma lúdica e dinâmica, com apresentações culturais e artísticas regadas de muito afeto. Relaciona-se também com os resultados de ações desenvolvidas pelo serviço durante o ano. Tendo grande perspectiva de incentivar os jovens a mostrarem seus talentos, tornando-os protagonistas de suas próprias jornadas. O ato de extrema violência foi silenciado por uma potencialidade de juventude, que compareceu, permaneceu e fortaleceu o AFROMIX até o término da atividade demonstrando a força e união de todos. Entendemos que tais atitudes possuem cunho racista e de silenciamento de lutas e pautas, cerceando o direito de expressão, golpeia a Constituição Federal e fragiliza os princípios da liberdade, justiça social e compromisso pelo respeito às lutas históricas do povo brasileiro quanto à igualdade, identidade cultura e participação, sobretudo, de nossa juventude. Portanto, reafirmamos os princípios do Núcleo Afro Odomodê quanto ao enfrentamento ao racismo e promoção da política de igualdade racial. **NÃO NOS CALAREMOS!!!! Somos POTÊNCIA!!!!** (ODOMODÊ, 2020b).